

PEDRO CALMON
★ DA ACADEMIA BRASILEIRA

O REI
do
BRASIL

VIDA DE D. JOÃO VI

2.^a edição aumentada

Série 5.^a BRASILIANA Vol. 228
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

O REI DO BRASIL

Série 2.ª ★ **B R A S I L I A N A** ★ Vol. 228
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON
Da Academia Brasileira

O REI DO BRASIL
VIDA DE D. JOÃO VI

2.ª EDIÇÃO AUMENTADA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre
1943

DUAS PALAVRAS

(Da 1.^a edição)

Este livro — a história de D. João VI — é o segundo da série de biografias — retratos autênticos, destacados no claro-escuro do seu tempo, dos reis que o Brasil teve. Ao “Rei Cavaleiro”, o romântico e heroico D. Pedro I, se segue o misterioso e astuto “Rei do Brasil”. E a ambos: o “Rei Filósofo”, D. Pedro II, cujo longo reinado compreende os períodos da nacionalização definitiva e da organização deste país. D. João trouxe-nos, com a monarquia, a civilização apressada, a cultura superficial, as leis creadôras. Deu-lhes Pedro I o meio geográfico e as condições políticas, fazendo a independência e constituindo o imperio. Pedro II presidiu à evolução do regimen, à consolidação democrática e aos progressos materiais da sua pátria. Deste geito a notícia de suas vidas, movimentadas, dramaticas, tão diferentes que se não repetem, nas suas linhas morais, nos seus traços historicos, como se tres gerações de monarcas tivessem entre si, distanciando-as, séculos e raças — resume em largos trechos a cronica e a existencia do Brasil. Escusa tal utilidade — o conhecimento de nós mesmos — a imper-

DUAS PALAVRAS

feição destes perfis esboçados com verdade, imparcialidade e indiferença pelos preconceitos de suspeita origem e falsas raizes. A bibliografia, a documentação inédita, o exaustivo testemunho estrangeiro, supriram aí a imaginação: não ha romance, onde ha realidade; apenas arte, onde força foi reanimar, entender as épocas mortas, para que os fantasmas do passado nos contassem os seus graves segredos. . .

“O Rei do Brasil” não sáe, do nosso estudo, maior nem menor. Limitamo-nos a transformar a sua caricatura deploravel, tão popular nos dous mundos, numa fiel imagem do anafado, esperio e tribulado soberano, que reinou, até morrer, a despeito de Espanha e França, da mulher endiabrada e de Napoleão, das guerras, das revoluções e das conspiratas, porisso considerado um dos mais habéis jogadores que outr’ora jogaram, no taboleiro da Europa, destinos nacionais.

Se a impressão do leitor fôr de surpresa e dúvida, comparando este ao ridiculo D. João VI do anedotário, deverá antes queixar-se da parcial e estreita história que por aí çircula, tecida de maledicencia fácil, burla e espirito. A esta, nada pedimos!

P. C.

Rio de Janeiro, Janeiro de 1935.

INDICE

Duas palavras	3
I — A Côrte triste	7
II — A infanta de Espanha	24
III — Entre a morte e a loucura	34
IV — Fim de epoca	44
V — De mal a peor	56
VI — Rei e senhôr	64
VII — A guerra das laranjas	81
VIII — “Humour”	91
IX — Condenação	102
X — O reino em mudança	106
XI — O milagre tropical	122
XII — A sedução do Brasil	130
XIII — A construção do imperio	137
XIV — Senhor da America	150
XV — A derrota da princeza	169
XVI — Manhas reais	178
XVII — “Tiene dueño”	188
XVIII — Esplendor	203
XIX — Tranquilidade	223
XX — A revolução	246
XXI — O filho prodigo	251
XXII — Regresso	260
XXIII — Prisioneiro	275
XXIV — Esfinge	282
XXV — A morte do imperador	311

I

A CÔRTE TRISTE

Quando nasceu D. João — em 13 de Maio de 1767 — uma tristeza inexprimível estrangulava a côrte de Portugal. Depois da implacavel justiça que o marquez de Pombal mandára executar contra os regicidas, completada com a expulsão dos jesuitas, a nobreza vestia luto — aparentando humildade — e o cléro tremia no fundo dos seus privilegios e imunidades. Havia grandes fidalgos portuguezes escondidos nos cárceres da Junqueira, desterrados ou deserdados; e dos subterraneos das prisões, das capitais européas por onde se espalhavam os fugitivos, um ruido de imprecações trovejava, distante e impreciso. Envelhecera El-rei D. José, rubicundo, lento de movimentos, o ar sombrio, roído de remorsos, predisposto á apoplexia, que paralisára o pae, antes de o fulminar; e a rainha D. Mariana, cada vez mais devota, séria como uma abadessa, discreta como um ministro, pensava sobretudo na vida eterna. O terror do castigo Divino apunhalava, pungia a côrte, que em procissões, novenas e átos pios esquecia as injurias de Sebastião José de Carvalho e Melo e, no afan de salvar a alma

comprometida por historicos erros, toda a familia real fazia inveja às ordens religiosas, mesmo aos frades observantes, na sua aguda fé paciente, misturada de construções de igrejas, de dotações de conventos, de penitencias publicas, de festas ricas e interminaveis em louvôr de Deus. D. Maria e o marido, D. Pedro III, foram os mais fervorosos cristãos daquele seminario bizarro — que eram o gracioso paço de Queluz, o paço da Ajuda, e mais longe, Mafra e Vila Viçosa.

*

* *

Passava a casa de Portugal a ser uma das mais debeis e enfermças da Europa — como avisára o cardeal de Bourbon. Os casamentos consanguineos, a herança morbida, a melancolia da sua côrte mística, apática e extremunhada de pavôres indefinidos, davam-lhe, no reinado de D. José I, a fisionomia de uma velha estirpe decadente, cujos estigmas degenerativos confluissem num rei gôto, epileptico, reservado, com as pernas ulceradas — sindroma dinastico, peculiar aos varões de Bragança — que lhe retardavam os passos preguiçosos pelos seus palacios cheios de frades. Casára, entretanto, a filha lipemaniaca, ardendo de delirios religiosos, com o infante D. Pedro, seu tio, mais velho do que ela dezoito anos, balôfo, boquiaberto, abulico — porque as princezas herdeiras não podiam ligar-se a principes estrangeiros. O legado de neuroticos nostalgicos, de misantropos depressivos,

de desanimados Infantes fustigados por uma aflicção sutil, de espiritos que oscilavam entre o orgulho de Cesar e a renuncia de Jesus — acunulárase, por uma natural convergencia de táras, no temperamento contraditório da princezinha do Brasil.

O Pae, aquele enigmatico rei D. José, a quem a doença hereditária secára as pernas, a vontade mole repousada no genio pródigo do seu ministro, voluptuoso como D. João V, porém vigiado, perseguido pelo ciume áspero, indormido da feia rainha — transmitira-lhe a indecisão, a perplexidade, o enfado precoce de viver, com uma duplicidade estranha de character, entre humilde e orgulhoso, tão imperiosa que nem a demencia total lhe abateria a altivez nativa, mas tão piedosa que se anulava, um eterno rosario entre os dedos de marfim, aos pés de um frei-confessôr omnipotente.

A espanhola Mariana Vitória transportára de Madrid a misteriosa molestia nervosa dos reis seu pae e irmãos. Felipe V transformára-se em Espanha, de donairoso duque d'Anjou marcial e belo, num pobre monarca vesânico, esquivo, tolhido, governado afinal pela esposa, a energica Isabel Farnese, que lhe não permitiu segunda abdicção, dirigindo-o como a uma criança, cujos desatinos subitos se aplacavam aos gorgeios do tenor Farinelli. Dos seus filhos, Luiz I, segundo Saint-Simon, “tinha a inteligencia do menino, a curiosidade do adolescente e as paixões do homem”. A escassa vitalidade, a mulher tréfega que lhe déram, made-

moiselle de Montpensier, como a lhe apressar o fim, a morte libertadora, suprimiram-no muito cedo. Fernando VI, filho de mãe tuberculosa e pae neuropatico, “le sexe anulait tout en lui” (disse Michelet), amou tão absorventemente a esposa, Maria Barbara de Portugal, irmã de D. José I, que não soube sobreviver-lhe. Acabou de enlouquecer com a noticia dos atentados sofridos, em Paris e Lisbôa, por Luiz XV e pelo cunhado. Gemia: “Stilletata di quà pistolettata di là, ed io in mezzo...” Farinelli, de começo, socegara-lhe a turbação íntima, a melancolia incurável que se agravava, na casa de Espanha, em razão da apatia desconsolada, de uma tanaofilia herdada aos Austrias, do predomínio das rainhas sobre os maridos virtuosos, extremamente maridos, dos tormentos morais, chamas vivas que os frades sopravam, e os abraçavam de escrupulosos crueis. Mariana Vitória parecia-se com Carlos III, o mais equilibrado, o mais varonil, o mais ativo dos Bourbons do Escorial. Era beata, modesta, cavaleira, caçadora, porém veementemente castelhana, ciosa do governo do paço, e do esposo, a quem fazia espiar, odiando-lhe as amantes, perdendo-as — e muito amiga do irmão. Mas a predisposição á loucura, que se declarou na Sra. D. Maria desde os verdes anos, com a saúde fragil e uma inverfivel timidez, não lhe proviéra apenas dos avós e tios de Espanha. Mariana d’Austria, mulher de D. João V, levára a Portugal, com o prognatismo habsburgico, a intolerancia religiosa das princezas nascidas em horas tragicas, educadas

na comunhão irreductivel da Igreja, como destinadas ao total serviço divino. Fugira-lhe a mãe de Viena, que os turcos começavam a sitiá-la, pejada da que seria soberana portugueza (1) : uma espavorida fuga, quando o imperio e a cristandade pareciam desabar, ao arremêso do novo barbaro. O primeiro choro de Mariana d'Austria coincidiu com um grito de odio e alegria, das hostes católicas que afugentavam, triunfantes, os cavaleiros otomanos. A angustia da retirada, o sobresalto da expectativa, entretida pelas rezas extenuantes, o delirio da vitória, sacudiram inicialmente aquella tenra vida, consagrada por uma familia desesperada à causa da cruz, como filha das lagrimas e dos rogos.

Bem triste esposo ganhára D. Maria!

O infante D. Pedro, irmão del-rei D. José, chamado pelo padre José Ritter de "delicias del Palacio" (2), saíra aos avós de Portugal; indolente, guloso, mansarrão, bom de genio, a intelligencia apagada, incapaz de ambição, de audacia, de vontade, enorme, inofensivo e obeso. Deixou nos marmores de Queluz a suprema razão de sua vida. Retratará-no a reger, no tecto das talhas do seu paço magnifico, um concôrto mimoso. Não havia de resto na Europa príncipe mais feio, escreveu Costigan, que achava, ao lado dele, um Adonis o hor-

(1) P. Joseph Ritter, *Vida y Virtudes de la Serenissima Señora Dona Maria Ana, Reyna de Portugal*, etc., p. 34, Madrid, 1752.

(2) *Vida y Virtudes*, etc., p. 34.

rivel Carlos III. O duque de Chatelet pintou-o “devoto até o fanatismo, silencioso e sombrio”. O povo, sem lhe querer mal, apelidava-o de “Capacidonio”: porque, a recomendar protegidos, empregava sempre os mesmos elogios, “capaz e idoneo...”

D. Maria, entretanto, conservava na aflita piedade uma soberba natural, nas suas torturas intimas a irradiante majestade que inspirava, na mocidade e na velhice, no trono ou, louca de vez, pelas galerias desertas de Queluz, um respeito impressionante. Não era formosa. Era tão pouco mulher que ninguem se lembraria de reparar-lhe a regularidade das feições, a alta fronte austriaca, “uns olhos perspicazes, mas meigos e cheios de bondade”, o forte nariz bourbonico, o lindo colo parecido com o de Barbara de Bragança na t \acute{e} la de Duprat, as mãos idealmente alvas, apanagio da raça, mãos niveas como as de Maria Tereza, filha de Felipe V, do quadro de Houasse, ou as de Mariana Vitoria, do retrato de Largillière... Horace Walpole — “arbiter elegantiarum” — notou-lhe a “gentil majestade do porte, a nobre expressão bondosa, e ao mesmo tempo imperativa, da fisionomia” (3) — “plein de talens et de douceur”, segun-

(3) De Walpole disse Maurois: “Pour qu’il juge une chose belle, il faut qu’il y trouve un naturel qui allie jusqu’a la negligence...”, *Etudes Anglaises*, p. 184. Julio Dantas descreveu a rainha, com “ligeiro prognatismo, plagioprosopia, a bôca dos Habsburgos, tipo adenoide discreto.”

do o duque de Chatelet (4). Infundia uma religiosa admiração — assinalou Beckford (5). Era estudiosa e reservada, acrescentaria José Bonifacio, embora não tivesse recebido na infancia uma instrução sufficiente, devido á saúde precaria e a natural melancolia. A sua virtude era fria, o sorriso tenue e fugidio; o olhar gelava. Nenhuma rainha do século XVIII seria mais hieratica — na sua crescente intranquilidade de mulher abrazada de zelos cristãos — do que Maria I. As suas festas foram procissões, os seus ocios retiros, as suas obras igrejas — a do Coração de Jesus, feita para comemorar o nascimento do principe D. José — os seus cortezãos frades, os seus livros breviarios; — e no paço, em viagem, em Queluz, em Salvaterra, nas caldas, no Alemtejo, em toda parte, orava. Os exercicios de Santo Inácio traziam dobrados os seus joelhos, numa sucumbida e permanente devoção — aqueles exercicios que o padre Malagrida recitára á agonia do avô D. João V — o mesmo padre Malagrida que o pae, D. José, fizera garrotear como a um judeu. Tinha seu confessor, o esplendido frei Inácio de S. Caetano, prazenteiro, desdenhoso, ótimo frade, que o marquez de Pombal julgara — assegura Beckford — “sufficiently shrwed, jovial and ignorant” (6). Era o medico sagaz da-

(4) Voyage du ci-devant duc de Chatelet au Portugal, I, 39, Paris, an VI.

(5) Italy, Scketchs of portuguese and spanish life, II, 199, London.

(6) Op. cit., II, 73.

quele espirito enfermo. Equilibrava-o e dirigia-o. Enquanto viveu, o misticismo de D. Maria foi lúcido e calmo; morto frei Inácio de S. Caetano, ela endoideceu sem remedio. Devia governar assim. E governou.

D. João, o segundo filho, não se parecia com o primogenito, o predileto do avô, o *principe desejado* do marquez de Pombal. D. José era esbelto, ágil, insumisso. Sebastião José de Carvalho e Melo vislumbrára-lhe, na impaciencia infantil, um traço de gênio. Sonhára com a realeza para ele. Mas uma realeza plasmada pela sua politica anti-feudal, anti-jesuitica e anti-britanica: por um forte, novo Portugal, que não o da regencia de D. Mariana, sonambulico e futil. O problema do reino consistia na sucessão del rei José. O advento de D. Maria seria o fim de Pombal; o de D. José II, a sua reabilitação. O marquez olhava aquele menino com uma ternura interesseira: lograra ser grande ministro de um rei fraco; mas, no futuro, um forte rei prescindiria de ministros fracos. D. José era a anunciada aurora; afinal subiria ao trono um principe educado para reinar. Apenas Pombal precipitou o jogo, e perdeu-o. A partida foi arriscada. Tratava-se de decretar a lei salica, deserdando D. Maria, em favor do filho mais velho. Um projeto inteligentemente urdido: punha-se de lado a princeza, a apaziguar a consciencia no seu oratorio de Queluz, com o marido invalido ao pé — e passava-se o titudo de principe do Brasil ao menino vivo e belo que Pombal instruia no seu

ódio ao padre e à *fronda*, na sua desconfiança da Inglaterra. El-rei concordava; a propria Sra. D. Maria, muito ocupada com os seus rosários, aconselhada utilmente por frei Inácio de S. Caetano, concordaria tolerantemente. Mas o marquez esqueceu uma personagem que, apartada da politica, aparentemente indifferente ás intrigas de reposteiro, vigiava com a sua astucia feminina a diplomacia do ministro: esqueceu D. Mariana Vitória. Os planos de Sebastião José eram vastos; decretada a lei salica, em França casaria D. José (7.) A aliança de Luiz XV, no momento em que a Inglaterra tinha de lutar com as suas rebeldes colonias da America significaria a revogação do tratado de Methuen, a alforria comercial do reino. Madame Elisabeth, filha do Delfim, levaria à península, com o sangue real, o racionalismo francez... Porém, Madame Elisabeth — e nisso não pensara Pombal — era neta de Luiz XV, sendo este o rei que, ultrajantemente, devolvêra a Madrid a noiva criança, quando — já mais de oito lustros haviam corrido — a filha de Felipe V não parecêra sufficientemente princeza para o seu alto talamo. A menina repudiada casára-se mais trade com D. José de Portugal. Era D. Mariana Vitória... Não permitiria que seu neto dêsse a mão de esposo à neta daquele insolente primo, cuja afronta a tor-

(7) *Histoire de Jean VI*, etc., Paris, 1827, p. 1. Chegamos à conclusão de que o autor desse livrinho é Silvestre Pinheiro Ferreira.

nára deplorada e ridícula. Era rainha, espanhola... e mulher. Tinha um genio energico e uma arte, toda sua, de impôr-se aos que a cercavam. Uma feita, replicára ao dileto mano de Madrid — segundo o bispo do Pará: “Diga ao barbaro de meu irmão que ainda são vivos os netos daqueles que venceram vinte e cinco batalhas aos espanhóes...” (8) Perdoára a Pombal a expulsão dos jesuitas, a dizimação da nobreza — e o pavoroso castigo dos regicidas que o seu ciume e a sua vaidade teriam secretamente premeditado. Sabia talvez, como se soube algum dia, que as proprias alfaias dos Tavoras foram, com as armas substituidas, para os salões de Oeiras. Sómente não lhe perdoaria a bizarra idéa do casamento em França.

E surpreendeu a filha com a noticia, que o ministro José de Seabra lhe segredára. Queria arrebatá-la da cabeça, precocemente inclinada pelas meditações, a corôa de Portugal, que proveitosa lhe seria para o serviço da Igreja e sua defesa, “urbi et orbe”. A conjura domestica completaria a feroz destruição dos jesuitas, porque pretendia aniquilar o clero. Educaram escandalosamente o principezinho nos sofismas francezes —

(8) Camillo, *Memórias do Bispo do Pará*, p. 16, Porto, 1868. — Pombal defendeu-se da intriga — após a sua quêda — escrevendo uma “apologia sobre a calunia”, em que procurou demonstrar o seu horrôr a qualquer alteração da lei fundamental da monarchia. Nunca lhe passára pela cabeça — disse — a espoliação da coroa de D. Maria em proveito do príncipe D. José. (Rocha Martins, *O Marquês de Pombal desterrado*, doc. n.º 13, p. 315, Lisboa, 1938).

filosofia ceptica, impregnada de ironia, descrença e pecado. Pombal engordára e encanecera: pois no sarcasmo, que lhe dava ao rosto grave um ar famoso de malicia e desdém, já se desenhava a fisionomia do Anti-Cristo... D. Maria decidiu-se. Foi um momento Princeza Real. Correu ao gabinete do pae. Prostrou-se aos pés de D. José I, estupefacto: “expõe-lhe, com a submissão de filha e de vassala, mas a energia da razão e da virtude, seus sagrados direitos...” (9). O rei já não tinha saude para suportar emoções daquelas. Abateu, comovido, numa cadeira, tomou-a nos braços, protestou, que não pensára em privar-a dos seus direitos, que jámais assinaria semelhante decreto... Vencêra D. Mariana, sem aparecer; Pombal, indignado, deportou para Angola José de Seabra, e, pela primeira vez, sentiu proximo o seu fim. Reinaría a beata. O reinado “francez”, ameaçando a nação (“qui prétendait l'éclairer en dépit d'elle-même”, na frase de Benjamin Constant) (10) este não seria, como o do Messias, do mundo presente...

Ninguém cogitava ali do infante D. João. A avó, espiando o marquez, o rei, a politica espanhola, não tinha tempo para isso — nem a mãe, com os seus exercicios espirituais de Santo Inácio, nem o pae, silencioso, gastronomo, amando, com o

(9) José Bonifácio de Andrada e Silva, *Elogio de D. Maria I*, (1817), p. 19, Rio, 1827.

(10) *Politique Constitutionnelle*, II, 266, Paris, 1866.

maior amôr de que era capaz a sua natureza desalentada, a quinta de Queluz, o seu parque, o palacio novo, joia de arquitetura, graça e socêgo. Os cortezãos que fugiam a Pombal faziam a roda do principe D. José. Uma roda pedante de tradutores de Voltaire, de apologistas do imperador da Austria José II — com quem começava a corresponder-se o primogenito de D. Maria — e de Frederico da Prussia, rapazes que caluniavam o clero, o confessor da princeza, o papa, e achavam Portugal uma Tebaida ou um monturo. D. João foi entregue aos cuidados dos frades, para lhe ensinarem letras e musica. Mais musica do que letras.

A mania dos serenins, dos concertos, das Missas da capela real que eram mais luxuosas que as do Vaticano — divertia e preocupava a côrte. Mania envolvente, estendia-se da Ajuda e de Mafra a todos os palacios do reino — vinda de Vicna, com o ilustre Scarlatti, e de Espanha, onde o tenor Farinelli — comparado pelos padres a David aquiétando Saul — apaziguára com os seus gorjeios o humor nostalgico de Felipe V e Fernando VI. O musico Egipcielli ganhava do erario portugûês o ordenado imenso de 30 mil cruzados. Os cantores Cafarelli, Veroli, Guadagni, recebiam por dous mezes dez e doze contos (11) e a um, que executara maravilhosamente uma “cantata” de Jo-

(11) Eduardo de Noronha, *Pina Manique*, p. 70, Porto, 1923.

melli, presenteara el-rei com uma galinha e seus vinte e quatro pintos, tudo de ouro. A Catalini tinha mais de 100 mil francos de gratificação, em Lisbôa, e maior ordenado ganharia a Crescentini, afirmou a duqueza d'Abrantés. Não havia no mundo orquestra maior que a de Sua Majestade Fidelissima; nem mais cara, mais completa, dissera o bispo do Pará (12); nem "mais sublime", acrescentou Gramosa; que ali os espetáculos floresciam, gabava Goldoni, a quem o embaixador português pagava as operas com 1.500 escudos (13). D. Maria, herdeira da tradição artistica da avó Mariana d'Austria, da tia Maria Barbara e da mãe Mariana Vitória, todas excelentes clavicistas, preferia as operas de David Perez, do insigne Antonio Leal Moreira, de Jomelli e Lucas Jovini, de Cimarosa e Martinelli. O gosto da bôa musica fôra a sua exclusiva, inocente inclinação mundana — e haveria de ensandecer ouvindo, em Salvaterra, a partitura soluçante do seu mestre Perez, "Zenobia", a destronada e cativa rainha. Apenas proibiria que mulheres — como a Zamperini ou a Todì, ardentes, requestadas comicas — cantassem nos palcos. Desterraria dos teatros as atrizes, substituidas pelos "castrati", sopranistas educados na escola vaticana... Àquele tempo todos os Infantes da península eram sofrivelmen-

(12) Camillo, *Mem. do Bispo do Pará*, p. 185.

(43) Henry d'Estre, *Bourmont*, p. 81, Paris 1934.
boa, 1892.

te musicos, a começar pelo magnifico duque de Lafões, que Burrey e Gluck reputaram arbitro de arte (14). A suprema elegancia consistia em empunhar a batuta no côro da Igreja, governando um batalhão de violinos como se fôra a uma tropa mecânica, um principe de sangue, que descia as escadas do templo aplaudido come um maestro, para subir tropegamente as do trono, com as pernas bambas, hereditariamente fracas, dos Braganças.

Nos primeiros anos, realmente, foi o pequenc D. João — no relato do duque de Chatelet — “d’une jolie figure; mais tous les hommes de la maison de Bragance ont une maladie hereditaire, dont le principal symptome est une enflure aux jambes”. El-rei D. José sofrera desse mal e Pedro III escusava-se com ele da sua inércia epicurista. Porisso os principes portugueses perderam o gosto das cavalarias, tão amadas dos antepassados, e, com os habitos sedentarios, pareciam desprezar o exercito, as paradas, os exercicios militares, que qualificavam — embevecidos com o canto de Egipcielli e a opera de Goldoni — de barbaros costumes dos primos da Alemanha. D. João só montou a cavallo até os 38 anos, quando os achaques o fizeram abandonar os passeios matutinos e o prazer da caça nas coutadas reais — segundo os conselhos de Luiz XIV, que os receitara contra a hipocon-

(14) Theophilo Braga, *Os Arcades*, p. 94.

dria aos descendentes. Creou-se longe dos homens ativos e alegres, fortes e sanguineos, que melhor amam a vida por a viverem ao sol que Deus dá. A musica sacra, desde a tenra idade, foi a preocupação do seu espirito quiéto. Devia saber canto-chão como o pae, regente de orquestra, como o bisavô, que fundára uma escola dele em S. José de Ribamar e transformára a Patriarcal, doido por musica como os antecessores, “desde D. Pedro I, que tangia trombeta bastarda, até D. João IV, que tocava tudo” (15). Era nisto um contraste com D. José, seu irmão — contraste fisico, como se a exaltação mistica de D. Maria e a hebetude de Pedro III tivessem produzido Dom Quixote e Sancho — e contraste espiritual. Queria De Maistre, que o homem moral estivesse formado aos dez anos. Neste caso, D. João se fazia frade. Com um apetite de escudeiro, a quem o heróe recomendára: “Come, Sancho, tu que não és cavaleiro...”

D. José, belo, delgado, nervoso, o olhar intelligente, um temperamento impulsivo, encantava os letrados com a sua vivacidade, assustava os bispos com a sua ironia — de quem se carteara com o imperador José II.

O outro, gordanchudo, as pernas grossas, o olhar manso, a palavra prudente, fascinado pelas operas de Perez e Jomelli, enternecia pela

(15) Camillo, *O Carrasco*, 4.^a ed., p. 19.

candura, agradava pela bonomia. Como se os separassem dous seculos; e duas sociedades — a futura e a passada, o novo e o velho país — pulsassem neles: D. José era bem da estirpe materna: de D. Maria I, de Mariana Vitória, de Mariana d'Austria; D. João era da linhagem paterna: de D. Pedro III, de D. José I, de D. João V. Se o primeiro subisse ao trono, o que faria de inicio seria um monumento a Pombal — e a secularização da universidade. D. João começaria o seu governo construindo o teatro de S. Carlos.

Adoeceu perigosamente no Natal de 1786. Foi a sua mais séria doença, que o assaltou depois de um largo passeio a cavallo. Pintaram-lhe a face alguns sinais rubros. No dia seguinte, os medicos verificaram que tinha bexigas confluentes. E aquilo matava. O corpo cobriu-se-lhe de borbulhas de sangue. Olhando-se ao espelho, numa exclamação de medo, se viu muito feio. Meteu-se no leito. Só o deixou em 14 de Fevereiro (16). A côrte respirou, aliviada; todas as Igrejas do reino celebraram o seu restabelecimento, e festas populares — as primeiras que lhe dedicaram — resplandeceram as esperanças que prometia, o calmo e bom principe.

(16) Luz Soriano, *História da guerra civil*, I, 344-5, Lisboa 1866. Sobre a historia clinica das casas de Portugal e Espanha, indicamos as fontes conhecidas: Drs. Galippe e Jacoby, nos seus livros sobre hereditariedade e seleção; Cabanès e Julio Dantas, nos seus estudos medicos-historicos de Bourbons e Braganças; o parcial Gonzalo de Reparaz (hijo), *Los Borbones de España*, Madrid, 1931.

O casamento comprometeu-lhe a tranquilidade de uma adolescência sem grandes cuidados nem incidentes sentimentais. Só por isso não foi inteiramente feliz. A morte inesperada do irmão depois o transformou de menino de côro em herdeiro da corôa — e de um vasto e rico imperio, estendido por todos os climas e cobiçado pelas grandes potencias. Foram dous golpes do destino que, no limiar da mocidade, lhe transtornaram a vocação de monge e musico — para o fazerem uma figura histórica, da mais dramática das épocas universais.

II

A INFANTA DE ESPANHA

Os casamentos em Espanha, depois de D. João V, tornaram-se imperiosa lei na côrte portuguesa. Eram convenientes, pela comunhão de fé e sangue que já havia entre as duas dinastias; sobretudo eram prudentes, porque lhes tranquilizavam os Estados, desarmando as prevenções seculares. Não podendo destruir-se mutuamente, sustentavam-se, amparavam-se, serviam, conjuntamente, à Igreja: de um lado Braganças contaminados da lipemania filipina, do outro Bourbons conturbados pelo sentimentalismo das infantas braganquinas. Maria Barbara e D. Fernando, D. José e Mariana Vitória, tinham creado com os seus amôres modelares uma lenda amavel e uma tradição útil. Aquelas rainhas apaixonadas dos maridos, em cujas mãos delicadas o tecido diplomatico se fizera gracioso, pacifico e fútil — haviam impedido varias guerras, imposto tratados conciliantes, atenuado as divergencias remotas. Mariana Vitória casára o neto mais velho, D. José, com sua filha Maria Benedita, mais idosa: dezeseis anos,

que ao barão de Neuville lembraria os retratos de Velasquez — garantindo-lhe a corôa de Portugal. Fôram lúgubres nupcias, celebradas quasi às ocultas, durante a agonia do rei (17), entretanto felizes e estéreis. Aos outros netos, D. Mariana e D. João, destinára os netos de seu irmão Carlos III, infante D. Gabriel e infanta Carlota Joaquina. Tanto que enviuvou, correu a rainha a Madrid, a propôr as alianças. Ao rei Carlos aproveitavam: estendia a influencia da estirpe, e fixava-a na catolica peninsula. A sua grande obra administrativa reclamava uma paz exterior, que lhe poupasse, para as suas estradas, as suas industrias, a sua navegação, as sobras do erario. Apenas os matrimonios endogamicos, entre crianças de fraca vitalidade, portadoras das manifestações degenerativas dos varios troncos reais de que descendiam, aumentavam a tristeza das côrtes piedosas, acentuavam o traço enfermigo, caracteristico das casas reinantes, atirava-as, mercê do seu egoismo, a braços com as neuroses que as iam aniquilando, exanimes e orantes.

O principe das Asturias, D. Carlos, tirára ao pae no amôr dos exercicios violentos, na brutalidade das occupações favoritas, na força fisica. Era um bom gigante, cujas coleras epileptiformes se

(17) Lucio d'Azevedo, *O Marquês de Pombal e sua época*, p. 344, Rio 1922.

dissolviam em quebrantos de ternura, honesto, confiado, ignorante, levando a sua paciencia ao cumulo de colecionar relógios, centenas de pequenas maquinas complicadas, aos quais êle mesmo dava corda, para que marcassem, exatissimos, a mesma hora — e tão jovial que jogava o “box” ou a esgrima com os lacaios, desbaratando-os ruidosamente. D. Pedro II, D. João V e D. José I de Portugal, na sua mocidade de corrida às ruas sujas, pelas noites de Lisbôa sem iluminação e sem policia, escaramuçando, às gargalhadas, com os transeuntes — pareciam reviver naquele principe espanhol feio, corpulento e generoso. Mas a princeza Maria Luiza de Parma o dominava, como Maria Barbara ou Isabel Farnese dominaram os dous outros Bourbons: e sem a virtude, intransigente, daquelas rainhas, cuja politica se fizera na camara conjugal, enleando em carinho o espirito nebuloso dos inaridos melancólicos, tinha a mais a preocupação de um inando pessoal, de uma ambiciosa participação na autoridade do esposo reduzido assim a um plano secundario, dependente de caprichos e excentricidades, joguete da intriga inteligente da mulher. Só exteriormente, porisso, no gosto da caça, na sua vida ao ar livre, preferindo à tristeza dos paços as suas coutadas onde, no reinado anterior, dous mil peões tangiam os javardos, por que passassem, enfurecidos, debaixo da mira da escopêta de Sua Majestade Catolica — Carlos IV imitou a Carlos III, caprichoso, astuto, suspicaz, Luiz XIV de uma velha monarquia des-

povoada, aflita de terrôres religiosos (18). No intimo, irresoluto, casto, desinteressado, relegando à irrequiétude de Maria Luiza os negocios graves, o pai de Carlota Joaquina não herdou á filha senão qualidades accidentais, com a sua epilepsia, a mania venatoria, o nariz bourbonico. No mais, a rapariga saiu á mãe parmense. Orgulhava-se disso. Foi a pergunta que fez a Laura Junot, no dia da apresentação da embaixatriz: se se parecia com a rainha de Espanha... Era Maria Luiza filha de Felipe, duque de Parma, segundo filho de Felipe V e Isabel Farnese, e de Luiza Isabel de França, a primogenita de Luix XV: portanto, prima carnal do marido, cujos pais eram igualmente consanguineos — uma herpética, a quem a bravia Farnese chamára “la tiñosa”, semelhante, na sua educação original, áquela terrivel mademoiselle de Montpensier que horrorizára Madrid com as maneiras dissolutas — e o filho de um louco e de uma brilhante princeza. Casára-se, aos quatorze anos, com o principe das Asturias, que fizera dezesete. Conservava, da familia italiana, uns formosos olhos, umas admiraveis mãos pallidas, e tão belos traços que Carlos IV os gabava muito, razão porque, com o çume peculiar à raça, exigira na côrte que as damas trouxessem luvas altas, pudicas luvas que realçassem aqueles dotes naturais da princeza, a unica, sem excetuar a embaixatriz francesa Laura Junot, que podia mos-

(18) Abate Fr. Bascatini, *Vida de Carlos III de Bourbon*, p. 13, Madrid 1790.

trá-los... A sua fisionomia não era bonita, com a boca muito rasgada, o perfil masculino, as linhas severas do rosto que lhe celebrizou Goya, angulosas, traduzindo um caracter invulgar, sensual e autoritario, os cabelos negros e bastos; porém a sua elegancia de moça, certa graça de gestos que se lhe combinavam com a palavra quente, a conversação espirituosa, a agudeza varonil de conceitos, perdiam nela o efeito e a sedução em virtude do seu máo gosto inverosimil na escolha dos vestidos, na mistura das côres. Carlota Joaquina foi mais feia, tão intelligente e ambiciosa, mais apaixonada e politica, ainda menos avêssa á feminilidade das lindas roupagens e do toucador francês — do que a princeza sua mãe. Eram desta os seus olhos graúdos, negros, andaluzes; o exagerado diametro vertical do rosto; a boca voluntariosa e larga, de lábios finos, descobrindo máos dentes (antes dos quarenta anos Maria Luiza já os não tinha); a testa abaulada, o nariz grande, o talhe gentil, se bem que mediano; a tendencia á magreza enxuta e solida, de apófises rompendo carnes morenas, com a idade azeitonadas, como se tostadas de soalheiras alentejanas. O desprezo dos enfeites delicados, da beleza artificial, dos pequenos cuidados de "toilette", lhe apressaria a velhice. Agravar-lhe-ia a viridade das feições, ("physionomie très vive et fort spirituelle excita un non plus de curiosité que de sympathie", segundo Hyde de Neuville), o habito da caça e do trabalho, que lhe esquecia o sexo e a

necessidade de agradecer, numa elaboração lenta da virago, da mulher aciganada e lugubre, da rainhaduende, que em trinta anos substituiria a menina infanta, em quem “o tipo dos Bourbons de Espanha se encontrava em alguns traços...” Sómente o benevolo Giedroya declarou que, menos bela que Maria Luiza, não era “desprovida de graças e encantos”. Não os reconheceria a duqueza d’Abrantès, que a descreveu muito pequena, claudicando de uma perna, olhos travessos, o nariz arroxeadado, demasiadamente desagradavel para as lendas de amôres que lhe esvoejavam á volta... (19).

Quando a casaram, completára dez anos. Aliava á esperteza excepcional, á maravilhosa memoria, um espirito artistico precoce, uma instrução variada, de idiomas e letras, uma inquietação promissôra.

D. Maria I reparára: “Ela é engraçadissima e viva; e faz tudo como se tivesse outra idade”. Tocava com desembaraço e cantava mimosas árias sevilhanas — cantigas que traziam em Aranjuez, à beira do Tejo, a côrte enfeitada e alegre, achando que as caçadas de Carlos III, os relógios do principe das Asturias e as serenatas de Carlota Joaquina curavam a melancolia á familia real. O embaixador, conde de Louriçal, que assinou o pacto

(19) Duchesse d’Abrantès, *Souvenirs d’une ambassade*; e Balles-teros Beretta, Pref. a *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de España en America*, p. IX, Madrid 1920.

nupcial, encarecêra-lhe a formosura: aos seus olhos cortezãos, Carlota Joaquina, entre tantos encantos, só possuía um defeito: as picadas de variola que mordiam a sua face eburnea — como a avó, Isabel Farnese, as tivera. Não ficavam mal aos príncipes, poderia acrescentar: além de Maria Barbara, Luiz XV morrera daquela doença. Depois dêle, os príncipes de Soubisse. Em seguida, o duque d'Aumont. O proprio D. João a sofrera, a termos de acabar... Amava sobretudo a música italiana — como o pae, que regia pequenas orquestras, pretendendo ser um dos preciosos “violinos” da Europa. O misticismo dos antepassados, os atos piços que lhes foram familiares, a obediencia ao clero regrente, nunca a deteriam — muito gaiata, ativa e independente, menina que nascera para realizar grandes cousas se fôra algum dia chamada para reinar, superior aos irmãos, Fernando e Carlos, debeis, indolentes, máos, futura Isabel de Inglaterra que se malogrou em anedótica “rainha do Brasil”...

Faltar-lhe-ia, para ser Maria Luiza de Portugal, o dôce Carlos IV.

Nenhuma outra princeza do seculo pareceria menos propria para mulher do calmo D. João. Talvez lha déssem por isso... E entre comemorações famosas.

As cerimoniaes realizaram-se, simbolicamente: em Madrid o casamento de Carlota Joaquina e D. João, em Lisbôa o de D. Gabriel e Mariana de Por-

tugal. A 7 de maio — era em 1785 — chegou a Badajoz a infanta, com o cortejo de aias e camaristas. Saiu-lhe ao encontro o noivo — ia fazer dezoito anos — adstrito ao protocolo, mandado a receber ao meio do caminho a desposada a quem não conhecia, admira-la, com algumas palavras estudadas, durante cinco minutos, que um escudeiro lhe contava ao lado, e acompanha-la, a cavallo, com os seus pagens ricamente fardados... Depois, foi o remoinho das festas. De resto, o matrimonio não se consumaria senão tres anos depois. A menina infanta, aos dez anos de idade, quasi uma criança fisicamente, porém intellectualmente moça perfeita, esperaria pela adolescencia em casa da rainha Maria, enquanto D. João utilizaria em Mafra os seus ocios, cantando no côro e caçando nos descampados. Três anos passariam depressa — para ambos, razoavelmente indifferentes, um em relação ao outro, desde que se viram, decepcionados, iludindo-se, na fronteira. Mentirosos retratos! Carlota Joaquina tinha a vivacidade, excessiva, das filhas do povo; Dom João, a corpulencia e a frieza dos campinos fartos... Em Vila Viçosa, lindos pavilhões abrigaram a familia real e os principes. Disse-se que ali — na noite de 9 de Junho, — após uma pequena cena oculta, a infanta mordeu a orelha do marido e ainda lhe atirou á frente um castiçal... A musa bréjeira encartou a anedóta entre os fatos engraçados do tempo — os régios meninos desavindo-se com escandalo antes de se entenderem — e o padre José Agos-

tinho de Macedo (soube-o toda gente) lhe fez uma poesia satirica:

“Conte-se por toda parte
A mordida na orelha dada;
A gatinha mordeu o gato
Na noite duma embrulhada”.

Mas os festins continuaram. No paço e capella da Ajuda. Com pontifical e operas. Bailes da rainha, do embaixador espanhol, da côrte, Lisbôa, reino e colonias. A embaixada de Espanha iluminou-se de 3.878 vélas. Intencionalmente, cinco cantores executaram o drama lirico da “volta da Astrea à terra” (20). A deusa era Carlota Joaquina. O conde de Fernan Nunez mostrára-se grandioso, perdulario, superior a um reino inteiro, que ia comer ás suas mesas, alumiar-se das suas luzes, espantar-se da sua magnificencia. O embaixador abriu as dansas com a bela marquezada das Minas. A familia real confessava-se feliz. D. Maria I dava graças aos céos e o arcebispo de Tessalonica (frei Inacio de S. Caetano ganhára a sua mitra), galho-feiro, achando angelicas aquelas bodas de um rapaz e de uma menina exatamente feitos para já-mais se compreenderem, saboreava, lisonjeado, cortejado, perseguido, a alegria da nobreza e a ceia, simultaneamente servida a 370 convivas. Um delirio, um banquete de Luiz XV, uma volta — instante de mundanismo numa eternidade de pe-

(20). Artur Lamas, *Medalhas Portuguezas*, I, 67, Lisbôa 1916.

zar — á gloria das formosas mulheres, ao peccado social das gerações anteriores...

D. João amargou em silencio o lôgro. O conde de Louriçal era um ingenuo diplomata, de vistas castas. Foi precisamente dele, casado com uma linda Marialva, que Laura Junot escreveu: "il est surement de ces hommes dont on connait la femme depuis dix ans, et laquellẽ rencontrant son maris pour la première fois, on demande: "Qui est celui là?"

Nisto, três gerações de Braganças se repetiram: embaixadores miopes recomendaram-lhes, com informações infieis, noivas feias. O caso de D. João VI foi o de seu filho e o de seu neto, os dous Pedros do Brasil. Os retratos mentiam, como os cortezãos: sobretudo aquella infanta de Espanha se apostaria em perder a corôa do esposo, possuida pela idéa de ser, por suas mãos, senhora e rainha — grande rainha, senhora absoluta.

Entre 1785 e 1789, D. João conheceu a ventura de uma tranquillidade arejada de cavalgatas e batidas aos lôbos, espiritualizada de Missas cantadas em Mafra, risonha de isolamento, despreocupação e desinteresse pelo que lá fóra ocorria. Foram, coincidentemente, os três ultimos anos joviais dos principes da Europa. Diria Talleyrand: Quem não vivêra antes de 1789, não sabia o que era a delicia de viver... A côrte de Portugal não esquecia o conselho que a Felipe V déra Grimaldi: "Señor, vale mas la paz domestica que todo el oro del mundo".

III

ENTRE A MORTE E A LOUCURA

Ao findar Agosto de 1788 adoeceu o príncipe D. José. Os seus vinte e sete anos de exaltação espiritual e o temperamento linfático, não resistiram a uma atroz irrupção de variola. Segundo Wra-xall, os médicos quizeram ainda`vacina-lo, ao que a rainha, por escrupulos religiosos, se opuzera. Falou-se em demora de remedios, perplexidade da ciencia, entre D. Benedita, de olhos enxutos e coruscantes, defendendo a vida do marido como a leôa ao companheiro, e D. Maria I debullhando rosários, presága e silenciosa. Devéras a morte do príncipe do Brasil interessava á aristocracia tradicionalista: aquelle* rapaz afoguearia tudo, se chegasse a rei. Beckford, depois de lhe falar no caminho de Cascais, tivéra a convicção de que “a Igreja estava em perigo”. Elaborava-se, na alma recortada pela filosofia, do herdeiro do trono, a vocação revolucionaria. Os olhos abriam-se-lhe para o liberalismo: Lafões fôra o seu inspirador, Voltaire o guia... Não podia reinar sobre o país policiado por Pina Manique, que prendia no Limoeiro os assinantes da Enciclopedia. Na tarde

luminosa de 11 de Setembro, sem que ninguém suspeitasse da sua agonia, morreu. O povo, quando soube que expirára o moço príncipe, belo e joven, esperança que lhe restava entre o ministerio apostólico e os beleguins do intendente geral, o povo correu a pedradas os côches dos medicos, vestiu luto com a côrte, foi ás igrejas tres dias abertas, sinos a plangerem, exorcismar-se, dos máos genios que perdiam a pátria... Como lembrava o povo o romance de frei Montesino! "*Ay, ay ay! qué fuertes penas...*"

*
* * *

D. Maria I só deixou de as chorar, áquelas penas, quando lhe disseram, em 31 de Outubro, que a infanta D. Mariana tivéra segundo filho. O primeiro, infantezinho Pedro Carlos, com tres anos, era o mimo, a paixão da casa de Espanha... Desapareceu de repente a rainha tormentada, para florescer-lhe, nos refêgos d'alma, a ternura da avó. Sua menina, a querida Mariana, déra-lhe outro neto! Mandou rezar o Te Deum, a que assistiu alternando lagrimas, de dôr do filho morto, da alegria da filha feliz. Mas logo correios de Espanha noticiaram a doença da infanta. Que a febre não cedia. Declarara-se tambem a variola. Que seis medicos e duas praticas mulheres a assistiam, vigiados pela aflicção de Carlos III, que daria uma parte dos seus Estados pela vida da portuguesinha. Que já não esperavam salva-la, senão

por milagre, intervindo Deus... Em Queluz, a 7 de Novembro, com os primeiros frios, recebeu a mensagem final: morrerá, a 2, exangue, branca como os seus lençóis, cercada pela familia real de Espanha e seus fisicos, e seus frades, e seus aios, ainda bonita, apesar das manchas do rosto, aos dezenove anos... O sopro da desgraça gelava, como aqueles ventos de inverno — o trágico inverno de 1788, que descia sobre a Europa, despertando-lhe coleras monstruosas, secando as fontes da paciencia e da razão... No dia 9 aquele neto, que mal descerrára os olhos, morreu tambem. E a 23, roido de bexigas como a esposa e o cunhado, era o infante D. Gabriel que se finava. Maldição! A rainha não suportou mais: o bispo havia de estar certo: perseguia-a um castigo irredutivel, por seus erros, e os do pae cruel... Começou a ver e ouvir cousas extranhas: e ás alucinações se seguiram acessos epilepticos, grandes calmas, desvairos terriveis, entre o mutismo solene, de espirito que se convertera em estatua, duro e frio, e a agitação historica, que as açafatas não dominavam, com os rogos, nem o confessor, com a religião. Em vão mandou vir de Madrid o pequenino D. Pedro Carlos, orfão e débil, para descobrir-lhe no rostinho palido os traços sérios de sua pobre Mariana... Que podia uma criança de cinco anos, contra os máos genios do seculo? A rainha de Portugal, ciclofrenica, em crises de melancolia, enlouquecia aos poucos, desamparadamente — sem que a nação soubesse do seu drama, dos ultimos esforços

para vencer-se, sobreviver aos temporais que lhe demoliram os sonhos...

*

* *

A morte do príncipe do Brasil, seguida da morte, ainda mais misteriosa, do bom arcebispo-confessor, salvaram, em 1788, aquela monarquia eclesiástica. E tão aparentemente a salvaram, que se rosnou — nos círculos liberais, desenganados — andára naquilo uma conspiração de aristocratas. Decerto, o príncipe era demasiadamente pombalino, e o arcebispo muito poderoso, para permitirem o sereno e completo domínio dos homens que no reinado de D. José habitaram as masmorras da Junqueira.

Falecera em 1786, a 25 de Maio, D. Pedro III, de uma apoplexia que se tornara, na família reinante, hereditário epílogo da vida ociosa. D. Maria chorára-o muito — e poucos mais, além de D. Maria. Calado, inútil, esquivo — o príncipe-consorte não deixára nos paços de Portugal uma lembrança nitida.

Estava assim D. João Príncipe Real e chefe presuntivo de sua Casa. A intriga palaciana vencera. Os inimigos de Pombal desafogavam o peito oprimido — e a nostalgia da rainha era cada vez mais amarga. O mundo entrára numa crise sem precedentes. Chegavam a Queluz os ecos daquele desmonte de um passado — e de uma sociedade. Naufragava a monarquia franceza e a onda libe-

ral, soprada pela filosofia sem Deus, batia os muros da Europa. A morte de D. José parecia, aos cortezãos de D. Maria I, uma advertencia celeste: porque a Igreja e o Estado escapavam ao delirio economista que os ameaçara na propria Lisbôa. Os oradores sacros prégavam nos pulpitos a reacção da fé e da virtude, contra as dissolventes novidades. Devia-se extinguir, onde despontasse, o espirito novo. Alguns fidalgos pediam chamas do Santo Officio, caroxas e sambenitos, mais cajados da policia. Sentia-se que a politica dos reinos devêra ser desabaladamente policial. Nada de pensadores. Nem de perigosos homens livres. A conspiração era da inteligencia contra a ordem secular arranjada, no seu equilibrio, por inspiração divina. Que se abafasse, portanto, a razão — censurando-a, vigiando-a com as “moscas” da Intendencia Geral de cacete no sovaco e tricornio sobre a nuca, para que os raios da ciencia revolucionaria morressem na humidade do Limoeiro, apagados no carcere. Foi por esse tempo — conta Laura Junot — que um visionario pretendeu conseguir do governo permissão para minar os rochedos que obstruiam a navegação do Tejo. Negaram-lha, alegando que os homens não devem modificar os acêrtos da natureza... Prendera-se na alfandega uma mulher, porque falava alto. Tinha-se a lista dos moços que guardavam livros estrangeiros. Conhecia-se o maçon pela roupa e o revolucionario pelo cheiro. Vestir com desafôro já éra conspirar á plena luz. Ao corregedor da Madeira recomendá-

ra Pina Manique: “Aquele que v. m. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meia orelha, cabelo rente no toutiço e tufado sob a moleirinha com suizas até aos cantos da boca — agarre-me logo dele, tranque-m’o na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro: é iluminado ou pedreiro livre!” A moda era uma insignia: não podendo pensar em francês, trajavam-se em francês os peraltas, ataviando-se contra a monarquia, de acordo com os usos da Convenção: mascaravam-se de “incríveis” inconfidentes. Assustavam a sociedade beata e honesta. O desaparecimento de D. José não bastára. A politica policial esbarrara — passando por cima da indiferença risonha de D. João — na tolerancia de Tessalonica. O arcebispo-confessor amava suficientemente a vida para não a querer infausta para os demais. Esperto e satisfeito, o gordo ministro secreto conhecia a alma da rainha, o genio do povo, a timidez dos nobres — e tirava da sua experiencia um proveito incalculavel. Consolava a devota, abrandando-lhe a angustia mistica, favorecia os réos do Estado, afagava os personagens da côrte com a sua invariavel bonomia. Apenas Tessalonica se enganara com um homem — e foi o que o condenou. Iludiu-se com D. João.

Dizem que, em vida de D. José, o confessor da rainha desprezava publicamente o principe menor que solfejava em Mafra, enquanto lisonjeava o herdeiro cuja fina impiedade deliciava os racio-

nalistas do paço. D. João amargára em silencio as desconsiderações do frade. Este fingia não o ver (21). Passava por êle de olhar distraído, arrastando as sapatorras de fivela pelas galerias de Queluz, sem se deter para cumprimenta-lo, siquer para lhe sorrir um daqueles beatos sorrisos com que estimulava os criados, premiava as açafatas. Tessalonica achava-o insignificante e desprezível. D. João teve-lhe horror. De fato, o arcebispo arrimava a consciencia da rainha á sua benigna religião, e a cauterizava: porém, para os seus desafétos, era êle que contribuia para a demencia, inevitavel, de D. Maria I. D. João havia de julga-lo assim. Foi, por isso, uma das suas voluptuosas sensações de principe do Brasil, a do primeiro encontro com Tessalonica, depois da morte do irmão.

Pelo resto da existencia, seria isso mesmo: um homem de indole tranquila, que era completamente rei quando menos o temiam. Com uma frase cortante, José Presas definiu-o: mais cioso da sua autoridade que da mulher (22). O confessor sentiu-se arrazado. Alguns dias mais tarde (constou) o mataram misteriosamente — em 29 de Dezembro — na matinha de Queluz. O sol doirava o parque architectural de Robillon, ao longe a casaria alva, sobre as sébes e canteiros de buxo, o tópo do arvo-

(21) Francisco da Fonseca Benavides, *Rainhas de Portugal*, II, 189.

(22) *Memórias Secretas de la Princesa del Brasil*, p. 40, Montevideo 1858.

rêdo desfolhado pela invernia. Encontraram rojado na terra, estatelado, sem fala, a cara metida na lama, o arcebispo de Tessalónica moído de pancadas. Ninguém soube quem lhas deu — áquelas horas de sol obliquo, quando o bosque de Queluz, no seu inverno verde, respirava uma alegria de frondes sussurantes e de ar polvilhado d'ouro. Correu que o prelado fôra desancado com sacos de areia por duros braços galegos, até se derrear, agonizante, no saibro que seus largos pés vagarosos costumavam alisar, deliciosamente lentos. Morreu sem articular uma queixa, sem pronunciar um nome.

D. João mostrou-se compungido. A rainha desvairou-se de dôr, acreditando que uma apoplexia houvesse fulminado o amigo, e disposta a sepulta-lo sob o mais pomposo mausoléo de Lisbôa. Daí por diante a nevrose de D. Maria se complicou de hysterismos uivantes. O seu fervor místico desatinou-se. Revelou-se-lhe a necrofilia dos Austrias. A sua tortura íntima, sobrecarregada de tantos lutos, obscureceu-lhe, em constantes alucinações, a razão, nunca devéras normal. Enlouqueceu de todo, assistida pela obstinação disciplinante do novo confessor, frei José Maria de Melo, a quem déra a diocese do Algarve e os extraordinarios poderes que tivéra Tessalónica.

Frei Inacio de S. Caetano vinha do tempo de Pombal, do seu anti-jesuitismo, quando os judeus recobriram os direitos de viver: o seu zelo apos-

tolico era moderado, cortezão, superficial. Frei José Maria educara-se precisamente na reacção a Pombal, á filosofia, aos cristãos n6vos que estavam por traz da Revoluç3o, á impiedade que cercara o grande ministro de um halo de fogo. Achou de construir novos carcerees para os presos da Inquisiç3o. Precipitou o espirito da rainha numa convuls3o de coleras purificantes. Soprou-lhe o zelo apostolico á moda antiga, por que resgatasse tantas culpas e crimes, salvando o pae, e a si mesma. Na tonteira de D. Maria, as exortaç3es do confessor n3o se apagaram mais. Explodir-lhe-ia a sandice em forma de teofobia apavorada. A loucura foi como porta que se lhe abrisse, para as trevas, tambem para a liberdade. Julgou-se perdida de vez, irreparavelmente, sem necessidade de n6vas penitencias que lhe acentuassem a lividez do rosto s6co, a debilidade do organismo desnutrido. S3oamente em 1 de Fevereiro de 1792, saindo do teatro de Salvaterra, f3o ra de si, enraivecida na ves3nia j3 sem cura, D. Maria I se mostrou publicamente incapaz de reinar. Entre 1788 e 1792 o crepusculo de sua raz3o se ocultou nas angustias da c3rte, assistido de longe pelo principe D. Jo3o, a esperanç a inefavel dos tradicionalistas. A revoluç3o franc3sa desdobrou, na alma da rainha, a grande noite. A agitaç3o popular em Paris repercutiu em Portugal como desatinos impios, que subissem, enxofrados, do fundo dos tempos. Frei Jos3 Maria de Melo renovava, fatal, a sua vigilancia religiosa; e Pina Manique apertava, multipli-

cado, a batida policial aos antros literarios. A literatura era a verdadeira culpada. A peça que D. Maria viu representar em Salvaterra parecia uma alusão á catastrophe da corôa de França. Fôra a noticia dos dous atentados, contra D. José I, em Portugal, e Luiz XV, em París, que enlouquecera Fernando VI. O cativoiro de Luiz XVI impressionou assim a soberana, perseguida de terrores divinos e humanos. E a opera cantava a grandeza e servidão da dôce rainha Zenobia...

Debalde mudou de ares. Recolheu-se ao mistério de suas idéas. Gemia lugubrememente o seu "Ai Jesus", pelos corredores de Queluz, esgazeando olhos a visões trágicas. Dezesete anos depois José Prêsas lhe ouviria o estribilho, no paço do Rio: "Eu me condeno e os diabos me levem..."

A medicina poude menos que o inquisidor mór no trabalho de salvar o juizo da rainha. Não houve cura nem remedio que lhe entorpecesse o desvairo. Ainda o medico Willis, mandado buscar a Londres, a observou demoradamente, régiamente pago, cercado de dezesete doutores apreensivos, que confessavam a sua impotencia, recordando, vagamente, a trepanação com que Vesala curára o principe D. Carlos, filho de Felipe II. Foi na noite de 10 de Fevereiro que redigiram a áta, declarando a Sra. D. Maria I, rainha de Portugal, Algarves e ultramar, Fidelissima e poderosa soberana de Guiné, Asia e navegação da Etiopia e India, definitivamente doida.

D. João era rei.

IV

FIM DE EPOCA

Tinha D. João vinte e tres anos quando, em 1 de Março de 1792, se investiu na regencia do reino de Portugal. Esgotara todos os recursos dilatorios para retardar o seu advento politico. Chegára a confiar na ciencia do Dr. Willis, o alienista de Jorge III. Assustava-o o governo; a Carlota Joaquina encantava e envaidecia. Porque o poder, áquele tempo, pezava como um mundo ás costas de Atlas. A demagogia francêsa rompera os diques, entornando-se sobre a Europa. A aliança de Inglaterra e o mêdo á Espanha dividiam a côrte. Minguava o comércio. Pina Manique, com o seu faro milagroso, rastreára no Passeio publico os primeiros maçons. A irreligião abria o seu caninho, acotovelando nas ruas as beatas de capona, como se fosse a moda nova: rindo-se da sociedade piedosa, dos frades pedintes, das fidalgas apostadas em imitar os costumes católicos da senhora rainha. Alguma revolução estremecia, com a sua pulsação de fógos internos, o vasto solo da monarchia...

Durante uma semana, timido, irritado, recusára assumir a regencia. Depois — porque não hou-

vesse outro remedio — tomára o governo, sem titulo outro, além de príncipe herdeiro, e chamára José de Seabra. Só se nomearia regente do Reino em 1799. Dando tempo ao tempo. Arrimára-se ao esplendido Lafões. Desgraçadamente, estes eram “francezes”. Queriam as reformas. Menos Igreja; mais Estado. D. João de Bragança trouxéra do seu exilio de Viena o sibaritismo intelectual do seculo. Marchava-se em direção do povo... Foi o que D. João ouviu no começo do seu governo, com Lafões, e no fim, com Palmela. Seabra, transformado pelo incidente do malogrado noivado de D. José em vitima e inimigo de Pombal, coerentemente se confessava liberal. Lêra Condorcet. Achava a Inglaterra egoista, materialissima, o unico país que submetia o comércio á politica, segundo Montesquieu. Pinto e Martinho de Melo eram esfuziantemente “inglezes”. Lá tinham sido observadores; apregoavam a força, a intelligencia romana da politica colonial de Londres; e juravam á Revolução ameaças puerís. Seabra e Lafões contentavam-se com a neutralidade de Portugal. Citavam o caso de Espanha, cuja prosperidade, no reinado de Carlos III, fôra o resultado de um retraimento sistemático. D. João comprehendia melhor Martinho e Pinto. Herdára da avó espanhola e da mãe pia um irreprimivel horror áquella França flamejante. Aterrorizava-o quanto vinha de lá — porque lhe custára, talvez, a vida ao irmão. A França, em 1793, engendrava o Anti-Cristo. Celebrára-se em Lyon a missa negra. Os

bispos lançavam a mitra aos pés do povo. Este, faminto, destronava dos seus altares os santos. Prendera o rei. Uma assembléa filosofica decretára os direitos do homem, contra os do velho Estado. Divorciara-se de Deus a nação, decependo a chuçadas os laços religiosos, para que os destinos humanos não mais dependessem da divina bondade, que tudo isso permitia. . . Trucidava-se uma dinastia e desterrava-se um culto. Era o pandemio; o diluvio vermelho. . . E gerára-o o livre exame. Aquela deliciosa critica que tornaram o abade Serra, o bastardo Lafões e a menida de Alorna os mais perfumados espiritos de Lisboa. Aquela maneira galante de duvidar; aquele “snobismo”, de não crêr; a pasmada admiração de Pope, Voltaire e d’Argenson — escarnecendo a joven nobreza, á socapa, dos frades bernardos, dos oradores graciosos, dos escritores bentos, cujos habitos negros e cuja palavra apocaliptica não impressionavam mais os cerebros encharcados de filosofias. A liberdade!

Que era isso — no paço da Ajuda, em 1793, ou no de Queluz, em cujo oratorio a rainha-doida soluçava de instante a instante o seu lugubre “Ai Jesus”? Era a revolta, da maldade contra a ordem, dos sofismas contra a honesta disciplina, das plébes contra a aristocracia que agadanhava com as suas raizes a mesma leira onde abrolhára o reino...

D. João, educado religiosamente, temia aquella atmosfera de pecado. Se tivesse o pé de Pompeu,

patejaria nas lages de Mafra, acordando as legiões, que socorressem Luiz XVI. Era bastante esperto para perceber o perigo que a ordem social corria, e suficientemente politico para sentir que a Inglaterra a salvaria ainda. Votava á Espanha um rancôr atavico. A mulher, leviana e ambiciosa, não conseguira concilia-lo com a intriga de Madrid; previa-lhe as insidias. Não se combinara Carlos III com Luiz XV para separar Portugal de Inglaterra? Todos o menosprezavam. Porque o tempo exigia principes fortes, e ele vinha, filho segundo que não nascera para reinar, dos corredores conventuais onde se entoava o mais rico canto-chão da cristandade. Carlota Joaquina convencêra-se da sua pusilanimidade. O gabinete de Espanha julgava-o meio tólo, meio mistico, instrumento de alguns ministros vulgares. A Inglaterra desconfiava do seu juizo. Como a antiga Roma, não dava aos aliados o direito de a enganarem. Portugal era a sua porta abrindo sobre o continente: e uma esquadra, entre o Tejo e Gibraltar, velava, porque não lh'a fechassem. No interior, a situação era mais grave, porque a côrte se cindia em partidos, o bando jacobino crescia na sombra, rastejado pelas “moscas” do intendente geral, e a desorganização militar desarmára a nação.

Carlota Joaquina divertia-se em Queluz, onde, em Junho de 1794, a encontrou Beckford cercada de quarenta raparigas lindas, encruzada em coxins moles como uma rainha moura, deliciada com

as cantigas da Andaluzia, o “bolero” de Antonita, a sua dançarina, o sol que doirava os choupais e arrancava ao saibro das aléas um reverbero metálico. O viajante nunca mais esqueceria aquela cena de pastoral — cortezãos de casaca encarnada e perucas flocadas sorrindo às açafatas, as aias de D. Maria I enternecidas com as “modinhas” do Brasil que a espaços os guitarristas mulatos, mandados vir da Alfama, solfejavam com paixão, — “modinhas”, mães do fado — e os filhos dos marquezes do reino, com as jaquetas vêrdes, a graça de efegos, a agilidade de ginastas, entretidos com as moças castelhanas que cantarolavam as suas árias comovidas... Beckford tivêra de apostar com D. Pedro, o ultimo Marialva, uma carreira de gamos velozes, pelas sonoras avenidas do palacio. A princeza aplaudiu-os, excitada. Respirava-se ali, principalmente, um ar amoroso e elegante de côrte oriental — soluçante de saudades estrangeiras, ardidada de sentimentos poeticos, falando, na sua mania musical, uma harmoniosa linguagem de gorgeios espanhóes, a esquecer Portugal, a politica, o seculo, debaixo dos marmores puros de Silvanos e Oreades que, entre os buxos redondos, observavam, voluptuosos, os pares enamorados...

Foi o marquez de Angeja que québrou o encanto do serenim, convidando Beckford a ir falar ao principe regente. Este, esquivava-se. Como que a luz cegava das tardes quentes o amedrontava; escapava ás cantôras andaluzas, ás bailarinas da comitiva da esposa, aos morgados que as namora-

vam nos jardins de Neptuno e dos Azereiros. Aquilo, assustava-o. A Europa era um brazeiro. Não compreendia que folgassem, quando o mundo se incendiava. Isolava-se.

O inglês, que ouvira em Cintra o príncipe D. José, numa hora de confidencias afoitas — topou na galeria envidraçada com um rapaz gordo e sério, que espiava de longe, furtivamente, as piruetas das criadas da infanta dançando nas alamedas da quinta. Tinha a simplicidade mansa de um castelão que debaixo dos telhados tradicionais de sua casa cumprisse pontualmente os preceitos da velha educação e da velha devoção. Olhou nos seus olhos azúes o inquieto forasteiro, e rematou a conversa cheia de familiaridade com um lamento: “A náó do Estado naufraga; Deus sabe a que praia irá bater!” Era uma imagem que impressionava, no marítimo país português; lembrava as fragatas de ultramar encalhadas e deconpondo-se na praia de Belem, em face dos edificios monumentais da época da pimenta e do cravo...

Lá dentro, pelos salões escuros, a queixa da rainha-louca, amparada nas servas, os cabelos revôltos, um passo trópego arrastando a sua sombra penitente por todos os aposentos do paço — rolava tragicamente: Ai Jesus! Ai Jesus!

Os prazeres do príncipe, além das suas Missas, limitavam-se a passeios largos, cujo pretexto era a caça, a cavallo, na tapada de Mafra, na manhã de Queluz, pelas charneças do Alemtejo, com alguns escudeiros calmos como êle. Na dinastia de Bra-

gança, os ótimos atiradores se continuaram, até os ultimos netos de D. João IV. A princeza tinha a mesma vaidade venatoria, que se coadunava com os seus modos viris e violentos. Deram-lhe, na mocidade, um certo encanto de Minerva estouvada, de amazona habilissima. Cavalgava como um pagem o ginete bravio. Domava-o, com a mão firme, os joelhos nervosos, de fazer inveja aos eguações, que não lhe davam lições. Vestia-se para esses exercicios de um verde vivo, e por um figurino bizarro, de uma extravagancia tão pouco feminina que Laura Junot — que a surpreenderia a partir para os campos com o sequito de cavaleiros — pensaria “numa visão fantastica”, Diana com um largo tricornio á cabeça e, no geito atrevido de cavalgar, muito semelhante ao avô Carlos III, de quem recebera os exemplos inesquecíveis: para montar nas clareiras o veado galheiro e para jogar na politica os ardís infalíveis.

Beckford, porém, não olvidaria mais o aspecto contraditorio daquela Versalhes peninsular, em cujos páteos iluminados uma infanta adolescente vivia com estrondo a sua alegria, e em cujos varandins sombrios a loucura e a astucia se abrigavam, transidas de sustos. “As velas de cera, enfumadas, tristes e ralas, alumiavam sepulcralmente o paço, e nas camaras havia enxames de pretendentes, como os mendigos nas portarias dos conventos, generais e magistrados, morgados, capitães de navios, nobres e plebeus, tristes, passivamente esperavam horas depois de horas, calados, enco-

lhidos com a sombra dos muros. Uma vaga nuvem de tristeza caída envolvia o paço, envolvia a nação, inoribunda e silenciosa (23).”

“... Deus sabe a que praia irá bater!” Mas as crianças que viéssem, os frutos da união aparentemente tão disparatada, amenizariam os terrores do naufragio, que andavam suspensos sobre “a pequena casa lusitana”...

*

* *

Nasceu-lhes em 1793 a primeira filha: a infanta Maria Teresa. Seria a preferida do pae, a sua secretária, o genio bom da côrte. Em 1795 veiu-lhes um filho, afinal o herdeiro do trôno, futuro principe do Brasil, D. Antonio. Morreria menino — como todo primogenito da familia — aos sete anos. A ultima grande festa do seculo deu-a em Lisboa D. João, para rememorar esse advento — um torneio no Terreiro do Paço, um famoso espectáculo copiado aos do tempo de D. João V, em que os trinta e dous mais galantes fidalgos portuguezes jogaram as armas no estilo avoengo, aplaudidos de camarotes e eirados por milhares de pessoas que criam numa resurreição, falavam num milagre. A derradeira cavalaria lá curveteou os ricos animais diante dos principes e das damas, como se saída de uma iluminura antiga, dos livros de nobreza que se liam nos seculos passados.

(23) Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, II, 232.

Em 1795, quando as idéas liberais entonteciam a Europa com o seu delírio... Á frente, Cadaval, Aveiras, D. Nuno, Abrantes, Lavradio. Com o rosto queimado de proconsul americano, que trilhára as estradas sertanejas do Brasil, o visconde de Barbacena. Os melhores nomes, as espadas mais brilhantes da monarquia. Foi aquilo uma tarde maravilhosa de circo, um deslumbramento em artes e graças, em riqueza e donaires, fazendo esquecer touradas de Salvaterra, os serenins de Queluz dirigidos por Mariana Vitória, regidos por D. Pedro III.

Mas foram sucessivos os partos da princeza. Entre 1793 e 1801, quando a vida do casal transcorreu sem incidentes sérios, razoavelmente feliz, poz no mundo quatro infantas e dous principes. D. Maria Isabel, em 1797, antecedeu de um ano a D. Pedro, e de tres anos á infanta Maria Francisca. D. Isabel Maria, delas a que desempenharia mais ilustre missão no Estado, foi de 1801, e D. Miguel de 1802, já do periodo da desavença, quando marido e mulher, separados afinal, passaram a morar sob tectos diferentes (24). Apezar dessa desunião nascer-lhes-iam, em 1805 e 1806, as infantas D. Maria da Assumpção e D. Ana. Nove filhos frutificou aquella aliança de temperamentos opóstos, de almas que se repeliam. Nove vidas que realizariam

(24) Vd., deste periodo, carta de Carlota Joaquina ao marido, "meus amores do meu c.", Angelo Pereira, *As Senhoras Infantas filhas del Rei D. João VI*, p. 18, Lisboa 1938.

os mais diversos destinos. A gloria e a tragédia do ciclo dinastico, do trôno ao martirio, chamariam ainda sobre elas a atenção do mundo. (25)

*

* *

Não havia grandes homens ao lado de D. João. A demencia da rainha, a morte de D. José, o assassinato de Tessalonica, como que os afugentara daqueles paços ocupados por alguns cortezãos me-

-
- (25) Extranha sorte, a dos filhos de D. João VI. D. Maria Tereza, viuva aos dezenove anos, condenara-se a arrastar como a tia Maria Benedita o fantasma de um sonho tão cedo morto. Concentraria no filho infante D. Sebastião as energias do espirito sério, de moça preparada para os cargos de governo. Falecera D. Maria Isabel rainha em Madrid e D. Maria Francisca seria heroicamente desgraçada com o seu marido D. Carlos, o pretendente, que, enviuvando no exilio, casaria com a cunhada, D. Maria Tereza. Ficára no Brasil, mais feliz deles, D. Pedro: continuou-lhe o filho o imperio, a filha a realza, aquele no Brasil, esta em Portugal. D. Isabel Maria, infensa ao casamento, amiga do pai, de character firme e inteligencia clara, seria regente do Reino, irresoluta entre os irmãos e a mãe, incapaz de lhes resistir e entretanto agarrada, como uma vestal á sua pira, á fidelidade do Estado absoluto que lhe ensinára D. João. D. Maria da Assumpção seguiria o mano Miguel, morreria em Santarém, nos transe da retirada, e ficaria quasi insepulta, lançada aos tijolos da sé histórica sem um simbolo siquer que assinalasse a sua campa de infanta de Portugal. D. Ana serviria de resgate de uma culpa dupla, da rainha-mãe e do usurpador, fazendo-se duqueza de Loulé. E D. Miguel, tocado pelo destino da mana Maria Francisca, acabaria tambem no exilio, depois de ter sido o mais popular e o mais lamentavel rei de sua raça, responsavel por uma guerra imensa e varrido, com os conspiradores do Ramalhão, pela rajada liberal que circulava, cheirando á primavera, no ar romantico de 1830, pelas avenidas da Europa. A justiça, para todos, viria muito depois.

díocres, por algumas damas fanáticas, por uma princeza muito alegre cercada de cançonetistas espanholas, e velhos fidalgos embrutecidos pelas torturas que lhes infringira Pombal. O fantasma do marquês errava ainda pelos sítios onde dominára, como senhor exclusivo: e desde a sua quéda a política pessoal do soberano fôra a de evitar outro primeiro-ministro, flagelo dos nobres, tutôr da corôa. Que fazer então?

— Mas era forçoso guerrear a França, coligadamente com as potências. O ministro Luiz Pinto “prometera ás damas do paço mostrar-lhes alguns especimens de jacobinos dentro duma gaiola de ferro”. E D. João, cedendo aos seus sentimentos, fez a guerra. Aderiu á coalisção ultimada em Londres a 26 de Setembro. Mandou navios engrossarem a esquadra inglesa e um corpo de exercito, ao lado das tropas espanholas, invadir o Roussillon. Contava que terminaria cêdo. A França era uma fogueira: consumia-se. Batida por Brunswick, no norte, pelos aliados, no sul, pelos camponezes católicos, na Vendéa, desabaria, como o esqueleto de um edificio calcinado, após o seu maravilhoso incendio. Já Gomes Freire acaudilhava a sua infantaria cinzenta, de caçadores serranos morenos e solidos, por terras de França, além...

O jogo foi precipitado. E D. João perdeu a sua primeira cartada, quando mais certo estêve de ganha-la. Nem a França se desmantelou, nem os admiraveis soldados serranos a tomaram, nem a Espanha — adivinhando o que se escondia no hori-

zonte borrascoso — perseverou na sua luta quixotesca, da velha realeza, pela idéa velha. Em 1795 a tempestade yoára do quadrante boreal para os campos de léste donde, tantas vezes, soprára rija e raza, varrendo o reino de Portugal.

V

DE MAL A PEOR

Dizia-lhe o instinto que nada de bom deviã esperar de leste. Espanha sentia-se um pouco senhora do resto da península. Um preconceito histórico, mais forte que o senso comum: em cada ministro espanhol — relativamente a Portugal, cuja rainha endoicera e cujo placido regente parecia incapaz de governa-lo — revivia um espreitante Felipe II. Antes e depois foi assim. Propuzera Aranda a Floridablanca a troca de Portugal por Chile e Perú: “Se eu fôra português aceitaria a troca, porque lá grão-senhor, e sem os riscos de cá, também mais dia menos dia seria maior do que no canto da Lusitania... embora pareça que se lhes dava em troca um mundo.” (26). Donoso Cortés diria mais tarde, que á omnipotencia marítima, Inglaterra, deveriam opôr a omnipotencia geográfica, Espanhas... (27). Carlota Joaquina, imposta pelo avô á côrte portuguesa, levára para Lisbôa, com o sonho dos Austrias, a politica dos Bourbons. Nunca se adaptara realmente aos cos-

(26) Caetano Beirão, *D. Maria I*, ps. 347-8, Lisbôa 1934.

(27) Donoso Cortés, *Obras*, III, 157, Madrid 1854.

tumes da patria adoptiva. Envelheceu, como vivera, castelhana. Orgulhava-se da sua raça e a representava exuberantemente. Nos serenins de Queluz, nas caçadas reais, nas intrigas com os embaixadores, nas divergencias, crescentes, irreparaveis, com o marido. E inquietava-se em Madrid um estranho sujeito a quem sorria a hipotese de ser o novo duque d'Alba: o valido Manuel Godoy.

Surgira na côrte de Carlos IV como um soldado de fortuna, muito formoso — interessando á rainha, e muito sagaz — cativando o rei. Em meio daquela perplexidade, de trônos abalados e plébes desatinadas, a angustia dos reis, creados na mole apatia do seculo XVIII, buscava aflitamente um homem. Alguem que sacudisse o torpor á tropa, ameaçasse teatralmente o estrangeiro, detivesse com a mão calejada o destino... Godoy appareceu em Madrid como Bonaparte em Paris. Marbot chamou-lhe o Potemkim espanhol. Onde a anarquia não gerou o cesarismo, o medo elaborou o favoritismo. Era um singular aventureiro, que se propunha dirigir o exercito, como um marechal, e pacificar a Europa, como um pontifice. Que se ligára de amôres a Maria Luiza de Parma... Nas suas "Memórias", algum dia, com a veemencia do realista que defende a causa, qualificaria de calunia vil áquele rumôr — que tanto mal fez á dinastia e á nação. De fáto, Carlos IV e os cortezãos acreditaram na estrela de Godoy e a seguiram, como os reis do Evangelho. O favorito farejou a persistencia da Revolução. Vinha do povo; sen-

tia-o. Que era o terceiro estado? perguntára Sieyès; nada. Que seria? Tudo... Compreendeu-lhe o espirito. E mudou, desabridamente, de jogo.

Não era a França que na America rivalizava com o poder de Espanha e conservava Gibraltar. Pueril sentimentalismo fôra aquele, do tratado de Londres, que atiçara uma guerra de vingança, a um povo bebedo de liberdade; quando havia fazer-se a outra, a grande guerra de utilidade, contra a expansão ingleza. Godoy viu longe. E acertou com a França a paz de Basiléa, em separado, começo de uma aliança que, pela segunda vez, depois de Luiz XIV, suprimia os Pirineus, naturalmente ameaçando a independencia de Portugal. Já este sofrera crueis represalias dos corsarios francezes, cujas presas orçavam em duzentos milhões. A Inglaterra não poderia valer-lhe, quando o temporal soprasse do lado de terra. Ou imediatamente se harmonizava com a França, impedindo que os espanhóes tivessem os movimentos livres, ou corria o risco de aniquilar-se, mediante um tratado que dispuzesse dele, e um exercito invasor chefiado por Godoy...

D. João déra-se mal no papel de açoite dos regicidas. Lafões e Seabra tinham razão. Não podia assegurar a corôa aos primos Bourbons quando a sua lhe pezava sobre os hombros pacificos. Contra-marchou, o mais ardilosamente que lhe foi possivel. Pediu ao governo do sôgro — pois as fizera — que lhe encaminhasse tambem as pazes com o de Paris.

Mas Godoy não hesitára em unir-se ao Diretorio contra a Inglaterra, e agora exigia que Portugal, multiplicando as forças numa bravata grotesca, abandonasse a tradicional aliada. Tanto valia intimar a abdicação ao principe regente: porque os navios do almirante Jarvis rondavam a costa e lhe policiavam a navegação colonial. . . Foi quando D. João descobriu o recurso de nada negar, e nada prometer, mandando ás préssas Antonio de Araujo de Azevedo negociar em França, comovendo em Madrid a familia real, dissuadindo em Londres as prevênções britannicas. Recomendára ao embaixador que, a todo custo, despertasse em Paris um movimento de simpatia, um gesto de amizade, e protelasse as provaveis hostilidades, entabulando um tratado, nem que para isso tivesse de semear pelo seu caminho diplomatico os diamantes do Brasil, que levava, a mancheias.

Aquilo era ainda a politica do marquês de Pombal . Pois não fôra êle que recomendára ao embaixador no Vaticano, na ocasião em que queria esmagar os jesuitas: “Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro, do que com exercitos”?

Emquanto Espanha observava os passos a Antonio de Araujo, e a Inglaterra espreitava a sinceridade do regente mandando o almirante Jarvis estacionar, como em aguas suspeitas, ao alcance das baterias do Bugio e de S. Julião, — repousava, aliviado. A todos entretinha; e lucrava, o que melhor havia então de ganhar — que era o tempo. . .

Antonio de Araujo foi o embaixador ideal. Amava a França, iniciára-se nas idéas e misticismos que a convulsionavam, como Godoy confiára no seu triunfo. Chegára a Paris com as algibeiras atulhadas de diamantes, como um príncipe asiático. Escrevia para Lisbôa: “Em Paris não se dá passo algum sem dinheiro, e é preciso destinar três ou quatro milhões de libras para comprar os diretores... e Barras vende-se a quem mais dá”. Os salões abriram-se para êle, o Directorio, a corrupta e brilhante sociedade dos novos-ricos o receberam dignamente, e pactuou pazes com o chanceler Delacroix. Artigos secretos firmados ao mesmo tempo (20 de Agosto de 1797) estipulavam o pagamento, no prazo de um ano, de 10 milhões de francos, metade em pedras e madeiras do Brasil: o preço confidencial da neutralidade... O Conselho dos Quinhentos (não era possível seduzir uma Camara inteira) recusou-se a aprovar o acôrdo e os inglezes, pensando melhor, se dêram por vendidos. Porque aquele precipitado tratado, quando o governo de Londres ainda não ordenára o ensarilhamento das armas?

Araujo equilibrou-se entre dous abismos: nem o Conselho francez lhe ratificava o conchavo, nem o aceitaria... o príncipe regente. Mas D. João esfregava as mãos de contente: continuava a protelar. Essa idéa de lucrar tempo, de deixar que os fatos rolassem sobre as crises, de não lhes tomar a dianteira, já era a sua idéa arguta, o seu processo predileto. Via-se navegante de não aberta a quem

ligeiros prenuncios de bonança renovavam a alma, sustentavam no seu desespero. Pelo menos impedia que os espanhóes se juntassem aos francezes para expulsa-lo do trôno — e, desprezando o tratado de Araujo com uma repugnancia exemplar, apoiada á doutrina velha do cardeal Alberoni, de que a palavra de rei só vale quando aproveita ao Estado, e é nula quando o prejudica — socegava os amigos inglezes.

Depois de hábeis conversações, conseguira sempre Araujo que lhe confirmassem o tratado. Foi quando, preventivamente, o almirante Jarvis — realizando a primeira parte do seu programa de intervenção — fez ocupar o forte de S. Julião da Barra. A aproximação com a França tornar-se-ia o “casus belli”: e, antecipando-se ás complicações previstas, soldados britannicos acamparam em Portugal. Os diamantes espalhados pelo embaixador não rendiam a D. João uma tranquillidade demorada: deveria renunciar á convenção Araujo-Delacroix, ou a esquadra ingleza enfiaria pelas ruas de Lisbôa alguns tiros, coagindo-o... D. Rodrigo de Souza Coutinho pedia que se opuzesse, que não approvasse. Acusava Araujo. Não lhe perdoava os entusiasmos francezes. Não lh’os perdoaria nunca (28). Recaíu numa expectativa silenciosa. Não approvando por sua vez o pacto, o periodo das negociações se prolongaria, a termos de

(28) Biografia de Araujo, *Annaes da Bibliotheca Nacional*, II, 10.

se convencerem os ingleses da sua impecavel fidelidade. E a Espanha continuaria detida pela intriga diplomatica, enleada na sua teia impalpavel... Apenas o Diretório, apercebido do desinteresse pela amizade que tão esforçadamente mandára tratar em Paris, dardejou a sua ira anulando o tratado e decretando a pronta expulsão do território da Republica do negociador que prometera mais do que podia.

Entretanto, se D. João, “mais inteligente do que se julga”, encarnava a duplicidade, era o illustre Araujo a imagem da perseverança. Selára-se a paz de Campo-Formio. A França, como a Fenix, renascera das cinzas. Não só repelira os exercitos coligados, como invadia, conquistava paises. Araujo imaginou as desgraças da pátria se através dos Pireneus os exercitos vizinhos se déssem as mãos — e ficou. Sobravam-lhe filaucia e diamantes. Esperava converter á sua causa, indistintamente, os Directores ou suas esposas. Antes, porém, de o obter, prenderam-no no Templo, como a um teimoso intrigante.

D. João achou o jogo demasiadamente perigoso, e ratificou o tratado de Araujo. Era tarde. Porisso mesmo o ratificou... Em Lisbôa, a corrente anglofila, depois da ação naval do cabo de S. Vicente, na qual a esquadra luso-inglesa batera a espanhola, monopolizára os cargos. Seis mil homens mandára Pitt a Portugal. As fortalezas do litoral tiveram guarnições inglezas. Era o principe, manifestamente, prisioneiro da bôa aliada. De co-

bro, esta lhe fornecia dinheiro, o armamento dos recrutas, a escolta ás frotas, o socego do seu sôno curto, alarmado pela ronda dos espiões que observavam a sua timidez, pelo longinquo ruido de regimentos que marchavam, pelos preparativos de Godoy, prestes a lançar-se sobre Olivença á testa de 60 mil granadeiros.

Ganhára tempo.

Os ingleses assustavam-no, mas o garantiam.

E reinava...

VI

REI E SENHÓR

Operou-se no espirito do principe — com aquelles insucessos e desenganos — uma verdadeira revolução. Não se deixou mais dirigir por ministro algum. Ou, como escreveu um historiador: “Nenhum ministro lhe conseguiu mais a confiança, e nem lhe dominou mais o animo” (29). Comunicou á politica todo o seu temperamento sutil e manhoso. Primeiramente, quiz a seu lado homens modestos. Em seguida, homens que entre si não se ligassem, separados por opiniões fixas. Descobriu alguém, para cada ensejo. Serviu-se dêles e os usou, até os sentir fátuos, esboçando nos seus enrêdos um gesto excessivo, que lembrasse Pombal, o avantesma; — neste caso os despedia. Assim, em 1798, demitiu, com violencia, e desterrou Seabra, que enriquecera no cargo e propunha, ousadamente, convocação de Córtes, um governo representativo... Seria o inspirador dos francêses de Junot, o traidor de 1808. Em Queluz, a 16 de Julho do ano seguinte, tomou o titudo de Regente

(29) Pereira da Silva, *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, I, 59, Rio 1864.

do Reino. Perdêra a esperança de restituir a corôa á rainha, que não melhorára nunca, definitivamente doida; e vencia as ultimas resistencias de sua timidez. Até 1801 teve á volta, detestando-se utilmente, acotovelando-se de máo humor, a corrente francêsa, de Lafões, e a inglêsa, de D. João de Almeida. Aquela fornecia-lhe, quando era mistér retardar a coligação franco-espanhola, o seu último Antonio de Araujo, capaz de tornar-se ridículo e abominavel, comtanto que o amo dormisse em Lisbôa mais algumas noites pacificas. A outra dava-lhe os ministros de que carecia para convencer a Inglaterra, apaziguar-lhe as aggressivas desconfianças. Depois de 1801 empregou, simultaneamente, secretarios dos dous grupos. Um só partido seria a ditadura de um ministro; dous eram o governo do rei. Alguns ministros de D. João foram inimigos cortêzes. Gostava deles inconciliaveis, sistematicos, dizendo-se mutuamente todo o mal, como duas escolas, dous regimens e dous seculos. Continuariam a representar as facções opostas: anglofilos e liberais, tradicionalistas e renovadores... Encolhia-se de permeio, na sua paciencia risonha, sublinhada de contentamento secreto, vigiando-os, o beijo belfo d'Austria, o olhar doce que lhe não traia a idéa madura... Foi sim, conscientemente, comodamente, juiz de destinos. Ponderava-os. O combate das tendencias, que alhures saía para as ruas, os conventilhos, D. João o introduziu no salão dos despachos, como um sonolento mandarim que teimasse em ouvir filosofos... Fôra essa a po-

litica que o conego Escoiquiz ensinára, tão sem proveito, a Fernando VII.

Entregára a D. João de Almeida, anglofilo extremado, a pasta de estrangeiros. Falecendo Martinho de Melo, chamara para a da marinha o ministro em Turim, D. Rodrigo de Souza Coutinho, um letrado. Passava por muito inteligente e ativo, infenso aos francêses, porém apaixonado das modernas idéas economicas. Luiz Pinto, penitenciando-se dos desafôros que em 1793 atirára à França ("Pinto fidalgo embaixador da Mancha", como se dizia nos pasquins) tendo renunciado aos entusiasmos de 1791, quando saudara, como um indício de regeneração universal, a representação popular, tomou o lugar de Seabra, o falso Pombal. Era, já agora, o silencio substituindo a ambição. Luiz Pinto, em 1802 visconde de Balsemão, calava, para reparar as bréchas que em sua reputação de servidor da rainha abriram as explosões idealistas; afavel, recebendo em audiencia mendigos e potentados, discreto, suspicaz, falando sempre dos seus quatro anos de governo em Mato Grosso, no fundo da selva, esperava acontecimentos, que farejava no ar... Com a morte de Ponte de Lima, D. Rodrigo — consolidado no governo — ganharia a pasta da fazenda, cabendo a da marinha ao calmo e espiritual Anadia. Este pensava como o principe, isto é, não se dava á semsaboria de ter partido.

Conservava Manique na intendencia geral, deu a guarda da policia ao emigrado Novion, iluminou Lisbôa.

Ficava-lhe Araujo ao alcance da mão: porque só devesse governar sob o signo francês, acomodá-ra-lhe a legação da Russia, a refrigerar. Quando em 1801, o embaixador Lannes, entrando no paço, com o sabre de rastro e as esporas tilitando, reclamou a exoneração de D. João de Almeida, como indispensavel á tolerancia de Napoleão — seria Araujo o sucessor.

O principe jogava assim o seu xadrez politico: apenas as suas figuras nunca foram numerosas, nem as partidas prolongadas. Abusou do metodo de Napoleão, de empregar em muitas cousas os mesmos individuos. Serviram-no, exaustivamente, até o fim: alguns, muito velhos, agonizando sobre os cargos, como Lafões ou Aguiar, outros, os predilétos, governando até á morte, como Balsemão, Linhares, Anadia e Barca... “assim oferecendo ao monarca melhor oportunidade e maior facilidade de governar diretamente, sem tutelas incomodas nem acompanhamentoõs ostentosos” (30).

Não deteve, á sua roda, secretario, general ou favorito, que fosse obstaculo á sua vontade pessoal. Mas a ocultava. Os reis imaginosos, como Frederico, abusaram da “mentira politica”; aos que não tinham o talento inventivo, ficava o silencio politico... Seguia aquele conselho do testamento de Richelieu: “Aller au but comme le rameur, en lui tournant le dos”. Aprendera aos frades o canto gregoriano, algum latim e a astucia — e, porque

(30) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, p. 124, Rio 1908.

não tivera outros mestres, exercitava metodicamente a sua experiência claustral. A Igreja, no reinado da Sra. D. Maria, foi em Portugal a única aula aberta de disciplina, hierarquia e cultura. Os seus processos eram silenciosos, a sua ordem inmutável, a sua habilidade proverbial. De resto, "l'opportunisme n'est qu'un autre nom de la politique..." Os homens de Estado disfarçavam a paixão, moderavam a linguagem, dissimulavam a fraqueza. Instrumentos de uma grande obra, realizavam-na, governados por secretas forças que se prendiam, como os cordeis de um teatro de fantoches, ás mãos trémulas dalgum bispo invalido, aos dedos enclavinados dalgum prior contemplativo, que parecia mais dado a Deus, que á terra e suas misérias. Sieyès justificaria a predileção monarquica com o perfil catedralesco que tinha o regimen: "terminava em ponta; a republica — em plataforma..." Como as ordens superpostas de uma Sé gotica, em cujo equilibrio sobrehumano se retratasse a harmonia da Creação... Se coroassem rei a algum daqueles freires de Mafra que solfejavam no côro as Missas de Haydn, êle haveria de reinar como D. João, o VI, em 1801. Os mais finos politicos de França tinham saído do mesmo colégio ecclesiastico: Talleyrand, Sieyès, Fouché. Assim o viu Oliveira Martins: "filosofo e teologo, a seu modo: um resto da educação nacional jesuitica"...

A Revolução franceza derivára da anarquia legislativa para o consulado romano. No abismo, cavado pela filosofia, os filosofos, uns após os ou-

tros, se tinham precipitado. A luta do homem e da coletividade desvairada, da vontade e da palavra, da manha e da traição, desdobra-se, aos olhos do mundo espantado da sutileza dos atores e da ferocidade do espetáculo, cenas imortais de felonias e sagacidade. Confessára Barnave, que envelhecêra em alguns meses... A Revolução matara a Idade Média; mas familiarizára a politica com o cinismo engenhoso dos truões. Os primeiros revolucionarios demoliram um país por um principio; os ultimos, á custa de ambos, salvaram a pele. Converteram-se os energúmenos; os plebeus de 89 faziam-se aristocratas; a Igreja reabriu-se, para os blasfemos e arrependidos. Sieyès resumira a arte da prudencia, calando-se. Durante o Terror não pensára, não agira, não falára: "J'ai vécu". Como Robespierre esmagára os girondinos, Fouché derubára Robespierre, Sieyès a revolução. A mascara mudava-se, como a cabeleira. Os fracos deputados do centro, rebuçados na sua neutralidade de abutres, á espera que das garras do leão escapasse a prêsa inerte em que cevassem a fome silenciosa, os "burros vermelhos" de Mirabeau se transformavam em estadistas. Os que menos disseram, mais puderam. Venceram, emudecendo. E do seu laconismo brotára o império. A negação do seculo XVIII. A organização sem liberdade. Reduzida "a especie humana inteira, na frase de Benjamin Constant, a máquina imensa, cêgo instrumento de um só sêr fóra dessa especie..." As forças populares governadas por um sonho militar; e sobre os estandartes da Revolução, as aguias de Cesar. A ditadura

do genio: e da gloria. Depois do tempo, faiscante de espirito e ironia, dos racionalistas, a vasta estação de guerra, que prolongou, por vinte anos, écos de bombardeio nos horizontes da Europa... A irreligião de uma escola gerára os cataclismos de uma erupção: a grande mudança.

D. João fez a revolução a seu jeito.

“Natural perspicacia”, “tacto adquirido no manejo do governo”, segundo o julgamento arguto de Silvestre Pinheiro, tambem meio-frade, depois seu ministro — aguçaram-lhe o ciume do poder, ou, como um biografo escreveu: “personne n’était plus jaloux du pouvoir et ne redoutait autant que lui de se voir subjugué par un ministre préponderant”. Junot retratou-o d’outro modo — em carta a Talleyrand: “era um homem amavel, suspicaz e zeloso de sua autoridade, mas que nunca se fez respeitar”. Assoalhava-se a sua apatia enfermiza, e se achava nele um espirito malicioso, ou, como classificou Alexandre Herculano, “cette finesse proverbiale des campagnards” (31), gente solida e esperta, dos arredores de Lisbôa. Tinha a fama de tôlo, e, vis-to de perto, atraía e desarmava, como notou Hyde de Neuville: “Jean VI n’était pas dénoué d’intelligence autant que plusieurs historiens l’ont fait croire. Son physique désavantageux, une certaine timidité jointe à l’hésitation de sa parole, n’atténuaient pas l’air de bonté que se peignait sur son

(31) *Opusculos*, II, 173.

visage” (32). Nem D. João II abateu a aristocracia, nem D. José submeteu o clero como ele — que haveria de arrimar-se aos negociantes contra os fidalgos, e interromper a tradição devota da dinastia. “Espèce de roi René affublé du chapeau crasseux de Louis XI” (na pintura de Herculano) humilhou largamente a nobreza; mais do que isso, a confundiu, distribuindo, com uma alegre prodigalidade, contente do seu papel de creador de classes, as mercês outr’ora tão raras. De D. João II, “aquele grande mestre da arte de Reinar”, como lhe chamara o conde de Soure, imitára a antipa’ia instintiva aos potentados. Apoiava-se á burguezia letrada e togada. Preferia os homens sem pergaminhos, para os conferir, menos á raça que aos serviços. O crepusculo dos grandes nomes portugueses, que começára no consulado de Pombal, envolveria em sombras melancolicas os escudos historicos a partir de 1798. Desmanchou, no Brasil, os duques, o feudalismo agonizante, que ainda encontrára, de cabeleira e quiçó, decadente e voluptuoso, nos jardins de Queluz. No seu reinado os padres confessores se transformaram em enternecidos fantasmas religiosos esgueirando-se, modestos, pelas recâmaras guardadas por poucos criados, “sêus validos plebeus”.

Tinham mais espões do que confidentes. “Desconfiava, sempre de tudo, de todos...” A

(32) Hyde de Neuville, *Mémoires et souvenirs*, III, 88, Paris 1898.

curiosidade, aperfeiçoára-lhe o habito de perguntar, o gosto de lêr, de se informar de tudo. Queria saber o que se passava no palacio, no bairro, na cidade, no país, nas colonias. Indagava serena e obstinadamente: e na sua memoria fresca, inesqueciveis, nomes, fatos, datas jámais se apagavam. Em 1798 fez-se rei de verdade; em 1801 já era o arquivo vivo do reino.

E' interessante verificar que preferia á sua volta a honesta mediocridade dos homens de leis, e se dava bem com a sensatez praxista dos desembargadores; porém manteve no estrangeiro — inquietos, admiraveis — alguns dos diplomatas mais ladinõs da sua época. Dilatavam-lhe a pupila curiosa sobre o confuso panorama do mundo. Araujo fôra querido de Schiller e Goethe. Souza Botelho desposára a maravilhosa madame de Flahaut — mais celebre ainda como "madame de Souza" — amiga de Josefina e de madame de Tallien, amante outr'ora de Talleyrand e mãe do "dandy" que, graças á rainha Hortensia, seria o mais conhecido elegante de França. (33). Palmela inspiraria a madame de Stael uma paixão instantanea, que deixou na literatura o vestigio espiritual de lord Oswald, a impressão de um encantamento indefinido .. Maçon e revolucionario, Silvestre Pinheiro fôra ser ministro em Berlim.

(33) Vd. Afranio Peixoto, perfil do morgado de Mateus, *Estudos Camonianos*, 346-64, Coimbra 1932, e *Ramo de Louro*, p. 222, Rio 1928.

A solidão marcára-lhe, em relêvos imprevistos, as tendencias herdadas: a medrosa e mística solidão de Mafra, agravada pela desventura domestica, as grandes decepções do lar e da politica, depois que a princeza — perdendo a cerimonia e a futilidade — se definiu agente de Castela, esperança dos morgados desgostosos, a solução logica da crise ibérica quando Portugal capitulasse, entre os navios inglêses e a cavalaria de Godoy.

As qualidades avoengas — observou Oliveira Martins, “e por isso mesmo que as reunia tôdas, apareciam em D. João VI esbatidas e confundidas, sem nenhuma predominancia, realizando assim um tipo complexo, merecedor dos louvores de alguns, igualmente digno do enjôo de muitos”. Ao “espirito de conciliação, que constitue especialmente o seu character” — disse Silvestre Pinheiro — aliava um desapêgo vagamente cruel em relação aos servidores. Chamava-os, honrava-os, despedia-os e tornava a elevá-los, com um aceno breve, escassas palavras, fugindo ao patético, como incapaz de emoção. Assim, tantas vezes, sacrificou Araujo; deu o reino a Lafões e desterrou-o brutalmente; abateu Seabra, como uma vitima necessaria, simbolo do aulicismo destruido; manejou D. Rodrigo, Galvêas, Anadia, Aguiar e Tomaz Antonio. Parecendo indifferente ás vellhas afeições e ás linhas de conduta que prometia seguir. Sobretudo oportunista. A’s vezes de um oportunismo ironico: considerando impertinentes as inflexibilidades, porém se arrogando o privilegio de variar ao sabôr das

ocurrencias. Para isso tinha, atentos ao sinal, os homens para as ocasiões. Para a guerra e a paz; para o retrocesso e o avanço; para a direita e a esquerda. Pois, como nenhum dêles, possuía uma intuição singular dos rumos. Silvestre Pinheiro é ainda quem afirma: “Cito a V. S. estas observações de S. M. para que por elas possa avaliar a verdade do que por vezes lhe tenho escrito sobre a finura de tacto que o mesmo Senhor possui na justa determinação do ponto cardeal sobre que versa qualquer questão” (34). Foi a razão do seu éxito: definia o problema, e lançava-o, controverso, á disputa dos contrários. Se lhe tivessem cultivado a intelligencia dúctil, como ao irmão mais velho, embrulharia as soluções em raciocínios filosóficos e ganharia fama de príncipe dialético; sem letras profundas, educado entre frades cantôres, mais erudito em assuntos de solfa que em questões do espirito, fizera prontamente a nomeada de astuto, bondoso e impenetravel.

O seculo XIX faria a técnica da préssa, como o XVIII fizera a técnica do vagar. Nisto ele era o homem do passado. Decidia por opposição e solucionava pela demora. Palmela reconheceria no fim: “Nosso amo sabe cansar com demoras evasivas esses ardôres intempestivos...” (35). Chamava a isso ganhar tempo.

(34) Silvestre Pinheiro, Correspondência, *Anais da Biblioteca Nacional* (Rio) II, 257.

(35) Porto Seguro, *Historia da Independencia*, ed. do Inst. Hist., p. 50 not.

E' uma attitude comum á negação e á politica, em caso de temporal desfeito.

Ganhando tempo e dividindo ministros — Pinto contra D. João de Almeida, Linhares contra Araujo, Ponte de Lima contra Vilaverde, Tomaz Antonio contra Palmela, este contra Subserra, conservaria na cabeça a corôa que não pudéram manter os principes mais bravos e illustres do seculo. “O verdadeiro rei — diria Carlyle — é o que sabe diluir na sua todas as vontades.” Ou, como confessára Luiz XIV: “La fonction des rois consiste principalement à laisser agir le bon sens, qui agit toujours naturellement sans peine”.

Dir-se-ia que sómente um Fouché, um Talleyrand, com a arte de iludir e engenhar, fariam o milagre de salvar a corôa portuguesa entre a paz de Campo-Formio e o congresso de Viena. D. João salvou-a — e a aumentou. Venceu afinal o seu jogo. Lutando contra todos. Contra os conselheiros, impopulares porque o governo não tinha uma audacia, um impulso, um desafio. Contra a mulher, que tecia um enrêdo para destrona-lo. Contra os ministros estrangeiros, que o embaiam. Contra a nobreza descontente que resmungava em casa de Alorna ou Cadaval. Contra o comércio, que pedia uma neutralidade impossivel. Contra o povo, a quem Pombal ensinára a exconjuram da Inglaterra, que lhe sorvêra o ouro do Brasil devolvido em jardas de pano... Porisso o povo, a aristocracia, a princeza, todos o inculcavam por tonto e apatico, passeando á majestade abulica — sombra de

rei em transição para a demencia hereditaria — pelos seus paços atravancados de criados inúteis.

Cobriram-no, naturalmente, de ridiculo. A fealdade, com o tempo, acentuára-lhe os traços — a obesidade, o prognatismo, o labio habsburgico, a exoftalmia, a debilidade de pernas — de sua semelhança fisica com o pae e o avô. Os janotas da cidade, os liberais dos “clubs”, enxergaram-lhe uma exáta correspondencia, entre esse fisico anormal e a mentalidade misteriosa. Aos trinta anos tinha o ventre proeminente, o beijo pendente, o sorriso imovel, um fabuloso appetite, que aliás nunca o deixou, um gosto da solidão, a misantropia bourbonica, das suas meditações retiradas, fóra do bulicio da côrte, que o recolhia a uma distancia cada vez maior dos cortezãos e dos subditos, assim menos percebido, menos querido, menos respeitado.

A sua economia era anedotica. Poupava as dotações como se longos dias de miseria o espreitassem, para além das brumas daquele reinado. Não lhe apontavam um caso sentimental, um daqueles frustrados amores em que tanto se enredaram os reis seus maiores, cuja bastardia numerosa acastelava em todos os concêlhos de Portugal. Pudéra gabar-se de ser, depois de Frederico Guilherme, o principe mais parcimonioso, e depois de Carlos III, o mais virtuoso da Europa. Vestia-se mal e simplesmente, como Felipe V. Não amava os uniformes, aquelas casacas pespontadas de oiro, aquelle fausto oriental de Lafões e Loulé. Mostrava-se tão alheio á indumentaria militar que extranhára,

ao receber a embaixada de Junot, a arrogancia deste, conservando na cabeça o shako, que não tirava nem diante de Deus. . . Raramente envergava a sua farda vermelha doirada, condecorada, asfiante. A sua roupa habitual foi uma vasta casaca sebosa de galões velhos, poída nos cotovelos, cujas largas algibeiras, como alforjes milagrosos, guardavam a sua merenda, os seus bilhetes, o seu rapé — e depois, no Rio de Janeiro, uns frangos assados em manteiga, sem ossos, (36) que devorava, varios ao dia, no intervalo das refeições. Quando se despojava da bôa rabona em fio, não havia moço da ucharia que quizesse usa-la.

Um principe assim economico no seu tratamento, difficilmente se faria enamorado das mulheres. Foi a grande força de D. João na sua côrte: governou os homens, porque fugiu às mulheres. Neniuma o dominou. Nem Carlota Joaquina. Nem a tia, a sensata D. Benedita. Nem, depois, as filhas. Seria incapaz de apaixonar-se. Não conheceu, talvez, o amôr: nem parecia incomodar-se com isso. Deram-lhe, muito cedo, uma esposa tréfega e complicada: como que o curou da curiosidade do sexo. A partir de 1802, abominou a princeza: e não se prendeu a outra mulher, misogino, sepultando na penumbra de Mafra a ansiedade politica, bracejan-

(36) Rocha Martins, *O Ultimo Vice-Rei do Brasil*, p. 208, Lisbôa,

do, só, contra as calamidades que varriam a Europa.

Atribuem-lhe uma única proeza de namorado inexperiente: ocorreu em 1803, e não o comprometeu.

A heroína do entremez seria a bela D. Eugenia de Menezes, filha de D. Rodrigo José de Menezes, conde de Cavaleiros, um impecavel governador do Brasil, e irmã do capitão de náó que havia de morrer afogado á chegada da esquadra real no Rio de Janeiro. Se D. João figurou na comedia como galã feliz, a maneira por que se desembaraçou do pequeno escandalo lhe distinguiria o tino e a prudencia. Não se boquejou contra o principe-regente, tão afrontado pelo máo passo da dama, a quem um medico, o da Casa Real, João Francisco de Oliveira, homem maduro, casado e illustre, desviára do seu dever para abrigar-lhe o pecado num convento de Cadiz — que a destituiu das honras e privilegios, numa publica degradação. A carta régia, declarando-a indigna de sua familia e da côrte, foi assinada em Queluz em 2 de Junho de 1803. Pois, dezeseite anos mais tarde, sem que ninguem explicasse bem a clemencia de D. João VI, nomearia este ao doutor, ladrão de damas de Sua Alteza a Princeza, condenado á forca em 1804 por seu crime — encarregado de negocios em Londres... Seria o premio ao serviço do facultativo, que, para resalvar o amo, assumira a responsabilidade da desdita de D. Eugenia de Menezes, abalando com ela para um exilio — mais tarde se soube, com crescente espanto

— custeado encobertamente, porém custeado largamente pelo bolsinho do príncipe? (37).

Florescera-lhe a vida conjugal uma breve primavera, em tres anos sem politica nem dramas intimos. 1790 a 1793. Depois, intermeiada dos successivos partos da princeza, foi um pequeno inferno arrefecido pelas frequentes separações — ele, fatigado de cenas domesticas, procurando os seus frades de Mafra, ela, farta da insensibilidade do marido, doida por uma caçada á raposa ou a temporada no Ramalhão, onde reproduzisse, com as moças espanholas, os alegres serões de Aranjuez.

A guerra de 1801 levantou entre eles uma barreira diplomatica. Carlota Joaquina, que não conseguira impedir a invasão do reino, decerto se correspondia com o inimigo, como o astuto Balsemão. Um sonho monstruoso desenhára-se na sua ambição enfurecida, de mulher de talento que se julgava superior a todos os homens que a rodeavam. D. João adivinhou-o. Era bastante sagaz para lêr-lhe os pensamentos. Ela, verdadeiramente, nunca o enganou. Porisso, na sua luta surda com o marido, durante vinte anos, espiando-se, odiando-se, mentindo-se, adversarios que não se perdoavam, o príncipe desmanchando-lhe a trama, ela o perdendo como podia — não logrou vence-lo. Derrotou-a sempre. Morreria, talvez envenenado pela mulher, legando-lhe um castigo proximo, burlando-a

(37) Pedro de Azevedo, *Arqueologia e Historia*, III, 58. A carta de degradação in Dalgado, *Col. de Legisl. Port.* 1801-04, p. 225.

ainda. D. João descobrira-lhe, fuzilante nos olhos andaluzes, a idéa de derrubá-lo do trono, apoderar-se deste como regente e tutora dos filhos, para o serviço de Espanha, e corôar-se emfim, como Catarina II. As suspeitas, de que assim Carlota Joaquina o traía, apoderaram-se do espirito do principe em 1801. Até 1805, dissimulando a indignação, guardou para si o seu segredo. Espiava-a, prevenido.

Desentorpecera-o aquela guerra burlesca: quando Godoy, depois de tão audazes projetos, entrou pelo reino com um exercito preguiçoso — á colheita de um Estado que julgára acefalo, e de uma gloria facil. Godoy não colheu uma monarquia: porque o encantassem as laranjas doiradas de Olivença, mandou algumas, por troféo da invasão, como costumavam os navegantes com os frutos da terra descoberta, á rainha Maria Luiza. Daí ficar na Historia com o nome de guerra “das laranjas”. Frustrou-a a apressada paz de Badajoz: custou a Portugal a praça de Olivença e alguns milhões de suborno, porém lhe salvou a corôa, desnorteou a princeza, e deu tempo — era o que mais valia! — tempo a que Espanha, por seu turno, apanhasse pelo dorso o golpe de uma aggressão imprevista.

No começo do seculo XIX os meses e os anos como que eram mais vastos: em cada um deles a Europa mudava de fisionomia, o mundo parecia diferente. “Cependant le monde ordonné commençait à renaître...”

VII

A GUERRA DAS LARANJAS

A guerra de 1801 foi idealizada por Bonaparte, que se valia de Godoy como de um logar-tenente destacado junto dos reis espanhóes. A questão — confessou o principe da Paz nas suas “Memórias” — seria fechar á Inglaterra os portos da península. Antecipava Napoleão, com Godoy, o que teria de fazer, em 1807, com Junot: Portugal era o pulmão europeu da Grã Bretanha; continuaria a respirar enquanto D. João, o regente, reinasse na Ajuda. Mas Napoleão e Godoy encontraram dous obstaculos no caminho de Lisbôa: o páo ferrado das milicias lusitanas (38), floreado nas québradas da serra pelos campinos descendentes da Pa-deira de Aljubarrota, e a esperteza do principe.

D. João, no manifesto que dirigiu á nação ameaçando levanta-la contra o invasor, falava na raça que resistira aos romanos e conquistára a Asia. Era uma linguagem irrisoria — quando restavam das navegações alguns velhos navios atolados na vaza de Belem, e, de Viriato, umas pedras arqueo-

(38) *Mémoires du Prince de la Paix*, III, 191, Paris 1837.

lógicas e anónimas. Mas o povo — sempre foi assim em Portugal, quando castelhanos lhe pisaram os olivais fronteiros com pé inimigo — compreendeu admiravelmente aquella linguagem que lhe sussurrava saudades de grandes épocas e grandes homens. E cada miliciano cingiu o terço hereditário, para correr aos espanhóis...

A Inglaterra limitou-se a fornecer 300 mil libras e quatro regimentos de emigrados francêses. Porém, preventivamente, tomou a embocadura do Tejo com uma frota e estendeu a protecção da sua artilharia das Berlengas ao Porto. D. João farejou outra occupação, — e antes que o principe da Paz saísse de Badajoz a enfrentar Lafões — que absolutamente não sentia a necessidade de bater-se — pediu comoventemente a paz ao sôgro em Madrid. Precipitando a acomodação, detinha a carreira de Godoy, cuja gloria se resumia ao passeio a Olivença e cuja safra de corôas se limitava á das belas laranjas — malditos frutos que tornaram irremediavelmente ridicula uma campanha de tão estudados efeitos — que iam enternecer em Aranjuez a rainha Maria Luiza. D. Rodrigo de Souza Coutinho fôra pela guerra a todo transe, como a jogára o reino em tempos de D. João IV, sacrificando-se-lhe tudo — um exemplo á Europa, que precisava, mais do que nunca, respeitar a paz lusitana. Lafões, aos oitenta e quatro anos, calçando botas de veludo em razão da sua erisipela dinastica, descrente do exercito, lembrando-se a cada proposito das sentenças filosoficas que ouvira em Viena — achava aquilo

escusado, a ostentação de força contraproducente, a luta estúpida. Havia uma rusga, não um conflito: entender-se-iam, e tanto melhor quanto se poupasse sangue, o de que mais careciam os vizinhos para a sua prosperidade. Voltaire, seu mestre, não diria melhor do que ele: “Para que? Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a Espanha; as de Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos: que se ouçam os guisos, por que é necessario — segundo dizem. Mas, por amor de Deus! não nos façamos dano: rir-se-iam demasiado á nossa custa!” Conta Rochechouart que 30 mil homens retiravam ás cegas, diante de um inimigo invisível, ignorando as ordens, o rumo, o plano da luta. (39) Não ha guerra que resista a um raciocinio daqueles. Entre o marechal Sancho e o ministro Quixote, pezára D. João a sua responsabilidade — de dar-lhes Portugal em premio das teorias. Principalmente a fiel aliada, a Inglaterra, o aterrava com as suas escrupulosas precauções. Insinuava-se, desembarcando os seus navais, prolongando a sua linha de esculcas, aquartelando nos fortes os seus officiais, silenciosamente resolvida a arvorar o seu pavilhão na Torre de Belem encordoada com a velha cordoalha das caravelas, logo que o principe regente aderisse á politica franceza. Talvez ansiasse por esta solução, definitiva: que então Gibraltar se estenderia, do cabo de S. Vicente ás rampas do Douro.

(39) Comte de a Rochechouart, *Souvenirs*, p. 51. Paris 1933.

Podendo perder tudo, numa guerra de escaramuças, interrompeu-a de subito, com a paz de Badajoz. Humilhava-se — e safava-se.

D. Rodrigo, desesperado, pedia uma retirada, para o Brasil. A idéa era sedutora. A rainha Luiza de Guzman, D. Luiz da Cunha e Pombal tinham acariciado esse plano temerario: mudar-se a realza, quando o chão portuguez lhe faltasse aos pés; mas se mudar com o Estado em pezo, numa transmigração normanda. Se Espanha renovasse a agressão — emigrariam!

Mas antes disso o principe regente havia de ganhar tempo: e ganhou-o, para ver a destruição da marinha franceza em Trafalgar, iminente a quêda de Godoy, o duro castigo de Carlos IV e de sua familia, prisioneiros de Napoleão. Ele, o tólo, continuou reinando...

Carlos IV tambem se arrependera depressa. O genro temia os extremos da amizade inglesa, e ele os exageros da francêsa. Começara a luta falando na conquista da sua "provincia" de Portugal, com uma linguagem de Felipe II irritado: e conviêra em poupa-la, com a condição de largar a Inglaterra e o indenizar da perda de Trindade e Malta, que os ingleses lhe tinham tomado. Mas o auxilio francês engrossava. Os batalhões do consulado transpunham os Pireneus. A França escoava-se, atravez daqueles desfiladeiros, outr'ora atulhados de heroismo... E Carlos IV contentou-se com Olivença. Quanto a Bonaparte, vinte e cinco milhões de libras tornezas em diamantes, por intermedio do seu

embaixador Luciano, o desarmariam, por enquanto. Em Lisbôa, fazia-se ironia. Uma folha humorística publicou este anuncio, sobre Lafões: “Perdeu-se entre Portalegre e Arronches um menino de 82 anos. pouco mais ou menos, com umas botas de veludo negro...” Pelas tabernas recitavam-se sátiras de Nicoláo Tolentino. Provocavam o riso á sociedade inquietá e desgostosa.

Era preciso fingir. Esqueceu Olivença com uma festa no S. Carlos organizada caprichosamente por Pina Manique. Na noite de 11 de Novembro de 1801 a nobreza do reino passeou as joias e o sorriso em torno do camarote real. Havia mesa franca, opera de Cimarosa, a Catalini e a Crescentini cantavam, e não se poupava dinheiro, para faltar de música e sobremesa a fidalguia fôrra da guerra. Admiravam-no como a um príncipe sábio, que espiava o futuro de cima da sua indiferença, assistindo de longe (como era maviosa a Catalini!) o suicidio dos reis. Forçara a paz! De fato Portugal se contentára, desde os dez milhões de Araujo e a convenção de 1797, a comprar a sua neutralidade. Que se arrazassem — desprezando-o... Figurava no orçamento a verba, progressiva, do suborno pago pelo seu direito de viver. O tratado com a França, de 29 de Setembro de 1801, que destacava Portugal da Inglaterra para o efeito de vegetar socegado, na sua nêsga de continente, devia converter-se, pela convenção secreta de 19 de Dezembro de 1803, num subsidio pecuniario de 16 milhões, e a livre entrada dos tecidos francêses.

Ratificou-a Lannes em Lisbôa, a 19 de Março do ano seguinte.

Lannes foi o verdugo que Napoleão despachára a concertar os desconchavos de Luciano Bonaparte, que, a crêr em Mme. de Rémusat, levára de Espanha 50 milhões. Um rapagão de palavra vulgar e gestos heroicos, que duas vezes salvára a vida ao primeiro consul e arrastava pelos paços um sabre egipcio, gostando de chocalhar as esporas de general da guarda pelas galerias silenciosas povoadas de sombras cortezãs e timidas. Era um grosseiro soldado que entendia de cargas e devia fazer em Lisbôa a diplomacia do terror. Escolhera-o Napoleão porque o molestava em Paris: já pensava coroar-se imperador, e Lannes, com a familiaridade irreverente, o intimidava. O exílio encantou o embaixador: divertir-se-ia com o mêdo do principe guloso que celebrava com festins de teatro as derrotas. Uma feita chegou a ordenar aos criados que matassem o boleeiro de um carro que se chocára com o seu: "Tuez-le! Tuez-le". O impostor excedeu-se, na côrte pacifica, que o recebeu mais curiosa do que assustada. O "jacobino" vinha de uma bruma de guerreiros e martires clareada pelos raios da Revolução: antes de ser o enviado de França era o "sans culotte", de espada aventureira. E que esplendido tipo humano, o do futuro duque de Montebello! D. João ("Monsieur du Brésil") recebeu-o com uma condescendencia receiosa: habituara-se a tratar os officiaes francezes como grandes crianças rendidas pelo agrado, mas

insensíveis á razão. Sómente Pina Manique não perdoou a Lannes o contrabando praticado pelos funcionarios da legação e ousou prender varios emigrados. Ele não tinha o espirito dos agentes fiscaes de Paris quando uma vez detiveram a caruagem do marechal de Saxe: “laureis não pagam direitos...” O intendente geral foi o adversario que o heróe de Marengo encontrou em Portugal: porque encarnava a monarquia no seu pensamento velho e temeroso. Aos outros ministros D. João enganava, dividindo: porém, Pina Manique, alma do Estado, lhe escapara, como uma força necessaria e misteriosa. Assegurava-lhe a paz da sua noite, a serenidade do seu dia. O incançavel intendente governava um exercito invisivel de “moscas”, que farejavam os maçons, remexiam o lixo da alfandega procurando livros impios, batiam o Passeio Publico atraz das “francelhas” de cabelo apurado e roupa ligeira. Fazia teatros, escolas, industrias, inquisição, moralidade: e, de cacete sob o braço, chapéo de dous bicos, o lenço de alcobaça pendurado da algibeira da casaca azul, enfezado, amargo, desconfiado, parecia um Pombal da ordem pública, meio caçador de conspiradores, meio estadista do “despotismo iluminado”... Não era apenas um homem: era um regimen. Pina Manique conservava a tradição dos policiadores do reinado de D. José. Tres reis tinham acreditado nele. Preferia provocar uma guerra a condescender numa fraude. Nem que Lannes puxasse pelas seras da Extremadura os granadeiros da Italia...

O general intimou a D. João a demissão do intendente geral: ou então se retiraria, agravado. O príncipe regente negou-lhe, de bôa cara. E Lannes abandonou o reino, anunciando represalias. Napoleão recebeu-o encolerizado, achando futil a sua ira, e que devia voltar. Precisava dele em Lisboa. Queria, junto do príncipe regente, quem o apavorasse, e aos camaristas caducos, com a zoadá do sabre pelos marmores de Queluz. Reenviou Lannes — para exigir a Portugal a preferéncia do comércio francez. O ministro em Paris, D. José Maria de Souza, avisava: "... é natural que chegue a Portugal menos violento, além do que as suas instruções lhe ordenam". Mas sempre aconselhava que se despedisse o Manique, "e de maneira que não pareça receio de Lannes ou insinuação daqui..." Manique — pezadas devidamente as cousas — não valia uma guerra. D. João exonerou-o a 14 de Março. A pedido. Conservando-lhe os ordenados. Lannes, de começo conformado, explodiu em 6 de Setembro: que se faziam preparativos bellicos, que a policia continuava a prender francezes, pensionando legitimistas, e que os portos deviam fechar-se á Inglaterra...

E' facil imaginar o estupôr do príncipe quando, de grande uniforme, o peito doirado, as mangas doiradas, Lannes lhe deixou nas mãos a ameaça. Pensou no preço daquilo. Em 1801 enriquecera Luciano. Tinha agora de pagar novamente. Para um homem fundamentalmente economico, era uma calamidade esse vasto suborno. Porém, tudo sacri-

ficaria, á paz. Desde o seu Maniquê, até os seus diamantes. Concertou pagar os 16 milhões, pela convenção secreta de 19 de Dezembro. Pagaria ainda mais — se lhe respeitassem a obstinação, de não querer lutar. Foi depois disto que Lannes, dominado pela bondade afagosa do principe, se declarou publicamente seu amigo. Comoveu-o a resignação daquele chefe de Estado que se arruinava sistematicamente para salvar o seu país de um exercito francez ou de uma esquadra inglesa. Porisso, tres anos depois, quando Napoleão pediu um marechal para a invasão do reino, Lannes recusou, virando as costas á fortuna. Preferia abraçar-se aos canhões de Ratisbonna como um gladiador doido, a esbulhar os Estados áquele rei honesto.

Creára-se na Europa a lenda dos diamantes do Brasil. Não admira que entre 1797 e 1807 Portugal fosse uma Cólchida, com o seu velocino suspenso de uma arvore triste. D. João V inundára de diamantes as côrtes como um rajá perdulário. E porque Araujo comprara o Directorio com punhados de diamantes, se admitia geralmente que D. João VI os guardava em arcas, cheirando á selva e á bugrada, com um doentio ciume desses tesouros. Apesar dos seus paços despídos, das suas roupas surradas, da sua vida sóbria, D. João — e Portugal — tinham, para o resto da Europa, um interesse romântico, de exotismos americanos, segredos orientais. Diamantes do Brasil apaziguavam chancelarias, abriam portos, dissolviam exercitos:

e depois de peitarem politicos, ainda chocalhavam no ar anuncios extranhos. Riquezas tropicais. Cada ano dous mil contos de subsidios da colonia. A longinqua abundancia do mato brasileiro... Eram todavia, com uma duzia de navios velhos querendo junto da torre manuelina de Belém, o que ficára dos tempos heroicos. D. João V fundira com os cabedais do Brasil o dote das amantes; D. João VI retardava, com eles, a catastrophe nacional. A Inglaterra manobrava as náos de Abukir, a França a infantaria de Valmy, ele as pedras do Tijuco. Até 1807 essas forças se equivaleram.

VIII

“H U M O U R”

Depois de Lannes, veio Junot.

Todas as honras foram prestadas ao belo general e á sua linda esposa, a inquiéta Laura, que anotava no caderno de viagem os meúdos ridiculos e os tons burlescos das duas côrtes peninsulares. Junot nada queria, além da ratificação do tratado de 1803. A sua embaixada era arrogante e desdenhosa como a visita de um parlamentar, que intima á capitulação, sem o dizer, orgulhoso dos uniformes chamarrados de oiro, do shako empenachado, das esporas ruidosas. Recebido em Queluz, espantou a familia real com a insolencia da sua cabeça coberta, o esplendor da farda escarlate de 15 mil francos. Principalmente o pequenino principe da Beira, D. Pedro, não despregou dele os olhos encantados. O menino talvez conservasse, toda a vida, a lembrança daquela imagem resplendente, a cuja majestade não faltavam as cicatrizes da face, recentes, sangrentas. Seria, dezeseite anos depois, imperador do Brasil, e daria á sua côrte os adornos napoleonicos que foram o sonho e o pavor da sua infancia... D. João mandou fazer, para si

e para o filho, uniformes de hussaro iguais ao de Junot. Isso lisonjeava o francez e contentava a criança. Mas quando o general lhe falou do tratado de Lannes, sorriu, um largo sorriso complacente, e disfarçou, com palavras soltas:

— Ah, sim... sim... Ah... Ah... é um belo tratado... um belo tratado...

Estavam no varandim de Queluz debruçado sobre o vasto parque, e os campos verdes que fugiam para o horizonte as suas perspectivas bucolicas. Envolvia-os uma luz creadora, de outono quente, cheirando aos pomares ricos de fruto. E olhando a terra enfeitada, o principe continuava, já distante, maquinal:

— ... Porque Portugal é uma nação... um belo paiz... bellissimo paiz!

A duquesa d'Abrantès, que ouviu ao marido estas frases, acrescenta: "Ele falava dos campos de oliveiras e de milho que via em torno".

— Sim, sim, foi aqui, neste mesmo lugar, que dei a minha real palavra ao general Lannes. E' homem um pouco...

Conteve-se. Sorriu. Tossiu. E rematou:

— ... um bravo homem, ó, bravissimo homem! E tinha um grande sabre, que fazia um barulho pelas escadas quando ele vinha...

Junot deixou-o, apiedado: pareceu-lhe um inofensivo gastronomo, que exagerava a brutalidade dos diplomatas como um colegial queixoso de castigos. Mas enganou-o D. João. A terceira coalisção o chamou á Moravia, a tempo de reunir-se ao

imperador, ajuda-lo a bater austriacos, russos e prussianos em Austerlitz. Na sua tenda de campanha, com a victoria triangulada na carta, a Europa em linha de combate diante dele, Napoleão o interrogou.

— Seria Carlota Joaquina tão feia quanto dizem, mais que a irmã da Etruria?

— E' mais feia do que tudo que é feio, respondeu Junot.

— E entretanto...

— Ah, Deus meu, sim “replicou o embaixador, esquecendo que a reserva diplomatica impede sempre que se mostre saber tais cousas”.

— Realmente, ponderou Napoleão. “Voyez-vous cela!” E' mais feia que a rainha da Etruria! E o principe regente?

A fisionomia dura do general iluminou-se. Lembrou-se das vagas palavras de D. João preocupado com o ruido do sabre de Lannes nas escadas de Queluz. E confidenciou:

— *Stupide d'abord. Et quant à la laideur. Votre Majesté pourra peut-être en juger par le portrait que ma femme en a fait en deux mots, et qui sont du rest fort justes. Elle dit que le prince du Brésil ressemble à un toureau dont la mère aurait eu un regard d'un orang-outang*”.

A gargalhada do imperador, na sua tenda de Brunn, naquela manhã fria de 1 de Dezembro de 1805, defronte dos exercitos aliados que arriscavam a sorte do universo e o caminho de Viena, foi

o epilogo amavel da missão de Junot a Portugal. "Stupide d'abord..." A frase de Laura pincelava, com uma tinta cintilante, a situação portuguesa. D. João lá continuaria, em Lisbôa, enquanto lhe conviesse: depois, o mandaria rezar o cantochão a algum convento espanhol e esvaziaria de ingleses Portugal. Seria fácil. Com um manipançoguloso, sucedendo no trôno a uma rainha louca, o reino pequenino não poderia ser um problema, mas um meio de fechar o continente á Inglaterra. Napoleão ganhou a batalha de Austerlitz, contente das noticias de Portugal.

Nem poderia imaginar que o seu esplendido embaixador fosse um soldado ingenuo, a quem D. João iludira com algumas reticencias e uma timidez comica, e que a tempestade que haveria de arrazalo se armava debaixo do céu tranquilo e doce de Lisbôa.

D. João — lucrara tempo. A fragata franceza, do comandante Beaudin, depois de um maravilhoso cruzeiro, entrara o Tejo, fundeára em frente de São Julião, e saudara Junot com 21 tiros. A afronta á independência portuguesa indignou o povo. O principe fingiu não a perceber, risonho, insistindo em comentar a zoadá que o sabre de Lannes fizera nos marmores de Queluz, protelando... Até que, numa bela manhã, saltou da cama em alvoroço: navios que chegavam, a bandeira britanica drapejando nas vergas, desdobravam sobre as aguas do porto uma nuvem de fumo. Dous mil tiros de salva abalaram a cidade, impressionaram as po-

pulações, sacudiram o paiz como um terremoto. D. João, radiante, adivinhou a desforra, mediu o desagravo. Nelson acabava de afogar a frota hispano-francesa nas ondas de Trafalgar...

*
* *

Não se sabe até onde Carlota Joaquina atendia a Godoy. A conspiração, contra o marido, para destrona-lo, como o infante D. Pedro fizera a Alexandre VI, como Catarina II ao imbecil Pedro III, visava á subordinação de Portugal ao Império. O agente francês Bournonville ligava a princeza ao gabinete de Madrid. Retirada da tutela inglêsa, a Espanha absorveria de novo Portugal, segundo o plano ambicioso de Carlos III: pela sucessão castelhana da corôa de D. João IV. A princeza tornou-se, entre 1801 e 1805, chefe de partido. Do partido da paz iberica a todo preço. Mas não cortaria o cabo que prendia á não britanica o seu reino, se não prendesse em Vila Viçosa, no solar da familia, o regente manhoso. O remedio seria interdita-lo. E por demencia hereditaria. Desde 1801, Carlota Joaquina, na correspondencia para os pais, se queixa do principe, insulta-o e calunia-o. A calunia era a nevrose hipotetica. Pois poderia reinar o filho de uma doida e de um tôlo?... Sempre se suspeitára da saúde mental de Carlos V, porque filho de Joana a Louca. A misantropia, a prudencia silenciosa de D. João acentuavam, com o tempo, a singularidade do seu temperamen-

to. Escreveu sombriamente a Carlota Joaquina — em 17 de Agosto de 1805: ouvira-se um tiro, na igreja... (40). Correu a versão de que nas caçadas de Samora a febre palustre lhe desequilibrára perigosamente a saúde. Fôra em Outubro. Já os dous cortezãos que o acompanharam áqueles brejais tinham melhorado das enfermidades adquiridas na estação das grandes aguas, quando, em Que-luz, tres semanas depois, D. João adoeceu de muitos accidentes que lhe agravaram a melancolia e a erisipela, os disturbios gastricos e o tumulto nervoso que só o campo lhe curaria. Os medicos receita-ram ares e distrações. Para espairecer foi á Quinta de Caxias. Passou-se ao Alfeite, á quinta da antiga Casa do Infantado, da outra banda do Tejo. A tristeza do principe alarmava a côrte, que attribuia a um enfraquecimento cerebral crescente, ou á lipemania dinastica, o seu retraimento teimoso, a predileção pelos sitios afastados e quiétos onde só os Lobatos o contentavam. Os Lobatos eram o guarda-roupa Joaquim José, especie de escudeiro que não desamparava o amo no seu nomadismo aflito, e o secretario privado Francisco Rufino, cuja mulher, D. Mariana, servia á princeza Carlota. Servia e espiava. Francisco Rufino, isto é, D. João, sabia de todos os passos, conversas e intrigas da castelhana, através da vigilancia inteligente da camareira. As suas confidencias abriam diante do regente o largo panorama dos projétos espanhóes;

(40) Ms. no arquivo do castelo d'Eu, inédito (XII, 197).

graças a elas na quinta do Alfeite, defronte de Lisboa, ou no retiro de Caxias, no palacio do infante D. Francisco, com os jardins, atulhados de faianças, se convenceu de que queriam da-lo por incapaz e arredar como a um demente, cuja hipochondria andêja acabaria pacificamente num convento de provincia, talvez das ilhas. Disseram-lhe D. Mariana e um frade de Mafra de vista lúcida, frei Gregorio de Nossa Senhora, que ouvira a noticia a D. Maria Moscoso, personagem importante do enrêdo, juntamente com Jacinto Fernando Bandeira, que emprestava a casa para a conspiração dos fidalgos...

Carlota Joaquina, desconfiou da aia, demitiu-a de máo modo.

D. Mariana contou ao marido, com as côres carregadas, os extranhos intentos que surpreendera, talvez o que a correspondencia intima da princeza para o rei seu pae continha, na prêssa de informa-lo das ausencias de D. João e dos sintomas do seu desvaio. “El Principe está con la cabeça perdida de todo...” ou nas cartas de Ponte de Lima: “cada dia peor e pouco falta para se declarar completamente alienado...” Ouviu os Lobatos e a Tomaz Antonio de Vila Nova Portugal, corregedor em Vila Viçosa, homem de muito criterio e honradez, que lhe merecera — naqueles transes de isolamento irritado, fugindo aos ministros, por terras longes — toda a confiança. Aconselharam-no que se mostrasse em Lisboa, in mesmo de passagem, a desfazer os boatos de que andava desatinado, e

fosse repousar no Alemtejo, na Tapada de Vila Viçosa, onde os velhos duques de Bragança batiam os lóbos ha pares de seculos. Pouco demorou em Lisbôa, fingindo-se surdo aos rumores, de que se conjuravam os partidarios da princeza para o destituirem do poder, e no frio Janeiro de 806 seguiu para o paço sertanejo, prometendo desentorpecer os musculos enfermos com os exercicios brutos, nas hortas de Reguengo. Tomaz Antonio advertiu-lhe de que devia regressar para a festa de 25 de Abril, aniversario da mulher. Satisfez ao conselheiro, e só na Bemposta foi que lhe disse o Dr. Vandelli, o naturalista, que os inconfidentes tinham precisamente escolhido aquele dia para o golpe de Estado. Alorna, Sarzedas, Sabugal, Ponte de Lima e Cavaleiros, postos em comunicação com Carlota Joaquina pelo padrè Antonio Abrantes, tomariam a falta do principe como um sinal de abandono do governo, e o pae de D. Eugenia de Menezes, a vilipendiada — o conde de Cavaleiros — iria procura-lo em Vila Viçosa, com o decreto entregando a regencia de Portugal á esposa. Quando D. João, palido, envelhecido pelas febres malignas, o seu antigo sorriso prazenteiro afluando difficilmente nos labios exangues de impaludado, appareceu em Queluz para presidir ao beija-mão em honra de Carlota Joaquina, os potentados se sentiram perdidos e desmancharam atropeladamente os vestigios da maquinação. Mas não ficaria em Lisbôa. Preferia concluir o tratamento em Mafra, com os seus monjes: e antes de partir chamou o intendente de po-

licia e o ministro Vilaverde, trancou-se com eles, consternou-os com a narrativa do motim frustrado e deixou que castigassem os culpados. Vilaverde não o seria menos: foi compassivo e lento. Alorna teve o governo do Alemtejo, Sarzedas o da India, Ponte de Lima e Sabugal botaram-se para Almeida e o Algarve, e Cavaleiros escondeu na sua quinta a grande desolação. Em Mafra D. João respirou melhor, aliviado. Não largara mais Tomaz Antonio. “L’Eminence grise”. Nem os infalíveis Lobatos. Substituem no lar desfeito pela politica a harmonia impossivel.

Notaria Palmela: “Não me foi possível dirigir pessoalmente as minhas solicitações ao Principe Regente, o qual nesse tempo, mortificado pelas discussões domesticas e pelo aspecto tenebroso que ia assumindo o nosso horizonte politico, e afetado por uma doença nervosa talvez em parte imaginaria, vivia, por assim dizer, encerrado no palacio de Mafra, sem outra companhia mais que a dos frades e de um pequeno numero de familiares, e sem querer receber pessoa alguma extranha. Tanto assim que, havendo eu chegado a Lisboa nos fins do ano de 1806, só no verão seguinte pude pela primeira vez ver este Principe na occasião do batisado da Infanta D. Ana, que por sinal foi celebrado só um ano depois do seu nascimento”.

Francisco Lobato era o valido predilêto. “...Não tenho um só momento que tu me não lembres”, escrevia-lhe em 5 de Outubro de 1805. E em outro bilhete: “... Já não posso sofrer a falta da

tua companhia, pois certamente não estimo mais outra que a tua, pois estou persuadido que ninguém me ama e serve com fidelidade..." (41). Dá-lhe tratamento de muita intimidade, confessasse isolado, dependendo dos auxílios do amigo e criado, que móra em Mafra, e é a sombra, o amparo do príncipe melancólico. O Lobato não tem vontade, não tem caprichos, não tem variações; é o escudeiro inseparável do amo ainda convalescente, que vê de todos os lados traições e ameaças. Debalde adota, no paço imenso, uma vida monástica embalada de músicas sacras. A agitação só lhe arrefece ao ar livre, com os exercícios e o bucolismo de Vila Viçosa. Mafra é uma penitência. O diário de um almoxarife do palácio, — Eusebio Gomes descreve a tristeza e tranquilidade do retiro. Em 30 de Abril chega o príncipe ao entardecer. Assiste em 4 de Maio á abertura da aula de música. Começa em 2 de Junho a novena do Coração de Jesus com o Santíssimo Sacramento exposto depois de Vesperas, e juntamente a trezena de Santo Antonio. Canta-se Missa de Baldi, "coisa estrondosa". Na sala da livraria — incomparável — cantavam por vezes a Catalani, a Gaforini e Crescentini... (42). Os dias de gala da côrte comemoram-se com opera de còro e beija-mão na capela. Galas e preces "pelo parto da princeza". Assim quando nasceu a infanta D. Ana. "... A's 7 h. da manhã se

(41) Raul Brandão, *El Rei Junot*, p. 116, 2.^a ed.

(42) *Memórias do conde de Lavradio*, ed. do marquês de Lavradio, I, 12, Coimbra 1932.

deu o sinal com os foguetes do parto de S. A. que teve uma menina. Tocaram, em seguida, os sinos grandes e carrilhões e houve Missa de Pontifical, e no fim antes da Benção o Te-Deum". No Natal, Missas de Pulsi, mediocre, de Marcos Portugal, excelente. Nos outros dias D. João passava sem ser presentido pela obscuridade das galerias, fugia á conversa dos religiosos, ensimesmava-se nas suas abstrações. "Logo no principio dèste ano (diz o diario, em 1807) veiu de assistencia para Mafra toda a familia real e aqui se conservou até a retirada para o Brasil, mas o Principe ia algumas vezes a Lisbôa". Divertia-se lá, de raro em raro, com alguma representação teatral. O "Criado de dous amos" era uma peça preferida: porque muitos frades não a assistissem, mandou pachorrentamente repeti-la, "e dar uma merenda aos comicos". Carlota Joaquina fôra aleitar a ultima filha debaixo dos mesmos tectos. Depois iria espairecer no Ramalhão. Distrair-se e intrigar. Vencida em 1805, rendera-se, encolhera-se. Depois de D. João, mandava o Lobato.

Entretanto, a gentalha cantarolava pelas ribanceiras do Tejo:

Nós temos um rei
Chamado João,
Faz o que lhe mandam
Come o que lhe dão,
E vae para Mafra
Cantar cantochão.

IX

CONDENAÇÃO

D. João ouvia — sopradas pelos ventos de França — as mais estranhas novelas sobre o destino da sua Casa. Sussuravam-lhe os inglêses intrigas alarmantes. Que a princeza se acumpliciára com o insaciavel Godoy, acreditava firmemente; porém sabia que o Principe da Paz não pensava em destrona-lo para coroar Carlota Joaquina com a corôa de D. João IV. Godoy queria o quinhão rico, um dominio onde tivesse a sua côrte, inaugurasse uma dinastia protegida por Napoleão. Mandára Eugenio Izquierdo propôr a Paris a divisão de Portugal, (jungido á não inglesa...) (43) em quatro provincias, uma das quais, de premio à aliança, seria dele. Mas Napoleão não cuidava tanto de repartir Portugal como de expulsar de Italia os Bourbons. Se fizesse rei da Lusitania ao da Etruria, genro de Carlos IV? A marcha contra os exercitos da Prussia e da Austria interrompeu a negociação; foi quando Godoy, prelibando o desbarato das forças francesas, publicou o seu mani-

(43) Henry d'Estre, *Bourmont*, p. 81, Paris 1934.

festos de 6 de Outubro de 1806. Chamava às armas a nação! Contra Napoleão, se vencido; mas, como voltou triunfante, contra os inimigos de Napoleão... Maria Luiza, a espiritual rainha da Etruria, interessava ao corso. A's outras princezas, brutalmente, indiferente às suas lagrimas ou aos seus encantos, tirava os Estados, desterrava-as; porem a inteligente espanhola lhe mereceu mais do que uma indenização; reservou-lhe um velho trôno. Godoy, na esperança de abocanhar meio Portugal, tecêra um enrêdo afetuoso: os reis de Espanha, por amôr á filha da Etruria (esquecidos da de Lisbôa), preferiam te-la ao pé de si, na sua provincia do Douro, de capital o Porto, reinando amavelmente num paiz paradisiaco, onde o vinho tem o fulgor do sol, a paizagem uma frescura tropical. Em troco dessa transferênciã, ceder-lhe-ia Maria Luiza o seu reino italiano... Godoy, "rex Algarbiorum", ficaria com o sul de Portugal.

Napoleão escreveu a D. João, em 8 de Setembro de 1807, uma carta severa, incisiva: se tomasse o partido dos inglêses, perdia-se... (44). Era uma formalidade: a ultima cortezia do conquistador.

O tratado que especificou a partilha foi assinado em Fontainebleau, a 27 de Outubro, e já a 2 de Novembro annunciava o imperador ao vice-rei da Italia, a invasão de Portugal, a extincção da casa de Bragança, a alegria em Madrid, com a mudança da rainha da Etruria para o Entre Douro e Minho...

(44) Ms. no arquivo d'Eu, XII, 214.

O príncipe Eugenio revelou o segredo aos seus familiares. A esse tempo, Carlos IV, presentindo a traição do filho mais velho, que procurava salvar, em meio daquela catastrophe, a sua herança, jurando a Napoleão uma servil amizade, contanto que o fizesse depressa rei — denunciava nervosamente á Espanha o príncipe das Asturias e chamava a atenção da Europa para as desgraças que o ameaçavam.

O oculto maestro, que regia essa espantosa orquestra, contava com o mêdo dos soberanos, a ambição dos herdeiros, a indignação das multidões, a apatia dos generais. As pedras confundiam-se, no taboleiro politico: já não havia reis seguros nos seus paços, nem ministros audazes que não sonhassem com a regencia, o milagre de uma carreira como a de Godoy... A 18 de Outubro, o corpo de exercito de Junot cruzára o Bidasoa, rumo de Portugal. Junot fôra o grosseiro ajudante, de talhe de Hercules e sabre egipcio de rastro, que lêra em pleno Senado de Veneza a proclamação de Bonaparte encerrando a historia da Serenissima Republica. Havia, na sua brutalidade heroica, a vocação do arrazador das monarquias, o geito do lenhador dos trônos, acostumado a abate-los com o seu sabre mameluco... Expedira-o Napoleão á conquista da Lusitania, porque Lannes, comovido, se recusára, verberando a ignominia. A ordem fôra lacônica: "N'accordez rien au prince du Brésil, même quand il prometaît de faire la guerre à Angleterre." Era um adversario precavido, que desarmára o seu

exercito, como o pacato burguez desarma a sua pistola, para não ser tentado a usar dela. Concedia tudo; porque, então, o esbulhavam! Junot não raciocinava; obedecia. Conta a duqueza d'Abrantès, sua mulher, que ele se habituára a dizer, dando d'ombros, que o seu forte era sabrear á testa dos esquadrões, não argumentar, com os letrados. Se Napoleão o embarcasse, para tomar a Persia, lá iria, com o mesmo garbo majestoso de Alexandre doirado, louco por mulheres, joias e cargas de cavalaria.

Portugal acabava-se...

X

O REINO EM MUDANÇA

Quando o calmo Strangford lhe mostrou o “Monitor”, com o decreto que extinguia o reino, sumario como o áto que suprimisse uma repartição ou fechasse um estabelecimento, D. João se decidiu.

O reino não pereceria.

Tinha a America.

A idéa do Brasil foi uma idéa secreta, arquivada nas tradições da casa de Bragança. A monarquia não era só o território; era o espirito. Para onde o rei se transportasse, com o seu divino direito. Láí recommençaria o reino. Luiza de Guzman, quando o castelhano ia reabsorver Portugal, mandára o padre Vieira preparar no Brasil abrigo para seus filhos. Depois do terremoto, Pombal pensára um instante em trocar aquela terra movediça pelas montanhas de ferro das Minas Gerais: cinza por ouro. D. Rodrigo, em 1801, agarrára-se a essa solução, desafiando revézes. Havia, para as emergencias, o Brasil!

O sonho era belo. Perdido Portugal — sempre em defensiva, entre as garras, de Espanha e

Inglaterra — restauraria D. João o VI, moderno São Brandonio, um imperio para além dos mares, o “quinto imperio” de que falava Pitt. Num continente virgem. Uma nação nova, como aquele mundo. Com o seu perfil comico, a superficie igual á da Europa, o misterio da paizagem inédita, de inexauriveis riquezas, de sociedade primitiva. O imperio do ocidente projetado por D. Luiz da Cunha. Quem iria ameaça-lo nos longinquos dominios? Os americanos, do norte e do sul, tinham batido os inglêses — porque a América, de Washington, Toussaint e Rivadavia — era inconquistavel. Se não lhe deixavam viver, a sua vida cristã e pacifica, no paiz natal, poria entre este e o seu sôno, duas mil legoas. Embarcava.

Tomaz Antonio apresentara, em 27 de Agosto, em Mafra, o plano de ir o principe D. Pedro para o Brasil: fulminado o tronco em Lisbôa, a arvore da pátria refloresceria no seu ramo do Rio de Janeiro. Aceitou provisoriamente a idéa. Strangtord pégava-se a ela, ainda em 11 de Outubro, escrevendo a Araujo (45). De fáto, nunca se dispoz a consentir na viagem do herdeiro. “José Egidio (o secretario privado) fundava esta sua suposição no receio em que andava o principe regente depois da conspiração do Alfeite de ser destronado por pessoa de sua familia...” (46). Fizêra aprestar navios: serviam, aparentemente, para a excursão de

(45) Mello Moraes, *Corografia Historica*, I, 40, Rio 1863.

(46) Ms. no arquivo do castelo d’Eu, XII, 215.

D. Pedro; na realidade asseguravam a retirada da família real. Era a única solução — dizia-lhe Strangford, em Setembro. Ele hesitava, duvidava, pasmado, pensativo... (47). O exemplo do sogro e do cunhado preveniram-no. Se permanecesse em Lisboa, disposto a resistir, como um alcaide na sua torre, seria prisioneiro, refém e juguete do imperador. Que sucederia, se o agarrasse Junot? A humilhação, a comédia de uma aliança com o vencedor, a guerra á Grã-Bretanha, a perda do imperio colonial desatado da sua submissão, talvez independente, ou conquistado pelos inglêses, como nas suas Memórias haveria de insinuar Sidney Smith... De Pradt diria: "Si le passage du Roi n'avait eu lieu, le Portugal perdait le Brésil de deux manières": tomado pelos inglêses, libertado pelos brasileiros.

Ninguém mais abateria Napoleão. Os canhões de S. Julião, com a bandeira tricolôr tremulando nos adarves, bombardeariam as fragatas de Trafalgar. Como em Hamburgo e Amsterdam, os funcionários do côrso governariam o Porto, enxameariam em Lisboa; e o povo, por que o rei estivesse em poder do usurpador, lhe obedeceria, resignadamente...

Nenhum rei europeu pensára em mudar-se, com a côrte, o tesouro, os arquivos, o sequito, dezenas de mil pessoas, para o outro lado do ocea-

(47) Enrique Ruiz Guiñazú, *Lord Strangford y la Revolución de Mayo*, p. 47, Buenos Aires 1937.

no. A resolução do príncipe regente foi espantosa — e os governos continentais só se aperceberam dela quando já a esquadra luso-inglesa velejava para o ocidente abarrotada com as bagagens de uma monarquia.

O golpe foi magistral. Nenhum dos parceiros que jogaram com Napoleão os destinos do mundo vibrára tão inesperada cartada. Pela segunda vez — depois de Trafalgar — o oceano venceu o imperador. Calculára reunir em Bayona os reis da península num desterro comum — e eis que um deles, o mais astuto, se metia nos seus barcos, com quinze mil pessoas — que bastariam, talvez, para destruir os invasôres nas colinas de Lisbôa — e abalava para ultramar mudando a nação!

Canning preferira a partida do príncipe para o Brasil; obteve dele a secreta convenção de 22 de Outubro, com a promessa de pronto embarque; mas não o julgára capaz do sacrificio. A esquadra inglesa fundeara no Tejo a 14 de Novembro, com carta de prégo, para submetê-lo á alternativa de entregar os navios portuguezes ou, protegido pelos inglezes, se passar á colonia. Ao contrario disso, mandara D. João iniciar o sequestro das mercadorias britannicas. No dia 18, desesperára Strangford de arrancar-lhe a anuencia aos seus conselhos e, retirando as armas britannicas do palacio da embaixada, se recolhêra sombriamente á náó "London". Eram as hostilidades. Antonio de Araujo assumira no ministério a posição dominante: e suggeria, que de agrado a Napoleão se confiscassem os bens dos

subditos inglêses, que seriam secretamente reembolsados, pelo erario. Mas onde estava o dinheiro necessario á farsa, perigosa e carissima? No fundo Strangford e Canning se compadeciam das tribulações de D. João. Aderiria a Napoleão, e a Inglaterra o esmagava, ou o repelia, e o exército francez da Gironda, que já atravessava a Espanha, fraldejando pelos pendores da Estrela, cairia sôbre Lisboa, em marchas forçadas. A 22, Strangford levou a D. João os últimos despachos e aquele fatal exemplar do “Monitor”. Encerrava-se o periodo das conservações. Tinham falhado as suas tergiversações cavilosas — a despeito dos diamantes da peita, das ofertas secretas, dos emissarios aflitos. Traiam os diplomatas: D. Lourenço de Lima, o conde da Ega... Junot violára a fronteira — com vinte mil homens, soldados de Austerlitz, ávidos de prêsa...

O tenente Tomas O’Neil ouviu a um camarista, que D. João — apenas inteirado dos officios de Sidney Smith — “voltava pedindo a presença da consorte e familia, a quem se dirigiu nestes termos: Cuidem da rainha, minha Mãe amada, e V. e suas filhas sigam-me sem perda de tempo” (48).

Imediatamente mandára aprestar os carros, e com a criadagem, num longo cortejo de séges, se transferira de Mafra para a Ajuda. Alorna, do Alemtejo, oferecia 40 mil homens. “Foi sempre

(48) Trad. de Nena Cravo, *Jornal do Comercio*, Rio, 30 de Set. de 1934.

doido...”, respondiam os cortezãos. A 25, quando se certificou de que a invasão progredia, deu a ordem do embarque ao fiel tesoureiro Pacheco. A sua voz não tremia; o perigo transformava-o. “Vai; não percas tempo; e pede o que quizeres” (49). A azafama estendeu-se noite dentro, ocupou o dia 26, alagado de uma chuva impertinente, que dificultava o transporte dos volumes, porém também retardava, pelos caminhos atoladiços do reino, a marcha esbofada dos francezes, e sómente a 27 — quando a febre da mudança empolgara a côrte — appareceu Strangford na Ajuda, oferecendo uma esquadra para o comboio real.

A armada lusitana compunha-se de oito náos, quatro fragatas, tres brigues, uma escuna, varias charruas e navios mercantes — reliquia das frota avassaladoras dos mares. O manifesto, annunciando a partida, saira a 26, condoido, sóbrio, falando no Real Erario exaustó para manter uma neutralidade inutil... Em 27 e 28 de Novembro embarcaram atropeladamente os fidalgos, as damas, o pessoal de servir, os militares, os desembargadores, os frades confessôres, exasperados, temendo que os ultimos fossem surpreendidos pelos francezes, já assinalados a vinte légoas, pelos correios misteriosamente entretidos, perseguidos nas estradas por traidores, que tentavam frustrar

(49) *Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública do visconde do Rio Sêco*, p. 2, Rio 1821.

a viagem... O povo, atoleimado a principio, depois raivoso, volteava, aos magotes, ameaçante, ao longo do porto, onde se armára uma barraca para a distribuição da matalotagem, vendo que não se importavam com ele. Corriam estranhas noticias, novelas lúgubres. Combinavam-se presagios. A terra tremera em 6 de Junho. Em Setembro, varrera o espaço um cometa (50) — como á vespera da cruzada de D. Sebastião... A desgraça nacional rolava escrita no céu! O tesoureiro Pacheco escapou de ser lapidado pelos desordeiros. Deram de vaiar os aristocratas, que, nas suas carroças, mais palidos sob a cabeleira polvilhada, varavam as ruas molhadas para embarcar nos bateis. Estes voltavam com os officiais, reclamando viveres para a travessia, aguada, alfaias. Esquadrões de policia dispersaram, por vezes, a multidão uivante. O frio aguçara-se. Chovia sem cessar. A melancolia do céu nebuloso, da cidade húmida, do mar escuro, das fisionomias consternadas, do desalento geral, transmudava-se, no coração do povo, em rancôr, revolta, ironia. Apedrejou a carruagem de Antonio de Araujo, estilhaçando-lhe os vidros, salpicando-o de lama. Atirou callhões ás cadeirinhas vermelhas das açafatas, lá dentro encolhidas, diminuidas como aves tiritantes. Insultou os funcionarios que, de rabona preta, atrás dos carregadores com os

(50) Felisberto José Pinto, *Relação dos Sucessos*, etc., ms. na Bibl. Nac., Rio, inéd.

embrulhos do arquivo publico, fugiam para o seu bote. Ruidos indistintos, de motim, subiam, intimidativos, da multidão que errava, friorenta, desaforada, entre os porticos da Ajuda e o cães de Belem, com pedras nas mãos, para as atirar aos ministros antipáticos, a amargura estampada nas faces esgrouviadas, estupidificadas pelo fenômeno — a nação em deslocamento.

D. João aparentava uma tranquilidade superior. Só ele sabia; e só ele podia. Contradições de natureza humana — a sua grande provação, como nenhum rei português sofrera assim, lhe fortalecia a alma da certeza de que todos os outros, estonteados e inutilizados por aquela mudança repentina, em tres dias ultimada, dependiam dele, obedeciam-lhe, como ao genio providente, esperavam dele o alimento do exilio, o pão do cativoiro... Porque a vida recomeçaria, sobre novas bases, na America! E recomendava: os livros da Ajuda, as suas coleções, as baixelas cinzeladas pelos Germain, as carruagens igrejas de D. João V, a prataria, os diamantes da corôa, o gabinete de gravuras de Barbosa Machado, a alfaia das capelas, os seus mosquetes de caça, as joias do avô, a correspondencia privada, que comprometia tantos ministros estrangeiros, seguramente o proprio Junot que se acercava numa arrancada de meteoro — por que levassem tudo, limpassem tudo, salvassem tudo.

O marquez de Vagos, desvairado, mandára embarcar num hiate as carruagens. No porto, a côrte tropeçava nos pacotes, embaraçava-se nas

caixas de tipos que Antonio de Araujo ia remeter para a não “Medusa”, com o arquivo das relações exteriores, esgueirava-se, por entre os altos carros das embaixadas de Galvéas, da procissão do Rosario, da recepção de Mariana d’Austria, imensos e lavrados, que não cabiam na cobertura dos navios, — e saltava, na préssa de safar-se, sobre os fardos do luxo, da fortuna, das utilidades da familia real — profundamente dividida naquela hora dramatica. “Parecia o levantar de uma feira...” (diz Oliveira Martins). A rainha louca dava a nota tragica á confusão do embarque: extranhas visagens dansavam-lhe nos olhos esbugalhados, e vociferava, lúcida, que iam fugir... Ninguem atentava na velha soberana desgrenhada, mas uma singular verdade faiscava no seu delirio: aquilo era uma fuga!

D. Maria I, na sua demencia, entre suaves alheamentos e a teofobia exaltada, nunca deixou de ser rainha. O póрте mantivera-se majestoso, como ao tempo em que sir Walpole lhe beijara a ponta dos dedos de marfim; o busto direito, a testa altiva, o passo gracioso, os olhos lucilantes, traian o habito de mandar, e ser obedecida. D. João cercára-a de um simulacro de côrte, com a sua etiqueta sombria, as enfermeiras sêcas como damas d’honor, o horario palaciano, a solenidade do beijamão estendendo diante da senhora, mergulhada em remorsos, o pessoal do serviço, como se ela ainda reinasse... Porisso os seus gritos retiniam nas galerias do paço como um sarcasmo: fugiam... A agitação da rainha vibrava no circulo dos corte-

zãos anglófilos uma bravata impotente: porque não se lutava, como as gerações passadas tinham lutado?

Porem a rainha estava doida, e os belicosos eram poucos. O embarque de D. Maria I foi impressionante; o de D. João, comovente. Já no carro, a rainha se lembrou de Maria Antonieta, daquela Madame Elisabeth com quem queriam casar o príncipe D. José, e afagando com mãos ambas o alvo colo, estertogou o seu pavor, porque a levavam á guilhotina... (no "Terror" as condenadas "avaient le cou blanc comme de la chair de poule..."). Debalde as duas damas, lividas, segredavam-lhe que era um passeio marítimo, nas suas belas náos de alta pôpa, pelo seu Tejo, que a calmaria deixára liso, como um lago. Soluçava, que a matavam. Não queria viajar. Relutou em descer do coche. Carregaram-na, desalinhada, os braços nús, escumando, como a debater-se em mãos de algozes, que a arrastassem para o cadafalso — o cadafalso em que seu pae degolára a marquiza de Tavora... Acompanhava-a, silencioso, pequenino, trémulo, o príncipe D. Pedro. O protocolo mandava que aquela criança assistisse ao furor da avó — unico protesto verdadeiro que ali se ouvia contra a transmigração da dinastia.

D. João embarcou com o infante D. Pedro Carlos e um criado. Disséram-lhe que o povo se sublevava e convinha disfarçar-se, em roupas civis. Chovêra toda a noite. Os coches sulcavam o lamaçal, espadanando a agua das poças. De capotes

de saragoça, o chapéo de tres bicos gotejando, de pé na boléa, os ségeiros abriam caminho aos gritos através da multidão, que patinhava nos alagadiços mais curiosa e atrevida. Quando lhe abriram a portinhola da sége negra, e desdobraram a estribeira, foi que D. João percebeu como o enganavam. O povinho adensou-se, descoberto, diante dele. Curvaram-se as cabeças, algumas mulheres caíram de joelhos como se lhes apparecera o Santissimo, homens hirsutos, de duras faces galegas, choravam, e se ouviram aclamações. — Viva o príncipe Nosso Senhor! — Mãos servís estenderam taboas, para que chegasse, de pé enxuto, á borda do cáes. Aceitou com o chapéo, despedindo-se. Não pudéra evitar as lagrimas. Vieram beijar-lhe a mão gelada — e aflito, soluçante, quasi arrependido de não ficar ali, a participar da sorte de sua boa gente, prometia voltar. Porque Deus não abandonaria Portugal — o Senhor Deus de Ourique, do Salado e de Aljubarrota! Partia, para salvar a corôa. Regressaria, com a bonança.

A cena do beija-mão tornou-se confusa, patética. Escoltas de policia com as alabardas, repeliam as raparigas de mantilha á cabeça que se empurravam, para ver o seu príncipe. D. João, cambaleando, rouco, uma nuvem de pranto velando a vista, sem querer confiar a ninguem as chaves dos seus cofres, alcançou a escada, onde os marinhos o esperavam. Achou-se, nem soube como, instalado no camarim da galeota, que voôu sobre as ondas côr de chumbo, arrebatada por vigorosas

remadas; e a bordo da náó “Príncipe Real”, com os marquezes de Aguiar, Vagos, Torres Novas e D. Fernando de Portugal, entre mil e seiscentas pessoas alarmadas, que se lamentavam dos cabedais deixados, pediam que levantassem ferros, já viam assomar na linha do castelo dos Mouros os shakos dos granadeiros francezes... 1.600 pessoas, onde trezentas não encontrariam comodos! Masurgia largar. Junot fôra presentidó ás portas de Lisboa. Se a frota não se valesse da monção, que caiu a 29, rompendo a calmaria pôdre daqueles dias frios de Novembro, o invasor a apresaria debaixo dos proprios canhões de Belem, com todo o carregamento — a mobilia de um imperio — e toda a tripulação — a flôr do Estado.

Carlota Joaquina ficára com as infantas Tereza, Isabel Maria, d’Assumpção e Ana, na náó “Afonso”. Aí os passageiros eram 1.200. Na náó “Rainha”, alojaram-se D. Maria Benedita, as infantas Mariana, Isabel e Francisca, e 1.500 emigrados. As quinze mil pessoas da comitiva distribuiram-se, ao azar das bateladas, por toda a esquadra. No “Count Henrich”, 1.300, na “Martim de Freitas” um milhar, na “Príncipe do Brasil”, 600 — conforme os dados que vêm no opúsculo de O’Neil.

Os navios inglêses, ao sinal de partida, manobriram, para comboiar a frota. O almirante Sidney Smith mandou oferecer a D. João a “London”, onde o illustre Strangford, com setecentos fugitivos no convez, triunfante, meditava num tratado de commercio que lhe pagasse, usurariamente, o serviço.

O príncipe recusou (51). Iria para os seus domínios a bordo de não portuguesa, com o seu estandarte desdobrado — como rei que era, da navegação dos grandes mares... Ademais disso, o abalo da viagem, a vista da sua marinha, apesar dos andaines, que se penduravam do flanco das fragatas, esquecidos na febre do embarque (segundo O'Neil), os ventos do oceano, a separação da esposa, o entusiasmo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que lhe segredava projectos da criação de um grande Estado na America — transformavam D. João, rejuvenesciam-no, tornavam-no irreconhecível, com a sua centelha de vontade nos olhos húmidos, a sua alegria escandalosa, de emigrante que melhora de vida... “Nunca se sentira antes tão independente”, disséra a Strangford.

Todos ali dependiam dele, os magnates sem os seus feudos, os marquezes sem os morgados, os generais sem tropa, os conegos sem prebenda, os ministros tontos, com a papelada empacotada, ignorando o futuro... Contam que o proprio Antonio de Araujo não lhe perdoou “a ingratidão com que o ia deixando ficar em terra!” (52). Por que a continuidade administrativa, o principio da autoridade, o poder, se concentravam nele: seguiam-no, para o Brasil, e o Brasil era dele. Ali, só o

(51) *Vie de Jean VI*, ms. na Bibl. Nac., Rio, inéd. (O autor é o conde de la Hure).

(52) José Caldas, *Historia de um fogo-morto*, p. 177, Porto 1903.

príncipe — imagem da Providencia — mandava e valia.

Sidney Smith, fleugmatico, sacudiu os hombros. Strangford, que pensara te-lo á mercê da sua persuasão, extranhou. Talvez, por um momento, julgasse preferivel a remessa do manhoso aliado para a Inglaterra, a exemplo do “stathouter” de Holanda, que lá aguardava que os inglêses lhe restituissem o governo, em vez de deixa-lo escapar-se, para o Brasil. . . Mas o vento tempestuoso, descaindo para a foz, levou os navios, embandeirados, mar em fóra: e quando, a 30, o perfil de Cintra se esfumava no horizonte, e a terra de Portugal cintilou a um raio obliquo de sol, longe, fragosa, indistinta, um rebôo de artilharia ainda chegou aos ouvidos do príncipe regente.

— Salvas? O adeus dos artilheiros de S. Julião?

Não eram salvas. Era Junot que, atravessando Lisbôa como um fusil, corraera á fortaleza e lhe despejara as baterias, numa intimação inutil, sobre a esteira branca que as charruas retardadas iam deixando no oceano placido.

O destino da Europa — como, mais tarde, da garôa de Waterloo — dependera daquele vento temporão, que a 29 de Novembro, interrompendo a estação das procelas, atirára a frota fugitiva para o mar grosso.

A historia universal seria escrita de diferente maneira se os paúes portuguezes não tivessem demorado Junot pelos vales inundados: entre Napo-

leão e sua prêsa real apenas vinte e quatro horas — e a monção viajeira — se interpuzeram.

D. João safára-se; e ganhava.

Primeiramente — ganhava tempo. Depois, com o seu imperio americano, uma felicidade que todos os reis, e o proprio flagelo deles, Napoleão, algum dia lhe invejariam.

A lisonja é de James Ligham: “Ele foi o unico soberano da Europa que teve a firmeza e a sabedoria de fazer precisamente o que devia”. Um frade academico teria de compara-lo ao “antigo Enéas...”, levando a mãe ás costas, para os climas hospitaleiros de um paraíso. Depois os fluminenses recordariam, que “os politicos disséram que o navio que trouxe ao Brasil o Sr. D. João VI alcançaria entre os antigos gregos maiores honras que esse, que levou Jason e os argonautas...” Escreveu Prior: “A medida da emigração em tempo nos pareceu a todos tão extranha quanto desusada, e tem sido abusivamente comentada, um após outro, por quasi todos os politicos da Europa; mas, quer se haja originado na timidez ou na fraqueza, provou ser da mais profunda sabedoria politica”. Em Março seguinte a côrte espanhola ia tentar passar-se a Sevilha, e de lá ao Mexico, imitando-o, ao “fujão”. O povo obstou-lhe (53).

O imperador refletiria em Santa Helena: “Elle (Angleterre) a pu dès lors contiñuer la guerre; les

(53) Marbot, *Mémoires*, II, 64.

débouchés de l'Amérique méridionale lui ont été ouverts; elle s'est fait une armée dans la Peninsule, et de là elle est devenue l'agent victorieux, le noeud redoutable de toutes les intrigues qui ont pu se former sur le continent, etc., cest ce qui ma perdu!"

(54). Perdeu-o... D. João.

O povo português, este já pelas ruas-sujas cantava:

O *Ginó* mail-o o *Manêta*
Diz que Portugal que é seu
E' um demo para eles,
E mais porém quem lho deu.

(54) *Le Mémorial de Sainte-Helène*, II, 544, ed. Garnier. Mesmo Oliveira Martins, que trata com afetado desprezo D. João VI, reconhece: "Napoleão estava burlado". *História de Portugal*, II, 240. Vide também a crítica de Antonio Sardinha, *Ao ritmo da ampulheta*, p. 267, Lisboa 1925.

XI

O MILAGRE TROPICAL

A tempestade dispersou aquella armada de sessenta velas ainda á vista de Portugal. O navio de O'Neil, que se acercara do forte do Bugio para domina-lo, por pouco não deu á costa, despedaçado. Dividiu-se a expedição. D. João só teria noticias do resto da comitiva — e do reino — no Brasil.

O desconmodo da viagem, a inquietação que havia a bordo, a penuria e o desalento dos refugiados, confrangiam-lhe o coração, incutiam-lhe — responsavel por tantos destinos — uma extranha energia.

A maioria do milhar e meio de emigrados deixára nos cães de Lisbôa a canastra dos linhos. As mulheres traziam a roupa do corpo. Para desembarcarem na Baía seria preciso que a população lhes mandasse, a granel, ás trouxas, um enxoval de emergencia. O tenente O'Neil transcreve de um manuscrito de official portuguez estas notas lancinantes: “Como os navios dispuzessem apenas de pequenas provisões, tornou-se em breve necessario o apelo ao almirante britanico afim de admitir em

seus navios uma grande quantidade de passageiros, e felizes os que foram desse numero, porque os que ficaram eram objeto de verdadeira piedade de Lisbôa até a Bahia. Na sua maioria passavam eles as noites no tombadilho, sem cama ou coberta de qualquer especie. A agua era o principal artigo a reclamar nossa atenção; a ração dela era minima, a comida da peor qualidade e além disso tão deficiente que a propria vida era um fardo. (55). Nossa situação era tão horrivel que a ninguem desejo chegar um dia a experimentar ou mesmo testemunhar. Homens, mulheres e crianças, formavam juntos o mais desolador dos quadros. Entretanto, a Providencia favoreceu-nos ainda no meio disto tudo com uma grande benção: poucos sentiram os efeitos da molestia”.

Ao entardecer de 21 de Janeiro, os palmares da Torre, ondeando os leques no fundo do horizonte iluminado, foram o prenuncio da Bahia.

A noite estrelada e quente ocultou-lhes a linha raza da costa brasileira, que na manhã seguinte reapareceu avivada, com os montes desenhando, sobre areas extensos, uma arquitetura selvagem. Ao meio dia a frota — as náos “Principe Real”, “Afonso de Albuquerque”, a inglesa “Bedford”, a fragata “Urania” e o bergantim “Tres Corações” — guinava para o largo, na altura da Barra, cujo castelo suspende sobre a angra, e o vasto mar verde,

(55) Tambem Santos Marrocos, correspondencia, *Anais da Biblioteca Nacional* (Rio), LVI, 29.

as guaridas seculares. Foi quando o fumo branco de um tiro se elevou da Gambôa, e o éco da salva fez estremecer, na cobertura do navio, o príncipe regente de olhos esbrazeados pelo sol, deslumbrados pela paizagem. Doze canhoneços foram a voz daquela sua terra saudando-o: no alto do mastro, a bandeira real panejava, como um pedaço de nuvem mordido pelo escudo português e a tripulação, formada, ao longo dos convézes, rente ás caronadas jungidas de cordas como animais cativos, fazia a continencia ao Brasil. A luz, o dia escaldante, as tintas acêsas do litoral, cintilantes no golfo como diluidas em metal, combinavam os seus tons de apoteose. Como na Bahia correra a noticia, de que chegava o príncipe, parecia até milagre, que logo o escaler do governo cortou as aguas, e pelos adarves dos fortes, com as suas fardas azues, os milicianos acenaram, numa festa de gestos e aclamações. Circulára a bôa nova, rastilhando pelas paróquias como um toque o rebate: pois de subito os sinos, primeiro da Conceição da Praia, depois do Corpo Santo, do Pilar, do Carmo, de S. Francisco, da Sé, os sinos todos da cidade, se puzeram a planger e rir no espaço, sonorizando as velhas torres de perfil oriental, mirandes da Bahia que vibravam como clarins, ás furiosas pancadas do clero alvoroçado. Um rei chegava. E imprevisto, tangido da Europa pela rajada da guerra. Governava ali o velho conde da Ponte. Subiu a escada da náó real com uma alegre precipitação. D. João acolheu-o efusivamente, estreitando-o nos bra-

ços com ternura, de quem se afirmava da lealdade da America, seu futuro imperio.

E como esse Brasil era grande, aos seus olhos gulosos de exilado!...

Perguntou escandecido, afoito: — Não vem ninguem de terra?

O governador explicou, que déra ordens, para que Sua Alteza não fosse incomodado... Atalhou-o, com uma impaciencia expansiva: — Deixe o povo vir como quizer, porque deseja ver-me (56).

Como que a cidade (a frase é de frei Francisco de S. Carlos, num sermão de 1809) “desce do alto de seu monte, onde, como uma nova Ceres, está coroada de torres, e corre atropeladamente ás margens do golfo...” Aparecia-lhe (no louvor de Silva Lisbôa) “como o Pae dos Crentes, quando ouviu a voz superior: sáe da tua terra; dar-te-ei a Terra de Promissão” (57). Esta, no poema contemporaneo, era segundo Ararath.

“Onde descance a naufragante barca,

Que leva a redenção da Europa inteira...”

Com as colinas arborizadas e o alto casario, numa acumulação desordenada de telhados e campanarios, lembrava-lhe Lisboa, ou Coimbra. Coalhavam a enseada as embarcações meúdas e lentas do reconcavo. No porto fervilhava uma população mestiça e inquêta, um pouco africana, um pou-

(56) Mello Moraes, *Chorographia historica*, I, 65.

(57) *Memoria dos beneficios políticos do governo de el-rei e Sr. D. João VI*, p. 56, Rio 1818.

co portuguesa, e sobre o bairro comercial, junto á praia, os muros negros dos conventos pareciam os lanços restantes de uma fortificação cimeira, devorada de um incendio remoto. O tropico — devéras — não era ali bem o tropico: porque Portugal pulsava, com o seu genio e o seu sangue, naquêle presepe patinado e crucigero, que se espiritualizava em torres musicais...

D. João não sentiu ainda a America. Nem a sentiria no Rio de Janeiro senão mais tarde, quando os nervos se lhe afrouxassem, no doce abandono da Bôa Vista, em contacto com a natureza virgem.

Saltando na Bahia, em 23 de Janeiro, achouse como por milagre em Portugal — rodeado de um clero magnifico, de uma aristocracia de casacas encarnadas, de um corpo municipal de varas e espadins, de negociantes de Lisboa e militares de Elvas... Rumou diretamente para a catedral, onde o arcebispo D. Frei José de Santa Escolastica rezou um "Te Deum" suntuoso. O tempo ajudára o conde da Ponte nos seus projétos. Dos engenhos de assucar viéram os morgados de cruz de Cristo ao pescoço. A guarnição corrêra ás armas, luzida. As Igrejas iluminaram-se. O povo saiu ás ruas, endomingado, respirando um alivio profundo. Porque a riqueza do Brasil dependia da Inglaterra e, ainda ha pouco, a ameaça de guerra tinha consternado, sobresaltado a Bahia. Disséra-se que uma esquadra britânica viria apoderar-se dela, como tentara em Buenos Aires. E, em lugar de inglêses,

fôra o rei em pessoa o mensageiro da paz... Na tarde de 24, D. João e a comitiva se recolheram ao paço do governo, e os fidalgos do sequito pelas casas nobres que se lhes abriam.

Sete noites a cidade se encharcou de luz e música.

Não houve sobrado burguez sem tijelas de azeite bordando de fogo os balcões, nem loja de mercador sem lanternas chinezas que a aragem balouçava. A Praça do Palacio foi um teatro de cantorias, que executavam, zangarreando as violas, os melhores trovadores do paiz. O beija-mão quasi não se descontinuou, desde a instalação do principe no paço, até o embarque: beija-mão a agricultores ricos, a comerciantes rudes, aos padres, officiais, gente humilde. D. João recebia-os, atendia-os, lisonjeava-os, com uma generosidade sem exemplo na historia da dinastia. Dir-se-ia que a cada um dos seus subditos coloniais agradecia a amavel surpresa do Brasil.

A 28 de Janeiro o padre Calixto celebrou "Te Deum" assistido pela familia real e, entre alas de povo, D. João foi ao Senado da Camara assinar o decreto da abertura dos portos. Alas de povo nobre. De uma gente tão cortez que, pela estrada da Vitória, ufano das aclamações, lhe atirára o principe, a mancheias, patacas sonoras, semeando de moedas novas aquele arrabalde — e ao cair da noite, de regresso o cortejo, já com o dinheiro tinha comprado archotes, centenas de fachos trémulos, que o acompanharam, num triunfo, num clarão

enorme, majestosamente, até o palacio... De patuléa que devolveia em iluminação a esmola.

E cantava:

Meu príncipe regente,
Não saias daqui,
Cá ficamos chorando,
Por Deus e por ti...

*

* *

O grande ato de D. João praticado na Bahia, suggestionado pelos violentos contrastes da natureza e gente do Brasil, foi o da abertura dos portos. Perdera Portugal: e tinha de substitui-lo. Os inglêses exigiam-lhe o franco commercio. A mudança da côrte importava a transformação da colonia, o desencantamento dela: mas não esperou que os ministros lhe assistissem, que opinassem os conselheiros, e a diplomacia tambem dissesse alguma cousa. Precipitou-se, inspirado, disposto a começar depressa o seu reinado americano, a sua aventura tropical. O conde da Ponte levou-lhe José da Silva Lisbôa. O advogado bahiano, conhecido por um admiravel curso de Coimbra, pelo seu livro de direito mercantil e pela correspondencia acerca das questões coloniais, surpreendeu-o com o discurso profetico, a erudição liberal, as citações de Adam Smith e Ricardo, vagamente parecido, — a testa aumentada pela calvice, o resto dos cabelos grisalhos atirado para a nuca, a face

macerada e meditativa,— com Benjamin Franklin... Tudo no Brasil andava errado. As leis antigas asfixiavam a economia e fermentavam revoltas. O vasto organismo da colonia entanguira-se oprimido, e as suas convulsões, ansiando por um sôrvo de ar, estremeciam a terra imensa... Abrisse-lhe os portos, e a nação nova espantaria o mundo com o seu despertar.

Que sim, que redigisse o decreto, que o assinaria já. O proprio Silva Lisboa, que de tantos anos se antecipára a Robert Peel, escreveu: "O Sr. D. João resolveu fazer tanto bem sem esperar pelos conselheiros de Estado, que se tinham desviado em rumo, pela dispersão da tempestade na costa de Portugal. E' pois inteiramente obra sua a carta régia, foral novo do Brasil..." A Camara, a Relação, a nobreza, juntaram-se no salão do paço de tectos apainelados, olhando o mar que lá em baixo, entre as tenazes do reconcavo, chameja ao sol: e aí o principe — naquela tarde de 28 de janeiro — rubricou a carta régia que abria, oferecia os portos do Brasil ás bandeiras amigas. Depois, no Rio de Janeiro, em intenção disso, comemorando a liberdade do commercio brasileiro, creou uma Ordem nobiliarquica civil: a Torre e Espada. A primeira Ordem burgûeza da monarchia.

XII

A SEDUÇÃO DO BRASIL

Os bons fados sorriam-lhe. A' excelente recepção dos seus subditos da Bahia seguiu-se o acolhimento caloroso dos seus subditos do Rio de Janeiro. O sonho de D. João continuava. Depois de 1793, os seus dias realmente felizes foram aqueles da chegada ás suas cidades do Brasil, disfarçando a nostalgia da côrte-emigrante com a ilusão de que vinha espantar o mundo com a demonstração da força portuguesa. Os cenarios eram novos, e as condições de vida diferentes. Os partidos palatinos, a pequena politica das recâmaras, tinham ficado, estatelados, nos cáes de Belem onde, na aflicção da abalada, os conegos abandonaram a prata da Patriarcal. Os colonos do Brasil imaginavam, de longe, venerando-o como á propria mãe-patria, um rei absoluto, quasi divino; esse grande monarca — era êle! Os burguezes dinheirosos da Bahia e os burocratas do Rio não trairam a decepção — encontrando, em vez do belo principe retratado por Pellegrini, ou Troni, com a sua peruca de La-Fayette e a sua semelhança com Luiz XVI, um homem muito gordo, muito fatigado, muito simples,

de suíças castanhas escorridas ao longo da face vermelha, de passo moroso em virtude da erisipela hereditaria, e uma velha casaca condecorada de nodoas. Mas lhe déram a idéa de ser um forte rei chegando em triunfo aos seus Estados. De um lado, comparando-o ao “Imperador do Divino”, ajoelhava-se á sua passagem uma sociedade oprimida por leis mesquinhas, certa de que as cousas mudavam; do outro lado seguia-o, como á sombra, o infundavel sequito dos braços e titulos lusitanos, esperando da sua magnanimidade pensão, alojamento, empregos que lhes mitigassem o “cativeiro de Babilonia.”

Nem os homens, porém, nem as cidades o impressionaram tanto como a natureza tropical. Era um misantropo que pela primeira vez trocava de ares: e aquelas paizagens selvagens — decoração gigantesca do seu novo reinado — o assustaram e encantaram. A Guanabara — como Luiz de Vasconcelos fôra justo no seu louvor! — apresentara-se-lhe com as mais ricas tintas do verão tropical. Ali, o trabalho humano, o recórte da cidade, a linha negra dos fortes, desapareciam sombreados pelos morros, cuja massa granítica, suspendendo sobre o golfo trapos de floresta e paredes lisos, lembrava as ruínas de uma construção ciclopica. De longe, as montanhas pareciam escalvadas e estereis, endireitando para o céu as fórmias hostis: porém, á medida que se acercavam, como que a pedra refloria, a mata verde se enroscava, enlaçando os penhascos, pela cordilheira acima, cumeada

de sol, e uma espantosa sinfonia de côres, de força, dissolvia, pela terra toda, a beleza dos tôpos inaccessíveis. Afogadas na verdura, casas felizes, caídas, destacavam-se pelos níveis. Os bairros populosos achatavam-se, enchendo a baixada, entre o morro do Castelo, com o seu posto semaforico e a Igreja voltada para a baía, e o de S. Bento, tomado pela abadia, quadrada, de botaréos militares ajustados á colina, suspensa sobre o porto. Dominavam as casas terreas, de rotulas, amoiriscadas na sua tristeza colonial, os campanarios dos templos. Os sinos, como na Bahia, despejavam no ar iluminado as suas alviçaras. Aqui, como acolá, antecipava-se a religião ao povo, na lisonja ruidosa: devéras, a voz livre e risonha dos carrilhões era a farta voz das cidades psalmejando esperanças... “Que magnifico tom azul-escuro!” exclamaria mais tarde Darwin.

Governava o Rio um cavaleiro moço, o vice-rei conde dos Arcos. Filho daquel’outro, a quem um boi estirou morto na arena de Salvaterra, nas ultimas touradas que se correram no reinado de D. José I — tinha a alma de Marialva, com os seus requintes de fim-de-raça. Deu á acolhida da familia real um brilho de procissão, um estrondo de apoteose. Numa galeota escarlate e doirada de docel de purpura, o principe se transportou da não para a rampa do Paço, atestada de povo. Esperavam-no, sob palio, o chantre com os conegos paramentados, os vereadores, com as suas varas, os padres em colegiada, os fidalgos de uniforme, os

magistrados de toga, e por traz da multidão a tropa, com os estandartes, alinhada, do largo do palacio, pela rua do Rosario, até a Sé, com o sol de Março — ardente e crú — cintilando nas baionetas. Arcadas triunfais assinalavam o caminho juncado de flores, foguetes, á moda lusa, estalando no espaço limpo sonorizado de sinos e fanfarras; a zoadá das aclamações, o éco das salvas, os refluxos do povo contido pelos soldados, arnavam diante dos olhos enternecidos de D. João um espetáculo inesquecível. Sim, havia alegria; e ele sentia-se amado. A pé, debaixo do palio de varas de prata que os vereadores carregavam, coberto de petalas de rosas que as mulheres lhe atiravam, venceu a custo, solenemente, o espaço que medeia entre o cáes e a Igreja.

A rainha doída desembarcou, apoiada á sua aia, chorando suavemente. Quem diria que a essa pobre mulher se referia a inscrição olimpica do chafaris que ali perto construíra Luiz de Vasconcelos: “*Maria I Portugaliae regina, pia, optima, augusta...*”? Carlota Joaquina, de cabelos cortados rentes, porque os parasitos durante a viagem infestaram as mulheres, obrigando-as a decepar as cabeleiras, — mordia os punhos, num acesso de raiva. Aquilo era um exílio! Depois, a cidade humilde, sem ruas nobres, sem palacios, sem teatros, porém envolvida de matas espessas, lhe aguçaria, contra o paiz e o marido, um odio historico. As infantas, mais graciosas com as cabeças “a Titus”, respiravam com prazer os ares

perfumados, pisavam com segurança a terra tapeçada de flores. Os príncipes D. Pedro e D. Miguel continuavam a não compreender bem o drama que os expatriara. D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois do príncipe, era ali o homem mais feliz. Antonio de Araujo, que devorava em silencio a impopularidade e o malôgro diplomatico, prontamente demittido do ministerio, conservado apenas no Conselho da Corôa, decaído por muitos anos, tinha o aspecto desolado dos francêlhos da côrte, a quem o amôr de uma idéa custára a carreira e o lar. D. Fernando José de Portugal ficára com três logares vagos. Conhecia o Brasil e era impoluto. Andava devagar. Encarnava a cautela e o passado. A pressa de D. Rodrigo, antitese do antigo capitão general da Bahia, foi jovial e comunicativa: como iriam trabalhar! Mas a população, delirante no seu regozijo sincero, só mediu a extensão da mudança, a importancia do deslocamento da familia real, quando as festas encerraram o triduo das luminarias, das musicas e das apresentações. O foguetorio, a arcaria do largo do Paço com o seu painel representando o príncipe, sentado no trôno, a receber de um indio emplumado (imagem do paiz desde Lope da Vega) frutos do Brasil, alumiada por centenas de copinhos de azeite, a aglomeração do povo, sob as sacadas de lanternins balouçados pelas auras do mar — prolongaram-se pela noite a dentro. Não houve casa abastada que não desenhasse de lumes as janelas, com as colchas da China desatadas sobre os balcões. O clarão das

luzernas alagava o centro urbano, realçando o negrume dos morros, e, em traços interrompidos, marcava na paisagem noturna os contornos dos bairros. Tudo era inédito e maravilhoso...

^ A realidade definiu-se, sumamente melancólica para os fidalgos encanecidos no seu ocio confortavel, no dia seguinte. Foi quando os almotacés e os criados da ucharia saíram pela cidade, de olhos para o ar, a escolherem as aposentadorias da côrte. O Rio não comportava tanta gente nem havia casas dignas de tantos nomes velhos que lembravam os maiores solares do reino. O principe já abafava de calor no paço dos vice-reis, junto do porto, baixo, quente, vulgar. A rainha ficava no antigo convento dos carmelitas, com a ucharia nas lojas, gemendo o seu "ai Jesus" pelos corredôres desertos. Carlota Joaquina pedia que lhe comprassem uma chacara: se deveria vegetar no desterro, queria-o completo, longe de negros, tão numerosos e semi-nús pelas ruas tortuosas como se fôra em Africa. Os sete marquezes, os cinco condes, o resto da comitiva, instalavam-se como podiam, nos sobrados mais amplos, mais vistosos: e estes eram tão desguarnecidos, tristonhos e primitivos, que ninguem se mostrava satisfeito. O conde dos Arcos mandára afixar ás portas as iniciais P. R., avisando os locatarios de que o principe regente os despejava. Mudavam-se, contentes da honra de abrigar á alta gente, que lhes fazia a mercê de achar vís as suas acomodações — e ainda compravam aos negociantes da rua do Ouvidor moveis, al-

faias, arte, que aprimorassem os aposentos dos hospedes. Um mercador lembrou-se de oferecer a D. João a sua quinta da Bôa Vista, em S. Cristovão. Não liavia nos arrabaldes mais ventilada, aprazível e cultivada chacara, com a sua mansão de linhas nobres e um rio rolando no parque emoldurado de florestas. Chamava-se Elias Lopes. Conta-se que, construindo em 1803 o solar, o mais vasto e ostentoso do logar, dissera que o destinava ao rei, quando se passasse ao Brasil, Aquilo, era a casa da profecia (58). Aceitou-a, jubiloso. Fugindo á banalidade de uma pequena cidade mais africana do que européa, descobria os encantos da sua natureza idilica. Em S. Christovão, reviveria. O clima restabelecia-o, a calma transformava-o, afinal descansado — com as noticias da Europa sempre atrasadas de dous mezes — e achando a sua nova vida um presente do céo. Restava crear no Brasil o imperio, sobre o qual reinasse a sua Casa, pelo tempo adiante!

(58) *Memorial sobre o palacio de S. Cristovão*, por Araujo Porto Alegre, ms. cm. pelo filho do autor.

XIII

A CONSTRUÇÃO DO IMPERIO

O ministerio que D. João organizou no Brasil simbolizava a sua politica.

D. Rodrigo — o homem imaginoso — ficava com as pastas ativas, de estrangeiros e guerra. Anadia, casmurro, preferindo a sua musica ás intrigas da secretaria, displicente como um velho capitão de barco a quem a tempestade houvesse desmanchado a frota, o “conhecido eremita”, na frase de Laura Junot — cõtinuava na marinha. Continuava titularmente, porque o chefe de verdade já era D. Pedro Carlos, que o principe nomeára almirante do reino, apesar de seus vinte e dous anos, da absoluta ignorancia das cousas do mar e da nacionalidade espanhola. Anadia, desde 1805 — é ainda a franceza que diz — “chorava como Jeremias pela sua pobre patria, e não admitia nenhuma consolação como esperanza...” Mais lhe escurecera a alma a extravagancia de se lhe dar por comandante da esquadra o infante, preterindo os bons marujos encanecidos na linha da India. Só mais tarde se soube porque D. Pedro Carlos estava almirante do reino. D. João reservara-lhe

a mão da filha mais velha. E outros destinos lhe daria, se a morte não o levasse tão cedo.

D. Fernando José de Portugal ficára com as demais pastas, sobrecarregado e paciente, ardendo em zelos apostolicos, devotado ao amo como só seria depois Tomaz Antonio, em tudo o corteção do figurino arcaico, incapaz de fazer, falar ou pensar o quer que fosse contra o rei seu senhor. Para si nada queria. Para o Estado, só o que o principe quizesse. Seus ouvidos eram moucos, e os olhos cegos a outros interesses. Tinha a placidez das consciencias puras, a intransigencia dos temperamentos religiosos.

Que contivesse a D. Rodrigo na sua afoita iniciativa — só havia ali D. Fernando José.

Era a inercia contrariando o turbilhão.

Entre os dous ministros, polos do governo, Anadia representava um papel secundario, de zelador das esquadras decrépitas.

De fato, D. João, arbitro das resoluções, dirigia-os ao seu alvedrio.

A sua maneira de dividir os ministros, por que nenhum pudesse muito, dava resultados excellentes.

Antonio de Araujo, desmoralizado pelo insuccesso politico, esperava com elegancia, a sua vez: sabia-se o antipoda de D. Rodrigo e, como tal, seria utilizado quando o rival fracassasse, e o permitissem os inglêses.

D. Rodrigo viajára muito, lera muito — e lera mal, — sonhara grandiosos planos. Era superior

aos outros, porque mais lúcido, mais ativo, mais corajoso. De Turim, de Londres, de França, trouxera um conhecimento confuso, porém geral, das industrias, do commercio, das idéas. Por fóra, vagamente parecido com Necker, sadio, robusto, alegre, gostando de citar Turgot e Adam Smith, dir-se-ia um filosofo encadernado de estadista. Mas o seu simile politico era Pombal. Continuava a ser absolutista, autoritario, á moda tradicional, taxando de traição a proposta que em Portugal se fizera, de consultar côrtes antes de impôr tributos, execrando “francêses” e maçons, disposto a esmagar a Revolução (perseguia-o o presagio da “monarquia em perigo”) com o malho do progresso — intensivo, racional progresso que abrisse o Brasil a todos os póvos, dêsse com ele na balança das nações.

Acusavam-no, de só saber as primeiras linhas dos capitulos da Enciclopedia. Carlota Joaquina, que o detestava, chamava-lhe “el Torbelino”. Hipolito da Costa, no “Correio Brasiliense”, indigitara-o como a um Pombal desmiolado, que tudo projetava, sem concluir cousa alguma. Especie, peculiar á raça, de sonhador agitado, fecundo na sua legislação — um cêgo enriquecera vendendo-lhe decretos e avisos em Lisbôa, ironizou Hipolito — porém esteril nas realizações...

E julgavam-no mal.

Não foi D. Rodrigo o homem de muitas palavras e poucas obras: o paiz é que era desmesurado — e virgem — emquanto o governo um adventicio

e indigente governo, que devia improvisar, crear tudo. Tribunais, escolas, estradas, fabricas, liberdade civil, bancos, moeda, commercio, povoamento, rendas, imprensa, bibliotecas, cultura, uma nação, um imperio. . .

D. João necessitava de ambiente. Os monges bentos gastaram mais de 100 mil cruzados ajeitando-lhe o convento da ilha do Governador, para os seus retiros da semana Santa. E a quinta de Elias Lopes prendeu-o definitivamente a um lugar quiêto e formoso deste Rio que, por sua vontade, lhe guardaria os ossos. Depressa transformou a casa-grande num paço de aposentos amplos, mobiliado decentemente, dominando com as suas janelas e um torreão um panorama de varzeas e morros idealmente verdes — e para aí se mudou, com alguns familiares, os papeis da corôa e os pequenos principes.

Carlota Joaquina não pensava reconciliar-se com o marido.

Carteavam-se por vezes, e não se viam durante semanas — a princeza cada vez mais irritadiça, o principe cada vez mais socegado.

Não lhe falassem de voltar a Portugal!

As noticias de lá eram arrazantes. Fidalgos colaterais da dinastia acabavam de atraíçoa-la — pertenciam ao partido da princeza! — jurando obediencia a Junot, assim o infiel Ega, o desastrado S. Lourenço. . . Napoleão puzera o irmão José no trôno de Espanha, aceito por meia nação. Daria decerto o de Portugal a algum dos seus marechais

vorazes e “sabreurs” como Junot. A Inglaterra cansára-se; a Europa, dominada, abafava; e até se dizia que o corso procurava noiva nas côrtes reais, humilhando-as com a sua preferencia... Carlota Joaquina, herdeira da familia exilada, amadurecia no seu recolhimento um grande projéto politico... Entrete-la-ia cinco anos de maquinação inteligente, de astucia maligna, de intriga exasperada. Foi quando D. Rodrigo — atropeladamente — encetou a tarefa colossal.

Crear, improvisar tudo!

Levantaria a voz do seu imperio americano...
— prometera.

E levantou-a, em 2 de Maio, declarando guerra ao imperador dos francêses. Na Guiana tremulava a bandeira inimiga: mandou tomar a Guiana, por um corpo expedicionario e uma frota de bloqueio. Conquistaram-na sem muito sangue nem muito trabalho. Embarcaram a guarnição que capitulara e desfraldaram, sobre os bastiões do presidio, o estandarte das quinas. Não era uma desforra — Cayenna em logar de Portugal; mas era uma resposta. Não desaparecera no fundo dos mares a casa de Bragança; cá estava, aumentando os largos dominios. Eram tão vastos!

Em Julho, um caïque algarvio entrou a barra. Com uma noticia maravilhosa: em Olhão, aos gritos de “não ha mais portuguezes”, a provincia levantára-se contra os francêses, e logo na fortaleza da Foz o pendão das chagas acenára para os navios britannicos do cruzeiro.

Portugal expulsava os intrusos.

Que celebrassem o "Te Deum". Que a cidade se iluminasse por tres dias. Que desfilasse, jubilosa, no beija-mão do paço ! Emquanto Portugal se livrava dos invasores, D. João construia o seu imperio... Um viajante inglês, T. Ashe Esq., mandára dizer para as praças do Reino Unido: "Não emigrou a côrte levando 50 mil adeptos, e não é claro que um imperio se erguerá no sudoeste perante o qual, em comparação, Portugal aparecerá como uma sombra escura e desprezível na terra?" (59)

E o principe regente completou o áto da abertura dos portos, autorizando e incentivando as manufaturas, igualando os direitos de nacionais e estrangeiros, facilitando a instalação de casas inglesas, dos artifices franceses que vinham pentear, vestir a nobreza, dos primeiros imigrantes que chegavam, com olhos de assombro, ainda negociantes, atraídos, como vêspas, pela riqueza e aumento da côrte desprovida de comodidades, logo após agricultores, demandando o interior que pés saxonicos ainda não tinham palmilhado. Os produtos da terra andavam valorizados e os lucros do comercio, como por artes magicas, dobravam-se, desde que os portos se franquearam á navegação. A Inglaterra não contava com a America do Norte e pouco podia buscar ao oriente; o Brasil devia abastecer-la de todo o seu algodão, o assucar, o café,

(59) *Aspecto comercial e esboço geográfico do Brasil*, trad. de Nena Cravo, *Jornal do Commercio*, 25 de Dez. de 1934.

os couros. Não havia materia prima que bastasse á fome de Lancashire. Os preços subiam, a lavoura florescia, as cidades modificavam-se.

Mandara D. João que nas casas do Rio as rotulas de páo fossem substituidas por vidraças, para que o sol, invadindo-as, espanasse os velhos habitos, varresse os costumes coloniais. Uma furia de sociabilidade, de imitação britanica, transfigurava em seis mêses a fisionomia do Rio de Janeiro. Encontrára mesquinha e feia cidade, cujos ares de porto sujo o escriba Marrocos julgou menos saudaveis que os de Caconde e Moçambique: e em 1809 havia nas ruas limpas, nas construções que se faziam, com jardins inglêses á frente, na animação da sua vida mercantil, no tumulto das suas repartições, numerosas, cheias e inúteis como as do reino, os traços essenciaes de uma capital.

Apenas D. Rodrigo não teve a intuição pombalina dos concertos urbanos: o seu pensamento abraçava o paiz todo e os problemas — que um seculo não resolveria! — das communicações e da colonização, bailavam diante dele a dansa das iniciativas.

Pouco valia construisse outro Terreiro do Paço, mascarando as ruinas belas fachadas de casas que se não levantaram, um palacio como o de Mafra, uma Igreja como a da Estrêla, ou um aqueducto como o das aguas livres, se, para traz daquellas montanhas resteladas, cujas agulhas decoram o panorama da cidade, os botocudos assaltavam os viajantes como acontecia ao tempo de Vespucci.

A despeito de Pombal, Voltaire disséra: “Les autres peuples étaient dans le XVII siècle; mais les Portugais semblaient être dans le XIIe”. E o abade Costa, nas suas Cartas: “Chamam-nos aqui os homens mais barbaros de todo o mundo...”

O caminho a seguir seria outro; e para D. Rodrigo as dificuldades não existiam. Estava nisto a originalidade do seu perfil politico. Quando os demais, dando d’hombros, achavam que se devia meditar — ele concebia, legislava, empreendia, chegando a sua audacia á infantilidade, contanto que escandalizasse os pusilanimos. Uma feita, as carnes verdes, “atravessadas” pelos marchantes, faltaram na côrte. Vae D. Rodrigo e receita o remedio: a immediata abertura de um caminho ligando S. Paulo ao Rio Grande, para vazar o pampa... Precisava-se de um correio do Pará, em virtude da guerra da Guiana: e de pronto, como quem mandasse correr uma diligencia pela estrada de Cintra, ordenou ao governador de Mato Grosso que puzesse canôas nos rios, peões e cavaleiros nas aldeias, de modo a virem as cartas, a todo dar das montarias, do Amazonas a S. Cristovão, pelos desertos. Não havia missão de frades que tivesse mão nos botocudos: expediu, a arcabuza-los, uma tropa aguerrida, que os sacudiu das fraldas da Mantiqueira, desentranhou-os das matas do Espirito Santo, convidando os colonos das Minas a descerem para as terras de café. Trinta anos depois, nas brenhas do Mucuri, os Otoni encontrariam plantações daquele tempo, e dedicariam um pensamento de admiração aos governos de progresso...

A declaração de guerra aos botocudos levou oito paginas de considerações, Hipolito da Costa, no "Correio Brasiliense", disse aguardar, para commenta-la, a resposta que daria o Ministro do Exterior dos bugres...

Uma das suas maximas — era a da "revolução" antecipada pelo governo... "S. A. R. está convencido que o unico meio d'evitar o pessimo efeito das Côrtes em Espanha é ganhar o afêto do Povo com justas concessões, e avançando aqueles estabelecimentos uteis com que os demagogos hão de querer depois fazer-se valer". Publicára a "Gazeta do Rio", em 10 de Setembro de 1808: aquella folha anodina, de noticiario official, inicio de uma época em que o governo prestava contas ao povo, despertou o gosto das idéas, o comentário politico. O viajante Luccock encontrára no centro do Brasil um fazendeiro que pensava só haver, fóra deste, dous paizes, Portugal e Espanha, que o resto seria gentio... Saint Hilaire depararia, nos cimos do Caraça, com um eremita moribundo ansioso por noticias de Napoleão. Porém von Martius, espantado, viu numa Igreja da Bahia, confundida com a dos santos, uma gravura do general Blucher... Só havia em toda a capitania de S. Paulo, conta o visconde de S. Leopoldo, uma pessoa capaz de entender francês... O eclesiastico, seu mestre. Porque o estrangeiro, o que na Europa havia para lá dos Pireneus, o que não fosse inglês de Londres, formava, na imaginação colonial, um quadro semelhante ao que dos atlantides fizeram os

gregos. Dous anos depois, anglicanizara-se a sociedade. O chá — que os primeiros mercadores ingleses compravam em Recife nas boticas — concentrava as familias. Segundo Waterton, “o capitão-general de Pernambuco percorre as suas ruas com a aparente gravidade e compostura com que um estadista inglês desce Claring House.” Um bando gárrulo de cabeleireiros franceses empoleirára na rua do Ouvidor os seus feitiços, e já a mocidade sabia, entontecida pelas novidades, do que corria pelo resto do globo... Revoluções, impérios, teorias!

Passára o horror ao estrangeiro — que amargurára a viagem de estudos do barão de Humboldt, tornára a excursão de John Mawe, no ano da chegada do príncipe regente, pitoresca e arriscada. D. João chamava-os — técnicos para as fabricas, para as aulas, para as armas, para as minas, para os hortos. Como Pedro o Grande desbastára a barbarie russa com artistas ocidentais, pensava educar, transformar o Brasil. Resmungar-se-ia em breve — segundo o viajante Koster — que este paiz fôra feito para ingleses. Vinham os diplomatas. Curiosos, com os tratados de comercio minutados, pedindo vantagens para a sua bandeira e licença para os seus naturalistas, cobiçosos de flora inédita, da fauna misteriosa: o consul inglês Chamberlain, o consul francês Maler, depois o ministro americano Sumter, o egregio Strangford, o embaixador espanhol Casa Irujo casado com uma “yankee” simplória que se apresentava na côrte sem audiên-

cia prévia, afinal o duque de Luxemburgo, Marechal, Landsdorf... ministros que nos seus ocios, abominando a cidade estreita, procuravam adivinhar, conhecer a terra imensa, e por uma discreta ironia, vingando-se da sorte que os lançára cá, chamavam a D. João "le roi du Brésil".

Mandou fazer á margem da lagôa Rodrigo de Freitas um jardim botanico onde se cultivassem as especiarias, as arvores orientais, a flora dos seus dominios asiaticos, ou, como disse de Sismondi, "as plantações que nutrem o orgulho das margens da India, do Ganges, da antiga Trapobana..."

Era outra forma de habituar o povo ás cousas de fóra.

D. Rodrigo (elevado a conde de Linhares) imaginara abarrotar com o chá fluminense os mercados inglêses. A Junta do Comercio ofereceu premios aos agricultores que aclimassem especies exoticas. Que o paiz dêsse tudo! Vinhos do Douro, canela da India, chá de Cantão... Isenções de impostos tambem protegiam a materia prima que as incipientes industrias importassem, e os productos delas. A metalurgia no Tijuco — emfim o ferro, tão desejado dos póvos das Minas! — a polvora no Rio, o vidro na Bahia, alvoroçavam, rebates de era nova, de livre trabalho, as capitancias, os póvos reanimados. — As promessas materializavam-se. A revogação do alvará de 1785, que proibira as manufacturas, por que as da metropole vivessem do consumo brasileiro, divulgou a máquina, os dogmas economicos, o comissario estrangeiro.

Tantas mercadorias a Inglaterra enviára, sem conta, de lastro aos navios que, em frotas, ás nuvens, como passaros do mar atraídos pelo unico torrão hospitaleiro que repontára no fundo do horizonte — que os seus preços caíram, e os volumes, desprezados, apodreceram nos trapiches. Só era cara a alimentação — e cresciam as lavouras. O barateamento das comodidades uniformizava os hábitos. O tratado de 1810, favorecendo a “fiel aliada” com uma taxa de direitos inferior á dos productos portuguezes, tornára o Brasil, aduaneiramente, um dominio britanico. Strangford cobrava com usura, os conselhos e as náos de comboio — que adiantara em 1807. Mas o Brasil, enriquecido com isso, dobrava, de ano a ano, as vendas, polia-se, urbanizava-se, afidalgava-se, instruia-se, descendo as montanhas centrais, onde vivêra barbaramente dous seculos, para conhecer, imitar uma côrte. D. João — afagando-o — prodigalizava mercês. Os titulos, as comendas seduziam: em breve não houve abastado fazendeiro, capitão das ordenanças no seu sertão remoto, que não enchesse um arcaz de mimos para o principe e á testa de uma cavalgata de pagens com as jaquetas de galão vermelho não batesse as estradas do Rio, jornadeando duzentas legoas á cata da venera da Ordem de Cristo ou da Capitania-mór do distrito. Ainda em 1820 Saint-Hilaire custaria a convencer um criador do Paraná da inutilidade do seu presente: quinhentos bois, que o bom pastor queria por força levar a S. Cristovão...

Devia ser assim. Tudo mudára com a travessia do Atlantico: em Portugal, para fazer-se um conde se pediam quinhentos anos; no Brasil, quinhentos contos. E D. João premiava a fortuna que cedia uma sobra ás casas pias; premiava a hospitalidade dos sitiantes, que lhe ofereciam a chacara; premiava os discursos dos procuradores municipais; requerimentos, intenções, lisonjas. Na Bahia e no Rio, fartamente, distribuiu a Ordem de Cristo aos burguezes, a de Aviz aos militares. Não houve mais aniversario na familia real que se não celebrasse com uma lista de graças — extensiva a toda a colonia, confundindo-lhe as classes, enobrecendo, ao sabor das emoções do dia, os subditos deslumbrados. Nenhum rei, antes dele, beneficiára tão sumariamente os vassallos, que voltavam ás suas terras de canas ou de gados urgidos de appetites faustosos, pensando em lei de nobreza, em harmonia com a dignidade nova. Sentia aqui a ausencia de uma elite de sangue, sem a qual as monarquias perecem, e creava-a, como podia, apostado em fazer, a um tempo, agricultura, homens, nacionalidade. E igualdade. Uma igualdade revolucionaria; “principio real da revolução franceza”, diria Chateaubriand: “Les distinctions de Bonaparte, n’établissaient pas de véritables rangs, ou qu’il n’avait fondé ni pairie ni noblesse, ayant des droits politiques: c’était toujours l’égalité masquée en baron, comte ou duc.”

XIV

SENHOR DA AMERICA

Havia, afeitos, á mercê de aventureiros como Liniers, de invasores como Beresford, de tiranetes como Elio, Estados maduros para a revolução, frementes de agitações ocultas. Aqueles principes, apenas esbulhados dos seus trônos, ambicionavam outras corôas, usurpavam-nas como podiam. O tempo era dos afortunados: plebeus que se faziam reis, enquanto estes abalavam, com a bagagem do exilio, para terras distantes; e mulheres que substituiam aos homens, no seu desafio ao destino, á fatalidade. Mal D. João puzêra no Rio o pé hesitante, trémulo do enjôo da viagem fastidiosa, e já cochichava com Linhares a conquista das possessões castelhanas. Carlota vingava-se a seu modo do pae, que a abandonára á sua sorte, da irmã da Etruria que, para ficar perto da familia, recebera por menagem a norte de Portugal — apresentando-se aos povos americanos como a Bourbon sobrevivente da catastrophe, que a Providência lhes enviára, a apaziguá-los. Era o curador da familia — por imposição do milagre! O momento era propi-

cio, e a crise facilitava os planos da princeza: os platinos jámais se submeteriam ao francês, que profanára as galerias do Escorial com a sua bota republicana, e não tinham, na mocidade que se preparava para as lutas da liberdade, caudilho que os guiasse. Uma filha de Carlos IV caía-lhes do céu. Porém esse céu era o Rio de Janeiro, donde as gentes do Prata de vez em quando recebiam injurias, não afagos; e guardava-o um previdente governo: D. João.

Nunca, até então, uma infanta de Espanha se agitára tanto, intrigára, tramára, calculára, escrevera, como Carlota Joaquina, entre Março e Dezembro de 1808. Correspondera-se com os mais influentes sujeitos das colonias espanholas; aliara-se ao almirante Sidney Smith, cuja ingenua e arrebatada bravura escondia um temperamento cavalheiresco; puzera á testa dos seus negocios o escriba D. José Presas, dono de um estilo majestoso e de uma imaginação florentina; e pagava as açafatas, que espiavam Linhares, que vigiavam Lobato, que seguiam o principe regente e Strangford, arbitros da situação. E como tecera bem, com uma arte de dedos magicos, a sua teia politica! Se as autoridades de Buenos Aires dissimulavam, perplexas, os rapazes, Belgrano, Castelli, Paso, ardiam de entusiasmos civicos: no fundo, valiam-se da pretendente para romper com a metropole. Queriam a sua monarquia liberal.

Nisto, é que divergiam inconciliavelmente: melhor se ouvissem, mais se repeliriam.

O regimen liberal horrorizava a Infanta como um sacrilegio, um parricidio, um desvairo de patuléa: não cederia, uma polegada que fôsse, os divinos direitos.

Educára-a o padre Scio, de acôrdo com Bosuet, na veneração das “regalias”: emanadas de Deus, não poderiam os bachareis conspurca-las, com a sua literatura francêsa. Não perdoava a Godoy, á mãe manejada pelo favorito, ao mano Fernando, que era o seu predileto, de quem gostava como Mariana Vitória gostára de Carlos III, o francesismo hipócrita: acusava-os, de terem arruinado as santas tradições, envenenando-as com as novas idéas. Constituição? Jámais. Preferia sacrificar, á sua teimosia — mulher mais forte que homens — o futuro, tudo... E sacrificou. Em 1808 como em 1823. Acabaria tristemente, abandonada, numa velhice amarga, fermentando despeitos impotentes, porque não transigiu naquilo. Constituição? Nunca. Escreveria ao irmão, em 1814: “Entre as cartas que dirigí ás Côrtes acharás uma, em que lhe dou parabens pela promulgação da Constituição. Naqueles tempos era preciso proceder assim, esperando que a Providência te colocaria em teu Trôno para que governasses como Rei e Pae de teus vassallos, sem as vergonhosas transações que te quizeram impôr. Eu esperava que darias com o pé naquela Constituição que, apesar de detestar, eu era obrigada a elogiar, para não levantar inoportunamente partidos que seriam prejudiciais...”

Linhares, nas audiencias matutinas, arejadas pela brisa cheirosa do golfo, aquecidas pelo sol de oiro do inverno carioca, desdobrava o seu raciocinio. A princeza preparava-lhes o caminho; depois, transitariam livremente.

Nem por um instante D. João imaginou largar metade da America á esposa, que era temivel na sua fraqueza de mulher acuada, desvalida, cercada de criados vendidos e de filhos malcreados, e muito mais seria se dispuzesse de tesouros, exercitos, generais.

Condenara-a a terminar os dias jungida á familia, que não a suportava, num suplicio intoleravel — impedida de ser o que o seu genio permitia, o que as circunstancias mirificas autorizavam, escravizada pela represalia dele, a deveres convencionais, a um lar ha muito desfeito... Mas iludia-se. De Buenos Aires chamavam-na. Sidney Smith aprovou. No seu diario, Maria Amélia, (que seria rainha de França) anotou, em 1809: Sidney Smith escrevera ao rei de Napoles seu pae, dizendo que defendia na America os interesses da casa de Bourbon. Juntava o manifesto, em que a princeza se proclamava depositaria das colonias espanholas, para as entregar aos legitimos senhores ou a seus herdeiros segundo as leis da monarchia... (60). Apenas não lhe daria um navio inglês, para a transportar. Não podia comprometer o seu governo.

(60) Duchesse de Vendôme, *La Jeunesse de Marie Amélie*, p. 193, Paris 1938.

Além disso, os povos receberiam com agrado a sua princeza a bordo de uma embarcação nacional, coberta pela bandeira dos seus velhos reis. Falou a D. João. Consentiu, calmo, afetando bondoso interesse: que viajasse, num navio espanhol... Como que a Providencia se encarregou de fornecer-lo: foi a fragata do comandante Don Joaquim de Somosa, nova, artilhada, esplendida, que trazia de Cádiz despachos e noticias, e devia seguir para Londres. A princeza chamou o comandante. Convenceu-o. Enleiou-o no seu sonho formoso: que desistisse de recolher-se á Europa, para ter a honra de leva-la, em nome de Fernando VII, para os seus Estados do Rio da Prata! Ele saiu do solar das Laranjeiras alarmado, sem saber se aquella mulher superior, vagamente bela na sua exaltação patriótica, encarnava a audacia castelhana ou soffria de um histerismo inconsequente... Reuniu a officialidade. Concordaram, unanimemente, em que a princeza delirava e queria apropriar-se da fragata. O comandante correu a avisar D. João, ao mesmo tempo pedindo licença para proseguir viagem. O principe mostrou uma fisionomia preocupada. O negocio complicava-se. A sua tréfega esposa não se contentava em subornar os serviçais, expedir correios, intriga-lo com a junta de Espanha: preparava-se para embarcar ás escondidas; fugia-lhe. Aprovou a recusa de Somosa. Ordenou ás fortalezas que lhe dêssem passagem (61). E en-

(61) Doc. inéd. na Bibl. Nac., I, 28-36. 9.

viou em secreta missão ao Prata o brigadeiro Curado.

A princeza, tanto que soube da missão de Curado, reclamou furiosamente contra a manha do esposo, que se acompadrava com Linhares e Lobato para descoser-lhe a urdidura. D. João, fingindo arrependimento, prometeu chamar o brigadeiro. Porém, ao renovar Carlota Joaquina o seu pedido para deixar o Brasil, transfigurou-se. Extranhou, de má sombra. Viajar... porque? Passeou nervosamente pelo salão, exagerando a contrariedade, que lhe enrugava a testa, ameúdava os olhos acêsos. Estavam unidos por um laço indestrutível (havia muito tempo que não pensavam nele) e deviam continuar a viver juntos. Não toleraria a sua ausencia; que tinha obrigações de mãe e rainha, a exigir-lhe o cativo no Rio, entre as suas arvores e as suas fontes das Laranjeiras... (62). Carlota Joaquina pareceu sonhar. O artista, que era o marido, assustava-a: conhecia-o. Desforrava-se com uma crueldade meticulosa, e era capaz de chorar, ali, se as lagrimas fossem oportunas para lhe tornarem mais exata a mascara dramatica. Não consentiria que se passasse a Buenos Aires; a separação doía-lhe...

Teve vontade de rir; ou bater-lhe. Encolerizada, vermelha, revidou, que era homem de duas

(62) Neste sentido, carta de D. João á mulher, cf. marquez de Lavradio, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, p. 67, Lisboa, 1937.

palavras, egoista, amarrado a Linhares, inimigo de Espanha. Retirou-se, sacudindo o sobrado com o passo insolente, gritando que a torturavam, insultando a camarilha. Escreveu a Sidney Smith: que “el principe en estos negocios tiene dos caras...”

E cuidou de captar a simpatia da junta de Cádis, segura de que, sem as ordens de lá, os subditos da America não a coroariam. Correspondeu-se com o velho Floridablanca, queixando-se dos máos tratos que sofria no Rio, confinada numa côrte mesquinha, asfixiando de calôr, sempre doente; com o ilustre Jovellanos, com D. Francisco de Saavedra, com o bispo de Orense. As epistolas deviam ressoar como os carrilhões de Toledo anunciando um cortejo real, como a busina de Covadonga convocando os andaluzes: traduziam o protesto do seu sangue, a energia da sua ambição. Os varões da dinastia andavam esmalhados: aqui tinham mulher, que lhes succedesse!

Mas a mulher — admirada por Belgrano, venerada por Palafox, aclamada por Floridablanca — pertencia a Portugal. Escusaram-se, uns com respeitosa habilidade, outros bruscamente. Felipe Contucci, a quem a princeza mandára, em lugar de Curado, auscultar as opiniões de Buenos Aires, desanimou depressa, suspeitado, achando os conspiradores discretos, crúa a intriga. D. João estragava o enrêdo, ameaçando, prometendo, esquivando-se — já propenso a alguma guerra de conquista, que repuzesse na beira do Prata os marcos do Brasil, e confessando que Carlota Joaquina perdia

o tempo, traída pelos confidentes que lhe comiam o subôrno.

Daí a inflexão do seu plano. Bafejado pelos cabecilhas portenhos, que escondiam a intenção de aclama-la rainha constitucional, atada ao poste de uma Carta revolucionaria, só lhe faltou de começo a adesão do príncipe regente. O governo do Brasil reconheceu-lhe os direitos á eventual sucessão de Espanha. Linhares fez-lhe vêr (D. João entre-mostrava o jogo) a necessidade de proclamar também os do infante D. Pedro Carlos, herdeiro varão e collateral. Se a lei salica não fôra revogada... Que sim, que já não existia; e só a princeza devia fazer prevalecer os seus titulos, porque ninguem se deteria diante dos do rapazêlho, ético e inútil. D. João sorriu. Calou-se. Deixou que publicasse o seu manifesto magnificamente redigido pelo secretario Presas. Que se carteasse ansiosamente com os correligionarios do Prata. Que tratasse com o refugiado Rodriguez Peña, “agente de ligação”, cujo conventilho era o salão fumoso de um botequim da rua do Ouvidor, onde freguezes sedentos e misteriosos fantasiavam a independencia da Argentina molhando-a em vinho loiro do Porto. Mas D. João sabia tudo. Strangford vigiava Sidney Smith. Lobato espionava a princeza. O intendente Fernandes Viana tinha de olho os castelhanos do café da rua do Ouvidor. Lia-lhes a correspondencia. Informava-se do que andava pelos domínios do sôgro, atraindo ao paço os officiais dos navios que escalavam no Rio.

Mas, que fôra fazer, afinal, ao Rio da Prata o brigadeiro Curado?

Fôra simplesmente anexar... a banda oriental.

D. João usava de duas linguagens: no Rio, junto do embaixador inglês, era manso e jovial; mas para o cabildo de Buenos Aires, arrogante e provocador. Porque enfim, se Espanha passara ao dominio de França, devia evitar que as colonias lhe acompanhassem o infortunio; e desde que repeliam a Inglaterra, Portugal se lhes oferecia. Portugal — ou a anarquia. D. Rodrigo desfechára o officio de 13 de Março de 1808, ao cabildo portenho, a impôr-lhe “proteção e vassalagem de S. A. R.”, que não fosse este “obrigado a obrar de mão comum com o seu Poderoso Aliado, e com os grandes e fortes meios, que a Providencia depositou nas suas Reais Mãos...” Mas a embaixada de Curado era mais positiva: devia ir a Montevidéo, sondar o governador “sobre a vontade que ele poderia ter de entregar-se ao Dominio de S. A. R., e pintando-lhe as tristes consequencias de uma inutil resistencia, lhe fará os maiores oferecimentos por parte de S. A. R., comtanto que ele entregue logo a Praça e mais Territorio, podendo Vmce. no caso de achar boas disposições reclamar logo tropa do Rio Grande e de S. Paulo, para cujo efeito leva avisos competentes...” As autoridades intimadas desprezaram as ameaças. Os cabiduais juraram fidelidade ao rei Fernando. O orgulho das recentes vitorias sobre os ingleses déra ao povo platino uma audacia exuberante. Curado expedira ordens para

a movimentação dos corpos de fronteira, atentos ao seu sinal. Foi quando a noticia do levante espanhol, contra Napoleão, desviou o rumo á politica de D. João. Não pudéra apropriar-se de uma possessão do paiz cuja aliança adquiria, em virtude da luta comum. A Inglaterra não lhe permitiria. Mudou de jogo. Porém mudou, sem inutilizar nenhum dos seus elementos: a banda oriental tornou-se-lhe a obcessão, a idéa fixa.

Devia começar punindo Sidney Smith. Numa manhã calma, depois de segredar a Linhares a intenção, escreveu uma carta severa ao principe regente de Inglaterra. O Almirante interessára-se demais pelos negocios da princeza. Divergia publicamente do seu embaixador. Era capaz dalguma escandalosa imprudencia — tão imaginoso e inquieto como a amiga, a julgar-se o Monck daquela futura rainha. Sidney Smith, informado disto, estremeceu de raiva. A injuria pungia-lhe — ao vencedor de S. João D'Arce, que escudeirára pelo Atlantico a realza em mudança. Rompeu, celerico, pelos aposentos de D. João, que o acolheu sorridente. Exigiu satisfações, outra carta para Londres desmentindo a primeira, alguma cousa que fosse uma reparação. Prometeu-lha, tranquillo, achando exagerado o milindre do almirante, que o considerava um afeiçoado de Portugal... Mas demorou todo um mês para escrever: o tempo em que o gabinete britânico destituiu Sidney Smith da sua missão na America do Sul e reforçou os secretos poderes de Strangford. Este, passando pe-

las suizas ruivas a mão aristocratica, voltava a dispôr dos destinos do continente: até que D. João, n'outra silenciosa manhã de bom humor, depois de cochichar a maliciosa idéa com o seu fiel Tomaz Antonio, redigisse, para o príncipe regente de Inglaterra, uma carta semelhante á que puzêra fóra do Brasil o grande marinheiro de Abukir. . . O Waterloo de Strangford tardou de cinco anos.

Entretanto, chegára o novo embaixador espanhol, o marquês de Casa Irujo, com a noticia de que as côrtes espanholas estavam reunidas e dispostas a reconhecer os direitos da princeza do Brasil.

D. João destacára o joven D. Pedro de Souza Holstein (futuro Palmela) para junto do governo de Cádiz: e instruíra-o, pugnassem por aquelle reconhecimento, podendo mesmo combinar a ida de Carlota Joaquina para os acampamentos anglo-espanhóes rentes do mar, donde assistisse a expulsão dos francêses. Realmente, a sua politica permanecia intransigente: estendia á America a rêde, mas deixava a mulher repatriar-se, em busca de um problema áico trôno historico estaqueado pelas baionetas de Wellington. Intimamente, D. João dividia as suas atividades: dos negocios da Europa incumbia o destino; mas não largava a ninguem os da America. Talvez antegozasse o castigo da esposa, prisioneira daquelas côrtes rebeldes, senão sitiada por Massena em sua albarrã de Sevilha, intimidando o inimigo com os seus desafôros, megera dos quadros de Goya, como foram as velhas

dos muros de Saragoça... Livrava-se dela. E o vice-reinado do Prata seria facilmente anexado ao Brasil, quando os proprios argentinos depuzessem Cisneros, bloqueassem Elio, desfraldassem, na torre do cabildo de Buenos Aires, a sua bandeira de guerra. Favorecia os emigrados; distribuia-lhes alimentos pela verba da policia; incombatibilizava-os com a princeza. Casa Irujo foi advertido por ela: que D. Saturnino Rodriguez Peña e o inquieto Pueirredon com a súcia de expatriados se metiam na legação da Inglaterra, convertendo á causa da independencia o enigmatico Strangford. Carlota Joaquina tinha ao *lord* uma aversão irresistivel. Era o calculo, a frieza polida, a argucia britanica, brutal e amavel, insolita e lisonjeira, conforme a ocasião: diplomata-chanceler, a ultima encarnação do imperialismo inglês, que ponderava os lucros da franquia comercial, quando os portos continentais já se não fechassem aos seus navios. Strangford salvára D. João, obstára a que Sidney Smith emprestasse á princeza uma fragata de linha, soprara a Linhares a proibição da viagem, andava de sociedade com os conjurados do café da rua do Ouvidor. O horizonte emborrascára-se; Casa Irujo teria de intervir, prevenido pela princeza de que os seus apaniguados deitavam a perder os direitos de Espanha, ajuramentados secretamente a Strangford. O embaixador perseguiu-lhes o passo. Surpreendeu a sua assembléa carbonaria, que continuava a regar-se de vinho portuguez na tasca onde Peña e Pueirredon tinham

bebido em honra de sua futura rainha. E marchou para o paço, a exigir a prisão dos conjurados. Linhares mastrou-lhe a impossibilidade disso: Strangford tomára Pueirrédon debaixo de sua especial proteção, e Peña era pensionista... do príncipe regente.

D. João, pagava aos traidores! Naturalmente retribuíam-lhe, interceptando os recados da esposa. Dous meses depois, a revolução estourava em Buenos Aires. Rastilhava pelo pampa; incendiava a America, desde o Mexico, até o Chile. Strangford não quizera evita-la — queixar-se-ia, tres anos depois, o govérno espanhol. E como se não bastasse a catastrophe dos póvos levantados contra os seus reis e a mãe-pátria, amatulados nos cabildos, armados pelos campos em partidas de guerrilheiros, o príncipe regente preparava, dentro mesmo de S. Cristovão, o golpe de misericórdia nas pretensões da mulher. Seria a sua substituição, perante a politica de Espanha, pelo lânguido D. Pedro Carlos, depois do seu casamento — alcovitado alegremente pelo tio — com a infanta Maria Tereza. A união indissolúvel das casas espanhola e portuguesa, porém em sentido oposto ao plano de Carlos III. E, a seguir-se a essa união, (Linhares arregalava os olhos proféticos) a conquista do Rio da Prata por uma expedição brasileira chefiada por D. Pedro Carlos; a sua coroação, como sucesôr de Fernando VII; mais tarde, possivelmente, a sua imposição á junta de Cádiz, a entrada em Madrid, a inauguração de uma dinastia iberica...

*

* *

E' impossivel dizer desde quando D. João pensou no infante D. Pedro Carlos, achando-o a cahar para rei de Espanha e possessões. A idéa talvez o assaltasse durante a viagem, quando se julgára concluida a missão das velhas casas da Europa. O seu aféto pelo rapaz era profundo e datava da sua ida para Lisbôa, tenro, entanguido, dócil criança sacrificada á diplomacia, cuja orfandade se confiava a um tio indulgente e a uma tia maligna. Ligara-se a ele por uma amizade a principio caridosa, espertada pelo desprezo que lhe votára Carlota Joaquina, depois paternal, crescente. O menino pálido, de olhos negros tristes, os hombros estreitos denunciando a fraqueza do peito, muito inteligente e muito calmo, fazia-lhe a companhia que os filhos, com exceção da infanta Maria Tereza, jámais lhe fizeram. Hostilizado pela princeza, vendo em torno fisionomias antipaticas, que não lhe sorriam, mais velho que os principes D. Pedro e D. Miguel, porém de génio avêssos aos seus folguedos rudes, procurára instintivamente a proteção de D. João, as suas algibeiras cheias de gulodices, o seu espirito fino e ás vezes sardonico, que o devirtia. Laura Junot viu-o em Cintra uma vez, de toalha a tiracólo, uma caçarola fumegante em punho, orgulhoso da omelete que preparára... Creou-se amando ao tio como não amara áquele pae clorotico, que lhe faltára tão cêdo. Embarcaram juntos. Compreendendo-se, apoian-

do-se, tolerando-se. Talvez, a bordo, provasse os caldos e temperasse os frangos da mesa real.

Em 4 de Junho, nas festas do aniversario de Jorge III, Sidney Smith dirigira ao principe regente um discurso em que havia este trecho votivo: "D. Carlos, Infante de Espanha! Se algum dia a Providencia vos restituir o trôno de vossos antepassados, lembrai-vos da proteçãõ da Inglaterra..."

Cultivavam uma aversão comum: Carlota Joaquina. Esta via desenvolver-se no sobrinho de Espanha a figura fatal do concorrente. D. João, em segredo, saboreava o castigo, de impor-lhe o sobrinho, por marido da filha. Depois do casamento — primeiro golpe — manda-lo-ia á Europa numa frota — golpe mais fundo — recolher a sucessão dos antepassados! Talvez Palmela soubesse desse plano. Adivinhou-o a princeza. O seu jogo meticoloso acabava nisso: abria a D. Pedro Carlos o caminho do trono — para ele, neto de Carlos IV, educado no amôr de Portugal!

Faria prodigios para realizar esse admiravel projéto. A primeira parte dele correu como architectara. Mas o sonho se lhe esvaneceu com a morte.

O noivado de D. Pedro Carlos e da princeza da Beira, D. Maria Tereza, surpreendeu a cidade. A côrte desconfiava do namoro favorecido pela asalojada bonomia de D. João. Mas sabia da opposição que lhe fazia, batendo o pé, praguejando alto, Carlota Joaquina, que percebera o calculo do marido e não perdoava ao sobrinho a parte que nele

tinha. Preferia vêr a menina morta no fundo de um poço!

Durante todo o ano de 1809 floresceu no paço da cidade, na Bôa Vista, por onde a familia real andou, esparecendo, á sombra das arvores do Rio, o romance do infante e da infanta.

D. João achava-lhe graça, lembrava-se da teoria de Rousseau sobre as afinidades sentimentais, aproximava-os, gostava de ve-los juntos, arrulhando delicadezas, primos quasi irmãos, amando-se deveras, ella muito intelligente, o braço direito do pae, êle muito sereno, estampando na face branca a pouca vitalidade de todos os principes tristes da familia. Até que, no principio de 1810, foi falar a Carlota Joaquina. José Presas diz que o resolveu a noticia de que os franceses tinham tomado a Andaluzia. Os seus meninos estavam feitos um para o outro, e casava-os!

Protestou, reprovando; exaltou-se, furiosa; que não permitiria, nem dava a benção á filha que tomasse por esposo o primo. Tinham crescido juntos. Aquilo não seria amôr, mas intriga; alcovitice e politica...

D. João não a ouviu até o fim. Duas semanas antes do casamento, officializou-se a noticia do noivado. Coincidiram as bôdas com o aniversario do regente. Sairam os arautos da Camara com as capas brancas e os chapéos de plumas esvoaçantes, a anunciar a novidade das festas nupciais. Grandes festas, para as quais — eram as ordens do soberano — tudo se devia gastar, que lhes dêsse im-

ponencia memoravel. A natureza ajudou o sonho de D. Pedro Carlos, o ardil de D. João e a ternura de Maria Tereza. Poucos dias de Maio foram tão luminosos e coloridos no Rio como aquele, de 1810, em que se casaram, na capela real, o Bourbon orfão e almirante, e a Bragança primeiro génito dos reis de Portugal, Brasil e Algarve. Um estrado coberto de veludo e alumiado de lampadas se estendera do portico do paço até a Igreja. O povo, que enchia o Terreiro, exultava, entusiástico; e a tropa formára com os estandartes e os uniformes de gala. Ao som de todos os sinos da cidade e das salvas das fortalezas, o cortejo saiu lentamente: á frente o príncipe dando a mão ao noivo, em seguida Carlota Joaquina com a noiva, depois hieratica, de negro, os cabelos todos alvos abrochados de diamantes, a princeza do Brasil viuva com o seu camarista, os fidalgos de casaca encarnada e as damas de manto de purpura chamejando ao sol como labaredas trémulas. As fanfarras soavam, os aplausos fundiam-se nos écos dos tiros e na musica dos carrilhões, e o esplendor das roupagens e das armas doirava-se do incendio do poente — ao entardecer do domingo farto. D. João resplandecia de bom humor; Carlota Joaquina amargava a derrota. O casal de namorados respirava a alegria e a gloria da sua paixão protegida pelo Estado. Tão pouco tempo duraria!

De noite houve serenata na sala carmezin do docel e os fógos se prolongaram até a quarta-feira. “Muitas danças de africanos de diversas

nações concorreram ao Terreiro do Paço, vestidos e enfeitados ao uso do seu paiz natal, e ao som dos seus instrumentos estrepitosos. . .” Toda gente participou do jubilo de D. João. Ele fizera tudo. O casamento, as pomposas cerimoniaes, o geito popular delas. E repetiria, com as ansias de avô estremoso, os festejos publicos, quando lhe nasceu o neto desejado, o infantezinho D. Sebastião. Nasceu em 4 de Novembro. Foi batisado entre admiraveis comemorações. Como tinham sido batisados os herdeiros da corôa nos tempos em que as faixas lhes vinham do Vaticano com os Legados vestidos de arminho e purpura.

Em Maio de 1812, D. Pedro Carlos adoeceu na Bôa Vista. De umas febres nervosas, diz o cronista, febres complicadas de debilidade congenita, de predisposição hereditaria á tuberculose, “três marié” como os avós Felipe V e Fernando VI, tratado tarde, e já inutilmente, pelos medicos atarantados, que não imaginavam lhe fossem anuncios de morte a palidez esverdeada e as hemoptizes. Mal abriam as Igrejas, para que em rezas publicas se deprecasse de Deus a vida do infante, e este, na Bôa Vista, cercado do tio desolado, das princezas aterradas, e da mulher presa ás suas mãos geladas, morria, em 26 de Maio. O enterro, na noite de 29 — uma noite de grandes chuvas e trevas lugubres — inundou o Rio de clarões de lanternas, alumando desde S. Cristovão até a colina de Santo Antonio o caminho, e o embalou de canticos religiosos. Mandou D. João que prestasse

as honras a guarnição inteira. Perfilou soldados, em alas, de armas em funeral, por todo o trajeto. Fez que toda a nobreza desfilasse atrás do coche que transportava, nos seus tres caixões, debaixo de uma larga corôa infantil, o pobre almirante-chefe da esquadra. Os frades franciscanos receberam-no no seu convento, noite alta, os rêlampagos abrindo no céu os rasgões que iluminavam o vasto povo orante e a tropa em silencio. Foram exequias de rei — as do moço que seria, não fosse a tísica que o matou, o fator imprevisto da situação européa.

No mesmo dia falecera o 2.o marquês de Pom-
bal. O filho do despota foi sepultado no mesmo convento que guardou os despojos de D. Pedro Carlos.

O luto durou seis mêses. Findos eles, sómente duas pessoas choravam ainda o belo infante: D. Maria Tereza e o principe regente, que prometia dedicar ao filho dele, D. Sebastião, o bem que lhe quizera.

A DERROTA DA PRINCEZA

Cem mil pesos! Quem tinha ali aquela quantia? O marquez de Casa Irujo precisava de 100 mil pesos para acudir á fiel guarnição de Montevideo. Mandavam-lhe dizer de lá que, com o dinheiro e alguma tropa, os espanhóes se manteriam em condições de reincorporar á corôa os dominios dissidentes. Mas, sem tropa e sem dinheiro, pareciam encurralados, mirando o seu desalento nas aguas mansas do Prata, em cujas margens o rastro da insurreição viajava, crepitando. Casa Irujo não recebia ordenados; não tinha casa bancaria de que se valer; nem credito na praça. Agarrou-se a Carlota Joaquina. Expoz-lhe a situação, carregando nas côres, dramatizando-a. Cem mil pesos chegavam. A princeza olhou-o com espanto; depois com alegria. Era uma curiosa mulher, que se transfigurava com o infortunio, dobrando sobre o seu temperamento maligno uma sombra heroica, de cavalheirismo atavico, quando as grandes provações lhe aguçavam o estoicismo. Tomou a mão ao embaixador, repeliu um reposteiro, introdu-

ziu-o num aposento em que havia cofres pregueados com as suas armas. Guardavam as suas joias: "... me las abrió (escreveu para a Europa o marquês) y presentó todas, y tomando una en su mano me dijo: esta no te la puedo dar porque es el retrato de mi marido, pero todas las demás que aqui ves y creo valen siete u ocho vezes más la suma que necesitas están a tu disposición, véndelas, empeñalas, haz lo que quieras con tal que se socorra inmediatamente Montevidéo". Aturdiu-se comovido: "Un rasgo de magnanimidad y generosidad tan repentina, como sublime, digno de aquella Isabela, gloria de las Reynas de España, me penetró de reconocimiento y de sorpresa y entusiasmo..." Não aceitou de pronto: pediria ao principe, falaria a Linhares, iria ver Strangford, esmolando o empréstimo que salvaria Montevidéo, antes de lançar mão do pequeno tesouro da infanta. D. João pretextou penuria; Linhares, para melhor recusar, alegou que se daria o dinheiro com a condição de ir a princeza assumir a regencia do Prata — o que era contra as instruções que tinha Casa Irujo, a politica da Inglaterra; e Strangford, delicadamente, abanando a cabeça loira, espiritualizada pelos olhos de agua-marinha astutos e bondosos, confessou que estava impedido de intervir, por ordem do seu governo... O castelhano voltou á casa de Carlota Joaquina. Saiu com o embrulho das joias. Todas as suas gemas. Os seus tres leques semeados de brilhantes, as suas pulseiras massiças, os seus colares, que os pais lhe

déram, as arrecadas, os broches, os brincos — galas da mocidade que sacrificava á politica, resolvida a rasgar as veias, se preciso fôsse, para regar com o sangue os degráos do “seu” trôno... Juntára ás jóias uma carta, endereçada aos “cabildantes” de Montevidéo, em que lhes recomendava que gastassem, como se seu proprio dinheiro fôra, o valor daquela oblata: para ser completa a renuncia, exigia que não lhe prestassem contas. Aquilo pertencia á pátria... Era de Espanha.

Alguns dias depois, reuniram-se na Quinta da Bôa Vista a princeza, Casa Irujo, Strangford e Linhares. D. João, boquiaberto, parecendo dormir na sua vasta cadeira, cheirando aos frangos assados que escondia nos bolsos, fingia desolação. Carlota, Joaquina, mais feia, mais velha, mais magra, esquecera a etiqueta, o inglês, a polidez aflita de Casa Irujo — e disse-lhes verdades crúas. Exprobou a Linhares a felonía, a mesquinhez do marido, a perfidia de Strangford, que favorecia os insurrectos, na Europa batia os francêses, porém na América traía os espanhóes, todos falsos, todos mentirosos, todos intoleraveis... O principe regente, nessas ocasiões, deixava cair o queixo habsburgico sobre a gravata de renda, semi-cerrava os olhos amortecidos, ouvia com uma paciencia sonolenta, como a saborear a angustia do ministro, o desapontamento do embaixador, a consternação do outro. A presença deles cobria-o; mentalmente, rejubilava-se do desabafo: a princeza confessava-se vencida. Capitulava.

Não lhe negou, por isso, a maquina de impressão e a caixa de tipos que foi buscar á Imprensa Régia, para mandar aos montevidéanos; deu-lhe mais liberdade; deixou-a, exaltada, ululando ameaças, a confidenciar com o marquês fabulosos projetos. O seu traçara-o com firmeza. Aproveitava-se da confusão que havia no Rio da Prata, para retificar os limites do Brasil. Mas não tinha prèssa. Amadurecia-o; porque uma conquista é como uma colheita. O bom vinho não resulta dos bacelos temporãos, senão da farta vindima. Concentrara dez mil homens entra Santa Catarina e Porto Alegre. Linhares, importunado pelas notas sucessivas de Casa Irujo, respondera-lhe, desabridamente, que não daria mais explicações. O dinheiro das joias, a defesa de Montevidéo dissolvera-o; e lá a miseria, com o desanimo, restringiam o campo á resistencia. Reassumira o vice-reinado o destemido Xavier Elio: era a guerra. Servia a Portugal. Juntando-se este a um dos beligerantes, cobraria, á inglêsa, o quinhão da vitoria. A vitoria, no momento, tinha uma expressão geográfica: a margem esquerda do rio da Prata. Casa Irujo não se iludia; mas Carlota Joaquina voltára a acreditar na sinceridade de D. João, porventura resolvido a combater a revolução para evitar-lhe o contagio, que seria fatal á sua monarquia do Brasil. O governador do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza, recebeu ordem de auxiliar a guarnição de Montevidéo. Passou o Jaguarão, ruman-do para Cerro Largo. Cavalaria, artilharia, infan-

taria. Para libertar; depois para anexar. Em 24 de Julho de 1811 o sonho de Linhares, do aumento do Brasil com a occupação do Rio da Prata, começara a realizar-se: o principe já ousava divergir de Strangford, que exigia a neutralidade portugêsa, e enganava a mulher, prometendo-lhe a facil expulsão dos sediciosos que desdobravam sobre as cochilhas, desde Cordoba até Maldonado, a onda das suas cavalgatas barbaras. De fato, a politica de D. João fazia-se methodica e calculadamente: impedira a passagem da infanta a Buenos Aires, estimulára a revolução, dividira-a, e agora — para limita-la — estendia á “banda oriental” a garra do leão. Casa Irujo proclamava: que era um ardil; a princeza, abraçando-se á esperanza de um successo decisivo, jurava, que era o arrependimento dos inimigos, que, por lhe quererem mal, arruinavam, na América, a causa dinastica...

Ao aproximar-se o exercito interventor, Xavier Elio e os buenaireses firmaram um tratado de pacificação, preferindo reconciliar-se debaixo do fogo a se entregarem ao novo poder. Este, era o Brasil. Artigas, á frente dos insurrectos orientais, abalára para Entre-Rios. Casa Irujo, aparentemente, ganhava: mas Carlota Joaquina rosanou o seu despeito num trocadilho: “Es imposible que éste marqués no guste de las guineas inglesas, y si yo pudiesse ahora, lo mandaria bien pronto a la costa de Guinea”. E despejou sobre Linhares a sua indignação temível, quando o ministro, com falas brandas, a procurou, para lembrar a neces-

sidade de transferir os eventuais direitos á sucessão espanhola para o infante D. Pedro Carlos. D. Diogo de Souza encarregar-se-ia de instala-lo nos Estados do Prata... Pretendia-se — vociferou — renovar “a farsa de Bayonna”; nada largava nem cedia; aliás, aqueles inauferíveis direitos dependiam das côrtes de Espanha...

As côrtes reconheceram a Carlota Joaquina a qualidade de herdeira da corôa, na falta dos irmãos. Porém, quando a noticia chegou ao Rio de Janeiro, ninguem se moveu a cumprimenta-la. Casa Irujo notára: “aunque parecia el gobierno portugués dar apoyo a las pretensiones de la Princesa, sólo trataban de hacer uso de su nombre para realizar otros proyectos, y ahora que la veian investida de augustos derechos, le negaban hasta las más simples muestras de cortezia”. Foi ápenas saudada pelos seus criados. D. João não lhe mandou palavra; o corpo diplomatico silenciou; o povo não se apercebeu da novidade. A submissão de Buenos Aires já não era possível; a guerra peninsular rolava, mortifera e infernal; e Carlota Joaquina esgotára, em quatro anos de negociações quotidianas, o seu patrimonio, o seu talento e a sua paciencia, consumidos num jogo desigual e nervoso, de uma mulher contra o mundo inteiro. Nesse interim lhe casaram a filha com o macilento sobrinho de Espanha; a sua saúde, agravando a dôr de peito e as rebeldes enxaquecas, se resentira do clima e dos trabalhos; e o isolamento, no meio de uma nobreza que a desprezava,

como á estrangeira, á mulher-estadista, á conspiradora, lhe tecia em torno dos seus habitos viris uma rêde de melancolia, desespero e odio. Fôra cruelmente derrotada. E ainda tinha de ir a S. Cristovão. Sentar-se á mesa do principe quando havia jantar oficial. Razoavelmente desprezada e aborrecendo-se no seu enfezado retraimento, naquella monotonia mortal da côrte parada, rude, onde, segundo Arago, cada manhã da vespera se assemelhava á do dia seguinte — sem amigos, sem conforto, sem planos de futuro além do casamento das filhas em Espanha e da fuga para a Europa logo que se lhe deparasse o ensejo... Mudou em vão de ares, errante, consolando a nostalgia com a paizagem, em Mata Porcos, nas Laranjeiras, em Botafogo, junto do mar rebalsado. Já lhe aconselhavam as montanhas de Minas Gerais (63). E tinha de abandonar os filhos aos seus proprios instinctos, crescendo insolentes, despegados dos paes; e contrair dividas no commercio, porque as pensões que lhe dava o Estado não chegavam para as despesas modestas. Sofria. Era ali infeliz. Não deixou de ser muito desgraçada no Brasil.

Pouco lhe valeu a morte do sobrinho. D. José Presas ouviu-lhe uma exclamação de alivio: "... y Diós, que ha quitado todos los estorbos que me podian hacer mal, lo quitó a él de este mundo".

(63) Santos Marrocos, *Anais da Bibl. Nac.*, LVI, 188.

(64). Mas o sobrinho fôra um fraco instrumento — uma tenue ambição, que o amor dissipou... Desapareceu também Linhares. Só então reparou que Linhares executára uma politica que seria ainda mais resoluta sem ele.

A morte de Linhares foi quasi repentina. Disse-se que de traumatismo, resentido de um gesto violento de D. João, que, num instante de colera, a certa insistencia do ministro, no caso dos vinhos da Companhia do Alto Douro e do tratado inglês, brandira, para bater-lhe, a bengala... Morrera aos 56 anos, com a grande tarefa inconclusa, os problemas apenas indicados, a situação mundial escura. Araujo seria o successor, se Strangford consentisse. Mas Strangford não consentiu. O velho marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal, recebeu a herança de D. Rodrigo. Araujo, João Paulo Bezerra, Tomaz Antonio lhe sucederiam, todos anciãos, vindos do passado que a Revolução francêsa destruiu, esperando succumbir nos póstos — como Galvéas, que de mágoa, por não ter saído marquês, ao que constou, faleceu em 25 de Janeiro de 1814, para gaudio de Strangford, que o detestava. Aguiar já pareceria ao embaixador francês Luxemburgo indeciso, a mastigar palavra vagas, a timidez degenerando em receios pueris, com quem seria “inutil toda especie de discussão...” Era tão fidalgo que não cumprimentava

(64) Carta de 10 de Junho de 1812, *Memorias Secretas de la Princesa del Brasil*, etc.

a um homem do povo. O seu modelo politico ficára, nos arquivos do Reino, na tradição administrativa do reinado de D. José I. Opunha á venalidade da burocracia a resistencia de sua inercia. De sua honradissima inercia. Linhares fôra o turbilhão; êste a imobilidade. Servia para o periodo de espectativas que \encheu de hesitações diplomaticas os anos de 1813 e 1814 — lá fóra purpurejados pelo ocaso napoleonico. Para esperar que a cerração se rasgasse, D. João escolheu Aguiar. Linhares trabalhara; Aguiar aguardava; Araujo organizaria. E a Inglaterra, tranquilizada, abandonava um pouco o Brasil: perdia, devagar, a conquista de 1808...

XVI

MANHAS REAIS

D. João imitava a Carlos III de Espanha na dissimulação — imaginosa — do pensamento, quando de seu segredo tirava um proveito politico. Ainda nisso continuára Pombal, o impenetravel, cuja taciturna discreção horrorizára Portugal.

Depois de 1801, ninguém mais soube exactamente o que pensava — nem Linhares, nem Aguiar, nem Barca, nem mesmo Tomaz Antonio, o mais intimo.

Não os enganava; silenciando, num laconismo que fôra característico dos Bourbons espanhóes, de Felipe V a Carlos IV, deixava que lhe interpretassem, á vontade, a idéa oculta. Presentiam-na. D. João, indiferente ao que os ministros diziam e faziam, reservava-se para a grande hora. Não confidenciava os projétos, não abria o coração, não se traía: calava-se, meditava, desconfiava; e quando não podia realizar o que planejára, resignava-se, contente por não lhe surpreenderem a derrota, saboreando a sua astucia, que na apparencia da apatia, desinteressada, escondia verdadei-

ros e teimosos desejos: o poder absoluto, como o tiveram os seus avós, porém sem os seus ministros despoticos, a independencia portugûesa, afinal arrancada á Inglaterra por artes sábias, o aumento do Brasil, e aqui, a permanencia da corte no Rio de Janeiro, como em logar seguro e vasto. Destruira, methodicamente, todas as pessôas que o intimidavam e, iludidas pelo seu bondoso sorriso, que traduzia inação, tolerancia e cobardia, ousaram impôr-lhe a sua vontade. Perdêra a Seabra, que pensára ser o Pombal do reinado. Afastara Carlota Joaquina, inutilizando-lhe a politica intelligente e perigosa: e assim escapara de ser o Carlos IV portugûes. Usara Antonio de Araujo e D. Rodrigo, emquanto lhe serviram, títeres que agitava, para agradar a Paris ou para contentar os inglêses — e fôra mais lúcido do que eles, antecipando a paz de Badajoz, comprando a neutralidade de 1804, embarcando para a America em 1807. Os outros cortejavam popularidade, faziam carreira, experimentavam teorias: ele representava o Estado, tinha a responsabilidade da monarchia, jurára legar ao filho a corôa dos antepassados. Ludibriára Napoleão, Lannes e Junot, fugindo-lhes; e enganava a Inglaterra, ficando no Brasil. As potencias reprovavam a creação, no novo mundo, de uma Russia tropical, de um imperio, cuja civilização, importada de Manchester com os tecidos e de França com os cabeleireiros, rompia os limites coloniais, desdobrava-se sobre o continente. Exigiam-lhe a volta. A Inglaterra lembra-

va, desde 1814, os sacrificios feitos para reconquistar-lhe a pátria; a Austria indicava o perigo de um trôno vago, o paradoxo de uma côrte metida na floresta, aí se aburguezando, lirica, mas desviada. Urgia apagar-se da memoria dos povos a imagem de Bonaparte. D. João livrára-se de Sidney Smith com uma carta; com outra carta se livraria do poderoso Strangford. D. Rodrigo morrera ministro, mas sem o contrariar nenhuma vez, odiando, como ele, a princeza, ajudando-o a desmanchar-lhe o jogo, perdendo-a na Europa e America, por bem de Portugal. Porém D. Rodrigo talvez morresse sem suspeitar sériamente da intenção que tivéra — burlada pela fatalidade — de pôr no Escurial o sobrinho D. Pedro Carlos. Barca fez-lhe a politica de reconciliação com a França; Tomaz Antonio, a da reacção monarchica, contra os jacobinos que reapareciam, tecendo a teia maçônica, da metropole ás provincias brasileiras — invisivel, genial, inevitavel, que até no paço de S. Cristovão enleára os cortezãos intimos, os sumilhões fieis. E Barca e Tomaz Antonio, mais lhe adivinharam do que ouviram a confissão, de que queria dar á terra do Brasil os ossos, deixando-se ficar na Boa Vista, entre as arvores, as montanhas, os morenos subditos fluminenses, eternamente agradecido ao país do seu socêgo. O commercio de lá com o Brasil caira, de 9 milhões num decenio a 2 milhões no outro. O problema de Portugal não o inquietava. A população baixára de meio milhão entre 1807 e 1814... Se a regencia não pudesse,

com o auxilio britânico, conter a onda do descontentamento que lhe rugia á porta, mandar-lhe-ia, de socorro, um dos filhos. Seria D. Pedro, cujo temperamento marcial, vivamente espanhol, parecia o mais proprio para as façanhas de um governo duro, entre officiaes inglêses e a turba, que reclamava rei e pão. Talvez imaginasse dar ao primogenito a corôa portugueza, independente da brasileira — afastando-o do Rio, onde lhe ameaçava a tranquillidade da velhice com os modos ferozes, a ambição materna. Temia-o; mas o estimava, muito mais que ao infante Miguel, o predileto de Carlota Joaquina, que lhe reproduzia os defeitos — com os olhos negros — sem as qualidades, creado longe dele, invejando ao irmão a primogenitura, maligno, bravo, estouvado. E adiava, ganhando tempo. Tempo a que a Europa se reorganizasse, Fernando VII, seu detestavel cunhado, pacificasse a Espanha, Metternich dêsse ordem á Italia, intimidasse a Inglaterra. A partida tornava-se mais fácil — e emocionante. Antes, havia decidir-se pela França — que acostada á Espanha lhe assombreava a fronteira, — ou pela Inglaterra, cujos navios trancavam o Tejo. De qualquer fórma, arriscára o trôno: usurpado por Napoleão, arrebatado pelos inglêses. Agora, duas mil milhas distante deles, poderia preferir a Austria á Inglaterra, ameaçar ao commercio desta com a diplomacia daquela, ligar-se a Luiz XVIII, o primo repostado no trôno de França, contra Fernando VII, exigir-lhes — com os portos do Brasil por

argumento — a neutralidade, ou um respeito especial, como quem nada perdia, e entretanto dava tudo, alimento ás fabricas britannicas, esperança á Espanha, na sua luta interna com os liberaes, confiança á França, em caso de guerra para cá dos Pireneus, segurança á Austria, na sua politica continental, como o reino mais extranho aos interesses europeus e mais livre da pressão estrangeira. “A residencia do Rio faculta-lhe mais liberdade”, reconheceu, em 1815, o consul francês. Instruções do governo de Luiz XVIII por esse tempo consideravam: “O Principe Regente, tendo de escolher entre ser ainda por muito tempo o primeiro poder da America Meridional ou voltar a ocupar um dos terceiros logares na Europa, abraçará porventura o partido que lhe permita exercer em redor de si maior influéncia.” Diz-se que Tomaz Antonio, em 1818, advertira-o: “Aonde V. M. ficar é seu; a outra parte ha de perder”. Respondera: “Perca-se Portugal”. E que diria ás nações que não concordavam com a occupação de Montevidéo? Simplesmente: “diga que já não estou na Europa...” “... Quasi que ha proibição politica de falar-se na ida para Lisboa: Deus sabe quando será”, notára, ainda em 1814, o escriba Marrocos. Não seria nunca — a crêr nos palacios que construíam Araujo, a princeza, o barão do Rio Sêco, Cavaleiros. O conde da Barca não compraria casas de 45 mil cruzados para as deixar amanhã, como a uma tenda de campanha: era que presentia ter de acabar no Brasil, olhando da sua

janela, sobre o Passeio Publico, os botaréos do convento de Santa Tereza e as montanhas cariocas.

A Inglaterra queria. Strangford impacientou-se. O almirantado mandou aprestar uma esquadra. (65). O duque de Palmela, falando, vinte anos depois, na Camara dos Pares, recordaria: "... Chegou mesmo a ir ao Rio de Janeiro uma esquadra inglêsa comandada pelo almirante Beresford, irmão do marechal. O Sr. D. João VI, que conhecia as grandes difficuldades e os grandes inconvenientes que podiam resultar de anuir a essa proposta, e tambem porque não desejava desamparar o Brasil, ao qual já tinha inclinação, recusou embarcar; e assim foi abandonada essa idéa".

Porisso — as noticias da Europa o fortaleciam — resolveu chamar para o ministerio o seu caro Araujo. Nomeou-o, a 11 de Fevereiro de 1814, para marinha e ultramar. Desafiava a Inglaterra. Secretamente, já não perdoava aquela insistencia, quasi insolente, com que lhe aconselhava, reiterava a necessidade de voltar para Portugal. Acertou no alvo. Strangford indignou-se, assoalhou ameaças, foi a palacio exigir a demissão de Araujo. Pensava, livido de colera, que estavam em 1807. Mas haviam passado sete anos. D. João trans-

(65) Santos Marrocos diz que Strangford em audiencia publica leu a carta do Principe Regente da Inglaterra em que convidava D. João a recolher-se ao Reino "quando e como intentasse". (Carta de 16 de Maio de 1814). Em carta de 16 de Abril de 1815: "Hontem é que saíram daqui Strangford e o vice-almirante Beresford... S. A. R. ficou deles tão zangado..."

mudou-se. De cordato passou a majestoso; explicou com sobranceira, até desmedidamente. Assim, de Santa Cruz, no dia 20, escreveu ao príncipe regente de Inglaterra uma carta altiva, queixando-se: “Respondi que toda a resolução suprema me pertencia, assim como a escolha dos meus ministros, e que o seu comportamento e expressões atacavam os direitos da minha soberania; e confesso a Vossa Alteza que custou-me a reprimir a indignação. Peço pois a Vossa Alteza Real uma satisfação correspondente a este insulto, para que a harmonia que reina entre nós, e que tenho tido sempre a peito conservar, se não perturbe” (66). Pouco depois Strangford abandonava o Rio, recusando o presente de doze barras de ouro com que se lhe atenuava o revez — e, porque o navio demorasse no porto, D. João se metera na ilha do Governador, só para não o vêr mais... Ou a nomeação de Araujo fôra uma armadilha, para afastar o inglês, e assim, sem o incomodo do mediador, desenvolver a sua politica imperialista? O pretexto, de resto, cobria a inflexão da sua diplomacia, do terror francês, que se extinguia com Napoleão, para a aliança de Bourbons e Metternich. A despedida de Strangford foi o primeiro ato da anexação do Uruguai. A Inglaterra teimaria em elevar a Banda Oriental a Estado livre,

(66) Mello Moraes, *Brasil Reino e Brasil Imperio*, p. 171, Rio 1876. A retirada de Strangford a pedido de D. João foi confirmada pelos diplomatas portugueses em Viena. *Memorias do conde de Lavradio*, v. I., p. 46.

“semelhante ás cidades hanseaticas”, como a lord Ponsomby recomendaria Canning — nove anos depois (67). Desde 1809 pensára assim.

Araujo era o homem para o Congresso de Viena, para o casamento do principe D. Pedro fóra da pressão inglêsa, para os acêrtos de França restituida aos seus velhos reis. A antitese de Linhares. Diferenças de formiga e cigarra. D. Rodrigo fóra a energia; Araujo, conde da Barca, o espirito. Não havia na côrte portuguesa sujeito mais culto, mais esteta do que este, amigo de Schiller e Goethe, que empregára os ocios da carreira a colecionar quadros, livros, conhecimentos, e ia rematala, á vida publica, trazendo para o Rio a missão de Lebreton, secretario perpetuo da Academia das Belas Artes, membro do Instituto de França — que educaria o gosto, civilizaria as artes do Brasil.

Pintor para a real familia — Debret; arquiteto para os nówos palacios — Grandjean; escultor para os monumentos — Marc Ferrez; gravadores, serralheiros... Pois póde um paiz viver sem a espiritualidade de uns marmores, de umas télas finas? Artistas superiores eram eles: e chefiados por um celebre sujeito, implicado em conspirações contra Napoleão, no caso Malet (68). Não deviam interessar o Rio semi-colonial como os costureiros,

(67) Luis Alberto Herrera, *La Misión Ponsomby*, I, 16, Montevideo 1930.

(68) Vd. Comte de Lord de Sérignan, *Le General Malet*, p. 84, Paris 1925.

os perfumistas, os cabeleireiros parisienses da rua do Ouvidor, ou os mestres de dança que ganhavam rapidamente fortunas, fazendo bailar as filhas dos negociantes da rua de S. Pedro pelo compasso de Viena. Mas aliciaram discipulos, trabalharam fartamente, encantaram a côrte saudosa do mecenato de Mariana d'Austria e de D. Maria I. A Europa mudava-se para o tropico... Se Barca não succumbisse logo, no solar do Passeio Publico, que era um pequeno museu e uma biblioteca maravilhosa, esse Rio mesquinho se transformaria depressa — povoado de imagens imperiaes, transportadas de Paris, com os construtores e os decoradores, para as suas ruas amoiriscadas e o seu verão torrido.

Pensara-se na máquina; agora era tratar do homem. Melhorar a raça pela imigração, clarificando-a, enobrecendo-a — e a este mestiço pais de elite européa insulada num oceano de etnias barbaras. E instrui-lo, pelas sugestões européas. Exatamente como Bolivar, depois de Barca, diria: “Se debe fomentar la emigración europea y de la America de Norte para que establezcan aquí las ciencias y las artes...” As questões estrangeiras complicavam-se: a quéda de Napoleão, o tratado de Paris, a devolução da Guiana, o negocio do tráfico negreiro, que a Inglaterra exigia fosse abolido ao norte do equador, a recuperação de Olivença, a expedição do Rio da Prata, o governo de Portúgal, os pactos matrimoniaes — reclamavam a experiencia e a sutileza do sujeito que comprára Barras. Foi aquilo o exito definitivo, embora tar-

dio, do diplomata que a plêbe de Lisboa apedrejára no dia da abalada, que Strangford acusara de subornado pelos francêses. Barca não se deteve em formulas vagas: que o principe, para tomar o Uruguai, botasse na fronteira uma divisão modular, de Portugal; que, para impressionar os plenipotenciarios de Viena, aceitasse a proposta de Talleyrand, de Palmela, de D. Antonio de Saldanha, e elevasse o Brasil á categoria de Reino Unido, e com esse titulo, vasto como o de imperador da Russia, extranhasse que os espanhóes lhe retivessem Olivença, enquanto os francêses recebiam de volta Cayenna; que o sol nascia agora na Austria, e de lá teria de vir a esposa de D. Pedro — uma arquiduqueza irmã de Maria Luiza, sobrinha de Maria Antonieta... Calculava. Acertava. Reacreditava-se. Dez anos depois lhe daria razão um representante do Brasil em França: “A conservação da realza no Novo Mundo é mola mais poderosa em Paris do que em Londres” (69).

(69) Pedra Branca, *Arquivo Diplomatico da Independencia*, III, 259, Rio 1922.

XVII

“TIENE DUEÑO”

O Imperio napoleonico enchera o ano de 1814 com o fragôr da sua derrocada. Não era um exercito que enrolava as bandeiras, era um largo e majestoso rio que depois de inundar a Europa se sumia, sorvido pela terra e pelo céu, deixando um sulco de ruínas e uma lenda homérica... O Cesar rendera-se em Fontainebleau. Uma vez, disse Mme. de Chastenay, Napoleão vaticinára que os povos, após a sua quéda, exclamariam apenas: “Ah, l'on respire enfin.” Foi a sensação deles, ao virar-se a pagina da abdicação: respiraram... Fatigara-os a epopéa; a fome esgotara-os. Sonhavam os povos com uma paz mediocre e industriosa, em que os produtos circulassem com a antiga liberdade: sem bloqueios, sem coalisões, sem recrutamentos... Portugal devia comparecer ao congresso de Viena. D. João, do Rio de Janeiro, estendia a voz até a côrte de Metternich: e mais ouvida, porque mais longinqua. Pudéra voltar: não admitiu que lho lembrassem. Fez vir uma divisão de veteranos para enquadrar as milicias brasileiras. Em logar de meter-se, com a familia, na náó “Principe Real”,

regressando a Lisbôa como um Ulisses feliz, se fortalecia no exílio com a flôr das guerrilhas portuguesas. Decerto não queria os heróes de Bussaco para o luxo das paradas, na Bôa Vista, olhando a paizagem tropical. Destinava-os a uma aventura mais brilhnte: a conquista do rio da Prata.

Perseverava no velho intuito, de corrigir a geografia do seu reino. Não lhe deixavam guardar a Guiana; pois iria observar Buenos Aires dos taludes orientais do Paraná. Beresford trouxe-lhe os cinco mil homens. A melhor gente lusiada da guerra peninsular. Tinham visto a aurora de Vimieiro e o crepusculo de Torres Vedras: eram solidos soldados instruidos pelos inglêses, que a terrível campanha insensibilizára: primeiros da Europa. O plano de D. João, continuando o sonho interrompido de 1811, não tinha complicações especulativas: foi simples e lúcido. Montevidéo não se aguentava, ameaçada pelos artiguistas cujas cavalarias, de milicianos azúes e indios charruas, ondulavam no vasto horizonte as lanças e os ponchos. Em Agosto de 14 embarcára para Santa Catarina o marquês de Alegrete, com uma vanguarda de observação: e por esse tempo — respondendo aos rogos portugueses, por que se repatriasse — D. João prometia, para “quando as circumstancias permitissem...” Vingava-se do seu destino: fugitivo ha pouco, deante de uma coluna invasôra que lhe entrára pela patria como um pé de vento, transformava-se agora em conquistador. Iludia-se quanto ás populações platinas. Via apenas a de-

composição de um imperio colonial, e apresentava os seus titulos á sucessão. Antes da anarquia, a anexação. Carlota Joaquina oscilava, entre a opposição do marido, que lhe usurpava a realeza, e o odio aos carbonarios. Por esse odio, aprovava a aventura; por aquella opposição, combatia-a. A independencia mascarava a impiedade, cheirando á demagogia. O Prata dividira-se. Um monarquismo liberal, um pouco indianista, porém inimigo da democracia caudilhesca, dominaria com as suas velhas imagens o congresso de Tucuman. D. João concluíra que as Provincias Unidas tinham, em 1815, mais interesse no exterminio de Artigas do que a cõrte do Rio de Janeiro, tão distante dele. O "Libertador", como os heróes de sua classe, era vagamente cosmopolita: tentando crear a pátria uruguaia, não a isolava, na "republica universal". Que se unem os póvos pela liberdade! Artigas era a replica atlantica de Bolívar: de Entre-Rios e Santa Fé se passaria a Buenos Aires, como os gauchos, através do pampa, se transportavam, á redea solta, de uma a outra extrema do deserto. Temendo-o, os políticos argentinos perderam-no. D. João foi um aliado natural: salvou-os.

A parada de 13 de Maio de 1816 deixou na população do Rio uma impressão de assombro. Foi, antes da festa da coroação, dois anos mais tarde, o grande dia da cõrte exilada. Tropa galharda; com o seu ritmo veterano valorizando os uniformes inglêses, a harmonia dos coloridos; e officiaes jÓvens, atraídos pela aventura americana, descren-

tes da carreira na Europa, ansiosos pelas promoções que iam buscar aos campos do sul. Mudara D. João o nome dos “Voluntarios do principe” para “Voluntarios del Rei”. Aumentára-lhes o soldo, devolvera-lhes descontos, cumulára-os de mercês. Os fidalgos reviam os parentes moços, os que seriam barão de Sabrosa, conde da Foz, conde do Casal, metidos na expedição para melhorar de sorte no Brasil; o povo, cheio de entusiasmo, acreditava no “imperio”, na expansão nacional, com tão luzida força recrutada entre os heróes de tres guerras. As bandeiras passavam em triunfo. O rei considerava-se temivel, porque tinha esses bons soldados. Ofereceu-lhes, aos officiaes, um solene jantar no paço. Ao lado do marechal Beresford sentou-se um coronel de vinte e cinco anos: João Carlos de Saldanha, futuro duque de Saldanha... (70). Como se falou em batalhas, naquele banquete iluminado pelo espirito dos militares, alegrado pelo sorriso feliz de D. João VI! Não o conheceriam então os seus frades de Mafra, que sempre o viram, outr’ora, arredio de guerreiros, medroso das fardas. A ambição de Linhares — cuja ausencia já ninguem lembrava — ardia-lhe nos olhos estuporados. Barca recordava as festas marciaes de França. Era um rei assustador, afinal.

A invasão amadureceu, quando o enviado portenho, Manuel José Garcia, denunciou ao marquez

(70) D. Antonio da Costa, *Historia do Marechal Saldanha*, I, 75, Lisbôa 1879.

de Aguiar as intenções de Buenos Aires. Cifravam-se numa fórmula: “vêr terminada la guerra civil con el auxilio de un poder respectable...” Em 1814, o directorio de Buenos Aires apelara para Strangford; em 1815, crêra resolver as suas dificuldades por intermedio de um infante de Espanha e da astucia aventureira do conde de Cabarrus. Conquencera-se, emfim, depois da derrota de Guayabos, de que o Brasil era o unico “poder respeitavel” de que podia valer-se. No seu officio para a junta argentina, de 9 de junho de 1816, positivou Garcia a tése: importava organizar o cáos, e o “poder extranho”, chamado a essa tarefa de Hercules, era o exercito portuguez. E exultava: “Su majestad parece haberse inclinado a empañar su poder en extinguir hasta la memoria de esta calamidad haciendo el bien que debe a sus vassalos y un beneficio a sus buenos vecinos...” (71). A adesão de Buenos Aires tinha, sobretudo, a vantagem de inutilizar a diplomacia inglesa, irritada com aqueles rumores de expansão, de imperialismo do Brasil. Porque o pacto de 1812 garantira a paz de platinos e portuguezes, não se referindo a uma fracção rebelde e errante dos primeiros, que não formavam nação alguma. Na Conferencia de Paris os emissarios de D. João mostraram isso mesmo, com palavras e geito que fizeram silenciar a Santa Aliança.

(71) Lorenzo Belinzon, *La Revolución Emancipadora Uruguay*, II, 6, Montevideo 1932.

Artigas lançou proclamações alarmadas, jurando banhar de sangue os campos, e combater, quando lhe morresse o ultimo indio, até com “perros cimarrones...” Desafiou os inimigos de norte e sul. As cochilhas ensoberbeciam-no, com écos que a luta patriótica arrancára a todos os quadrantes: “sentado en una cabeza de buey”, “bebien-do ginebra en un cuerno de vaca”, comendo o churrasco sem sal das carneadas, comandando um fabuloso exercito de cavaleiros rôtos, de chiripá de ovelha e botas de potro, e lanceiros indigenas que acompanhavam como ao pai commum, o querido coronel de *blandengues* de perfil de Cesar e olhar de apostolo — José Artigas se julgara rei da planicie. Chamava de tirano ao do Brasil e de traidor o governo de Buenos Aires. Pensava na federação americana. Arriscava o seu jogo com uma audacia fatalista. Mas não ignorava o que se preparára.

Os agentes artiguistas do Rio — provavelmente os maçons-republicanos que teciam o ordume revolucionario na America do Sul — preveniram-no do volume das forças, da data da partida, dos seus rumos. Disseram-lhe que generais argentinos tinham indicado os caminhos a Lecor — chefe da expedição portugueza, para o envolvimento. E que D. João, uma vez occupada a Banda Oriental, não a restituiria...

Com a exatidão de um cronometro, executou Lecor esses planos. A invasão foi simultanea — pelas Missões, e sobre Montevideo. Com os seus

batalhões de casacas azues debruadas de amarelo, cinco peças tiradas por mulas, a cavalaria de capacetes guarnecidos de bronze — Lecor venceu Berden em Guarancay, Andresito Artigas em S. Borja, Otorguez em Rio Negro, Rivera em India Muerta. A 19 de Janeiro de 1817 as autoridades de Montevidéo foram entregar-lhe as chaves da cidade. No dia seguinte entrou na praça ao som das fanfarras, puxando seis mil soldados a quem as batalhas da península tinham acobreado as faces, a disciplina britânica regulado os movimentos, o orgulho nacional alumado os olhos — veteranos de Beresford condecorados nas linhas de Elvas. O exercito luso-brasileiro rolara as divisões homogêneas pelos campos uruguaios esmagando e varrendo as forças nativas. A intervenção coroou-se de um êxito teatral. Restava tirar-lhe as consequências políticas — da anexação, com a paz definitiva.

D. João exultou, na sua alegria triunfante. Afinal a utopia de Linhares se realizára: as quinas de Portugal miravam-se nas águas do Prata. Um ciclo de cento e trinta anos encerrava-se: sobre as ruínas, tantas vezes desmanchadas, da colônia do Sacramento, a bandeira de Bragança cobria as sepulturas históricas. Porém só conservaria o Uruguai a brandura hábil, com a ordem tolerante e forte. A aliança argentina consolidara-se: escrevia Barca, em Setembro de 1816, que as armadas de Espanha poderiam dirigir-se a Buenos Aires, mas só desembarcariam as tropas se os cabildos

permittedem. Barca antecipava-se a Monroe: o europeu, para tornar á America, precisava pedir-lhe licença, ao povo soberano. Lecor devia ser justo e honesto. Começou o seu trabalho de pacificador casando-se com uma dama oriental. Diria um escritor uruguaio: “que justo é reconhecer que a dominação portugueza de onze anos não teve em Montevideo as características da portenha de alguns meses: foi inteligente. Todos os esforços foram feitos, embora em vão, para cimentar a conquista daquele povo: respeitaram-se as leis e os costumes”... (72). Seria a “delicadeza”, o traço distinctivo da dominação (73). Delicadeza e elegancia. Da mãe rainha D. João herdára aquelle pendor para a autoridade que persuade, sem as bruscas violencias de que carecem, para impôr-se, os governos de força. O Brasil aperfeiçoaralhe o geito paternal, de obrigar com suavidade. Achava que, substituindo a anarquia artiguista pela organização portugueza, merecia do povo oriental uma afeição perene. Por outro lado, o cépticismo republicano dos homens de Tucuman lhe afagava a ambição — tardia e indecisa ambição de um rei feliz que pretendesse estender a tranquillidade da sua monarquia ás demais paragens da America. Setenta anos mais tarde se diria que o Brasil devia ter um regime analogo ao das nações vizinhas:

(72) Juan Zorrilla de San Martin, *La Epopeya de Artigas*, II, 262, Barcelona 1917.

(73) A. D. de Pascual, *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental*, I, 51, Paris, 1864.

porém em 1817 se prégava a necessidade de terem estas o regime dêle. Sugeriu Garcia, “que o Brasil ficasse com a Banda Oriental, que se creasse um trono em Buenos Aires, afim de harmonizar interesses com os da côrte do Rio”. (74). Como em 1809, Saturnino Rodriguez Peña considerava, “que S. A. R. el Principe Regente tome sobre sus dignos hombres la proteccion que con tan tiernas supplicas le piden aquellos infelices”. (75).

Meio seculo depois contaria o marechal Saldanha ao seu biografo a lhaneza engraçada das raparigas orientais, repetindo aos officiais de Lecor, dansarinos e galantes, a frase com que confessavam um compromisso assumido: “Tiene dueño”. Exquivavam-se assim, a esmagar nas varêtas do leque um sorriso brejeiro; ou se faziam mais belas, ameaçando a gentileza dos forasteiros — condecorados por Wellington, promovidos por Beresford — com o zelo dos namorados... Aquelas palavras nunca mais deixaram de cantar nos ouvidos dos invasôres. Pois poderia D. João VI applicá-las á Banda Oriental: “Tiene dueño”!

Em 18 de Setembro fôra o duque de Luxemburgo despedir-se dele. A propria “Gazeta do Rio” silenciára acerca da expedição. Só devia ser comentada na côrte depois da quêda de Montevidéo. Sorriu, insinuando: “Os francêses falaram e escre-

(74) Calogeras, *Política Exterior do Imperio*, I, 436, Rio 1927.

(75) Walter A. de Azevedo, *Jornal do Comercio*, 24 de Janeiro de 1934.

vinharam muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: tratava-se sempre, de um lado do Reno e do outro, dos Alpes. Ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata?" O embaixador, embaraçado, assentiu, "que limites alguns existiriam mais naturais que o citado Rio da Prata, e parecendo aliás que os missionarios das margens do Reno tinham conseguido proselitos em todos os mundos possíveis". "E sua ultima reflexão fez o monarcha rir *de tout son coeur*, diz o officio". (76). Junot achára-o um idiota; Luxemburgo comparava-o a Luiz XIV... Ao menos tinha de comum com ele a idéia de uma fronteira natural! Arranjara um Reno ou uma Silesia: o rio da Prata. Em 1818 o proprio ministro da Marinha, conde dos Arcos perguntava ingenuamente ao ministro de França: "Expliquez-moi, s'il vous plait, ce que c'est que la guerre du Rio de la Plata, dont la politique et le but sont aussi enigmatiques pour moi que les mouvements du général Lecor?" (77).

Sómente em 23 de julho de 1818 consentiu Dom João em apresentar-se á America do Sul na largueza e simplicidade das suas intenções. Mandou Tomaz Antonio explicar ao ministro argentino, que "a occupação do territorio de Montevideo foi uma medida provisoria, para procurar a paz, aquietando o que ficava contiguo, e que a inquietação de Artigas não permitia demorar por mais tempo.

(76) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, p. 87.

(77) Oliveira Lima, *op. cit.*, p. 930.

Portanto o general barão de Laguna tem ordem de conter-se na linha do Uruguai”. Avisára as potencias: o seu interesse era “consolidar uma pacificação, que tornasse a fazer felizes esses povos, pois igualmente põe em tranquillidade o Brasil e continuará instando por isso com a maior efficacia”. Ao que replicava Garcia: “La politica del Brasil ha dejado de ser un misterio” (78).

Não era mais um misterio; era uma conquista.

*

* *

Em Fevereiro de 1816 a rainha velha adoecera perigosamente. Aos 82 anos, sem nunca ter recobrado a razão, os cabelos de uma alvura sinistra derramados sobre as espaduas magras, porém descobrindo a fronte majestosa que parecia ainda vincada da corôa, D. Maria I nem era mais presentida naquela côrte ansiosa. O filho, todas as manhãs, com uma pontualidade burocratica, ia depôr-lhe na mão engelhada — que Walpole gabara — um beijo leve. Cultivava, com uma intenção politica vizível, esse rito antigo, de homenagear a louca, que o recebia com indiferença, acalmada, de vez em quando quebrando os seus longos silencios com uma exclamação ironica, uma frase pungente. As intermitencias da sua teofobia, do seu delirio coletrico, das suas nostalgias profundas, assinalavam-se

(78) Bartolomé Mitre, *Historia de Belgrano*, III, 117, Buenos Aires 1887.

por meditações espertas, atos lucidos, que lembravam aos aulicos os tempos de Tessalonica, do Capacidonio, da construção do Convento Novo. Dava presentes aos netos com um criterio equitativo. Extranhava certas nomeações do principe regente. A um general que viéra da India recebera contente, dizendo a D. João: Este ainda é dos feitos por mim... Perguntava pelos bons serviçais. Deplo- rava a decadencia em que tudo ia. A sua profissão de rainha sulcara-lhe, indelevelmente, a alma. Quando a consciencia lhe tremeluzia, reaparecia senhora, instintivamente soberana. Apiedavam-se dos seus desatinos, os criados; ou lhe fugiam, apavorados da sua ira, vigiada pela doce paciencia da condessa do Real Agrado. Porém o terror que inspirava era um mixto de respeito e compaixão. D. João acentuava os tons dramaticos do espetaculo — da doida movendo-se, enfurecida e altiva, entre lacaios e aias que ajoelhavam diante dela, fingindo tomar-lhe conselhos. Assustava-o — dir-se-ia — o titulo de rei; e diferia-o. Enquanto penasse a mãe esgrouviada, julgando-se em Portugal, agarrada febrilmente ao braço da açafata, seria sómente principe. Governava em nome dela. A molestia e a agonia da rainha chamaram de subito a atenção da cidade para aquele espectro do passado. Devéras só pensaram em que vivia quando ela morreu. Não era mais uma mulher; era uma idéa. A filha de D. José I agonizava em S. Cristovão. Perdera os movimentos das pernas. Debalde a levaram de cadeirinha pelos corredôres, a

espairecer, olhando das janelas a paizagem. Os olhos fechavam-se-lhe. Não se alimentava mais. No dia 19 de Março, esperanças findas, a capela real se abriu para as irmandades, que iam rezar as antifonas. Todas as Igrejas se encheram de lamentações litúrgicas. O nuncio e frei Joaquim Damaso, paramentados, foram recitar o officio dos moribundos á cabeceira da grande protetora da fé, que se acabava. Faleceu no outro dia, muito chorada pelo filho, que, escreveu o amanuense Marrocos, “na maior desolação possível de magoa é saudade, perdeu o comer e ainda persiste em continuo pranto”. Vestiram de negro o corpo, cingiram-lhe a banda das tres ordens, cujo manto foi coberto pelo manto real de veludo encarnado, semeado de esferas e grifos de oiro e forrado de seda branca, e o collocaram em caixão triplice aromatizado de essenciaes, decorado de insignias, em harmonia com a eça monumental, a riqueza da camara ardente, o esplendor das exequias. D. João foi um sóbrio rei de festas, mas um grandioso rei de entêrros. O de D. Pedro Carlos, que excedera o da infanta D. Mariana, não teve a pompa do sepultamento de D. Maria I, que, entre a Quinta e a Ajuda, estendeu em alas pelo vasto Rio a guarnição e o povo, tambores velados de crêpe, bandeiras de rasto, musicas gementes, o coche de oito animais escoltado pelos regimentos de linha e milicias... Em 1824 escrever-lhe-ia o infante D. Miguel, que os funerais de Luiz XVIII foram “metade” do que se fizera no Rio, pela avó. Nunca se

escreveu tanta elegia, nem se publicou tanto verso funebre como — para comover o regente — nos dias de luto que se seguiram á morte da rainha. As Missas sucederam-se, a mais imponente a da Ajuda, cujo templo mimoso e doirado o artista, de exaltada imaginação, ornamentara com espantoso excesso de alegorias mortuarias, capaz de esmagar com as visões trágicas a piedade e a tristeza da familia real. Um espetaculo inédito para americanos — esses funerais de uma rainha, a aclamação de um rei! O avaro D. João VI quiz que a sua coroação — decorrido o ano de nojo — fosse magnificente como uma apoteose, da velha monarchia rediviva. A' contradição do seu temperamento cesareno — expandindo o reino — juntava esse subito delirio de grandeza. Calculadamente. Para impressionar os povos, advertir ás potencias. Embora desafiando a irritação nacionalista de Portugal, que lhe não perdoaria a audacia de aclamar-se rei na colonia; e escandalizando a Santa Aliança com a maliciosa pompa imperial da cerimonia. Como que protelara, vinte e quatro anos, o seu dia de esplendor, para ofuscar com ele todas as anteriores comemorações da dinastia. Haveria de imitar a entrada de Luiz XVIII em Paris! Barca tinha projetos sublimes: arcos de triumpho, pavilhões clássicos. Os artistas da missão de Lebreton transplantariam para o Largo do Paço os symbolos romanos da gloria e da exaltação dos legitimos monarchas. Punha nesse capricho uma intenção pessoal: só ele devéras sabia o que lhe

custára a conservação da corôa nos vinte e quatro anos inquietos em que não ousara tomá-la. Grandjean de Montigny, o arquiteto do rei Jeronimo Bonaparte, o decorador dos triunfos napoleonicos, iria enfeitar, para a sua coroação, o Largo do Paço!

A revolução pernambucana, a morte de Barca, a demora da arquiduqueza Leopoldina, retardaram de dous anos a sua festa. Mas esperou. Esperou e fez.

XVIII

ESPLENDOR

Carlota Joaquina não interviria no casamento do filho; mas faria o das filhas. Maria Tereza destinara-se a Fernando VII. Ludibriada uma vez, agora, que o irmão retomára o trôno, voltava á carga com a infanta Maria Isabel. Ao irmão mais moço D. Carlos oferecia a mão da infanta Maria Francisca. De fato a princeza pensava em acompanhar as meninas e, por este meio, livrar-se do Brasil, do marido, dos espiões, que no Rio não pôdia mais viver, “nem fisica, nem moralmente” (79). D. João concordou. Agradava-lhe ter filha rainha. Fechou os olhos á missão secreta do general Vignot e de frei Cirilo — que depois, na guerra civil de Espanha, teria um sangrento renome — mensageiros do noivo. Mas, chegado o navio de guerra espanhol para as levar, pediu prazos, protelou. Não permitiria que a mulher embarcasse — como não deixára que se passasse ao Rio da Prata, como não consentiria que lhe escapasse á vigilancia. O que ela, na Europa, faria! O inverno de 1814 tam-

(79) Tobias Monteiro, *Historia do Imperio*, I, 239, Rio 1926.

bem a assustou. Sentia-se peor do peito, estirolando-se. Depois, foi a doença, a morte de D. Maria I. Carlota Joaquina intrigava, para partir; D. João, para que ficasse. Era uma questão de Estado, o seu cativo! O principe lia-lhe as cartas, pelas copias que os criados dela, talvez o proprio franciscano frei Cirilo, lhe levavam. Conhecia — e acompanhava — o seu pensamento amargo, o seu despeito, achando odiosa a côrte brasileira, principalmente depois que as filhas se fôssem. D. João mandava dizer para Madrid que haveria de repatriar-se, que então se veriam, os parentes dos dous reinos. Até lá as raparigas, em companhia da condessa de Linhares, iriam, sem os paes, receber os régios esposos. E seguiram, em 31 de Julho de 1816, chorosas, duvidando da felicidade futura, temendo o destino, o genio dos tios, as tragicas noticias de Espanha da restauração... Chegaram a Madrid em 29 de Setembro. Dous anos depois a bôa Isabel, de olhos negros, a boca bourbonica, o ar de familia que no retrato de Lopez tem um esplendor dinastico — morreria de parto, entre os écos de revoltas e execuções, logo substituida no tálamo real por uma princeza de Saxonia, depois, quando tambem esia se finou, por uma princeza de Napoles... A outra, D. Francisca, seria a estoica companheira de um pretendente infeliz, a heroína de um romance de exilio, provações e utopias, que resignadamente viveu por paizes extranhos. Duas sofredôras, inditasas princezas, as que casaram em Espanha.

Porque a politica não se preocupara bem com elas. A politica só cuidara de ligar o principe D. Pedro a alguma das côrtes da Russia, de Napoles, da Austria, segundo as instruções secretas que em 15 de Março de 1816 se expediram ao marquez de Marialva. Coincidiam com o apogeu do reinado brasileiro de D. João VI. Marialva trar-lhe-ia de Shoenbrunn para S. Cristovão uma arquiduqueza disputada pelo principe de Saxonia, pelo rei de Espanha, pelos herdeiros italianos. A aliança russa, sendo o czar Alexandre em Viena o arbitro do mundo, aproveitaria á questão portugueza: porém logo foi desprezada, porque em S. Petesburgo não se admitia que o Brasil crescesse com os baldios do imperio espanhol. Metternich recebeu alegremente a proposta nupcial. Ao encarregado de negocios Navarro adiantou, que D. Leopoldina, a filha casadoura do imperador Francisco, aceitaria a futura corôa de Portugal. Apenas o desterro da America assustava... D. João previra a objecção, e naquelas instruções prometera regressar á Europa, tanto preservasse o Brasil do contagio revolucionario. Era uma formula espêrta de ficar... Metternich nos seus atritos com a Inglaterra, achando indispensavel a vantagem economica que a aliança de Portugal lhe oferecia, citava o sacrificio da outra arquiduqueza, que, para salvar o Estado, se entregára a Napoleão, o Minotauro, e lembrava o talento serio, a vocação scientifica de D. Leopoldina. “Muito instruida — diria a baronesa de Montet — amava apaixonadamente a botanica, e a

idéa de um mundo novo, de uma natureza tão diversa da natureza da Europa, sorria-lhe extremamente; soube-se até que desde alguns anos um dos seus sonhos era vêr a America.” De resto, obedeceria ao pae. Viria para o Brasil, como a irmã fôra para Paris. Com os seus livros, a sacola de caçar borboletas, a missão de naturalistas bavaros, para extrair da sua resignação uma utilidade sábia, a identificação dos misterios tropicais, daquela fauna inédita. Somente a 7 de Novembro, para ultimar o pedido, acertar as cerimoniaes, o marquez de Marialva chegou a Viena. No dia 10 o imperador casava, pela quarta vez. Marialva viu então a arquiduqueza, cuja “presença resplandece soberania, a par da mais rara bondade”. Não disse que era feia, que era gorda, que era erudita como uma catedratica, a princeza menos recomendavel para o temperamento estroina, as pequenas loucuras de D. Pedro. Dispensava-se, naquilo, o amôr. O que logo faz D. Leopoldina, para estar á altura das responsabilidades, é aperfeiçoar a sua musica, exercitar-se ao piano, para “vencer todos os obstaculos, que talvez de outro modo me venceriam”.

D. João queria que o seu embaixador deslumbrasse a Europa, humilhasse a aristocracia austriaca com o seu fausto, a sua prodigalidade. Para isso escolhera um Marialva. Que nada poupasse, que fosse magnifico, como os antigos plenipotenciarios da côrte das navegações. Que surpreendes-se Viena com os seus carros, espantasse a arquiduqueza com os seus bailes, causasse aos

diplomatas ciume e impressão com as suas despesas, revelando ás dinastias a resurreição portuguesa. Treze anos antes Napoleão lhe banira a familia; pois reentrava, com a pompa velha, dos tempos de D. João V e Mariana d'Austria, do ouro do Brasil e das obras de Mafra, no continente donde fora expulso... D. João VI transfigurou-se, inspirado por Barca, contente da sua desforra. Todo o universo soube, com emoção, da entrada de Marialva, em 17 de Fevereiro, com os seus coches, cincoenta lacaios de libré, as armas, a majestade de magnate, de homem que realizava elegantemente a sua ruina representando um grande entremez historico, a repetição do passado português de Galveas e Cascaes, do rei Venturoso e do rei Fidelissimo... A propria familia imperial correu a espia-lo das janelas de um palacio. Os ministros estrangeiros tiveram vergonha da sua humildade. Marialva gastou 332 contos no baile de 16 de Abril, para comemorar a ascenção ao trôno de seu amo. Os serviços eram de prata e ouro. Na quinta de Angarten, a 26 de Março, recebera dous mil convidados. Entonteceu-os com a sua riqueza, desvairou-os com os seus desperdicios. O Imperio empalidecia, a etiqueta d'Austria, o fulgor da sua vida palatina embaciavam-se, naquele sonho de festins asiaticos, cujos fôgos de artificio queimavam milhões. Acompanhada de um bibliotecario, um zoologo, um entomologista, alguns artistas, tres damas ruivas, D. Leopoldina seguiu, enfim, para o seu destino. O destino de ser no Brasil uma

esposa incompreendida, imperatriz, mulher desolada, e, com a morte prematura, lá ficar, jámais devolvida á Europa... Retardou-lhe a viagem, a noticia da revolução que em Pernambuco rebentára. O estrondo de uma época que se desmantelava.

* *

Retardou a viagem da arquiducueza — e a coroação, marcada para 6 de Abril de 1817. Ainda em Portugal as festas se realizaram nesse dia. Principalmente em Coimbra, tiveram uma pompa de glorificação, parecida — e regulada — com as do advento de D. João IV. No Rio de Janeiro só se efetuaram em 6 de Fevereiro de 1818. Aquella tragedia imprevista amargou ao rei a sua vitória do Rio da Prata, porque lhe abriu de repente os olhos para a tempestade que se formava, sobre a corôa que ainda não ageitára na cabeça de cabelos crespos e ralos... Sempre lhe serviria, porém, para desarmar os ultimos escrupulos das potencias contra a conquista do Uruguai: pois tinha inimigos em casa! O conde dos Arcos na Bahia amorteceu os écos da insurreição. Agiu só, violento, óusando arcabuzar o mensageiro dos republicanos, o padre Roma, antes de ter ordens do rei, desejoso de mostrar aos ministros que não gostavam dele a utilidade do seu carácter de Marialva. D. João soube da morte do padre pelo mesmo mestre da jangada que

o prendera, portador das noticias (80): como ficava a rebelião parada em Alagoas, como o conde a punira na Bahia. Doeu-lhe, alarmou-o a calamidade. Que o vigario geral, benzendo bandeiras, jurára: "Nós não elegemos o principe, nós o combateremos, até que entre no inferno, donde o inimigo do genero humano o extraiu..." Devia portanto ir aos arsenais ver aprestar a expedição, aparelhar a armada para repôr no norte a obediencia. O almirante Rodrigo-Lobo fôsse logo, com os tres navios prontos! Acompanhado pelo moço do guarda-sol, apoiado á bengala, deu de frequentar a casa do trem, para animar os operarios, de medir com o passo lento as carreiras do arsenal de marinha, examinando o material, estimulando os calafates, que o tempo urgia, e precisava castigar. Diziam-lhe que o castigo corrigiria, concertaria tudo. A brandura esgotára-se, ineficaz: o conde dos Arcos começára a matar... Rodrigo Lobo levava ordens singelas. Atacar, submeter sem condições, julgar sem sofismas, "a todo e qualquer patriota ou infiel vassalo (seria a sua linguagem em Recife) que são sinonimos, por terem atropelado o sagrado das leis de El-Rei Nosso Senhor." Aquilo tambem fez-se rapidamente. As noticias, sucessivas, do apaziguamento dos animos na Bahia, da invasão de Alagoas por terra, do bloqueio de Recife, da retirada

(80) Rocha Martins, *O Ultimo vice-rei*, p. 62; e Oliveira Lima, notas á *Hist. da Revol. Pernambucana*, de Muniz Freire, Recife 1917.

dos revolucionários, das suas derrotas, desbaratado o seu pequeno exercito pelo impeto da ofensiva, a prisão de agentes bonapartistas no Rio Grande do Norte, as primeiras punições capitais, viéram aquietar o rei a tempo de vélar pela sorte de suas armas na Banda Oriental. A revolução de Pernambuco deixára no paiz um traço de martirios — de eclesiasticos e militares brasileiros, mortos pela sua idéa, pela independencia de sua provincia — e um espanto medroso. A comissão encarregada de julgar sumariamente os rebeldes excedia-se, odiosa. Um desembargador retirar-se-ia de Recife rico de dinheiro das peitas, entésoirando o preço dos perdões. Quando D. João mandou cessar os castigos já o pavôr, das execuções, das devassas, das perseguições brutais, se estendera de Alagoas ao Ceará. Consternára — e indignára o Brasil.

A situação do sul complicava-se com as guerrilhas ao longo do rio Uruguai. Montevidéo recebera triunfalmente a divisão auxiliar: mas o pampa a repelia. A tolerancia de Lecor calivara a cidade: a planicie o hostilizava. Artigas perdera a civilização: ficava com a barbarie. A campanha arrastar-se-ia, fragmentária, episodica, até 1820, quando, definitivamente, o caudilho foi vencido, atirado sobre o Paraguai. “Quando, já ancião e no remanso do lar, lhe falava algum parente nos seus feitos da guerra liberal de 1833, Saldanha escutava modesto as façanhas que lhe recordavam, sorria-se, esfregava as mãos, e ouvia-se-lhe murmurar, como simples éco do seu pensamento: “Mas aque-

la Montevidéo! O que ali se fez”. O enigma, explicado em vulgar, significava os assombrosos feitos da America”. Como a Europa só os conheceria mais tarde, contados por Garibaldi.

*

* *

Mas a revolução pernambucana não fez mudar o homem que resolvia os seus problemas envelhecendo-os. Envelhecendo e cansando. O excesso de trabalho, a azáfama do governo, os seus tres anos de grandes projétos, prostraram o conde da Barca. Morreu, a 21 de Junho de 1817, deixando um vasto claro. D. João chamou para suceder-lhe um septuagenario, João Paulo Bezerra, que fôra ministro nos Estados Unidos, na Holanda e na Russia, e acabava de chegar, como para aquentar-se dos seus frios senis á lareira da pátria. Viera agasalhar-se, para acabar em paz, e recebeu, de surpresa, a carga do poder. Aquilo arrazava. João Paulo Bezerra, do esforço que tentou, adoeceu, minguou, faleceu em 29 de Novembro. Restava Tomaz Antonio. Este, recusára sempre. Natureza contraditória, de réto juiz, um pouco prejudicado pelo officio de procurador da corôa, e de cortezão ilibado, preso á sombra do amo como o confidente secreto, que desde 1805 o advertia ao ouvido, dissimuladamente — Tomaz Antonio era o estadista ideal para aquele regimen, de mão forte, de sindicancias implacaveis. O Pombal, que servia a D. João VI. Mais honrado de todos, mais

modesto e mais sobrio, tinha a vantagem de conhecer os negocios do Estado ha quinze anos, e, tão bem como estes, ás pessoas que os geriam. Passava por ser o revisor dos despachos, quem vigiava os átos dos secretarios, e á volta do rei, rastreando denuncias, indagava dos desacêrtos, descobria-os. (81). Apenas ao valido não conviêra trocar a sua penumbra, onde se escondia com malicia e orgulho, pela incomoda publicidade de um ministerio. Seria o padre José transformado em Richelieu... D. João obrigou-o a aceitar, dando-lhe companheiros moços, Palmella, Arcos. Obedeceu. E a sua primeira providencia foi uma pequena vingança que tirou ao marquês de Aguiar: mandou depressa alargar a rua de S. José, onde as séges se abalroavam... Experimentou na demolição de uma esquina o que valia ser primeiro ministro; e, já certo disto, fez acusar por José Anselmo Corrêa os maçons do paço. Pois aí os havia. Carbonarios saturados de enciclopedia, flamejando inconfidencias. Quem sabe se o principe D. Pedro? O proprio Angeja. Até o conde de Paratí. O mais da intimidade do soberano, o seu criado... D. João, que todas as noites recebia a visita de Tomaz Antonio e se inteirava dos rumores policiaes, dos sucessos que o correio dizia, horrorizou-se. José Albano Fragofo foi nomeado juiz da devassa. Para exterminar-se, segunda vez, a praga liberal, o escalracho das cons-

(81) Mello Moraes, *Historia do Brasil Reino e Brasil Império*, cit.

pirações. Condenou o Lobato a andar por tres dias, na Bôa Vista, de habito de terceiro de S. Francisco, arrastando sandalias, o cordão branco á cintura, causando á nobreza uma piedade ironica. E a Angeja impoz a entrega de sua prataria, para os gastos do erario. Esquecia-lhe o desvairo, porém por aquele preço. Era a sua maneira de punir: batia, penitenciava, perdoava. . .

A chegada de D. Leopoldina foi como um raio de sol que varasse — fustigando trévas — as humildes instalações reais, os pobres paços da côrte economica. Aquela moça erudita vinha da Austria com os seus sábios e as suas camareiras, como um presente da Europa, á dinastia expatriada. Em 6 de Novembro de 1817 recebeu-a com uma resplandecente alegria de tantos pavilhões iluminados, de tantos cortejos de gala, de tantas fanfarras e festas, que poucas vezes as cerimoniaes religiosas foram assim soberbas na terra.

“Desde que a princeza chegou — observaria Debret — as aléas da Real Quinta de S. Cristovão viam-se frequentemente percorridas por soberbos cavalos de sela e elegantes carruagens estrangeiras; desde então tudo pareceu tomar no Rio um carácter francamente europeu”. Para isso mandára construir um torreão na Quinta, fazer o seu solar de Santa Cruz, em substituição do colégio dos padres que caía em ruinas, e aumentar o Paço da Cidade que se conservava mesquinho e sombrio como o deixára o conde de Bobadela. Consumiu-lhe a uxaria seis milhões, segundo Armitage.

Sómente a despreocupação do rei comsigo mesmo não mudou. Continuava a servi-lo a creadagem estrictamente precisa; continuava a acompanhá-lo o sequito rigorosamente necessario. Os seus quatro officiaes ás ordens, dous do exercito e dous de marinha, pasmavam o dia inteiro, inuteis, olhando das janelas internas do paço o páteo onde alguns animais cativos distraíam os pequeninos principes. Pareciam escudeirar antes as cotias e os bugios dos infantes do que a real pessoa do amo: daí o nome que lhes davam. Eram os “officiaes dos bichos”. D. João não gostava de espadas; os alabardeiros da guarda formavam uma simples companhia, comandada por um capitão; poucas vezes no Rio envergou a sua farda obsoleta de marechal do exercito. Preferia os agricultores do Jardim Botânico e os amanuenses das repartições. O fulgôr das armas assustava-o: por isso a côrte do Rio pareceu aos diplomatas estrangeiros tão humilde e tristonha. Faltaram o colorido dos regimentos e o esplendor dos capacetes: predominavam as casacas pretas dos funcionários, o tom funesto dos vestidos das açafatas, as jaquetas dos comerciantes anglicanizados, as garnaxas dos desembargadores.

*

* *

Os costumes no Brasil tinham-se transformado, de modo a não reconhecer, o tropeiro que em 1808 tangia os burros da Mantiqueira para Mata-Porcos, o Rio de Janeiro de 1817 e de 1820 — cheio

de sobrados ao gosto inglês, de modistas francesas que vestiam, para as funções do teatro S. João, construído em 1813, a nobreza ávida de sucessos sociais, de negociantes de todas as origens. Como se luxava, já então! Mary Graham avaliou em 150 mil libras as gemas que cobriam os hombros da viscondessa do Rio Seco — esposa do tesoureiro Pacheco — numa noite de espectáculo. As filhas de Braz Carneiro Leão usavam joias que valiam, juntas, seis milhões, notou, espantado, Luiz de Freycinet, comandante do navio francês “L’Uranie”. Arruinava-se a bôa sociedade com banquetes e saráos — como a recuperar afoitamente o tempo perdido, tres seculos de grosseria colonial velados pelas rotulas monasticas dos solares. Fazia-se um templo formidavel — a Candelaria; doirára-se a Capela Real, tomada aos terceiros do Carmo, e aí se instalara um côro musical digno de Maфра; e os homens ricos imitavam a Chamberlain, a Gestas, ao general Hogendorp, aos Taunay, aos commissarios ingleses, o habito distinto de morar na floresta, junto de corregos sonoros, em vastas casas arejadas que a arte européa começava a realçar com os portões nobiliarquicos e os jardins geometricos. Por S. Cristovão, Catumbí, Rio Comprido, Cidade Nova, ou, do outro lado, ao longo de Botafogo, gozando a serenidade do golfo assombreado pelos morros, desabrochavam da vegetação tropical os oitões brancos dos palacios. Em dez anos se construíram seiscentas casas e cento e cinquenta chacaras, disse Maler. Era a civilização medida,

bucolicamente, enfastiada dos becos mercantis da praça, no arvoredo, na paz da natureza fecunda. A suntuosidade substituíra os pezares de outr'ora: só a família real não se dispuzéa a misturar, á regularidade dos seus ritos — o cortejo, o beija-mão, as audiencias — um pouco da coloração, da fartura, da riqueza deste Rio que em dez anos se mudára num porto opulento e numa capital decente. Em 1807 tinha 50 mil habitantes; em 1817 eram 110 mil (82). O frenesi economico, que Taylleyrand achára em Philadelphia, em 1794, a corrida á fortuna dos imigrantes, o prestígio social dos estrangeiros, a valorização subita da terra, instalavam-se no Rio (observou Luccock) com os escritórios de Manchester. A crise européa, á semelhança de um temporal fabuloso, lançára aqui, reunidos nas angustias do naufragio, sobreviventes de muitos cataclismos: exilados politicos recebidos com tolerancia, militares desempregados que se engajavam, negociantes de todas as procedencias, agiotas, corretores, aventureiros que especulavam com os gêneros do país. As grandes lavouras rompian as matas circunvizinhas, escoavam-se ao longo dos rios, atraídas pelo sertão misterioso, apenas limpo de bugres: a mania do café substituiu a obsessão do assucar, sucedia á loucura do algodão. As importações de negros somavam, cada ano, trinta, qua-

(82) Spix e Martius, *Travels in Brasil*, p. 143, London 1824. E bibliografia in P. Calmon, *Historia Social do Brasil*, 1.º tomo, S. Paulo 1937.

renta mil escravos, absorvidos, com altos preços, pelo trabalho rural exigente, triunfante na sua irradiação. Os viajantes comparavam esse Brasil madrugando aos Estados Unidos, onde a paixão de independência e de fortuna — notára Talleyrand — definiam o caráter nacional: seriam também os sentimentos predominantes na sociedade fluminense. Uma nova humanidade desenvolvia num meio cósmico as forças instintivas: e vinham surpreender-lhe as vibrações, um pouco selvagens, forasteiros de toda parte. Na Quinta da Boa Vista, o caleidoscópio social confundia mais estranhamente as tintas — dando ás audiências reais um aspecto oriental, de convite de raças, de classes, de épocas... A rainha chamava-lhe uma África, um inferno; o rei, a América, um paraíso; a aristocracia emigrada, a vilegiatura, um purgatório. D. João não encontrára á chegada uma casa própria para a residência das infantas, o recolhimento da mãe demente; agora as belas moradias se espreitavam, em todos os bairros, através dos bosques de laranjeiras. Algumas séges pobres rodavam melancolicamente pelas ruas desniveladas da cidade; e já então os estufins lavrados da côrte, as carruagens inglesas dos ministros, os coches pezados da nobreza, as cadeiras negras dos eclesiásticos, as berlindas elegantes dos novos-ricos, enchiam do tropel e da poeira das equipagens os vastos subúrbios. Vendia-se tudo na rua dos Ourives, na do Ouvidor, na dos Latoeiros ou do Sabão — e tudo se comprava na rua da Alfandega, na da

Quitanda, na rua Direita costeando o mar coalhado de patachos. Carlota Joaquina comprára na praça a espada que ofereceu a Sidney Smith. Os trajos para as festas da coroação e do casamento de D. Pedro tinham vindo de Paris para as modistas da rua do Ouvidor. Anunciavam-se livros, máquinas de vapor, o luxo, as miudezas, a civilização que as escunas transportavam nos porões — juntamente com os negros fugidos ou de recente desembarque, vendidos em lotes nos trapiches da Praia, detalhes de Angola ou Cabinda incrustados na morraria cenografica do Rio de Janeiro. A gentileza propagara-se. O bom gosto. A conversação. O jogo, a politica, o baile, o jantar ainda português, porém urbanizado pela etiqueta de Londres, tonificado pelo ar livre e cheiroso das chacaras, sem a sombra das rotulas nem o pezar das velhas salas desataviadas e lugubres das mansões coloniais.

*

* *

Emfim, a 6 de Fevereiro, foi a coroação. (83). O Largo do Paço transformára-se nuna praça imperial: á beira dos cais um templo de Minerva, construido por Grandjean de Montigny, em frente do chafariz o arco de triunfo, desenhado por Debret, no centro um obelisco imitando granito ver-

(83) Vd. P. Luiz Gonçalves dos Santos, *Memorias para servir á Historia do Reino do Brasil*, II, 211 e segs.

melho, levantado por Taunay. Grecia, Roma, Egito, a mitologia napoleonica, as linhas divinas da civilização imortal, amesquinhavam o paço acaçapado e a capela barôca onde se rezou de manhã a Missa do Espirito Santo — que o alumiasse — e de tarde se celebrou o cerimonia da aclamação segundo o rito velho. Entre o paço e a Igreja, admiravel galeria de 250 palmos e dezoito arcadas, carregada de troféos e estatuas, dominava a praça, desfigurava-a, completava a paizagem arcadica do grande áto. Não se regatearam despesas — como se a magnifica prodigalidade de Marialva contagiasse de repente o rei usurario. Os diplomatas estrangeiros assinalaram na correspondencia official o espanto, o despeito: e a população carioca que trazia na retina as cenas africanas do Rio do conde de Rezende, cria num prodigio de teatro, num illusionismo milagroso, destinado a transportá-la de subito para a França de 1811, para a Prussia de Frederico, para Viena de Metternich. Aquella decoração digna de Cesar comemorava simplesmente uma mudança de titulo do principe mais parcimonioso do seu tempo. E que ostentoso córtejo o acompanhou ao altar! Atravessou lentamente a varanda, precedido do infante como condestavel, o conde de Viana como reposteiro-mór, o Marquez de Belas como capitão da guarda e o conde de Barbacena como alferes-mór empunhando, enrolado, o estandarte real. O juramento foi prestado em mãos do bispo-capelão. O manto do rei, de veludo escarlate- com uma cintilação de purpura, todo se

cobriria de quinas e esferas de fio d'oiro — do escudo lusitano e do mundo novo que ele absorvera. Proferido o juramento, D. João VI exhibiu-se de ceptro e corôa. Os principes estenderam a mão sobre o missal, prometendo-lhe obediencia. O alferes-mór desdobrou o pendão, chegou-se ao para-peito, e acenando com ele bradou as ovações do estilo. A musica austriaca, da comitiva da arquiduezza Leopoldina, silenciou-se, junto do monumento; a tropa apresentou armas e o povo prorompeu em delirantes aplausos. Não cabia mais ninguem ali. Carlota Joaquina e as infantas queixavam-se de falta de ar. O rei abafava, entre os moços da maça de prata, no meio da varanda, de pé diante do trono de talha doirada, contente do espetaculo, como não se vira outro na America, atento á etiqueta, desejoso de mostrar á nora d'Austria o que valia. Dificilmente se rompeu caminho até a capela, para o “Te Deum”, a benção dada com um fragmento do Santo Lenho no ostensorio. A multidão continuava a vitoriar, deslumbrada, feliz. Nem a festa se concentrara no largo do Paço. Ajardinara-se apressadamente o Campo de Sant'Ana e ao centro se fizera um palacete de madeira, com castelos nos angulos para as orquestras e terraços para os refrescos. Iluminava-se tudo á noite. Os edificios dos artistas francêses, o jardim improvisado, um tanque com repucho e dezeséis bonecos, nas aléas cento e duas piramides... “Escrevia Maler — e o elogio não é fraco, insiste Oliveira Lima — que o Campo de Sant'Ana exhibia

brilho e gosto suficientes para fazer pensar nas Tulherias e nos Campos Elisios, quando iluminados”. No outro dia — como acontecera no casamento de D. Maria Tereza — foram as festas populares. Correram-se touros á moda portugueza, regimentos desfilaram, houve dansas, e num tablado as representações se sucederam, apropriadas á função. “O Elogio de D. João rematava no palco pela sua exaltação mitologica”. As influencias do Olimpo desciam para julga-lo e louva-lo, e os tres Reinos se lhes uniam, na glorificação do maior monarca do hemisferio. Depois — já no dia 8 — o beija-mão, as mesmas diversões da ralé, a visita ás luminarias — só uma casa puzera 6 mil lanternins! — e o entusiasmo publico, prolongaram aquele regosijo faustoso. E dilataram-no até oito meses além, quando ainda se faziam cavalhadas e figurações no campo de Sant’Ana, no gosto das corridas do reinado de Dom José e das equitações do ano do nascimento de Dom Antonio, o que não vingou. Uma temporada toda de bailes e paradas, de luzes e alegorias, de festins e lisonjas, sacudiu demoradamente nos espaços os guizos dõ seu exito — do rei desterrado que escandalizava estes tropicos com a sua pompa de D. João V.

Fôra ás vezes tão pouco homem que se anulava, entre frades, nas sombras do corredor conventual; outras vezes, tão excessivamente rei que as congratulações do advento se estendiam por muitos meses, dissipando as reais economias, sacrificando as tradições de moderação e tristeza da fami-

lia, desde a ida para Lisbôa de D. Mariana Vitoria, a tirania de Pombal e o terramoto...

Silvestre Pinheiro cismava: era a elegante agonia do absolutismo. Tomaz Antonio garantia que era a consolidação dele. A patulêa achava que era a corôa que baixava a satisfazer-lhe, nas ruas, longinquos apetites de aparato, de jubilo. As nações estrangeiras julgavam que D. João cimentava o seu governo brasileiro, cortava os laços da mãe patria arruinada do outro lado do oceano. E o rei confessava que aquilo tudo era uma desforra. Custara vinte e quatro anos. O quartel de seculo mais grave da humanidade!

XIX

TRANQUILIDADE

Vencida a revolução pernambucana, casados tres filhos, Tomaz Antonio ministro, recaído o paiz na sua tranquila prosperidade, o ano de 1818 foi para o rei de uma doçura inefavel. A saúde equilibrara-se-lhe. Ia á cidade guiando o seu *cabriolet*, de chapéo armado, a banda das ordens sobre a casaca azul, e as redeas alegremente tangidas, como se gozasse ao sol, remoçado, a delicia de ser livre. O viajante Henderson surpreendeu-o assim uma vez, na estrada poeirenta da Cidade Nova, cavalgando á estribeira um moço com as caixas, no coice do carro os cadetes de sabre ao hombro, parando a gente, descoberta, reverente, comovida, diante das mulas fogosas que arrastavam o pequeno trem, de não fazer inveja a qualquer burguez, segundo Saint Hilaire, com o sota vigiando as bandas do freio, D. João VI, risonho, imenso, condecorado, a imitar um ségeiro, semelhante a algum dos fazendeiros do reconcavo que assim, ás tardes, perseguindo o ultimo raio obliquo do sol, se recolhiam ás chacaras mergulhadas no pomar. Dava, na Quinta um beija-mão carinhoso, que reuniu todas

as classes, homens de todos os quadrantes, uns vindos de Mato Grosso, descidos outros das Minas para conhecerem o rei. James Henderson encantou-se da promiscuidade dos cortezãos: padres escuros, fidalgos com as suas fardas anacronicas, bachareis pelintras, sertanejos rudes, frades, capitães-móres mamalucos cujo passo mateiro era hesitante nos salões guardados pelos archeiros vermelhos de alabardas de prata — paulistas pastôres, lavradores do norte, mercadores obesos que enriqueceram traficando negros, “filhos de ninguém”, como diria Saint-Simon, agora comendadores, militares belos como príncipes — heterogenea, confusa, silenciosa multidão colorida de todas as côres de uma sub-raça, que babujava com o osculo a mão papuda do rei, espantada da sua prodigiosa memoria bourbonica, encorajada pela sua bondade invariavel, “essa especie de compadresco que juntava á familiaridade”, como a classificou Saint Hilaire (84), pelo interesse que tinha das cousas da terra, a mania de indagar, perguntar tudo.

Santa Cruz, com o palacio novo, a ilha do Governador, com a casa avarandada junto da capela e da praia imaculada, (85), Paquetá, entre palmeiras, e a ilha do Bom Jesus, para as festas franciscanas, tomavam bôa parte do ano a D. João, aos ministros que o seguiam a despachos, á infanta

(84) *Second Voyage au Brésil*, II, 381, Paris 1837.

(85) Vd. Santos Marrocos, *Anais da Bibl. Nac.*, LVI, 41. ^u

Maria Tereza e ao pequenino D. Sebastião, que não o largavam. Continuamente os barcos vermelhos, de toldos de sêda, com a côrte em vilegiatura, cortavam processionalmente as aguas calmas do golfo. Na sua galeota com os remadôres de capacete de prata e veludo escarlata — que Laura Junot vira no Tejo — o rei ia á frente, no camarim dourado, respirando a salsugem da baía e os encantos da liberdade, fóra da etiqueta de S. Cristovão e dos negocios do Estado. Beneditinos da ilha do Governador e franciscanos de Bom Jesus esperavam-no com o banquete á sombra das mangueiras, o cerimonial dos palios e das palmas, o apuro das cozinhas conventuais. Retribuia-lhes, visitando regularmente os mosteiros da cidade para almoçar nos dias de gala, após Missa cantada de Marcos Portugal ou de Goldoni. Uma vez em cada ano comia em Santo Antonio da colina um almoço frugal, sobre as táboas de uma mesa dos servos e usando uma collier de pão: no dia do santo de Assis, cumprindo o voto dos antepassados, que attribuiam ao desatino de D. João IV esbordoando um leigo que lhe pedira esmola a maldição que matava, invariavelmente, os primogenitos da familia. Então os frades se cercavam das pratas reais e o rei do púcaro e do alguidar dos pobrezinhos de Deus...

A bôa saude só se lhe alterou devéras uma vez no Rio de Janeiro. Mordeu-o um carrapato em Santa Cruz, a inflamação lhe causou febre, e peorou de tal sorte do hereditario incomodo das pernas que a côrte recebeu complicações funestas.

Sarou lentamente. Aconselharam-lhe banhos salgados. Decerto lhe lembraram a receita que certo medico russo déra a Catarina II, cujos tornozelos inchados e disformes foram por algum tempo tratados com agua do mar. Mandou fazer na praia do Cajú um grande caixão de madeira. Metia-se nele, uns turcos de navio o arriavam na maré, e assim, sem perigo, vigiado pelo medico e pelos lacaios, tomava um banho salutar. Fez-lhe bem. Foi o tempo em que substituiu a sége por uma vasta cadeirinha carregada ás costas por doze negros descalços, vestidos de sêda carmezim, nos tópes das barretinas o escudo real — que cantavam o estribillo:

Nosso Sinhô chegô.

Cativeiro já acabô.

A moda espalhou-se. Moda dos banhos salgados, e das cadeiras de arruar que em 1808 os costumes inglêses, com as carruagens e os cavalos de raça, tinham banido das ruas urbanas, com o lixo e o bodum da colonia. Negociantes ricos estabeleceram nas esquinas dos bairros maltas de carregadores que alugavam as cadeirinhas — e as librês da época do conde de Rezende voltaram a iluminar os bécos cariocas com os galões e passamanes dos velhos escravos trotadores que levavam a fidalga à Missa. Só faltou que nobres e plebeus — ironizou Vieira Fazenda — coxeassem como o rei...

No paço, o horario era invariavel.

Ás 6 horas já estava de pé. Vestia-se, e em companhia de um Lobato (visconde de Magé) ia rezar no oratorio. Almoçava frangos com torradas, ao tempo em que dava familiarmente a audiencia matinal, aos fidalgos mais intimos e á gente de serviço. Tres vezes ao dia aparecia-lhe o Intendente de Policia. Era o secretario mais ouvido, mais consultado. Jantava com os filhos, cercado dos camaristas, dos veadóres, dos medicos, dos officiais ás ordens. Á sobremesa havia a cerimonia da lavagem das mãos, segurando o principe D. Pedro a bacia de prata, o infante D. Miguel o jarro e o pequenino D. Sebastião a toalha. Cochilava depois da refeição e saía de carro ás 5 horas, para o inevitavel passeio até ás avé-marias, recolhendo a S. Cristovão com a noite, para receber de outro Lobato (conde de Parati) os papeis pendentés de despacho e que deviam ser lidos na manhã seguinte. Os ministros procuravam-no antes de se deitar, na tranquillidade do palacio adormecido, na paz do arrabalde silencioso, quando podiam falar sem interrupção dos assuntos públicos. Fatigado, moído pela jornada de trabalho, de governo, de movimento, metia-se ás 11 horas na cama, com a consciencia quiéta e o sono protegido pela calma em que deixára tudo. Lá fóra, nas ruas do Rio de Janeiro vagamente alumizadas pelos bugios de azeite, rondava, vélando, o coronel Vidigal de cacete na mão, a patrulha nos calcanhares, afugentando os capoeiras, aterrorizando os notivagos, esvane-

cendo o crime que costumava, ás caladas, na tréva da espessa madrugada carioca, descer dos morros, insinuar-se pelos bairros da escravatura e das mercearias. Pina Manique nunca lhe garantira o socêgo e o descanso como aquele infalível coronel Vidigal — o mastim do Estado, o genio — de porrête e faca — da ordem.

Esse foi o horario comum, rotineiro, burguez. Intermeiava-o de corridas aos campos, de fuga á natureza e ao bucolismo — de isolamento reparador.

A propria arquiduqueza — como o sogro, como os marquezes, o que achava de melhor no Rio era o campo, o ar livre. “Le pays est charmant, plein de sites deliceux, des montagnes très elevées, des prairies verdoiantes, des forêts des plus rares et magnifiques arbres parsemées par les belles fleurs, voyant voltiger les oiseaux incomparables par leur plumage; in faut dire que l’Amérique portugaise serait un paradis terrestre s’il n’y eut une chaleur insupportable de 88 degrés...” — descrevera, encantada, ou fingindo-se satisfeita, para a tia na Austria, em Janeiro de 1818.

Viajava, pelos arrabaldes prediletos, a fazenda dos Macacos, a Tijuca, as Laranjeiras, com o “toma larguras” á frente do pequeno sequito, montando “uma besta, do arção de cuja sela pendiam dous alforjes: num ia a merenda do Principe, noutra uma tripeça e um vaso...” O ministro americano Sumter haveria de lembrar-se de Washington, que tambem, “na sua carroça, cercado da pequena es-

colta e dos criados, percorria com uma familiar majestade os caminhos poeirentos de seu imperio”. No carro, escoltado pelos cadetes, acompanhado do camarista, sempre um Lobato, D. João misturava o gozo da paizagem a uma fome de frangos assados que era assunto, na cidade, da galhofa popular, irreverente. As galinhas da refeição campestre, o pão alvo e a agua fresca de um moringue vermelho da Bahia, constituíam então o seu almoço. O cozinheiro real preparava de famosa maneira as aves tostadas: tirava-lhes engenhosamente o esqueleto, sem prejudicar a forma. Comia-as sucessivamente, varias delas de uma vez, sem ter ossos que esburgar, contente do seu appetite e da sua saúde invejavel. Na casa dos marquezes de Borba — acrescenta Rocha Martins — “esteve durante muitos anos um dos cozinheiros reais que preparava os frangos por este processo”. Guardava-os nos bolsos, enodoava com eles a casaca velha, não escondia a ninguem a gulodice e o prazer de satisfaze-la olhando a natureza enfeitada, debaixo da sombra larga de uma arvore, com aguas livres cantando acolá, num quadro de primavera e repouso...

No Jardim Botanico mandára construir uma casa pequena, que o hospedasse durante as excursões ás aléas de nogueiras de Bencooler, de chá de Cantão, de canforeiras e cinamomos, que lhe davam uma idéa, vegetal e cheirosa, do seu imperio. Havia uma varanda, “donde se goza encantadora vista sobre o lago, com montanhas e florestas,

o oceano com tres pequenas ilhas ao largo”, segundo Mary Graham. Perto ficava a fabrica de poivora, outro sitio das frequentes visitas do rei, debaixo da grande pedra do Corcovado, cuja cupola o príncipe D. Pedro iria atingir pouco depois, no seu alpinismo temerario. Estava ali entre o oriente e a America virgem: um Eden. Em Santa Cruz arranjára, linearmente, as leiras de chá, uma pequena China, com os pavilhões á maneira de Macau, “e casas de verão cõrrespondendo com o destino destes jardins”, entre “caminhos bordados de rosais e laranjeiras”, que, já decadentes, Mary Graham ainda encontrou em 1822. (86). Na sua tenda, diante de Besançon, Luiz XIV pedia noticias das laranjeiras de Versalhes e queria saber do efeito que faziam. Tambem D. João VI andou sempre no Rio com a idéa posta nos seus arvorêdos e nos seus pomareiros. Dava-se por bem pago das despesas da conquista de Cayenna porque de lá viéra a cana d’assucar melhor de todas. A cana e a fruta-pão. Recolhendo em Santa Cruz a flora de Goa e Macau, tinha a Asia de D. Manoel debaixo da vista e ao alcance da mão. Era cómodo — e grandioso. Os Lusíadas sugeridos por um jardim!

Porém, os ouvidos estavam atentos, o olhar vigilante. Não se passava noite sem o relato policial, do que acontecera durante o dia; nem papel lhe escapava das mãos sem a informação secreta de

(86) Vd. C. de Mello Leitão, *Visitantes, do Primeiro Imperio*, p. 188, S. Paulo 1934.

dous ou tres secretarios, o exame pessoal dos requerimentos... Era absolutamente rei — apesar da pachorra e da bonhomia. Continuava a depender tudo de sua vontade. Só ele mandava — e quèria na côrte pacifica, entre os beneficiarios lisonjeiros. Caprichosamente. Como, em 1818, perdoou ao marquez de Loulé (87) condenado desde 1811 á morte, por se ter passado para os francêses e entrado com Massena em Portugal. Pois chegára ao Rio incognito, indigente, disfarçado de tenente da marinha inglêsa, a forcejar o momento de atirar-se aos pés do amo. Frei Custodio de Faria, o franciscano que confessava o rei todas as sextas-feiras, numa manhã, comovidamente, lhe pediu anistia para o perjuro. D. João, á propria princeza da Beira, negára-a, gritando: “Se sabem onde ele está, digam-lhe que não apareça, salvo se quer ser preso e enforcado”. Desta vez, sorrindo, respondeu: “Frei Custodio, se sabe onde está o marquez, vá buscalo...” Reintegrou-o nos bens e titulos; transformou-o num dos potentados da monarquia. O bom frade confessou o rei até o seu regresso: com ele se aconselhava sobre os seus casos de familia, porque — disse o visconde de Nogueira da Gama, que o conheceu — era sensato, modesto e sábio, e apesar da real privança continuava a ocultar-se, com o breviario e a caridade, no mosteiro de Jerusalem da rua dos Barbonos. Ocultou-se tanto

(87) Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 199, Rio 1893.

que se escreveu que foi Luiz XVIII o advogado do marquez de Loulé... Descobrisse outro homem dessas qualidades, e lá iria procura-lo, o rei medroso das intrigas dos aulicos, desconfiado da rainha e suspeitando de maçons os criados... Que não lhe dissessem a verdade! Outros lh'a diriam. Porque perguntava a prudentes e afoitos, a moderados e exaltados, aos que pensavam na reforma do Estado, e aos que a repeliam, benzendo-se.

Lia muito. Lia tudo. Em Fevereiro de 1820, da ilha do Governador, escrevia a Tomaz Antonio: "Remeto tres pastas... despachadas; tive demora, porque tenho tido muito que lêr: agora recebi o resultado da conferencia que teve com o conde dos Arcos. Desejarei muito que o tempo amanhã permita vir a este sitio, pois de boca se fala melhor que por escrito". E a 9 de Março — equiparando-se ao ministro: — "Louvo-lhe... a muita atividade que tem tido no meu serviço; julgo que não tenho ficado atrás". (88).

Constitue-se em juiz de paz no reino, em tribunal de apelação para os conflitos, em benevolo intermediario para os secretarios mais inacessiveis do que êle. Refere Henderson o costume dos ingleses lhe pedirem diretamente justiça á Bôa Vista. O ministro americano Sumter "dizia gostar incomparavelmente mais de tratar com o rei, cuja bondade reconhecia e proclamava, do que de tratar com

(88). Porto Seguro, *Historia da Independencia*, p. 35.

seus conselheiros, sobre quem lançava a culpa de quanto pudesse succeder de máo". Spix e Martius acharam que D. João VI continuava ali D. João III, creador do Brasil... (89).

O depoimento mais interessante ácerca da serenidade e argucia do rei — tão diverso do retrato de Laura Junot — nos deu o ministro russo Balk-Poleff, que em 1817 se incompatibilizára com o conde da Barca e esperara a audiencia real para desabafar, desagrar-se. O moscovita era homem arrebatado e orgulhoso. Resumiu num dialogo, que communicou ao chanceler Capo d'Istria, a conferencia aguçada, sutilizada pela reserva e resistencia de D. João, pelo ataque e amargura do diplomata.

*

* *

"El-Rei — Não duvido do interesse que toma vosso Imperador por quanto me diz respeito, mas o boato que correu é falso (a prematura noticia da pacificação de Pernambuco). O encarregado de anunciar qualquer bôa nova segundo um sinal convencionado, enganou-se tomando um navio inglês pelo que se espera de Pernambuco; mas é um bom homem. Sabeis que a revolta dos meus subditos me causou grande pezar?

"Eu — Acredito, senhor. E' mistér, porém, esperar que breve estará apaziguada a rebelião, com-

(89) Spix e Martius, *Travels in Brazil*, I, 143.

tanto que V. M. ao lado do gladio da justiça haja por bem empregar a clemencia que o caracteriza.

“El-Rei — Sim, sim, mas é preciso castigar. Como ides de saude?

“Eu — Graças á bela estação que presentemente atravessa a capital de V. M., ate os enfermos passariam bem.

“El-Rei — No entanto o clima da Europa vale mais que o da America, hem! hem!

“Eu — Sem duvida, Senhor, é mais proprio para europeus, mas no meio de uma natureza como a do Brasil, com melhoramentos a capital de V. M., que descansa sobre um terreno humido, tornar-se-ia saudavel. Senhor, eu penso que seria necessário resolver-se V. M. a tomar medidas para povoar seus vastos Estados com colonos europeus em logar destes negros...

“El-Rei (sorrindo) — Ainda hoje entrou um navio trazendo 400 escravos. (Depois de uma pausa). Sabeis que duas embarcações inglesas se dirigiam para Pernambuco com armas e polvora? Que pensais disso? Uma delas foi levada para a Bahia, hem! hem!

“Eu — Num paiz livre e constitucional como a Inglaterra, é impossivel impedir as especulações dos particulares... (Após um momento de silencio, roguei a S. M. quizesse ouvir-me em particular, pelo que foi despedido o criado). Senhor, V. M. teve a prova da satisfação que experimentei em cumprir um dever que só lhe poderia ser agradavel...

“El-Rei — Sim, fiquei muito contente com a embaixada e com vosso discurso. Escrevei ao meu Ministro.

“Eu — Foi precisamente o que fiz, mas com um vivissimo pezar de ter sido forçado a protestar, sabendo bem que as intenções de V. M. não eram de que eu tivesse razão de queixar-me; tanto mais quanto V. M. em pessoa, falando com o cavaleiro Vilalba, manifestou que seria inconveniente reunir a audiencia ao embaixador e a função de grande gala.

“El-Rei — O’ sim, o cavalerio Vilalba falou-me de vós. Escreverei ao meu Ministro, hem! hem!

“Eu — Não deixei de protestar, como era do meu dever; além de que nenhuma precauções tinham sido tomadas para que eu pudesse chegar ao Palacio; fui assim obrigado a esperar uma hora no sol e no pó.

“El-Rei — Estavam as tropas, hem! hem!

“Eu — Precisamente, Senhor.

“El-Rei — Lord Strangford passava pelo meio delas; (sorrindo) eu tinha-lhe dado permissão para isso.

“Eu — O respeito que se tem na Europa a tropas formadas diante das janelas do seu soberano ter-me-ia vedado romper a fileira dos soldados de V. M.

“El-Rei — Hem! hem!

“Eu — E’ tambem com profundo sentimento de magoa que me vejo compelido a solicitar de

V. M. uma reparação como a pode e deve desejar aquele que tem a honra de representar seu Augusto Aliado e Amigo. O ministro de V. M. fez-me uma ofensa que carater representativo algum saberia suportar, não sómente devolvendo-me uma Nota por mim dirigida, como escrevendo-me em resposta cujo teôr não me é dado sofrer (*je ne suis pas fait pour entendre*). Se V. M. me dá licença, atrever-me-ia a ler-lhe a nota que me foi restituída.

“El-Rei — Lêde.

“Eu, com efeito li a nota... Quanto á do ministro de V. M. aqui a tenho selada para ser-lhe restituída como documento que não acharia lugar em arquivo diplomatico algum.

“El-Rei — O! mas tendes tanta facilidade para as linguas? Compreendeis o portugûês.

“Eu — já tive a honra de assegurar a V. M. que não sou feito para compreender o estilo da nota do seu ministro, ainda que comprehendesse a linguagem.

“El-Rei — Escrevei a respeito ao meu ministro.

“Eu — Nada tenho que lhe escrever sobre o assunto e é sem comentario algum que lhe restituo sua nota para não imita-lo. De resto ela não seria digna de ser posta entre as mãos de um soberano: quando muito pode ser deposta a seus pés. (Ao dizer isto, efetivamente depuz o envolucro aos pés do Rei, e prosegui). Ela aí permanecerá até que eu tenha a honra de despedir-me de V. M.

“El-Rei sorria e repetia: hem! hem!

“A conversa variou para outros assuntos.

“Quando de novo solicitei satisfação contra o conde da Barca, El-Rei disse-me sorrindo: Sabeis, porém, que os ministros não são mais do que os executores da minha vontade.

“Nunca duvidei disso, Senhor, repliquei. E’ assim que os deseja o Corpo diplomatico residente junto a V. M., o qual entretanto não cessa de louvar V. M. e abençoar seu destino por ter a dita de aproximar-se da sua pessoa, mas só pode queixar-se do seu Ministro com perfeita unanimidade. Eu proprio que presto tributo ás virtudes de moderação, de equidade e de clemencia de V. M., traços que me trazem á lembrança os do meu Augusto Amo, não posso supôr que em qualquer dos atos do seu Ministro de que me queixo, exista parcela alguma da vontade de V. M., aliás incompativel com o que se assemelha a um sistema que não poderia ser o de V. M. Eis o titulo que mais me autoriza a solicitar uma satisfação contra o seu ministro.

“El-Rei — Já vos disse que a tereis.

“Retomando o envolvero deposto aos pés do Rei, retirei-me saudando segundo a etiqueta”. (90).

Um mez depois o tribulado representante do imperador Alexandre deixava o Rio de Janeiro, levando a convicção — disse Maler — de que nos

(90) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 850-5.

governos absolutos os átos ministeriais têm sempre a aprovação do rei...

*

* *

Nos entretimentos, que fazia a rainha? Maldizia-se e definhava, mudando de chacaras, arreminando-se, escondida nos seus retiros melancolicos, um pouco fóra do mundo, de tudo. Mesmo num festim de aniversario — em 1819, segundo Saint Hilaire — só se lembraram dela no momento dos brindes, protocolarmente. Murmurava-se que tinha amôres vís, intrigas réles, enchendo a tristeza da sua vida arredia de meúdos casos sentimentais, dignos da humildade burgueza dos arredores do Rio, onde era infeliz, mas livre. Rosnavam-se escandalos, desatinos, que a policia tolerava, contentando-se em lhe espreitar a politica, surpreender-lhe os segredos da correspondencia. Os cortezãos, em respeito ao rei, fugiam-lhe; e a gente da terra a temia ou a odiava. Não que fosse má de coração: contavam-se rasgos generosos, de sua caridade sempre pronta, da sua religião compassiva para com os desvalidos, porém armada de grande altivez em face dos potentados. Mas disfarçava a dôr do abandono e do exilio exagerando os privilegios que o governo não ousára tirar-lhe: contente de forçar os transeuntes a pararem e se descobrirem á passagem do seu carro, mandando pelos cadetes chicotear os desatentos, ocupando as propriedades que apeteçiam á sua necessidade

de n6vos ares, de horizontes diferentes, mais orgulhosa e mais amarga à proporção do seu retraimento e da sua pobreza. Vingavam-se, acusando-a, mesmo a caluniando, com a imputação de favoritos que se substituíam, banais e plebeus, na sua privança, como granadeiros de Catarina, na c6rte da Russia. O secretario Presas não se atreveu a dizer tudo; limitou-se a dar a esses insultos uma resonancia timida. Rematou, que “ofenderia a moral e a decencia se relatasse o que ent6o ouvi da princeza...” Os boatos acentuavam-se. A geraç6o de 1820 recebera-os da geraç6o de 1800: espanhola, impopular pela sua incompreens6o do espirito nacional, arredada dos negocios publicos como conspiradora, e ainda por cima indigitada alma do absolutismo, os liberais sacudiam-lhe, sobre a histeria e os fracassos, a poeira e o lodo de todas as lendas escabrosas da 6poca. Os pasquins esvurmavam os rum6res, investigavam as novelas: at6 as gazetas ingl6sas, com a irreverencia peculiar ao jornal democratico, indicaram as possiveis paternidades dos ultimos rebentos do casal desunido. Marialva, o antigo governador da Paraiba, Costa F6o, o saloio do Ramalh6o... Quanto ao infante D. Miguel, as opini6es divergiam, a patul6a trauteava:

Nem de Pedro

Nem de Jo6o

Mas do caseiro

Do Ramalh6o.

A Europa inteira habituára-se a essas noticias, gozava-as, misturando com politica e doutrina a injuria — endereçada á filha de Maria Luiza que se separara do marido sensato e manso. Este, repelindo-a, immobilizando-a no desterro quasi miseravel, autorizara a maledicencia; com os seus modos desabridos, a linguagem desaforada, Carlota Joaquina a encorajára. Nápoleão perguntou uma vez a Laura: "... si la princesse du Brésil avait fait les yeux..." "Essa mulher não me parecia mulher, entretanto, já conhecia minucias que revelavam muito a sua vocação feminina", anotára a Junot. Atribuiam-lhe crimes. "Os assassinatos perpetrados em uma noite, em todas as pessôas da familia de um lavrador circumvizinho, foram-lhe atribuidos, por ciumes que teve de uma filha do mesmo namorar um seu valido". Isto se lê numa copia d'"Os Burros", de 1814 (91). Que o ajudante do Intendente de policia Lopes Cardoso morrera após ter tomado em Mafra o chocolate de sua alteza — levando para o sepulcro as conclusões do inquerito... Por ultimo, enfurecida, ralada de coleras epilepticas, mandára arcabuzar uma rival! Foi o que se espalhou no Rio quando, na noite de 8 de Outubro de 1820, depois da procissão de Nossa Senhora das Dôres, D. Gertrudes Angela, esposa do belo Fernando Carneiro Leão, diretor do Banco

(91) *Mémoires de la duchesse d'Abrantès*, V, 375. E Tobias Monteiro nas sugestivas paginas de "*Historia do Império*, p. 77 e segs.

do Brasil, tombou da estribeira do estufim na ponte do Cattete, fulminada por um tiro de bacamarte. Propalou-se que a briga da rainha decorreria do ciúme da mulher ou do egoísmo da proprietária, pois lhe cobicára — além do marido — a chacara das Laranjeiras regada de águas ferreas... O desembargador José Albano Fragoso saiu a devassar sobre o crime, avolumou de provas os autos, e depois de bem documentado apareceu a D. João VI, dizendo que o réo, por sua alta situação, merecia uma justiça especial. Correu a versão de que o rei consultou de semblante consternado a papelada, meditou um instante, livido, e deixando o juiz perplexo no meio do aposento, deitou ao fogo o processo que comprometia a rainha de Portugal e um fascinora apelidado o “Orelha”. Poupava-a; mas a conservava distante, no seu círculo de criadas dansarinas ou bisbilhoteiras como a mulata Maria Leonor, tão mal servida por elas que, em 1816, acompanhára o capelão Renaud á porta da casa com um castiçal na mão. Esgotara-se-lhe o credito na praça, desde 1810 ou 1811. Aquelas joias, que maravilharam Laura Junot, o sonho platino lhe levára. Não havia preta fôrta no Rio de 1817 que não varresse as sargetas com a fimbria de seda da saia rodada. Deu para vestir panos grosseiros, de ordinario uma chita colorida, que lhe amesquinhava o talhe exíguo, realçava a tonalidade bronzada da pele, as linhas agudas do corpo, a fealdade progressiva, de pequena e intranquila megrera côxa, que guardava nas mãos niveas (Hyde de

Neuville as beijaria com admiração) o ultimo vestigio das graças adolescentes.

“Os olhos (descreveu a duqueza d’Abrantès) eram pequenos, desiguais e de uma expressão má e trocista”. Os braços peludos e secos descompassavam-se, na vivacidade excessiva dos gestos. Corcovava-se, engelhada, na predisposição á tísica, grunhindo tosses vagas. O seu sorriso era sombrio — emoldurado pela penugem, quasi varonil, que lhe cercava a bôca bourbonica, descobrindo os dentes desalinhados e escuros, cuja falta lhe daria, no fim, em Queluz, á face amarfanhada, um retoque sinistro, de velha feiticeira das xilografias antigas. Só se transfigurava falando: então o milagre da intelligencia derramava sobre as arestas da sua carcassa uma iluminação de espirito irradiante, de malicia sedutora, de feminilidade ambiciosa, que faziam depressa esquecer o que havia nela de caricatura, acentuando-lhe o perfil senhorial. Essa majestade imanente, não a perdeu jámais. Era como um recurso diplomatico de que dispunha, para deter Casa Irujo, intimidar Strangford, aliciar Sidney Smith, atrair a aristocracia, iludir Neuville e Thornton. Os viajantes sorriam dos seus trajos disparatados, de mulher do povo; os liberais chalaçavam ácerca da sua depravação, das suas aventuras; atiravam-lhe á reputação todas as balelas que a galhofa desbocada semeava pelas tascas de Lisbôa frequentadas por Bocage e José Agostinho. Pois fama de rei é parede branca — dizia-se — onde tudo se garatuja... De fato não lhe conhe-

ciam nenhum favorito que a governasse. Pensava e agia de sua cabeça, e naquela meia indigencia do isolamento irritado, humilhada pelos credores ou pelos aulicos, a manteve elevada, á sua lamentavel cabeça em que só os olhos lembravam a mocidade e o talento.

As tristezas do Brasil empanaram-lhe o fulgôr mental — esmaecido na sua misantropia forçada, na solidão teimosa. Chegára á côrte de D. Maria I, encantando as fidalgas com a sua conversação em varias linguas e acabaria — no depoimento de Neuville — falando um francês apenas comprehensivel... Esqueceu-o com a esperança que ia perdendo de voltar “a terra de gente”...

D. João não se descobria, para embair os portuguezes, inconsolaveis. A situação, na metropole, agravára-se, a extremos de arruinar-se o commercio, sem os seus monopolios do Brasil, acabar a industria, cujos portos de consumo só recebiam productos inglêses, mais baratos, mais favorecidos, e melhores. As leis de 1808 previam a perda de Portugal: e a revogação delas ofenderiam a Inglaterra ou revoltariam o Brasil. Portugal vivera, no seculo XVIII, da sua colonia, importando-lhe o ouro, a materia prima que reexportava, os diamantes, que pagavam as loucuras e “ex-votos” dos seus reis, e vendendo-lhe a preço arbitrario, a fazenda estampada e a ceramica mural do Rato, os vinhos, as armas de Lisbôa, o azeite, e quantas mercadorias estrangeiras inundavam o reino, drenando as meias dobras de Vila Rica e os “pintos” do Rio de

Janeiro. Ganhava Portugal, pelo que nos mandava de seu ou alheio fabrico — cobrando, por conta do consumidor americano, direitos de entrada, saída, chegada, circulação e adicionais, tributos de todo nome e especie, que encareciam, ao absurdo, os efeitos comerciais, mas improvisavam colossais fortunas, custeavam as despesas da monarquia. Tudo, dê repente, mudára: recolonizar-se-ia o Brasil, ou a fome, transformando os lavradores e os operarios em alcatéas de lôbos, açoitados pelas invernias de serra abaixo, os atiraria, armados de páos ferrados, sobre as cidades, exterminando-se em incalculaveis desordens! A Inglaterra, que percebera a gravidade da crise, pedia a D. João que regressasse. Havia de impôr disciplina, melhorar as condições de vida da metropole, restituindo-lhe a importancia politica: arrefecida a agitação das ruas, as soluções por si mesmas defluiriam, da confiança restabelecida...

E a Quinta da Bôa Vista? E o futuro do Brasil? A D. João afigurava-se uma temeridade, a troca da sua paizagem idilica pelos tumultos de uma sociedade esfomeada, a exigir-lhe, de pedras nas mãos, a destruição de doze anos do reinado útil e ativissimo — os de que mais se orgulhava, porque tinham sido os anos do seu trabalho corajoso e optimista. Porque os tratados, a tortura das ameaças inglêsas, a intriga palatina, recomeçariam: e já não tinha o seu Antonio de Araujo, o seu energico Linhares, senão o bom Tomaz Antonio, o idealista Palmela que sonhava com as Côrtes como

Seabra, e alguns n6vos, de braço mais rude, de entendimento mais misterioso, como Arcos, Vilafl6r. Não renovara os seus estadistas, não creára dedicações á moda velha, não sabia mais em quem confiar. Mas no Brasil o amavam, como ao pae rico, que enobrecera, afortunára a nação creada pela sua vontade, aumentada pela sua politica, arimada á sua generosidade. Não voltaria... Mas silenciava. Ganhava tempo. (92). “Sua vida e seu governo — diria um historiador — bem se poderiam classificar, como se fez para alguns Bourbons de França, o segredo del-rei.” Para melhor o guardar, não construia um palacio, para a sua morada, não reformava o casarão da Quinta, não ampliava o dos vice-reis (escreveu Araujo Porto Alegre), dando aos estrangeiros a impressão de que se não retardaria no Brasil. Iludia-os: não fazia um paço, mas organizava seu reino. Foi porisso que Palmeira, em 1820, partindo para o Rio, confessava fazê-lo com a triste perspectiva de uma longa e talvez perpetua residencia...” (93).

(92) Faustino da Fonseca, *D. Miguel*, p. 71, Lisboa, 1905.

(93) *Correspondencia do duque de Palmella*, cit.

A REVOLUÇÃO

A revolução de 1820 era esperada, tardava, desde 1818 fremia no sub-solo, tremia debaixo dos pés da regencia portugêsa fraca e perplexa.

Portugal, sem rei, sem pão, fartou-se em liberdade: alguns bachareis e alguns eclesiasticos, com varios militares, lançaram em 24 de Agosto, no Porto, o grito de Constituição, e logo, como se aquilo rastilhasse, queimando um chão minado, a agitação se propagou, tomou o norte, o centro, todo o reino.

Aceitaria D. João VI a revolução, que se fazia no seu real nome, por que governasse com Côrtes constituintes soberanas? Num abrir e fechar de olhos Portugal se transformou, execrando inglêses, dizendo-se liberal, invertendo a situação de 1805, agora os “francelhos” perseguindo os tradicionalistas, as velhas casas aderindo á idéa nova, a tropa indisciplinada, politica, tudo transtornando... E as provincias do Brasil iriam aderir tambem. Aderir ou separar-se, porque o reino não voltaria mais á condição anterior.

Palmela, nomeado ministro da Guerra em 1817, porém obrigado a permanecer na Europa até 1820, em virtude da diplomacia da persuasão que se lhe

incumbira, para desmanchar o efeito causado pela incorporação do Uruguai, pela interferencia do Brasil nas dificuldades espanholas do Rio da Prata, viajou para o Rio de Janeiro naquela oportunidade, disposto a esclarecer o rei, a convence-lo ácerca do rumo que havia tomar. Seria o da aquiescencia á imposição do povo, a brandura para as futuras composições, a constitucionalização da monarquia, como desde 1814 lembrara Silvestre Pigneiro. Entretanto, D. João, entre Tomaz Antonio e o conde dos Arcos, hesitaria, espiando a alma dos seus conselheiros, agarrado á suposição de que podia ganhar tempo, esperar que o horizonte esclarecesse.

Tomaz Antonio puxava para traz; Arcos, para diante. Palmela retrata-os; aquele, “cheio de puras intenções, não tinha a menor idéa do estado de coisas na Europa, nem de forma alguma de Governo diverso do que existia entre nós desde o ministerio do Marquez de Pombal...”; o outro, “dominado de sentimentos cavalheirescos”, “boas intenções assás vagas e indefinidas”, porém sem a confiança do rei... Pensava Tomaz Antonio — como Linhares em 1807 — que só havia resistir; Arcos — como Araujo outr’ora — que se devia consentir. Dom João, em 1820, estava como ha treze anos antes, quieto entre os ministros desavindos, medindo-lhes as palavras com uma imparcialidade complacente, sem ousar definir-se. Palmela quebrou esse equilibrio com a sua franqueza energica, vibrante de entusiasmo renovador, de patrio-

tismo ativo. Porque se arriscava, naquele lance, a sorte do paiz. O brigue "Providencia" trouxe a noticia do levante do Porto em 17 de Outubro. Tomaz Antonio aconselhou ao rei uma linguagem paternal — porém de pai zangado. Voltaria para Portugal se lá abrandassem, a merece-lo! Esperava que a junta de Lisbôa sufocasse o movimento, que acabasse em suspiros de fidelidade, ao soberano desejado. Ao meio dia de 11 de Novembro um navio correio entrou a barra. Viu-o D. João da lagôa Rodrigo de Freitas, por entre as arvores do Jardim Botânico, que o interessavam tanto como as coisas do Estado. Fez correr o côche para o paço da cidade e á noitinha abria, com a mão trémula, os despachos. Que o governo de Lisbôa capitulara, o reino aceitára a revolução constitucionalista, e devia respeitá-la o Brasil como ao fato consumado.

Já era tarde para as meias medidas. Havia transformar, a *lex rogata* em *lex data*. . . Depois, o mundo mudára muito. Palmela, como um profeta hebreu em palacio babilónico, falava com aspereza, soturnamente, sentenciando. Ignoravam o que se passára na Europa, depois de 1789? O universo déra muitas voltas. Napoleão tombára com o seu cesarismo: a éra da liberdade recontinuava, estendia-se, e só os póvos tardos, barbaros, não tinham governos representativos. O que Portugal pretendia, enfim, era a sua condição livre, instituições modernas. O plano que ocorria a Palmela tinha o bom senso das realidades: Dom João se

transportaria a Portugal, ficando na outra parte da monarquia o príncipe herdeiro; depois, trocariam os logares, contanto que uma pessoa real, obrigatoriamente, residisse em Lisboa e no Rio de Janeiro. D. João conveiu, que era hábil, e fosse D. Pedro para Lisboa. Arcos desejava que o príncipe, seu amigo, ficasse; Tomaz Antonio tudo daria para que ficasse o rei. Injuriava os liberais. Isaias exclamára: Ai dos que fazem leis iníquas!...

Preferiam falar do reino; êle só pensava na colonia. Advertiu, “que se não atendesse menos aos interesses do Brasil que aos de Portugal, onde parece que todos têm fixado exclusivamente a sua atenção, entretanto que a S. M. lhe parecia evidente não se poder abstrair de nenhum dos dois paises”. Essa “finura de tacto”, disse Silvestre Pinheiro, determinando a questão, a unica exigente, que era a da união brasileira, complicava o problema: quem partisse, partiria para nunca mais voltar. Quem permanecesse, tomaria a frente aos acontecimentos, e os dirigiria...

D. João pensava como Tomaz Antonio. Se lhe propuzessem então a abdicção na pessoa do filho, coroarem-no rei de Portugal, deixando-lhe o seu Brasil, a sua Boa Vista, os seus ares fluminenses, — abdicaria. Mas contemporizava. Permitindo que os ministros se intrigassem, amargos, um reclamando violencias, outro brandura; que os partidos se definissem, o povo exigindo que ele continuasse no Brasil, os elementos portuguezes desconfiados, sussurrando queixas, inquietos com

a marcha dos fatos, a possibilidade da separação... Disse-se que tres relógios governavam o Brasil. Um relógio adiantado: Palmela. Um relógio atrazado: Tomaz Antonio. E um relógio parado: D. João VI. Não lhe enganava o instinto, aquele faro politico que o salvára em 1807: o seu trôno europeu era uma hipotese, talvez o cativo; mas os seus dominios americanos a realidade, a sua farta realidade. Tomaz Antonio mandava Vilafôr, energico soldado, para a Bahia, e Arcos opunha-se, querendo que lá continuasse o conde de Palma. Palmela entendia que um golpe de audacia, a ousadia de uma antecipação ás exigencias liberais, reporia a realeza no seu lugar dianteiro, á frente da evolução. Se não interviésse uma força estranha, com a qual não contára D. João, esquecido de que a rainha ainda vivia e o primogenito se fizera um homem — a rutura sobreviria, as Côrtes de Lisbôa aclamariam outro chefe de Estado, D. Pedro ou D. Miguel, talvez a Santa Aliança aliada á Espanha metesse no reino um exercito, e o rei tranquilo nem por isso deixaria de gozar os verões de Paquetá, da ilha do Governador, do alto da Tijuca, com os Lobatos que a seu lado envelheciam.

Apenas o grupo brasileiro da côrte adivinhára o destino, na pessoa de D. Pedro de Alcantara: e o conde dos Arcos imaginara dominá-lo, a esse futuro, como Castelo Melhor dominára Afonso VI, como Pombal dominara José I. Se D. Pedro aqui permanecesse? Se fosse o homem do Brasil? Porventura o conhecia Portugal?

XXI

O FILHO PRODIGO

D. João vencera sempre a mulher, os seus inimigos internos, os refalsados servidôres, que o vendiam. A sua primeira derrota politica, em sua casa, aos olhos dos seus ministros, infligiu-a o filho de quem suspeitava, pequeno soldado tontamente creado numa côrte pacifica e que terminaria por desbaratá-la, a espaldeiradas... Porisso não o chamára ainda, apesar de Arcos e Palmela, ou porque lhe pedissem — aos conselhos da corôa, onde tivesse voto. Deixára-o, propositalmente solto, entregue aos seus instintos, em companhia da esposa fria, erudita, encantada com a filhinha muito loira, de uns maravilhosos cabelos anelados, Maria da Gloria, e com as borboletas de São Cristovão: por que domasse potros, guiasse séges, compuzesse musicas com o Marcos Portugal, campeasse a sensualidade estroina pelos bairros pacatos da cidade, temido, popular — emquanto os negocios publicos corriam mansamente. Sabia das suas relações com intrigantes e liberais, notoriamente maçons, que premeditavam reformas, indignados com a repressão da revolução pernambucana, decididamente

hostís ao rei. A roda do príncipe era perigosa, de brasileiros idealistas, de frades cultos, de pelintres fragateiros que fugiam á policia do intendente Fernandes Viana — que só desejava a permissão do rei para bater-lhes, castigá-los. Alegrava a D. João a nora ajuizada, séria como um jovem naturalista, preocupada com os seus lepdopteros, curiosa da flora da Tijuca onde as acacias doiradas decoravam recantos de romance — e descansava na prevenção reciproca, que separava mãe e filho, desentendidos sempre, remoendo queixas, ela comparando-o ao pai, ele não lhe perdoando a preferéncia de D. Miguel, seu exclusivo amôr — desse D. Miguel que, na opinião de Sidney Smith, e conforme a educação que lhe déssem, seria um heróe ou um tigre... Mas — disséram-lhe, perplexos, os seus espias — já D. Pedro procurava em Botafogo a rainha, falava-lhe muito tempo, em segredo, decerto conspirando, e começavam a combinar-se. De fato, entendiam-se: e a sua intriga era singela. D. Pedro daria o golpe constitucionalista, tomando a frente á guarnição portuguesa, que fremia de entusiasmos ocultos, e Carlota Joaquina se valeria da confusão para forçar a partida da familia real — a sua cobiçada partida para “terra de gente”, onde respirasse ares civilizados! O príncipe conhecia a resolução do pae de permanecer no Brasil e aqui morrer; e explorava a vontade da rainha, de safar-se destas montanhas quentes, onde a saúde se lhe arruinára, com os ultimos vestigios da mocidade maltratada, e amargára os seus grandes revézes —

a pobreza, o malôgro de tres trônos, Portugal, Espanha e Rio da Prata...

D. João, a despeito da sua astucia, não comprehendera bem o carater do primogenito. Julgára-o um rapazola sentimental que tinha a força do avô espanhol, a devassidão do tetravô português, a ingenuidade, em coisas do Estado, dos moços Braganças que gastavam a adolescencia matando lóbos no Alentejo ou desancando labregos na rua suja. O casamento austriaco deveria serena-lo: a arquiduzquia era calma, inteligente, e prometia-lhe, cada ano, um filho sadio. Não pensaria em atrapalhar a politica paterna — para a qual parecia tão pouco predisposto, fracamente instruido por um frade displicente, manejando as armas como um velho sargento — e haveria de esperar, sem pressa, que a morte, algum dia, o chamasse para reinar. Aos vinte e dois anos as questões crespas do Estado só interessam ás naturezas contemplativas... Ignorava que D. Pedro se acamaradára com os officiaes da tropa, principalmente Jorge de Avilez, conheceu em Santo Antonio frei Sampaio, gôrdo, eloquente, espirituoso, que lhe falára das idéas francesas, e dedicava a Napoleão uma admiração escandalosa, esquecido de que o côrso lhe perseguira a familia, destronara o avô, ridicularizára o tio, varrêra a pátria com as suas cavalarias. D. Pedro impacientara-se: e queria a sua parte de governo, a sua cadeira á mesa do Estado, o seu quinhão de gloria. O libertino amava essa gloria d'armas ao sol que tanto repugnara aos seus pro-

ximos ascendentes, muitos dos quais nunca tinham vestido um uniforme, comandado um regimento. Crescêra ao ruído das guerras napoleônicas e creára-se num meio de sustos cômicos, entre a impotência belica de Lafões octogenário e as bravatas de Linhares que ameaçara com exercitos imaginários — devorando a vergonha de ser um príncipe inútil entre cortezãos, cujos espadins eram quitós de cerimonia, cujas festas eram Missas cantadas, cujas escoltas eram velhos archeiros teatrais. Entretanto, desde os primeiros anos, os seus brincue-dos foram espadas e espingardas, batalhas e conflitos, estragos e pancadaria. Laura Junot viu-o pela primeira vez de olhos parados, deslumbrados, na farda fulgurante do embaixador francês, especie de deus Marte escarlate e doirado... O adversario predileto sempre batido, era o infante D. Miguel. (94). Aprendera os rudimentos da arte militar. Sabia as vozes, os movimentos, a nomenclatura, a técnica de caserna como um veterano de Gomes Freire. Montava a cavallo como um egua-riço; floreava o sabre como um turco; mandava um batalhão como um alferes. Pensava, como Byron, num “clima frio em que nascera e no qual não queria morrer”. E o seu prazer era fardar-se, cingindo a espada egipcia, rodeando-se dos ruidos das suas esporas enormes, parecendo um “hus-saro” grotesco, de suíças loiras ferozmente enros-

(94) Vd. Pedro Calmon, *O Rei Cavaleiro* — Vida de D. Pedro I.

çadas na face sanguinea, cabelos arruivados lembrando os de Murat, o punho felpudo agitando o açoite — criatura estranha e terrível num palacio rural habitado por princezas tristes e criados reumaticos que lhe fugiam, de mêdo ás suas mãos cruéis. Na folga dos vulgares amôres e dos passeios pelos arrabaldes, escudeirando a princeza vestida de azul que caçava borboletas, para classificá-las — imaginava a sua oportunidade, quando devêsse antecipar-se ao destino, e atirar áquella mesa solene do conselho de ministros o seu sabre de cavalaria. Não esperaria mais; devia agir; salvar a sua herança comprometida pela inercia do governo; tomar a dianteira aos liberaes, que republicanizavam tudo... Que podia o bom rei João?

D. Pedro tambem não entendia o pai, que lhe escondia o pensamento, e pouco falava. Faziam-se, á socapa, acusações semelhantes: D. João achava-o frivolo; D. Pedro considerava o rei doente e apatico, devendo ser protegido, guardado por um condestavel poderoso. Esquecia-se de que, toda vida, tivéra D. João horror ao “forte condestavel”, a ess’outra imagem de Pombal, a cuja sombra recolhesse a timidez hereditaria. E o rei viu com assombro desenhar-se a fisionomia moral do “tutor” na primeira vez que D. Pedro, desembuçadamente, lhe contou o que pela cidade se dizia. A revolução viajava. Aportaria ao Rio, entrar-lhe-ia os quartéis, bateria ás portas da Quinta, desalojando aquelle socêgo de Capua... Dom João adivinhou-o. E, por traz do filho, subitamente varonil, fazendo

soar, como o general Lannes, as esporas de prata pelas escadas, adivinhou Carlota Joaquina, sacudindo os hombros sêcos numa gargalhada sarcastica, responsavel pelo drama que ia ser representado. Falou a Tomaz Antonio. Ouviu Palmela. Se mandassem D. Pedro, sem mais demora, a... pacificar Portugal?

O projeto era inexequível. D. Pedro não se arriscaria a cair, prisioneiro, ás mãos da junta de Lisboa que insultára o proprio Beresford. O seu logar ela ali, junto aos officiaes portuguezes, com quem se correspondia. Que fazer? D. João daria tudo por evitar o tumulto que no Rio de Janeiro se preparava: defendia o seu sono feliz, o seu appetite, á sombra das arvores da Quinta, refazendo as energias ao calôr da mata hospitaleira e cheirosa, a sua saúde, que nunca fôra tão bôa. Sabia que a um motim outros se seguiriam, e a uma concessão se seguiriam outras, transportando para o Brasil as sangueiras de Espanha, as dificuldades de Portugal. Porisso as noticias do Pará e Bahia deixaram-no mais desesperado do que, em 1807, a nova de que Junot se metia no reino e Bonaparte lho roubava. A tempestade avizinhára-se. Já era tarde para tentar qualquer remedio: pelas armas não podia submeter as provincias; e contrariar os povos seria perdê-los. Palmela suspirava: que sem liberdade constitucional não haveria monarchia estavel, e, sem monarchia constitucional, liberdade assegurada... como Benjamin Constant. — Por que — Constituição? Que significava aquilo? Não

eram venturosos com as suas leis patriarcaes, e não se confessavam subditos reconhecidos, que morreriam pelo seu rei?

D. João comprehendera Adam Smith; mas não percebia que os reis tivessem de associar ao governo, que Deus lhe destinára, representantes da população. A Revolução franceza não o convencera; nem ao proprio Luiz XVIII, em vinte e quatro anos de exilio. Pertencia á familia dos monarchas de direito divino, para quem as “reivindicações” populares eram gritos hereticos, sediciosos: as velhas Côrtes nacionais, nas quais os tres Estados se assentavam para o acôrdo urgido, indispensavel, não constituíam fórmulas representativas, senão, a convite do soberano, assembleas consultivas. A idéa do divino direito tornava os principes inacessiveis ás correntes do tempo, rochêdos rolados pelas borrascas, porém inquebraveis na catastrophe, desdenhosos em relação aos estadistas que se lançavam aos braços da plêbe, só deveras hombreados — na sua religião orgulhosa — diante da Providencia. “L'idée fixe de la grandeur, de l'antiquité, de la majesté de sa race — escreveu Chateaubriand — donnait a Louis XVIII un véritable empire. On en sentait la domination; les généraux même de Bonaparte la confessaint plus intimidés devant ce viellard impotent que devant le maître terrible que les avait comandée dans cent batailles”.

A propria D. Maria Benedita, com o seu luto fiel e a cabeleira mais alva que um capulho de algodão, reunira na antecâmara os servos, e zombá-

ra, com uma ironia nervosa: “Assentai-vos, meus senhores, assentai-vos; vós sois agora os que governais o mundo — se quereis alguma coisa, mandai-me, que aqui estou ás vossas ordens”. A amarga chalaça da princeza do Brasil deixára mais sombrios os cortezãos, mais intrigados os criados velhos, as aias que pensavam no Apocalipse e no Juizo Final.

Se a Contituição era alguma cousa em favor dos póvos, contra os seus reis de sangue, marcava-a um vicio original; o pecado do perjurio. D. João só mudou de opinião na manhã de 26 de Fevereiro de 1821, quando o filho, ufano do seu golpe, varou com êle pela multidão desvairada, que lhe agradecia, aos uivos e guinchos de uma alegria monstruosa, a sua adesão á Constituição... Desanimou. A falta que lhe faziam Linhares, Galvêas, Aguiar e Barca foi maior na subita descrença, de quem se desorientára, na conjunção dos caminhos desconhecidos. Saint Hilaire recolheu ao conde de Oyenhausen um conceito pezaroso, quanto á evolução dos governos no Brasil. Dividia-a em tres fases: da febre com delirio, da febre sem êle, e do abatimento... A sua primeira fase fôra Linhares, a segunda o conde da Barca, a terceira Tomaz Antonio. Tambem, o chão do Rio, lhe ardeu sob os pés; o ar do Rio sufocou-o; a gente do Rio como que se lhe tornou odiosa — e quiz regressar. Se, mesmo na America, os reis já não podiam ser inteiramente reis, como os avós, preferia recolher-se a Mafra e preparar o espirito, para a morte, que

devia estar proxima. Acabava-se tudo: vencera-o o filho.

Já os portuguezes cantavam pelos bairros:

Se queres inda reinar,
Olha beato João,
Deves ir para Portugal
E assinar a Constituição.

Se tu depressa não vais
Para o teu país natal,
O' João olha que perdes
O Brasil, e Portugal.

Ele, procrastinando, limitou-se a convocar Procuradores do Brasil para as Côrtes, decretar a partida do principe D. Pedro para Portugal, a que êste se opunha, alegando a saúde da mulher, prestes de dar á luz — e, na noite de 25 de Fevereiro, quando era tarde para qualquer medida preventiva, a mandar Palmela redigir um manifesto com as bases constitucionais, assim outorgadas. . . Fingia não ouvir a poesia das ruas:

Excelso Rei,
Se queres viver em paz
Enforca Targine
E degreda Tomaz.

XXII

R E G R E S S O

Entre 26 de Fevereiro e 26 de Abril de 1821, o governo do Brasil esteve, praticamente, nas mãos brutais de D. Pedro. O rei desistia de lutar, silencioso, confidenciando máguas a Tomaz Antonio, reconhecendo que o destino o traía, e tempos peores iam seguir-se.

Amanhecera aquele dia de Fevereiro com batalhões estendidos no Rocio, mensageiros militares, esbofados, em todos os sentidos, o povo alvo-rotado, respirando com o ar fresco — o sol despontára estival — as extraordinarias novidades que circulavam. A tropa deixára os quarteis para exigir a adesão ao sistema de Lisbôa: pediam Constituição! Quando despertaram o rei, já os ministros e cortezãos perambulavam pelos corredores de S. Cristovão, atarantados, querendo uns que a artilharia defendesse a estrada da Quinta, outros que se parlamentasse, a vêr se a vontade do exercito caberia n'algum requerimento razoavel. D. Pedro madrugára, fardado, espada á cinta, alegre, informado de tudo, como se a parada se fizera por sua ordem, e lá o esperassem, com a aquiescencia do

pac. Entrou-lhe pelo quarto com a espada arrastando, o bicornio sob o braço, pronto para partir. O rei custava a compreender o que lhe contavam: os regimentos em revolta, com o povacho fraternizando, armões pelas ruas, a cidade tomada. O principe dirigiu-lhe poucas palavras. Sabia o que os insurrectos queriam, “protegidos e capitaneados pelo Herdeiro da Corôa”, na frase de Palmela; ia ter com eles; socegasse sua majestade, que se acomodavam logo. . . D. João não pensou dete-lo. Desconfiara daquela cena, adivinhára-a. O rapaz andava com os liberais; fazia-lhes o jogo. Derrotara-o em silencio; era tarde para tentar qualquer cousa. Vestiu-se demoradamente, fraco de pernas, consternado, com as infantas ao pé, chorosas, farejando desgraças. Mas D. Pedro estava de volta uma hora depois, suado, radiante, barulhento, acordando nas galérias do paço, com as esporas de prata, ressonancias marciais: a tropa acatava as ordens del-rei, porém desejava que reconhecesse o governo das Côrtes e jurasse uma Constituição provisoria. Apenas isto. Dêsse-lhe isto, e voltaria á caserna, em paz. D. João arregalou os olhos espavoridos: nias seria abdicar! . . . As infantas asustaram-se: então a corôa passava para os carbonários? Os ministros, palidos, trémulos, contrariaram-se. Palmela recomendava que se ouvisse o principe e se obedecesse ao principe. O mocinho tinha centelha. Acertára em dominar o motim; que concluísse a tarefa. Tomaz Antonio achava absurdo e horroroso o petitorio: a geração dos es-

tadistas de D. Maria I, dos homens do seculo anterior habituados a enforçar os maçons que idealizavam democracias, se revoltava dentro nele, alumando-lhe, de um lume tragico, os olhos pardos, sacudindo-lhe o corpo alquebrado e sêco. Nunca! D. João, porém, agarrando as mãos ao filho, disse-lhe que promettesse, em seu nome, tudo o que o exercito pretendia.

D. Pedro tornou, com a ordem — já dava as ordens! — de passar o rei ao palacio da cidade, por entre o povo em festa. O rei devia mostrar-se, sorrir aos subditos gratos! Que aprontassem o côche. Sem cortejo. Escudeiraria o pae. Deprêssa. D. João tentou objétar alguma cousa. As infantas insistiam, que fosse. Os ministros, tontos, sumiam-se. Temiam naquele instante desagradar ao principe, senhor da situação, capaz de expulsa-los, como lacaios, aos ponta-pés, se lhe tomassem o caminho. Suavemente, D. Pedro levou o rei para as escadas. Puzeram-lhe á cabeça o bicornio. Déram-lhe a bengala, a que se apoiasse. Desceu devagar, as pernas quasi inúteis, livido. Meteu-se na carruagem. D. Pedro cavalgou um admiravel cavalo militar. E o cocheiro chicoteou as parêlhas, para o Rocio. O côche atravessou ruas atestadas de gente. A' portinhola, como um joven Marialva de galões reluzentes, o ar encantado, o garbo de um general que se apresenta ás tropas, D. Pedro aquietava o pae. "Voyez-vous Mr. de La Fayette, qui galope dans les siècles à venir?" poderiam exclamar... Mas no Rocio foi o delirio. Aos brados

de — Viva el-rei e Viva a Constituição — o povinho investiu a sége, desatrelo-lhe os animais, derrubou da boléa o ségeiro, tomou os varais á carruagem, e a puxou, triunfalmente, aos safanões, aos corcovos, aos estertôres, como a um andôr de santo roubado a infieis, um troféo arrebatado ao inimigo, trotando com ele pela rua do Ouvidor, para o Paço. D. João a principio não discernira a natureza do assalto. Julgára — como D. Maria I na hora do embarque, em Lisbôa — que o sequestravam, para trucidá-lo, pelas calçadas da sua capital. Reclinando a cabeça, sem pinta de sangue, immobilizara-se, resignado, deixando-se levar pelo turbilhão uivante que se atrelára ao carro, sacolejado por cem braços que o empurravam, a termos de partir-se o trem cujos vidros vibravam, cujo correia-me estalava. . . Só voltou a si do susto quando D. Pedro, jubiloso, lhe abriu a portinhola, lembrando que nunca se fizera a um rei tão bela manifestação. — Aquilo fôra uma festa! — Sorriu, reanimando-se, tentando um gesto de agradecimento, procurando a bengala, que não encontrava. Desceu pela mão do filho, subiu, fatigadissimo, a escadaria do palacio, appareceu á sacada, bambo, a face alagada de suor, os olhos lacrimosos, dolorido, macerado, imprestavel. Mas o espetaculo que viu o deslumbrou. A praça, cheia de povo, cujos braços acenavam, freneticos, como frondes de arvoredo balouçados por um vento tempestuoso. Toda aquella multidão gritava o seu nome, aplaudia-o, idolatrava-o. Se lhe déra, a mãos de semear, os

seus diamantes, os tesouros da corôa, todos os bens da terra, talvez não a visse assim, tão enternecidamente feliz, a sauda-lo, desvairada, absurdamente contente. D. Pedro segredou-lhe: que declarasse haver jurado a Constituição... Quiz falar, e a voz morreu-lhe na garganta. A afonia, do estupôr, não lhe deixou articular palavra. D. Pedro, espeitmando-se no balcão, gritou: "Viva a Constituição!" "Viva el-rei D. João VI!" O rei, respirando com força, poudo sempre suspirar: "Afimal, a Constituição os faz felizes..." Entrou, procurando uma cadeira, com vertigens, a erisipela doendo-lhe, reclamando a sua bengala. Não lh'a encontraram. Os camaristas, os archeiros vermelhos, os moços de servir, as damas da rainha embaraçando-se nas caudas de veludo dos vestidos amarelos, perguntavam pela bengala de sua majestade.

Perdera-a. Ou, mais propriamente, roubaram-na.

D. João sorriu de novo, pensando que perdia, naquela manhã memoravel, apenas a bengala. Mas o objeto furtado era simbolico: perdêra o ceptro — o seu pesado ceptro de oiro dos reis absolutos, que na viagem do côche, no largo do Rocio, resvalára insensivelmente das suas mãos paralizadas para as do povo, que se substituíra aos cavalos...

Alhures o povo cobrára, a descargas de canhão, os seus direitos, arrasando os trônos: no Rio de Janeiro, em 1821, desapareceu a monarquia absoluta nos braços do povo folgazão que se lhe atrelára aos varais. Porém, desaparecera... Reapareceria

em Portugal, depois da vila-francada, sempre com o povo a tirar-lhe a carroça, em logar das alimárias.

Voltando a S. Cristovão, sem a bengala e com aquela Constituição desconhecida apunhalando-lhe de remorsos a consciencia, o Rio já não tinha mais atrativos para o velho rei. D. Pedro não o enganava: emparceirára-se com os conspiradores, para coagi-lo. Escreveu o conde de Suberra: “a revolução do Rio de Janeiro, disse-me S. M., que tinha sido urdida pelo Principe Real, por conselho do conde dos Arcos...” (95). Pois se os brasileiros o desejavam, que ficasse. Ia-se embora, como queria a Inglaterra. Deixaria o filho com a regencia, o futuro do Brasil nas mãos: que saboreasse e sofresse a sua aventura. Carlota Joaquina não cabia em si de contente. Repatriava-se! A marquezia de Jacarepaguá surpreendeu-o choramingando, ás escondidas. Tomaz Antonio vacilava os máos dias da metropole, com umas Côrtes désatinadas em luta com o rei enfermo, que, por sua vez, teria de desenredar as novas, tetricas intrigas da rainha — ansiosa por tratar com o irmão de Espanha projétos vastos e do infante D. Miguel, que invejava o irmão mais velho e decerto lhe repetiria, na Europa, o exemplo detestavel. Mas se resignára. A revolta da guarnição, o apêgo do povo ás novas idéas, abriam-lhe os olhos: passára

(95) Marquez de Lavradio, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, p. 12, Lisbôa 1937.

o seu tempo; devia recolher-se aos seus paços portuguezes e lá esperar, perto de S. Vicente de Fóra, onde se guardavam os despojos reais, a aplopexia que fulminava os Braganças depois de um jantar indigesto — como sucedêra ao pae, ao avô, ao bisavô. Seria tudo como Deus fosse servido. Não lhe assustavam mais as Côrtes. Pelo menos os seus desafôros seriam publicos e a Europa os tomaria á sua conta. Fugia ao filho, que queria ser muito depressa rei; como se aquele episodio do Brasil tivesse sido um belo sonho, e apenas isto, voltaria a ser na Bemposta e em Queluz o rei calado. Já não podia caçar os lóbos a Vila Viçosa; rezaria, em Mafra, o canto-chão que lhe lembrava a mocidade sem amôr e sem ambição, antes da sua difficil tarefa de reinar sobre um povo incoerente. Embarcava! Resolveu-se, surpreendendo a cidade, em 7 de Março: “um dos mais custosos sacrificios de que é capaz o meu paternal e regio coração...”

Os cortezãos (a marquezia de Jacarepaguá testemunharia a Melo Moraes) viam-no soluçar pelos cantos, aflito. Oscilava, entre a apatia nervosa, humilhada pela escandalosa alegria da rainha, que a todos falava do fim do seu cativo, da “terra de gente” que iria vêr afinal — e a avareza espartada pelos presentimentos negros. A melancolia antiga, de 1805, quando precisara esconder-se em Vila Viçosa, insociavel, fazendo desconfiar do seu juizo — tomára-o, nos ultimos dias que passou em S. Cristovão, quasi alheio ao tumulto da mudança.

Mandára encanastrar, atropeladamente, cinquenta milhões de cruzados do Banco do Brasil, substituídos por letras sobre as tesourarias provinciais e diamantes e joias da corôa. Aquele dinheiro aliviava-o: era o lastro do futuro. Os negociantes portugueses do Rio desesperavam, rogando que não se fosse; a patulêa, embriagada pela insurreição, rosnava ameaças, arrogante. As novelas mais contraditórias circulavam pelas ruas cariocas, suspensas no bochórno do verão que não acabára ainda: que pensára o rei em mandar João Severiano Maciel da Costa dissolver as Córtes de Lisbôa, que a tropa impediria a partida de acordo com Tomaz Antonio, que o povo não deixaria viajar o tesouro encaixotado...

Nomeado regente e logar-tenente do Brasil o príncipe D. Pedro, a quem o rei dava os ministros, os eleitores deviam aprovar-lhes os nomes, pronunciar-se sobre essa transição. Foram convocados, imprudentemente, por um decreto de 20 de Abril. Qualquer reunião então, no frenesi ambiente, chocado-se as paixões extremadas, degeneraria em motim. Foi o que sucedeu. Os eleitores não se lembraram das suas atribuições restritas; julgaram-se, delirando, convencionais agrupados em assembléa soberana; vociferaram, escaldados de oratoria, contra o abandono do Brasil, o roubo dos milhões, os sujeitos reacionarios que ficariam por secretarios do regente, comprometendo a causa do paiz. Estalaram improperios, arderam frases incendiarias, comissões, uma para ir intimar D. João VI em

palacio, outra para levar ordens ás fortalezas, que não permitissem saída de navio, que bombardeassem qualquer embarcação suspeita de transportar aqueles milhões, partiram dentro da noite, resolutas. O edificio da reunião, na Praça do Comercio, deitando para o mar os fundos, sonorizára-se de retorica revolucionaria. Os moderados escapavam-se; silenciavam, coagidos, os timidos; e a palavra sediciosa armava efeitos extranhos na vasta sala cheia de jóvens liberais exultantes e de homens de negocio que não compreendiam o saque do Banco, a retirada ingrata da côrte... Tinha-se a impressão de que, durando aquilo duas horas mais, o Estado se desmancharia em frangalhos.

Madrugada alta, colunas de soldados deslizaram, sem rumor, pelos bêcos que vão dar na rua Direita. Milicianos de baionetas ao hombro, officiais da guarnição de sabres desembainhados, dirigidos por uma ordem misteriosa, que todos souberam ter partido de D. Pedro, que queria terminar logo o incidente, apressar a resolução do pae, abafar as insolencias dos mercadores, tanto que tomára ao visconde do Rio Seco de emprestimo o dinheiro necessario para os aprestos da esquadra. Sucedeu depois um crime rapido, a invasão subita da casa da assembléia, a expulsão dos eleitores a pontações d'armas, arrastados muitos para as janelas, pelos soldados que levavam a recomendação de varrer tudo, a ferro e fogo, e de lá atirados á maré que arfava ao pé dos muros, despejados como fardos nas calçadas contiguas...

Tanto que isso se conheceu, no dia 22 de Abril, na cidade consternada, D. João — que não mandara escorraçar os subditos deliberantes, nem imaginara concluir tragicamente a experiencia democratica — deixou de lado as hesitações e subterfugios. Consentira, na vespera, em atender aos demagogos e decretar a vigencia immediata da Constituição espanhola. Anulou esse ato, annunciou para o dia 24 o beija-mão das despedidas, e marcou para 26 a viagem — coincidindo com o aniversario da mulher, afim de fugir das cerimoniaes da pragmatica.

O beija-mão foi lugubre, inolvidavel. Toda gente que lhe recebera, durante os anos de reinado brasileiro, mercês e afagos; o clero, os commerciantes, os militares, os fidalgos tontos, que não sabiam o que seria deles, a criadagem, as damas, o functionalismo, os consules, desfilaram emocionados diante do estrado real, curvaram-se osculando a mão vacilante e fria do rei que não disfarçava o abatimento, e se despedia de todos como se a vida lhe acabasse em breve... Carlota Joaquina ria. As infantas tagarelavam, felizes. D. Pedro, dono da situação, ufano do seu golpe de força, formava côrte á parte, com o conde dos Arcos — o conselheiro da dissolução violenta da assembléa — como favorito, realçando, entre os familiares, a estatura marcial, o enigma da sua estrella politica. Palmela profetizava profundas transformações. Cria no milagre liberal e achava que o passado não valia a pena. Tomaz Antonio, como um naufrago, que

salvara na catastrophe apenas a roupa do corpo e não lhe escondia os rasgões, da honrada pobreza, considerava finda a carreira, o mundo em decomposição. A rainha jurava um odio irreductivel aos carbonarios, a quem o irmão de Madrid enforcava, systematicamente. E injuriava o marido fraco. D. Miguel nada dizia, agarrado ás saias da mãe, desconfiando da herança que iria caber-lhe — o trôno absoluto, de castigo aos “pedreiros” (maçons e... partidarios do irmão). Um epilogo lancinante — e ignorado cá fóra, donde as turbas, indignadas com o trucidamento dos eleitores, o nativismo exacerbado pelos insultos da soldadesca, prometiam tomar armas pela Independencia.

Silvestre Pinheiro insistia sempre... Perdia-se o Brasil! As ultimas palavras, com que D. João VI lhe selou os argumentos, foram molhadas de lagrimas: “Isto já agora não tem remedio. A Providencia que tão maravilhosamente tem protegido a monarchia portugêsa, é quem só a póde salvar”. Sómente Deus.

Ainda na noite de 24, fez transportar, para a camara ardente armada numa fragata, os restos mortais de D. Maria I e do infante D. Pedro Carlos. Acompanhou-os, ao duplo cortejo funebre, do convento da Ajuda e do convento de Santo Antonio, com a filha viuva e o pequeno neto, consolado por levar comsigo aqueles despojos, da mãe infeliz e do amado sobrinho, que restituiria á Europa, aos seus tumulos reais. A’ luz dos archotes, solenemen-

te, a côrte seguiu o rei bambo, naquela procissão de piedade, atraz dos esquifes tirados aos mausoléos dos dous conventos, onde permaneceriam, na paz definitiva, não fossem os liberais... O monumento de marmore português, vindo da officina de Machado de Castro, encimado pela corôa principesca, os anjos tristes de tochas abattidas e a larga inscrição latina, que na capela mais doirada de Santo Antonio da colina guardára por nove anos o cadaver de D. Pedro Carlos, ficava, vazio, a atestar o desejo de D. João VI de ter ali, conservadas para sempre, as reliquias do genro, confiadas á terra do seu exilio e dos seus sonhos. Pois voltariam, para Portugal. Assim tudo escurecera á roda, enlutára-se tudo.

Abandonava o resto, ao filho. Mas a amargura da partida o immobilizava, olhando aquella paisagem de morros redondos e arvores gigantescas, que lhe emoldurára um reinado construtivo, socegado. Não esperava da vida muito mais. As noticias da Europa eram cada vez mais alarmantes. O liberalismo alastrava-se, havia rumôres de conspiração bonapartista em França, a Inglaterra hostilizava a Santa Aliança, a Espanha incendiava-se. Resignára-se a seguir o seu caminho: porém não tinha esperanças de conter o Brasil unido. Segundo Silvestre Pinheiro, bem previra o "estado de anarquia" em que cairia... O Brasil crescera muito. Podia viver por si. Ha treze anos era metropole. Foi em meio da sua nostalgia, que resolveu abrir os olhos ao principe D. Pedro. Este, mais

tarde, em carta que se publicou, recordou-lhe aquela conversa. Ouviriam, se atentos aos indistintos ruidos que circulavam pelas fronteiras com o vento soprado dos Andes, o longinquo éco de exércitos que marchavam. A America, separando-se da Europa, rasgava-se, pelas juntas administrativas, em pequenas nações. Alguns homens ousados imitavam Napoleão, acaudilhando tropas, que desciam como aludes das cordilheiras nevadas. Em 1817, em Pernambuco, o grito republicano morrêra numa zona estreita, de ordem tradicional; mas o sentimento da independencia existia; desenvolvêra-se; já era ali trivial. Quando o rei se afastasse, ganharia alento: porém era forçoso desviar essa futura independencia da anarquia republicana, que se seguia ao despotismo caudilhesco... Então D. Pedro que tomasse para si a corôa, antes de algum aventureiro, que pretendesse lançar mão dela! Pelo menos este lhe respeitaria... D. Pedro decerto ouviu-o em silencio, desconfiado da franqueza do pae taciturno, que nunca lhe falára assim no futuro. Mas previa, calculava. D. Pedro frequentára o povo e sentia-o: a independencia viria, sem demora, movimento ubiquo, sacudido, como as convulsões da terra, por misteriosas coleras profundas, alumando o horizonte como as auroras boreais... E havia de pôr-se á frente dela. Pouco lhe importava a Europa: não se recordava bem de Portugal; e no Brasil podia governar desde logo! “Eu ainda me lembro (escrever-lhe-ia o principe em 1822) e me lembrarei sempre do que V. M. me

disse, antes de partir dous dias, no seu quarto: se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar, do que para algum desses aventureiros”.

Na manhã de 26 de Abril, o rei embarcou, chorando de comoção. A rainha, loquaz, dizia-se contentíssima, insultava o Rio de Janeiro, exagerara o medo de enlamear a fimbria do vestido arrepanhando-o com afetação, a não querer levar para bordo a poeira daquele país torrido. O príncipe D. Pedro, na galeota, acompanhou a náó “D. João VI”, até á barra, acenando-lhe com um lenço — doido por voltar, e descompôr o intendente Fernandes Viana que andára a espia-lo, por ordem do pae. Da amurada, passeando o olhar pelo perfil das montanhas, D. João se despedia — como da porção melhor da sua existencia — da cidade que o abrigára carinhosamente, dos seus festivos panoramas que encontrára, ha treze anos, tão vazios, e deixava tão marcados da nova civilização, da riqueza que aí distribuira. O mar estava tranquilo, o céu desnublado e a terra enfeitada das suas côres mais frescas. Fôra num dia assim que entrára no Rio, recebido delirantemente por uma população que se julgára visitada pela propria Providencia — com o sol doirando os imensos penhascos, emquanto, no fundo da Praia Grande, a sombra gotica da serra dos Orgãos descobria, mais do que occultava, o continente cosmico... Quando a náó deixou á distancia o costão de Santa Cruz e o Pão de Assucar, elevado á bôca do golfo com a sua sentinela de pedra, deitando para o oceano azul a

quilha, o capítulo mais belo do reinado de D. João VI se encerrava. Havia de suspirar ainda por cinco anos pelas suas arvores idílicas do Rio e pela consoladora sensação de força que lhe deram, debaixo daquelle céu incomparavel...

Cumpria o destino. Creára na America um imperio. Voltava á sua condição de rei tribulado. Exilado na sua côrte. Morrendo devagar, na incuravel saudade de um tempo feliz e útil e das grandes cousas que fizera!

XXIII

PRISIONEIRO

A prova de que D. João considerava perdida a partida, foi a sua angustia durante a viagem, os varios planos que lhe propuzeram, rejeitados após debates dramaticos, a correspondencia trocada entre Silvestre Pinheiro e Palmela, aquella da não capitanea, este da fragata “Princeza Real”, preocupados com a incognita da situação portugueza, os perigos que lá os esperavam.

Em 6 de Maio consultou Silvestre Pinheiro o antigo ministro, sobre a conveniencia do desembarque na Bahia, onde refrescariam, e sondariam os animos. Não agradou a sugestão ao agudo Palmela: antes tocassem em Pernambuco. Apenas... não tinham dinheiro para as compras, e seria improprio de um soberano apresentar-se aos subditos como um pedinte. Ignoraria Silvestre Pinheiro que na não “D. João VI” havia cincoenta milhões em moeda, além dos diamantes da corôa que deslumbraram John Mawe? Bem ao contrario, é o autor da “Histoire de Jean VI” que fala deles. Para o Brasil trouxera 25 milhões e voltava com o

dobro, nas arcas de que se não separara... Decreto o rei não autorizava idéa alguma, recolhido ao seu fatalismo. Dous portadores tinham sido enviados antes, com cartas para frei Francisco de S. Luis, a inquerir das intenções dos deputados portuguezes. Fiava da habilidade de João Severiano Maciel da Costa, que haveria de preveni-lo com exatidão. Mas, a 14 de Junho — á falta de noticias, vogando a frota num mar tranquilo — Silvestre Pinheiro insistia em discutir com Palmela a possibilidade da abdicação, caso as imposições dos liberais não se compadecessem com a dignidade do trôno. Se tais aberturas se faziam de navio a navio, era que todas as conjecturas povoavam de fantasmas e terrôres a imaginação dos cortezãos, e se julgavam destinados ao sacrificio na pátria subvertida.

D. João, calava-se.

Silenciava, ou fazia espirito. Como disse Hyde de Neuville: "... il avait, comme tous les esprits craintifs, une finesse d'observation qui se traduisait par des mots heureux... (96).

Leu devagar as Bases da Constituição. Reparou no artigo que estabelecia a religião do Estado, e a amparava. Achou exquisito o postulado, pois sem isso até então a monarquia se conservara fiel ao Deus de Ourique e ao Pontifice Romano. E perguntou, com simplicidade: "Que ha de comum en-

(96) *Mémoires et Souvenirs*, III, 88.

tre a politica e a religião?" Não comprehendia as grandes novidades do regime que lhe impunham: e o pessimismo de Silvestre Pinheiro não lhe impedia de sorrir suavemente. A inexperiencia dos deputados parecia-lhe pitoresca. A tolerancia amenisava-lhe as amarguras de tantos desastres. Uma exemplar tolerancia, de quem não resistia ao destino, senão o iludia.

A náó "D. João VI", empavezada com todas as flamulas, entrou no Tejo a 3 de Julho.

Os barcos de pesca de alta pôpa que velejavam á vista de terra, carracas e baixéis de cabotagem, correram-lhe nas aguas, formando um cortejo pitoresco. Os maritimos de carapuço saloio gritavam, que era el-rei. Como numa festa aquatica, seduzidos pelos panos fartos e colorido embandeirado da náó real, seguiam-na agitando os braços, saudando de longe o monarca que via comovidamente acentuar-se no alto a linha arabe de São Jorge... Depois, a altura de Belem, um rebôo de artilharia afugentou, em bandos espavoridos, as gaivotas: as fortalezas da barra, aqui, acolá, salvaram. Lembrar-se-ia de outras salvas, que as mesmas torres tinham trovejado na esteira do seu navio, treze anos antes... Pois não se modificára tudo. E que préssa se apossára dele, de desembarcar, voar a Queluz, onde a sua mocidade sem amor e sem gloria se doirára de um clarão de sol, entre o buxo e os marmores da quinta, ou refugiar em Mafra, com os seus frades cantores, o apetite de paz! A saudade da pátria anuviava-se de cuidados

e presagios: a sua regencia fôra deposta, substituída por um govêrno revolucionario, e este, em nome do povo, instalara os principios francezes que ha vinte anos o intendente Manique fustigára com as suas “moscas”... Que fariam do seu rei aqueles homens? A náó fundeou. As ribanceiras do rio cobriram-se de mulheres de capona e sujeitos que bramiam. Embarcações de todo porte singraram cheias de curiosos, a corrente mansa, e voltream, em torno da náó ancorada. Lembrariam alguns o teatro de Garção: “Veiu do Rio... traz infindo dinheiro... mil cousas...” Logo os escaleres do governo isolaram a “D. João VI”. Aos poucos, as noticias chegaram. Repicaram os sinos dos trinta e nove conventos da cidade. O reino regosijava-se, mas... el-rei esperaria vinte e quatro horas, em companhia de uma delegação das Côrtes e membros da regencia, para se inteirar dos negocios. Devia livrar-se de alguns intimos, como o porteiro da real camara, o conde de Parati, Palmela. Deputados, imitando Vergniaud, temiam os “conselhos pérfidos, transviando o rei...” Áqueles foram designadas residencias forçadas, em Tomar, no Alemtejo. Queria-se o soberano sem influencias privadas, vibrando de entusiasmo pela causa liberal. E os senhores do dia apareceram-lhe, beijaram-lhe a mão gorda, disseram-lhe lisonjas vagas. Borges Carneiro, ardendo em febre revolucionaria; os ministros Silva Carvalho e Braancamp, misteriosos, vindos dos “clubs”, pensando em republica; Frei Francisco de S. Luis, o Mirabeau da

Constituinte, que tentara travar-lhe a corrida; o conde de Sampaio, que anunciára do balcão do S. Carlos a adesão do rei á Carta; os jovens “francêlhos” das festas da condessa de Anadia, deputados que conheciam D. João pelas gravuras de Bertalozzi e pela lenda ridicula...

Deixaram-no desembarcar ás 9 horas do dia 4. O general Sepulveda comandava as forças, em ala, estendidas desde o portão do Terreiro até o paço das Necessidades, onde funcionavam as Côrtes. O Patriarca, todas as togas de Lisbôa, a conezia, o Senado, os frades, a nobreza, esperavam no cáis. O povo, remoinhando, “mulheres do campo com as capas encarnadas e carapuças pretas e os homens de barrete”, vociferando e aplaudindo: “Viva o rei!”, “Morrão os aulicos!” Aqueles gritos foram a voz de Portugal que D. João ouviu ao pisar de novo as lages do Terreiro do Paço: clamores de divisão inconciliavel, de separação que se fizera da monarquia, em gente do futuro e do passado... O traje dos casquilhos alarmou-o. Foi quando sentiu, na sua vasta realidade, a revolução. Nas casacas de briche pretas ou verdes, nas nizas de saragoça, no chapéo redondo, nas calças compridas afivelando sob a bota, dansava diante dele — muito diverso do seu Portugal velho de colete de ramagens, calção e rabicho — uma geração incendiária. Como usava, no alto da cabeça, o chapéo de pelo fino, pompeava os direitos do Homem. O grave Manique perdêra a partida. Para nunca mais.

“... Pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beijo pendente, curvado sobre os joelhos inchados, balouçado como um fardo entre as almofadas de veludo dos velhos coches doirados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavalaria — era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisbôa, uma aparição burlesca” (97). O “desejado”, era ele!

Ganhou, com a mó de gente, as escadarias do paço das Necessidades. Subiu ao trôno da sala de sessões. Ficava atrás do estrado e da mesa das Côrtes, com as borlas de um reposteiro vermelho varrendo os degrãos: as cadeiras baixas dos deputados á volta, e, de encontro ás paredes, bancadas, galerias, o povo... Uma só poltrona lá estava. Não contavam com a rainha, que desembarcára cedo, em Belem, e de coche, fugindo, benzendo-se, ameaçando, escapára para Queluz... Leu o discurso que Silvestre Pinheiro lhe apresentou. Ás Côrtes, de pé, emocionadas: e o presidente Francisco Manoel Trigoso, medindo as palavras, apregoou a fé monárquica do parlamento. Desceu as escadas do palacio entre tempestuosas ovações; seguiu para o d’Ajuda, sua casa, onde apenas mudou de carro, e retirou também para Queluz.

Como que se dissiparam nuvens, purificou-se o ar. A quinta iluminou-se, as estradas atulharam-se de equipagens, o que havia de melhor no reino

(97) Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, II, 262.

desfilou, ao beija-mão, pelos varandins de Mariana Vitória, abriu-se o S. Carlos, com os poetas e as alegorias, e as igrejas resplandeceram de cerimônias votivas. Foi a 6 de Julho que lá recebeu, tendo ao pé os infantes D. Miguel e D. Sebastião, a grande deputação das Côrtes, que se lhe submetiam.

Submetiam convencionalmente, salvando aparências. De fato, certificaram-se da sua resignação, de paciente refém do liberalismo, guardado na sua Versalhes desbotada do longo abandono, com sentinelas á vista. Agora sim, poderiam dizer, como Mirabeau: “Le roi n’a qu’un homme, c’est sa femme.” Esta, já não parecia a mesma. O momento foi digno dela. As brazas de 1805 — a nobreza esmagada pelo Estado — queimavam no descontentamento dos paços, na aflicção dos conventos; e a guerra civil começava a esboçar-se indistinta, mistica, rural. O anjo do passado — era a rainha Carlota. Não juraria a Constituição, nem que lhe obrigassem. Não juraria nada.

XXIV

ESFINGE

O dismantelo da monarquia começára pela separação do Brasil. Como êle previra. Independencia com D. Pedro, porque lá ficára; sem este, se tambem embarcasse. D. João jámais se enganara com as consequencias da volta á Europa. Como aconselhára ao filho, que se antecipasse a “algum aventureiro”, agora lhe escrevia sem amargura, sábiamente, como D. Pedro revelou numa das suas cartas, de Junho de 22: “Tive a honra, e o prazer de receber de V. M. duas cartas, uma pelo Costa Couto e outra pelo Chamberlain, em as quais V. M. me communicava o seu estado de saúde física, a qual eu estimo mais que ninguem, e em que me dizia — “Guia-te pelas circumstancias com prudencia e cautela...”

As circumstancias transformavam o Brasil num país livre, inimigo “dessas facciosas, horrorosas e pestíferas Côrtes”, como lhe chamava, rebelde, o filho prodigo. E ainda o consolava: “. . . Aqui consta-me que querem aclamar a V. M. Imperador do Reino Unido, e a mim Rei do Brasil. . .”, embora advertindo que “Portugal é hoje em dia um Esta-

do de quarta ordem, e necessitado, por consequencia dependente. . .” Pedia-lhe que lhe mandasse o infante D. Miguel, para a seu tempo casar com D. Maria da Gloria, a princezinha de três anos. Ingenuamente, D. Pedro denunciava as suas hesitações: porque o mano infante lhe usurparia algum dia o resto da herança, a corôa portugûesa, que devia caber áquela “linha filha Maria”. . . “Para que V. M. esteja ao fáto da marcha politica deste Reino, que o está defendendo desses traidores”.

A técla preferida era a do cativo do rei. Resoava comovidamente. O barão de Mareschal surpreendeu-se com o grito de “Viva o Rei, Nosso Senhor”, que déra D. Pedro, antes de todos, em 13 de Maio. (98). “Essa formula tinha por toda parte sido omitida depois de 26 de Fevereiro”. “Se V. M. cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro. . . não é um bando de vis carbonarios, e assassinos, como os que têm a V. M. no mais ignominioso cativoirô.” José Bonifacio, no manifesto da junta de S. Paulo, pedindo a permanencia de D. Pedro, honrara-o: “Quando este país foi esbulhado do benefico Fundador do Império Brasileiro, o Sr. D. João VI, nosso Rei Constitucional, os menos perspicazes viram no seu regresso para Portugal o complemento dos projetos que alguns facciosos tinham dantemão secretamente urdido, para o conservarem debaixo do jugo, e melhor o

(98) Correspondencia do barão de Mareschal, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 77, parte I, 175.

escravisarem; e desde então previram a prisão honesta, que o aguardava...”

Os “facciosos” banalizam-se, na desorientação dos seus fracassos de Congresso que governava sem popularidade, de genio da paz que, por inhabilidade, se mudava em espirito de guerra... Era a Convenção — antipoda.

Não podendo imitar a francesa na demagogia e no patriotismo, de parlamento que encarna o país agredido, copiava-lhe a arrogancia republicana. Como Sieyés, Fernandes Tomaz jurava: “nós representamos o todo...” Creara-se por uma lei, a 23 de Agosto, o laço nacional, branco e azul; e por outra se proibira o asiatismo do beija-mão. Em torno da aprovação ou juramento da Constituição pelo rei, os debates azedaram, escolasticos, porque — bradava Fernandes Tomaz — o soberano só tinha de aceitar ou... Não precisaria concluir. O reino todo sabia: jurava ou abdicava. Outros deputados — já as noticias da reacção espalhadas em Lisbôa — propunham a creação de um porto franco, um instituto africano para instruir moleques... “Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em português, ou cousa semelhante, os discursos mais celebres do “choix de rapports” ou as paginas mais excentricas de Rousseau e de Bentham. O povo — lembra Herculano — espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito teorico...” E acirravam o conflito do Brasil, “a mais viva das questões pendentes”. Aquilo — sim — doía-lhe mais que a supressão da etiqueta.

Porque Portugal se lançava a uma guerra impossível, e o Brasil a uma aventura nebulosa. D. João temia que se repetisse aqui Bolívar: “la independencia es el unico bien que hemos adquirido a costa de los demás...” A retorica provocava a força. Não tinha mão de conter o inevitavel: os insultos dos deputados, a humilhação dos brasileiros nas Côrtes, a irritação de D. Pedro, os aprestos de tropa, os choques de patriotas e portugêses, logo, com a insubmissão do principe, que não mais obedecia ao congresso, que o desafiava, o desligamento do Brasil, perdido de vez...

Foi o que o constitucionalismo dos exaltados deu a Portugal: o epilogo mofino do seu laborioso reinado americano. E a miseria comum. O commercio extinto, as casas de Lisboa e Porto fechando-se, os inglêses recolhendo a herança lusitana, favorecendo a separação do Reino Unido, e a divisão da familia portugêsa, a começar pela familia real. Chegara do Rio de Janeiro, deportado pela guarnição portugêsa, o conde dos Arcos. Desembarcára desiludido, pedindo, em tons lugubres, que suspendessem represalias, que evitassem a luta, pois não havia mais impedir a emancipação do Brasil. Poucos, como o rei, o entenderam. Diria Palmela: “Sua Majestade era dotado de muita perspicacia para deixar de conhecer a impossibilidade de sujeitar o Brasil...” Êle foi o bom senso isolado, amargando a hora do desvairo de seu país, não sabendo mais onde parariam, na quéda. Pela segunda vez, depois de 1807, a monarquia dissol-

via-se. Não era de admirar o descontentamento dos militares, a impopularidade dos tribunos, após o fastígio, a gloria dos seus dias de 20, os queixumes eclesiasticos, a inquietação politica que dos campos se propagava ás cidades, fazia a ronda ás ruas de Lisboa, com os morgados suspirando pela Inquisição, que afogueasse carbonarios, pensando na corôa absoluta, que restaurasse a hierarquia, varresse dos seus altos porticos a plebe insolente. Pois a Constituição assim se malograva, na sandice das violencias futeis, o absolutismo voltaria, com o passado devoto, as antigas leis.

D. João ocultava-se, mudo.

A rainha conspirava. Como D. Miguel. Como os generais. Como os cortezãos. Como os diplomatas da Santa Aliança. Carlota Joaquina ia saindo da sua penumbra de Queluz, destacando a inspiração, de irmã fiel de Fernando VII, que tinha, já agora, um grande objetivo: a exaltação do infante, a sua proclamação como rei apostolico.

Com quem estava o rei?

Com os liberais! — proclamavam os deputados; com os absolutistas! — rosnavam os aristocratas. Ninguém ali sabia com quem o rei estava.

Celebrou-se, em 26 de Janeiro de 1822, o primeiro aniversario da instalação das Côrtes. Havia baile official. Compareceria D. João VI á festa do congresso onde não entravam “corcundas”? “Muito obrigado, senhores, muito obrigado! Com estas expressões gratulatorias, descaída a maxila infe-

rior na bonomia do sorriso”, (99) respondera ao convite. Se fosse — ganhavam os exaltados; se não fosse — os retrogradados. Extranhos boatos fluíram no ar pesado. Que os reacionarios fariam minar o paço das Necessidades para que voassem, com as Côrtes, todos os seus partidarios; que o atentado nem ao rei pouparia, se comparecesse... A's dez horas assistira á parada da varanda do palacio da Inquisição, com D. Miguel e o infante D. Sebastião junto. Depois fôra á opera de S. Carlos aplaudir a “Donna del Lago”. No teatro pediram-lhe que esperasse o fim da dansa allegorica, especialmente composta para a efemeride. Esperou, tranquilo, espreitando a graça dos actores e o interesse do publico, do seu balcão doirado e sombrio. Chegou ao baile com uma hora de atrazo, acompanhado do filho, do neto, da cunhada, dos dignatarios, recebido por grandes aclamações e curvaturas. Chegou a tempo de aliviar de uma grave suspeita o congresso: a suspeita de que entrasse na conspiração que a rainha tecia, com os seus dedos hábeis, em Ramalhão e Queluz. Sentou-se comodamente no trôno que lhe armaram, sob o docel, no fundo da sala, aparentemente feliz e confiante — disposto a encorajar com o sorriso os pares jovens ansiosos pelas valsas austriacas. Como não prevenira a ninguem da intenção de presidir ao festim, saboreava a surpresa e a inquietação dos

(99) Henrique Lopes de Mendonça, *Argueiros e Cavaleiros*, p. 163. Lisboa.

“empertigados”, ou radicais... Vinham curvar-se, pálidos, diante da sua farda escarlate marchetada de gemas, e perscrutar debalde o pensamento que lhe brilhava nos olhos mansos.

Resistia — com todos os ardís da sua velha pratica de protelar e esfriar — aos átos das Côrtes: parecia recebe-los de bôa cara, curioso das novidades, as eleições municipais, o jurí para o crime e civil, a nacionalização dos bens da corôa e de mão morta, consignados á amortização da divida publica...; e continuava inerte, deixando que o fogo se estinguisse por si mesmo. “Observando-o de agora (escreveu Oliveira Martins), é mistér concordar que um pouco menos burlesco seria o melhor dos reis constitucionais...” Quoiqu’il il fût très laid (acrescentou Herculano) nos vieux libéraux, avec quelques grains de bon sens, en auraient fait l’un des plus beaux types de roi constitutionnel qui fût jamais.” (100). Não se iludia com o carater de sua gente, a indole da revolução que ali estava. Entre o Congresso e a nação havia a vasta zona neutra dos costumes. Bastava que não se mexesse, que recolhesse a Queluz os seus ressentimentos ou fosse á Maфра ouvir o carrilhão de D. João V “...E o rei, e o clero, e a nobreza — comprendeu Oliveira Martins — se não se atreviam a insurgir-se, limitavam-se sábiamente a fomentar a resistencia, aplaudindo a inercia do povo.” “Assim aconteceu que ninguem foi ás eleições dos concelhos municipi-

(100) *Opusculos*, II, 178.

pais, que ninguém quiz ser jurado, que os proprietários continuaram a pagar os dizimos e os fóros, e os conventos a receber votos”. Ganhava tempo. Ilaqueára com essa astúcia as outras forças que o hostilizaram durante trinta anos de realeza: facilmente venceria com ela um desarvorado parlamento de oradores pedantes, de apóstolos puros, de juristas sistematicos ou de românticos apaixonados. Decompunha-se.

*

* *

O juramento da Constituição sempre se fez, a 1 de Outubro. D. João e D. Miguel prometeram cumpri-la.

“O primeiro rei constitucional dos portugueses submetia-se á vontade dos representantes.”

Fechou solenemente as Côrtes em 4 de Novembro. Entre ruidosas celebrações. A plébe apedrejou a legação da Austria, que não puzera luminarias... Mas não compareceu á reabertura do Congresso, em 1 de Dezembro. Para encerra-lo, lá estivera, de manto e corôa; porém, para o instalar de novo, excusara-se, resmungando pretextos.

Ousára a rainha recusar o juramento: que não se prestava á farsa, considerava um crime de lesa-majestade isso, e levantava a cabeça sobre a humilhação da familia. Queria ser, como Maria Antonieta, “Madame Veto”. Obrigassem-n’a, se fossem capazes! Os deputados contavam com a discreta solidariedade do rei. Não arredaria uma palha

para poupar o vexame á mulher. As Côrtes, depois de debates irritados, condenaram-n'a a deixar o país. Carlota Joaquina, do fundo das galerias de Queluz, acolitada pelos conspiradores absolutistas e pelos emissarios de Espanha, gritou, que não podiam faze-la andar sem as filhas, que a saúde era má, que logo que sarasse dos achaques abalaria, farta de "pedreiros"... No dia 4 — quatro dias após o inicio da legislatura — as Côrtes sentenciaram a rainha a manter-se confinada em Queluz, até lhe ser possivel a viagem para fóra do reino. Respondeu com ultrajes aos carbonarios. Haviam de pagar-lhe!

*

* *

A fome enfurecera os camponios: faltando-lhes as papas das escudelas, o odio lhes ferveu nas arcas dos peitos. A pobreza geral desenganara o povo, que não via, com as idéas liberais, multiplicarem os pães. Do Brasil saíam, capitulando, as tropas portuguesas. Meio ano depois de Arcos, os que o deportaram... Ao general Saldanha os ministros tinham mandado, em vão, comandar a expedição de socorro á Bahia, rogando-lhe, em desespero: "O governo não espera que V. Ex. vá recuperar o Brasil. Esta expedição é necessario que vá para salvar o credito do ministerio". Não foi. Prenderam-no numa fortaleza. Saldanha denunciou á nação o crime: um exercito sacrificado ao crédito do ministerio... Isso em 10 de Fevereiro

ro. Em 23, em Vila Real, numa manhã de atrevimento, estouvadamente, o conde de Amarante aclamou "rei absoluto" o Sr. D. João VI. Esplendido Amarante! Lembra aquele marquês de Niza, que, uma vez, desceu sózinho á platéa do teatro de S. João do Porto com o chicote vibrando, em defesa de uma atriz, contra a multidão que a vaiava... A noticia circulou, eletrizante; porém, antes de reunir, á volta dos párocos trasmontanos, os lavradores que consideravam a sua mingua resultado das herezias do tempo, as forças constitucionais empurraram o fidalgo para a fronteira de Espanha. Acabava-se o retrocesso? Não, principiava.

A rainha incita o infante. A este, mais que a intriga da mãe, decide o exemplo do mano Pedro, que se coroára, em 1 de Dezembro, imperador do Brasil. Mostraria que era da mesma raça! Na madrugada de 27 de Maio vae de Bemposta para Vila Franca de Xira, arrastando o regimento de infantaria 23, do brigadeiro Sampaio. Lá proclama a derrubada do sistema liberal, e corre a agasalhar-se á sombra dos muros sagrados de Santarém, berço do Estado. A intenção tradicional, o respeito do rapaz pelas pedras de Afonso Henriques, suspensas á montanha como uma atalaia dos tempos idos, resolveu a aristocracia, sacudiu o torpôr ao exercito.

D. João afligiu-se, sem saber que caminho seguir, se o da inconfidencia do caçula, se o das Côrtes que o perdiam.

As Côrtes querem que nomeie Jorge de Avilez para substituir a Sepulveda na chefia do exercito. Nomeia. Sepulveda pede que decrete uma Constituição devéras monarquica. Nega. Insiste o general pelo adiamento da festa do Corpo de Deus naquelas extremidades de guerra civil, de insegurança da ordem. Porque? A procissão tinha de realizar-se, como sempre acontecera; e ordenou, que as tropas formassem no Rocio.

Foi, com a côrte, ouvir Missa a S. Domingos, da janela do Prior dos Dominicanos assistiu ao desfile das irmandades e confrarias, como se o reino estivéra em paz e todos os portuguezes gozassem ao sol os balsamos da sua religião — e retirou-se entre a soldadesca silenciosa. Via que o respeitavam, que o queriam. Entretanto, as rondas rebeldes espalhavam-se por Torres Novas, onde os duques de Cadaval e Lafões, com os criados armados, assustavam os viajantes, e o general Luiz do Rego hesitava em atacar o infante em Santarem. Aquilo tinha de terminar. As infantas, os camaristas, abraçados aos joelhos de D. João, rogavam-lhe que deixasse Lisbôa e fosse apaziguar o filho em Vila Franca. A sua presença acalmaria os exaltados, evitaria a luta, que ameaçava meter em Portugal forças estrangeiras, provocar a intervenção das potencias. Completaria Pamplona: sem ele, teriam talvez vencido “os fatôres da usurpação”, o plano de Carlota Joaquina, aí prematuro, mas visivel. (101).

(101) Marquez de Lavradio, *D. João VI*, etc., p. 79.

A 30 de Maio, coagido, para satisfazer aos deputados que o comparavam a Luiz XVI, afirmava, frouxamente, “saberei manter aquela constituição que mui livremente aceitei...” Que “abandonára D. Miguel, como pae, e saberia castiga-lo, como rei”... Para aquietar, livrar-se. No mesmo dia, com o regimento de infantaria, abandona o palacio, arrisca-se, de carruagem descoberta, pela estrada de Sacavem, pernoita em Povia, e em Vila Franca, a 3 de Junho, se congrega com D. Miguel, jura a renovação do reino, promete outra constituição, com os principios indicados pela experiencia, “a direção pacifica do Estado”.

Seria o fim da guerra estúpida ao Brasil, do lento suicidio de Portugal. Nomeou junta, para elaborar o documento. Voltou, consolado, para a capital. As Côrtes, vencidas, suspenderam as sessões no dia 2, com um protesto teórico, de 61 deputados. A ralé, que lhes lançára flores, as apedrejava agora. Não perdoava a prosaica dissolução, sem grandes gestos, sem uma teatralidade como-vida.

O suposto caminho de Varennes foi, para o rei que retomára a sua autoridade, outra entrada triunfal.

Desatrelaram-lhe as bestas do côche. Puxaram-no a braço, soldadesca e patuléa, aclamando o “absoluto” D. João VI! “Absoluto, não!” resmungava, molemente (102). Assim regressou a Bem-

(102) *Retificações historicas*, por Antonio d’Oliva e Souza Sequeira, p. 30.

posta, e — porque venciam os ultramontanos — foi buscar a mulher ao Ramalhão e acasalar-se em Queluz, com a arraia-meúda aos varais do carro, os burguezes ovacionando o restauradôr da ordem, os fidalgos encantados com a fuga dos liberais. (103).

No dia 6 appareceu um anuncio satirico na “Gazeta de Lisboa”: “que se iam vender as parellhas que haviam puxado pela carruagem del-rei, na sua vinda de Vila Franca; e que quem as quizesse, as acharia á venda ou em Lisboa, ou no campo de Sant’Ana.” Porém, no dia 9, em nome da infantaria 19, um capitão reclamava a “honra” da “feliz lembrança”, pois “fomos nós, e não o povo, que conduziu o coche”. Disputavam-se, pelas colunas da “Gazeta”, a iniciativa de terem substituido, pela poeira e pelos calhaos da estrada de Vila Franca, os animais de tiro... “Sr. redator. Como a gloria deve recaír unicamente sobre aqueles que praticam a ação, rogo-lhe queira dizer no proximo numero da “Gazeta de Lisboa” que aqueles que puxaram pelo coche del-rei foram os officiaes dos diferentes corpos de 1.^a e 2.^a linha, e não povo, como na mesma “Gazeta” antecedente se diz”. A relação dos 44 officiaes “que tiveram a honra de

(103) Carta de D. João á mulher: “Meu amôr, recebi a tua carta com mágoa por vêr que se demorava o ter o prazer de te abraçar, remeto o Decreto que julgas necessario para teu regresso e podes estar certa que amanhã estarei em Queluz. Esposo que muito te ama do coração. João. Paço de Bemposta, em 6 de Junho de 1823.” (Marquez de Lavradio, *op. cit.*, p. 85).

puxar pelo carrinho em que vinha el-rei nosso senhor desde o sitio dos Anjos até á Sé, e daí até ao paço da Bemposta”, foi publicada na edição de 12. E emendada, a 13, porque não figurára o nome do capitão do 4, Joaquim de Melo Souza e Menezes... (104). Cunhou-se medalha com o perfil do rei, que foi profusamente distribuida, disputada na capital. Chamaram-lhe, ironicamente, de “ordem da poeira”. D. Miguel estava nomeado generalissimo. O conde de Amarante recebeu titulo e pensão, ganhou, entre os ultramontanos, uma ascendencia insolita. A rainha recobrára o bom humor perdido desde 1810, as esperanças antigas do seu dia, da sua vindicta, do seu poder.

Em tal clima, os pedreiros livres, os francelhos, os estudantes-filósofos não poderiam mais viver. Varejaram-se as lojas maçonicas, com populares armados, armados para o castigo dos herejes, o esconjuro da sociedade embruchada pelos jacobinos, com o “enguiço”, de que falaria Garrett. (105). A emigração foi moda. Os fantasmas de Pombal, e Pina Manique arrastavam-se pelos becos de Coimbra, corriam com o “Remexido” os reconcavos do Algarve, passeavam pela Alfama donde os poetas fugiam, certos de que a grande sombra, a “noite politica”, se desatava sobre a paizagem de ruínas... Palmela, com o idealismo profetico, reclamava a

(104) Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, p. 53, Coimbra 1868.

(105) *Viagens á minha terra*, I, 64, 4.^a ed.

Constituição prometida por D. João VI. Referiu-se a isto o padre Inacio José de Macedo: “Um valido do Sr. D. João VI lhe disse em confiança, que seria justo dar á nação uma Constituição com duas Camaras, ele respondeu assobiando: “Eu me dei muito mal com uma camara; e ainda me darei peor com duas” (105-A). Mas as potencias preferiam que a esquecesse — como á desordem da vespera, aos desatinos das extintas Côrtes... O padre José Agostinho confessaria no leito de morte, “que não tinha odio pessoal a ninguem, mas que a unica cousa que lhe fazia perder a cabeça era a Carta Constitucional...” O rei tinha um proposito: conciliar-se com o Brasil. Como ninguem mais, percebia as artes que lhe armava a mulher e como, em D. Miguel, se acentuavam os traços morais de Fernando VII, o máo filho. A politica de Carlota Joaquina era sagaz, mas sem originalidade. Queria destrona-lo, em proveito do infante, e de Espanha. Com a ajuda dos morgados e dos camponezes que odiavam os francêlhos. Porisso ela açulava a guerra do Brasil, o horror á Constituição. A salvação estava nas pazes do Brasil. E no desterro de D. Miguel, o generalissimo. Como o ousar, porém?

Mandou, a 8 de Julho, suspender a guerra da Bahia e, a bordo do correio “Treze de Maio”, o marechal Luiz Paulino, um brasileiro, oferecer um acôrdo qualquer a D. Pedro. “Havendo reassumi-

(105-A) *Considerações*, etc., p. 105, Lisbôa 1834.

do o exercicio dos inaufereveis direitos que pertencem á majestade do trono”, poderia “sanar os males de toda a especie que a facção que se tinha levantado em Portugal, violenta e atrozmente suscitara...” Foram as suas palavras. Luiz Paulino não cumpriria a missão: porque lh’a repeliram, ufanos da vitória militar, o governo da Bahia, que desde 2 de Julho substituiu o do general Madeira, vencido e expulso — e o governo imperial apostado em tratar Portugal como potencia inimiga e estrangeira. O irremediavel sucedêra. Era esperar que o tempo aplacasse as tempestades desprendidas, sopradas pelos deputados... O tempo, e a Inglaterra. O novo embaixador francês, o barão Hyde de Neuville, que apresentou credenciais em 15 de Agosto, achou-o calmo e reflexivo. Desabafou: “Vosso monarca é bem feliz... O duque d’Angoleume se mostrou seu digno filho de adoção!” “Un soupir (registou o diplomata) trahit sa pensée; évidemment elle se portait sur ses deux fils... (106).

Não tinha mais a sua policia do Rio de Janeiro, para espiar a rainha. O marquês de Loulé informava-o. Deste se motejára, em Novembro: “Fala que fez o marquez de Loulé ás bestas das reais cavaliças ordenando que jurassem a Constituição”... (107).

(106) *Mémoires*, cit.

(107) Ms. no arquivo do castelo d’Eu, inéd., n. 2493.

Os planos não eram obscuros nem transcendentes: tramava-se simplesmente um levante militar e a aclamação do infante, devendo recolher-se o rei a algum convento onde, “cantando psalms entre os seus frades” (108), preparasse a alma e as contas que se devem a Deus...

Em Outubro, a princesa antecipou-se á intriga: “Meu amôr. Agora me dizem que os nossos inimigos têm espalhado em Lisbôa que eu pretendia fazer esta manhã uma revolução para ficar regente com o nosso filho Miguel, e mandar-te para Vila Viçosa: isto é uma aleivosia muito grande...” (109). Em 15 de Dezembro, insistia: “Eu sei que te disseram que eu juntamente com o Beresford tramavamos uma conspiração...” E queria “satisfação publica”, que a desagrasasse... (110). Acreditou. Loulé, incompatível com a côrte de Ramalhão, apesar da esposa Marialva, uma das “tres graças”, e do seu passado galante, agradecido ao perdão real, certo de que a denuncia lhe daria, naquela situação decomposta, a sua oportunidade, talvez o governo, foi sincero, e expoz-se. Mataram-no a bordoadada diante do palacio de Salvaterra, em 28 de Fevereiro. Debaixo das janelas reais, quasi ás vistas de D. João VI, como a adverti-lo de que o jogo se ultimava.

(108) Camillo, *O Carrasco*, 4.^a ed., p. 20. Lêr tambem Luz Soriano, *Recordações de Minha Vida*, Lisbôa 1860.

(109) Marquez de Lavradio, *op. cit.*, p. 87.

(110) Angelo Pereira, *As Senhoras Infantas*, p. 30.

Quem assassinára o favorito?

Os acolitos da rainha!

Tres anos depois, o filho dele, D. Nuno, herdeiro do titulo e odios do francófilo, casaria com a infanta D. Ana, filha mais moça de Carlota Joaquina, a sua preferida, segundo Don José Presas. E vingaria o pae segunda vez, ajudando a demoler a usurpação de D. Miguel. Escabrosos rumos do destino — não se sabe quanto teria D. João VI, que faleceu na primavera de 1826, concorrido para aquela reparação. Foi o tremendo castigo infligido á intrigante. Mas a morte de Loulé era uma senha: o começo da grande revolta.

A Inglaterra retraira-se. Não pudera evitar a intervenção francêsa em Espanha e desconfiava do velho aliado que desde 1814, suavemente, silenciosamente, se desvencilhava da sua influencia. A politica "tory" gostava do infante D. Miguel. Farejava um governo solido, enquadrado de tradições ordeiras, respeitando a City como os reis seus avós. Luiz XVIII entrára demasiadamente em Lisboa com o insinuante Hyde de Neuville. Ele vinha com os écos dos exercitos d'Angoulême nas solas dos sapatos. A Chateaubriand, que avisára — sonhando — ter um milhão de homens para extinguir a anarquia na peninsula, respondera Canning — sorrindo — que a metade desse numero perdera Napoleão em Espanha... Só acreditou na invasão quando esta, irresistivel, transpoz o Bidasoa. Mandára então, para contrabalançar a intriga na Bemposta, um amigo de D. João, Ed-

ward Thornton. Nem assustava os apostolicos, nem desencorajava o infante. "The foolish king of Portugal", como lhe chamava Canning (111), bem poderia ser arredado, como um estorvo da quié-tação nacional. D. João sabia que não contava com a Inglaterra para intimidar o filho. Ligára-se a Neuville. Luiz XVIII e D. João VI passaram por ser os reis mais gulosos do seu tempo: ambos obesos, doentes das pernas e astutos, entendiam-se tambem no ultimo combate que davam á revolução francêsa. Entre eles havia os sacrificios de Portugal pelos Bourbons. Foi o que lhe valeu na noite de 29 para 30 de Abril.

Havia baile na embaixada da Inglaterra, em honra do aniversario de Jorge IV.

O mundo diplomatico, a aristocração e o alto comercio representavam-se nos salões e jardins do cavaleiro Thornton.

Parecia o sinal para a desordem — porque o infante D. Miguel saiu ás ruas com os caceteiros, gritando que se tentara assassinar o rei. As mal-tas de reacionarios correram os bairros clamando morras aos maçons, "vivas ao rei só". Um dos pretextos, segundo Palmela, eram os armamentos para uma possivel expedição ao Brasil, que aliás se reduzia a um ardil, para melhorar as condições da paz...

(111) Calogeras, *Politica Exterior do Imperio*, II, 249. Hyde de Neuville diz que Beresford tentára convencer D. João da necessidade de abdicar em favor de D. Miguel, *Mém.* op. cit.

Esperava o motim. Depois da tragedia de Salvaterra temia pela vida do seu Pamplona (Subserra), certo de que o bando da rainha o exterminaria, como a qualquer outro conselheiro mais intimo, mais ouvido. Só não imaginara que a audacia do rapaz desse para prende-lo em palacio. Os ministros, o intendente de policia que davassava ácerca da morte de Loulé, os camaristas Parati e Vilafôr, foram colhidos de surpresa, detidos brutalmente. Subserra homiziara-se na embaixada de França e depois se escapara, por mar: voltaria mais tarde, para cumprir o destino que lhe vaticinára o rei, e acabar num carcere miguelista...

D. João não poude mais comunicar-se com a Cidade.

Puzeram-lhe sentinelas ás portas.

Hyde de Neuville precipitou-se, de uniforme de gala, do baile que a revolta interrompera para as casas dos ministros estrangeiros. Chamou-os, com apelos patéticos, a um encontro na Bemposta. (112) Convenceu-os, facilmente, de que a vida do rei corria perigo. Apenas o americano, o velho general Creaborn, republicano "vieille roche", objétou, doutrinarmente, que não era do seu mister salvar os reis; e se rendeu, e acompanhou os outros, quando lhe contestou, que se tratava de impedir a injuria de filho a pae...

(112) Vd. carta da senhora Hyde de Neuville narrando o que se passou então, Angelo Pereira, *op. cit.*, p. 32-5.

De braço com o embaixador de Inglaterra, Neuville tentou entrar no paço e foi impedido pela guarda, que apresentou as baionetas. O que aconteceu na escadaria da Bemposta entre o embaixador, em grande uniforme, e o oficial de D. Miguel, a Europa soube-o em breve. Como não permitiam que entrasse para falar ao rei? Porventura não cabia ao Sr. D. João VI dar as ordens sobre o serviço do seu proprio palacio? “Sabei que quem precisa falar ao rei de Portugal é o rei de França, e que, se um filho de rei que erra é perdoado, seus cúmplices são enforcados!” Juntou á palavra a ação. Levou a mão ao espadim, para abrir caminho, mesmo a custo da vida. Porém, diante do gesto, o alferes recuou. O embaixador haveria de parecer um antigo Marialva enfrentando, desdenhoso, uma patuléa trémula. Representava o passado resurrecto: brandia a espada da nobreza que vivia esplendidamente o seu ultimo dia... Era o mensageiro do monarca que seis mêses depois, agonizante, ouvindo o medico ordenar ao laçao: “mudai-lhe a camisa”, soerguera-se no leito, e protestara: “Mr. le Dr. Portal, je m’appelle Louis XVIII; vous devriez dire: Otez la chemise de Sa Majesté!” E o diplomata, chamarrado d’oiro, a lamina de côrte vibrando no punho, correu a propôr a D. João a medida extrema, que era abrigar-se sob uma bandeira estrangeira emquanto o infante não depuzesse as armas.

O rei tinha os olhos humidos e uma attitude desalentada. Aquilo não fôra uma revolução, mas

um insulto da camarilha que a mulher manobrava (113) — a sua desforra que tardára dezenove anos.

Todo o corpo diplomatico se reuniu na Bemposta, seguindo o exemplo de Neuville. Os representantes da Russia e da Austria prometiam dar-dejar as coleras das potencias sobre o sacrilegio — do filho alçado contra o pae. Thornton via-se constrangido pela presença do marechal Beresford, de passagem por Lisbôa, que tambem aconselhava o rei. O ministro dar-lhe-ia uma não de guerra, para aí se meter, com os cortezãos fieis; porém Canning lhe impuzera uma neutralidade desconfiada e assim, pela primeira vez, depois da embaixada de Junot, vinte anos antes, a Inglaterra deixava que outras nações decidissem os destinos portuguezes. Neuville mandára prevenir urgentemente um navio francês. Desgraçadamente o mais proximo fundeava em aguas de Espanha.

D. Miguel appareceu no paço, intimado pelo agrupamento dos diplomatas, sentindo que a intervenção estrangeira lhe frustrava os projétos. Exaltado, desculpando-se, que mandára garantir a vida do rei contra a conspiração que descobrira,

(113) Que Carlota Joaquina estava metida na revolta não ha duvida. Escrevendo em 15 de Maio de 1828 á filha D. Anna de Jesus (a Loulé), exprobava-lhe as "loucuras" (o partido liberal) — e citava: "... vejo... que estás na mesma em que estavas, no dia 30 d'Abril de 1824 para cá, e que não tens emenda nenhuma..." (Doc. do arq. Vale de Reis, cf. Angelo Pereira, *op. cit.*, p. 158).

prometeu submissão, que obedecia... Perdia a partida, sem a jogar completamente. D. João cresceu para ele, irado, com toda a violencia do coração ferido estalando de sangue as faces: que conspiração era aquilo, de o fazer cercar em casa, numa afronta sem precedentes.

Humilhou-se o infante, jurando acatar as ordens que lhe dêsse.

Retirou-se furioso.

Thornton saiu da sua perplexidade para oferecer hospedagem ao rei na fragata "Windsor Castle", ancorada no Tejo. Neuville consentiu. Combinaram uma pequena manobra. D. João saiu com as duas filhas, dizendo seguir para a quinta de Caxias, em cujas avenidas, ornadas de louças velhas, tanto D. Pedro III gostava de passear; em caminho, mandou tocar o côche para os cáis e embarcou num escaler.

Quando o reino soube, espantado, da fuga do rei, este, de bordo, olhando Lisbôa pelas escotilhas do camarim do "commodore" que o asilara, intimava D. Miguel a largar o exercito, a politica e o pais.

Foi de um efeito fulminante a intimação.

Lord Beresford, que a levou ao infante, trouxe a segurança de que se rendia, depunha os cargos e as armas, e iria perder perdão ao pae.

Entregou-se no dia 9 de Maio. Em lagrimas, confessando-se vitima dos manejos politicos, e que ali estava para obter o castigo do seu erro. Ao patetico da cena juntou o rei muita energia de pala-

vas, para exprobar ao filho o procedimento, e muita prudencia de ameaças, para que soubessem todos das indulgencias que no seu coração havia. Que o rapaz andára enganado, queurgia conhecer os nomes dos culpados, os ambiciosos que lhe exploraram a vaidade, de sucia com os partidarios da rainha e do estrangeiro, sendo mistér nomear comissão para descobri-los, julga-los... Mandaria viajar o infante, confia-lo-ia a Metternich, um eximio carcereiro de pretendentes, para que na austeridade da côrte de Austria concluísse a educação.

Partiu, no dia 13, aniversario de D. João VI, para que fosse data triplicemente jubilosa: pelo desterro do agitador, pela restauração do rei e pela punição de Carlota Joaquina, que mordida os punhos em Queluz, sofrendo, nas tribulações de D. Miguel, as ultimas dôres do seu fracasso.

Pelo arcebispo de Evora exortou-a a não se apresentar mais á côrte. E escreveu uma carta de viva queixa ao rei de Espanha: "Desde o ano de 1806, tive provas convincentes dos projétos ambiciosos da Rainha..." (114)

(114) Palmela, Correspondencia; e Lavradio, *D. João VI*, p. 101. — A senhora Hyde de Neuville completa a descrição: "Je ne veux point finir mon cher ami sans vous dire que le Roi est rentré hier (14 de Maio) dans son Palais, sans pompe, sans gardes, au milieu de la joie ou plutôt de l'ennivrement de toute la ville, jamais Lisbonne n'a été illuminé d'une maniere plus brillante, les pauvres se sont cottisés pour orner de fleurs et de lampions toutes les fontaines, jamais Roi ne fut plus aimé, plus honnête homme et plus malheureux". (Angelo Pereira, *op. cit.*, p. 34).

A derrota da mulher e do filho dava a D. João VI a sua oportunidade, de aquiétar o reino e reconciliar-se com o Brasil. “Na nossa politica externa — resumiu Palmela — é a reconciliação com o Brasil, por meio do qual sómente pôde evitar-se para Portugal a desgraça de futuras dissensões e assegurar-se á sucessão á corôa no seu legitimo herdeiro”... Feito esse acôrdo, pacificada a monarquia, poderia morrer, na certeza de que o seu sistema, de ganhar tempo, ainda salvava Portugal.

Mas o espirito publico exigia desagravos militares.

No ministerio, Evora e Pamplona eram pela continuação das hostilidades. Em Londres, o plenipotenciario conde de Vila Real declarara a Caldeira e Gameiro, representantes de D. Pedro I, “que não reconhecia o Imperador do Brasil, senão como um rebelde”. Em resposta ás aberturas de paz que Canning encaminhára, palpando o terreno com a habitual sutileza, mandara aquele gabinete revogar a Constituição do Brasil e reduzir a imperador-regente o Sr. D. Pedro, que satisfaria á formalidade de abdicar em favor do pae. Antes a luta mais feroz. Porém, acalmando os brasileiros, Canning esperava “no Gabinete de Lisboa mudança que nos fosse favoravel”. Mudança — e penuria de meios para armar as anunciadas frotas. Sabiam os diplomatas brasileiros, em 14 de Dezembro de 24, que o governo portuguez tivera de desaparellhar a esquadra, limitando-a a seis navios de cruzeiro. D. João secundava assim

a Evora e Pamplona: que, sem dinheiro nos cofres publicos, valia mais desmontar as fragatas do que as expedir á guerra longe... Como que tirava aos zelosos estadistas o instrumento de suas coleras: sem barcos não ousariam reatar a tragédia, continuar a briga desigual. “O que aconselhava a experiencia — justificaria Palmela — era deixar esfriar as paixões, e isso foi o que se fez”.

Em Janeiro D. João atendeu a Canning, despediu o gabinete belicoso e substituiu-o por politicos serenos, de moderadas intenções. (115) Assim Charles Stuart, incumbido de liquidar em Lisboa e no Rio as contendas comerciais de Inglaterra, encontraria o ambiente purificado, os animos tão brandos como a marinha real, que a cautela do rei immobilizára no Tejo. Já D. Miguel Antonio de Mello escrevia a Caldeira Brant: “...que não

(115) A marquêsa da Bemposta e Subserra deixou um escrito alusivo á retirada de Pamplona, seu padrao: “Quando sob a pressão inglesa se exigia a D. João VI que saísse do Conselho o General Pamplona e fosse enviado para a Embaixada em Londres, aquele desgraçado Rei ainda quiz resistir, mas pouco energico e sem força para sustentar a sua vontade, lacrimoso e soluçante, se apartou do seu amigo, que afinal seguiu para Madrid. Nesta despedida o infeliz monarca disse-lhe: “d’hoje a um ano estarei morto, é esta entre nós uma separação eterna, só vós me defenderieis a vida, e por isso vos quero afastar; de hoje a um ano estarei enterrado”. E no dia em que fazia um ano que estas ultimas palavras de adeus eram proferidas ao Conde de Subserra por D. João VI, estava-se depositando o seu corpo inanimado nas sepulturas de S. Vicente”. (Doc. do arq. Lavradio, cf. Angelo Pereira, *As Senhoras Infantas*, p. 38.

concebida como o Brasil pôde figurar-se ter um adversario no Sr. D. João VI, quando S. M. foi quem de fato abriu as portas á sua Independencia elevando-o á categoria de Reino, franqueado o commercio de seus portos a estabelecimentos, que o tornam livre e independente de todo...”

Posta a querela nestes termos — de ingratidão filial — a composição não tardaria mais.

D. João pedia indenisações e o titulo de Imperador, honorifico, para que morresse consolado, na ilusão de não ter perdido nenhum dos dominios herdados, além da escassa Olivença fartamente compensada pelo Uruguai; D. Pedro reclamava o reconhecimento da Independencia. Evidentemente, só um tratado secreto, que não soffresse a influencia da indignação popular, poderia congraçalos. A Inglaterra não admitia que D. João VI se considerasse imperador nominal do Brasil. (116) A farsa irritava-a. Como que adivinhava a futura reunião dos dous países, na pessoa de D. Pedro, portador de ambas as corôas, e um obstaculo á emancipação da America de todo poder europeu, que não fosse inglês. Palmela via claro e longe.

(116) José Antonio Soares Leal fôra portador do projeto de paz formulado por D. João VI. O artigo principal dispunha que dous seriam os Imperadores, um, D. João, “primeiro imperador e fundador”, outro, imperador-regente, D. Pedro... (Marquez de Lavradio, *op. cit.*, p. 193). O projéto da autoria de Canning estabelecia, ao contrário, completa separação, mas com uma clausula secreta, segundo a qual um dos filhos de D. Pedro seria chamado á sucessão do rei de Portugal (*Op. cit.*, doc. n. 46).

Porisso, em 1823, preferira a mediação da Austria á da Grã Bretanha. O ligeiro conflito em torno daquelle trôno imaginário excitou o velho rei, feriu no seu majestoso orgulho o grande ministro. Canning considerou-o tôlo, e inaugurando a politica inglesa de proteção do miguelismo, entrevista por Neuville no ano anterior, prescreveu a Stuart a recusa da condição, certo de que tambem no Rio de Janeiro seria reputada excessiva e intempestiva. Imperador do Brasil, mesmo honorificamente, depois da guerra da Bahia? Em St. James parecia um absurdo; mas na Bemposta era uma ambição. Terminaria de um modo pitoresco a luta da Independencia: corôando-se o soberano da metropole com as insignias do vasto reino que acabava de perder...

“Foi ainda D. João VI, melhor conhecedor do Brasil que seus ministros, que forneceu o meio de sair do impasse, autorizando pessoalmente a sir Charles a agir como julgasse melhor para se chegar a um acôrdo”. “Quasi equivalia a uma ordem em branco” (117). Ficou em segredo a carta que escreveu a D. Pedro, recomendando o diplomata, em 23 de Maio (118). Tanto tempo calado, um bilhete, agora, era a paz definitiva. O “pródigo” não lhe resistiria... Concluiu-se o tratado, no Rio, em 25 de Agosto: reconhecia a independencia, mas com dous imperadores, o efetivo, o filho, e o titu-

(117) *Despachos do Duque de Palmela*, I, 526, Lisboa 1851.

(118) Carta ins. no arq. do castelo d’Eu, inéd. (n. 2493).

lar, o pae; e lhe juntava (só a 3 de Maio de 1826 isso se fez publico) a indenização de dous milhões esterlinos. . .

Stuart preveniu: “La réservation du titre Impérial sur laquelle S. M. a cru devoir insister, est annoncée de manière que c’est l’Acte du Roi indépendant de la volonté de son Fils.” 250 mil libras por conta das propriedades pessoais que lá deixára untavam-lhe de balsamos a ferida. Publicou um festivo decreto, em 15 de Novembro, tomando o seu titulo imperial. Depois de D. Manuel o afortunado, era o rei português de mais amplos qualificativos. Mais que os senhores de Guiné, Etiopia e India, navegação da Persia e mar Oceano em ambos os hemisferios, tinha aquele imperio novo, o seu, o Brasil. E o mordomo, na antecâmara da Bemposta, batendo no assoalho com a vara encimada por uma cabeça de negra, desde D. João II simbolo dos dominios de além-mar, anunciaria, monotonamente:

— Sua Majestade o imperador e rei nosso senhor D. João VI. . .

Em 7 de Dezembro Palmela apresentou a Canning uma nota sóbria: confirmava em D. Pedro a sucessão do trôno de Portugal.

Entendiam-se, através do Atlantico, aquele rei, que acabava imperador, e aquele imperador, que terminaria rei, numa reversão dramática de destinos.

A MORTE DO IMPERADOR

Imperador do Brasil!

Por aclamação dos povos...

D. João fizera questão de corôar-se, com aquela corôa absurda. Mais por despicar-se da rainha, por não ceder á Inglaterra, e proclamar o perdão do primogenito rebeldê. Ele tinha, por vezes, esses caprichos misteriosos. Dizia que abominára aquella guerra de pae a filho, de metropole á colonia emancipada, onde Portugal deixára, com os escudos das conquistas, o seu espirito civilizador. Arcos, falando no conselho do Reino, entre os absolutistas visionarios, exprimira o sentimento das velhas gerações lusitanas. O Brasil continuaria a enriquecer Portugal, como paiz de imigração, aproximado da antiga mãe pátria pelo idioma, que ninguem lhe mudaria, pelo atavismo: mas uma luta de desespero, cavando odios duradouros, mais afastaria as duas monarchias. Como D. João VI gostava do Brasil! Tambem por isso usou, com um orgulho ingenuo, irritando Canning, as poten-

cias, aquele titulo falso: Imperador, do Imperio que fundára. Sim; fundára-o ele. Com a sua intuição — fugindo a Junot; com o seu trabalho — e a sua fé. Tornara-se independente porque lá deixára, á sua sorte, o Brasil. Talvez algum frade lhe lembrasse, como Petrarca, o caso de Syphax, rei de Numidia, solicitado de romanos e punicos: foi o seu caso... Pudéra ser rei apenas da America; renunciára tacitamente, em proveito do herdeiro, voltando á Europa. Tudo se passára como imaginára, vendo claro, vendo profundamente: agora D. Pedro lhe mandára com o tratado de paz, com 2 milhões de oiro, devolvida por uma gentileza filial, a corôa de imperador. Amava o seu rapaz estroina e heroico. A familia produzira um forte. Sem a dobrez manhosa do infante, cujos vivos olhos espanhóes se iluminavam de idéas torvas — bandeado com os “apostolicos”, impellido pela mãe, emparelhado com os lacaios e os desordeiros. D. Pedro tinha a brutalidade e a elegancia de um rei romântico. Confortava-o, em Mafra, esse pensamento: o Brasil era um Imperio e seu filho o imperador... Falou-se vagamente do desejo que acariciava de voltar. “No café do Nicola, o procurador Paiva afirmava estar decidida a partida do rei para o Brasil, e a vinda de D. Miguel para governar o reino.”

A saúde, de resto, arruinara-se-lhe, desde aquela confusa manhã de Fevereiro, no Rio, quando o povo se atrelára ao côche puxando-o, em triunfo, pelas ruas tomadas de sediciosos. Os

acontecimentos de Portugal, tantas emoções sobre-
vindas, a felonias, a humilhação, a erisipela, o in-
verno, os diplomatas, abreviavam os seus dias,
matavam-no. 1824, 1826 pareciam-se com 1793,
1795. Circulavam no ar electricidades terriveis. O
chão ardia, dos fôgos subterraneos; as classes se-
paravam-se; a conspiração rastilhava. A ala tra-
diconalista girava à roda da varança de marmore
de Queluz em cuja matinha sempre-vêrde um dia
aparecêra morto, moído de sacos de areia, embor-
cado na lama, o útil Tessalonica. Ali, descabelada,
sêca, ramalhando rosarios, com duas escarcelas
cheias de reliquias, a rainha e imperatriz Carlota
Joaquina enredava com os marquêses, escrevia ao
irmão de Espanha, entretinha os parceiros do in-
fante, caluniava o marido, insultava o filho “bra-
sileiro” e juramentava a não morrer sem enforcar
a corja “malhada”. A revolta, com os ventos frios
da serra, rebojava do continente. Os pasquins
anunciavam: “O menino não tarda por aí...”
Fóra do reino, as nações espiavam enternecidas a
maquinação da castelhana.

Napoleão morrera, deus dispeptico e intoxicado,
no presidio. Carlos IV escondera na Italia as
suas humilhações e Murat fôra arcabuzado. A fa-
milia de Bonaparte dispersara-se, levando em ba-
hús os remanescentes da fortuna e os satelites de
Cesar serviam, com as librés do passado, aos ho-
mens que vingaram o duque d’Enghien. E ele, co-
mo se os cataclismos não o atingissem, lá conti-
nuara, em Mafra, rei até o fim...

De algum modo poderia repetir La Fayette: “J’ai vaincu le roi d’Angleterre dans sa puissance, le roi de France dans son autorité, et le peuple dans sa fureur”.

Vencera até aí com o ardil, a pachorra, a temperança, enganando, protelando, dividindo, sem que lhe abandonasse a felicidade — como as pernas, que já de pouco lhe valiam, e o coração, que começava a cansar-se.

O imperador José II mandara gravar na sepultura a confissão de ter fracassado sempre. E fôra um ilustre monarca, a quem os filósofos louvaram com respeito. Poderia dizer que zombara da fatalidade. E tinha sido um rei ridículo...

Armand Dayot conta que Luiz XVIII moribundo dissera ao conde d’Artois: “Fiz rodeios sem conta á volta dos partidos, como Henrique IV; mas levo-lhe vantagens, porque morro na minha cama nas Tulherias”. Também ia morrer no seu leito da Bemposta!

Que lhe pezava! O seculo já não era mais o seu seculo. Estalavam os vigamentos da Europa, e os trônos, restabelecidos, abalavam-se. A luta, entre o que vinha dos velhos tempos e o que a revolução creára, avançava sobre Portugal, tempestade que podia renovar, como uma chuva, ou afogar, como um dilúvio. De toda parte levantavam-se da mesa da politica, fechando os velhos cartapacios, os teólogos e os legitimistas. Findara-lhes a tarefa. O povo substituiu-os.

Emquanto os inimigos foram externos — Napoleão, a França, a Inglaterra, Godoy e, sintese feminina das suas tribulações, a rainha solitaria — reparára os pequenos erros, antecederá os bons sucessos, dizendo, como Frederico: “Uma outra vez farei melhor...” Mas agora lhe entravam pelos paços, dividiam-lhe a familia, cindiam o exercito, cujos generais feitos por D. Maria I acabavam de senilidade e desespero nos seus retiros da provincia, québravam a monarquia... Imaginara segura-la com a confirmação da herança em D. Pedro. Presentia baldado o esforço. A guerra civil ondulava, pelas fronteiras, a ameaça de invasões e exterminios. Ele representava a ordem; no dia immediato á sua morte começaria um periodo de cem anos de intranquilidade politica. Era a nova humanidade!

Quizera abandonar de vez Portugal, para metter-se novamente em Santa Cruz, no seu parque oriental, ou em S. Cristovão, cujas arvores de sombra com as raizes molhadas pelos ribeiros travêssos nunca mais saíram da sua saudade. Tambem Felipe V renunciára ao trôno, atacado de uma melancolia profunda, vagamente consolada pelo confessor, padre Daubenton. O magnifico Tzar Alexandre I confessara, em 1817: “Quando alguém tem a honra de governar nação como a nossa, deve, no momento do perigo, ser o primeiro a afronta-lo. Mas não deve permanecer no posto senão até quando as forças fisicas lhe permitirem. Passado esse tempo, necessario é que se retire!” E

corria a lenda de que o imperador, simulando doença e morte, fôra resurgir na Siberia com as barbas bíblicas do Staretz Kusmitch... Sábio homem!

A idéa, de que o espiavam assassinos, perseguia-o. Exagerava cuidados com o alimento, os lacaios, a guarda de archeiros. Temia que o envenenassem. Desde 1802 se supuzera em perigo de vida. Confiava sobretudo numa velha preta que levava do Rio, e era a criada predileta. As suas afeições restringiram-se. Depois da escaramuça miguelista, da fuga para a "Windsor Castle", não recobrára mais a invejável placidez d'alma que o fizera o mais equilibrado e sereno, entre os homens que tinham ás costas o peso da pátria.

Foi em Julho de 1825, que lhe apareceram "borbulhas nas pernas" (119). As suas velhas fistulas não o largaram mais. Em 2 de Março, vomitou bilis. O medico Vieira receitou poções e repousò. Preferiu sair, no dia seguinte, de carruagem, a respirar os ares salitrosos de Belem, ao longo do rio, olhando através das vidraças as quilhas das náos da Índia que tinham conduzido a todas as aguas o seu pavilhão. O passeio socegou-o a ponto de levantar-se, no dia 4, com grande appetite de frangos e laranjas. As laranjas fizeram-lhe mal. Boquejou-se que as frutas continham peçonha. "Os desmaios, vágados e estertores que se

(119) Carta da Infanta Isabel Maria, in Angelo Pereira, *op. cit.*, p. 132.

seguiram, visivelmente epilepticos, mas podendo reinatar por uma apoplexia” — segundo o embaixador inglês, que correra a escrever a Canning — lembravam os efeitos de um veneno progressivo sobre um organismo senil.

As sincopes, repetidas, alarmaram a côrte. Encheu-se o paço da Bemposta de cortezãos, de clérigos, de diplomatas, de aflitos liberais (que seria deles depois de morto o rei?) Aquilo dava em uremia, — aventavam uns; terminaria em congestão, como acontecera aos reis seus antecessores, prognosticavam outros. Na noite de 5 recebeu a extrema unção. A “visita da saude” foi na manhã de 6. Despertou desoprimido, reclamando os ministros, querendo pôr em ordem as cousas do Estado. O patriarca de Lisbôa e o nuncio, impelidos pela infanta Isabel Maria, roida de terrores devotos, pediram-lhe que “in extremis” se reconciliasse com a rainha. Não se opoz. Também não adiantou perdões hipocritas. Assentiu brandamente. O patriarca, com a purpura pregueando ao vento, partiu da berlinda para Queluz, a chamar Carlota Joaquina, que o recebeu em pranto, queixou-se da sua fraqueza de peito e concluiu por dizer que não ia de medo á viagem de carro. Os ossos desconjuntar-lhe-iam aos solavancos do trem... Recaiu D. João a 9, e para não mais recobrar os sentidos. Finou-se, sem sofrimento, rodeado das filhas e dos criados, no meio de um silencio atento, entre doutores perplexos, por não terem nunca atinado com a molestia, e os antigos servidores rosnando mal-

dições — que rolassem sobre as cabeças dos culpados. Morreu tão devagar que já em Queluz se tratava de chamar para junto da rainha a infanta Isabel Maria, regente do reino, e D. João VI ainda agonizava abençoado pelo cardeal e pelos conegos da Patriarcal, resplandecentes nas suas capas e agitando-se atraz de uma nuvem de incenso, de um ruido tenue de orações.

O embaixador A'Court, dous mezes depois, em audiencia que Carlota Joaquina lhe deu, ouviu dos labios da rainha viuva a accusação de terem envenenado o marido “com doses successivas de agua tofana, um composto de arsenico”. “Ela poderia mesmo precisar quando foi propinada a primeira dose”. “A'Court não pode refrear-se de perguntar o motivo de semelhante atrocidade, o que no seu dizer a perturbou”. Pouco tempo depois faleceu o fiel Dr. Vieira. Levou para o sepulcro um grande segredo: senão o das causas occultas da morte do rei, pelo menos o das suas ultimas confidencias. Oito anos mais tarde, D. Pedro desembarcaria em Lisboa com os soldados de D. Maria II — aquella pequenina Maria da Gloria que tinha os cabelos mais lindos da sua época; — desceria aos jazigos reais de S. Vicente de Fóra e deixaria escrito sobre o tumulo do rei seu pae: “Um filho te matou; o outro veiu vingar-te”.

Reinára até o fim. Já não era mais necessario em 1826. Estava-se no seculo XIX. Ficára na esquina do seculo a sociedade de rabicho e quitó que mergulhára nos carceres da Junqueira com

as vítimas do marquez de Pombal. Fôra o ultimo rei da progénie dos absolutos Joões. Meteu-se no esquife de chumbo com ele a Idade Média. Acabaram juntos.

Rio, Janeiro de 1935.

BIBLIOGRAFÍA

- P. JOSEPH RITTER, *Vida y Virtudes de la Serenissima Sra. D. Maria Ana, Reyna de Portugal*, Madrid 1752.
- DUC DE CHATELET, *Voyage... au Portugal*, Paris, an VI.
- BECKFORD, *Sketchs of portuguese and spanish life*, London; *Histoire de Jean VI*, Paris 1827 (atribuida a Silvestre Pinheiro).
- CAMILO CASTELO BRANCO, *Memórias do Bispo do Pará*, Porto 1868; *O Carrasco*, 4.ª ed.
- ROCHA MARTINS, *O Marquês de Pombal Desterrado*, Lisbôa 1938; *O Ultimo Vice-Rei*.
- JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA, *Elogio de D. Maria I*, Rio 1827.
- BENJAMIN CONSTANT, *Politique Constitutionnelle*, Paris 1866.
- EDUARDO DE NORONHA, *Pina Manique*, Porto 1923.
- SOUSA VITERBO, *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa 1892.
- THEOPHILO BRAGA, *Os Arcades*, 2.ª ed.
- LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil*, Lisboa 1866 *Recordações da Minha Vida*, Lisboa 1860.
- GONZALO DE REPARAZ (hijo), *Los Borbones de Espana*, Madrid 1931.
- LUCIO d'AZEVEDO, *O Marques de Pombal e sua epoca*, Rio 1922
- ABATE FR. BASCATINI, *Vida de Carlos III de Bourbon*, Madrid 1790.
- DUCHESSÉ d'ABRANTES, *Souvenirs d'une ambassade*, Paris 1836.
- BALLESTEROS BERETTA, *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de Espana en America*, Madrid 1920.
- ARTUR LAMAS, *Medalhas portuguesas*, Lisboa 1916.

- FRANCISCO DA FONSECA BENAVIDES, *Rainhas de Portugal*.
- JOSÉ PRESAS, *Memórias Secretas de la Princesa del Brasil*, Montividéo 1858.
- OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*.
- ANGELO PEREIRA, *As Senhoras Infantas filhas del Rei D. João VI*, Lisboa 1938.
- CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, Lisbôa 1934.
- DONOSO CORTÉS, *Obras*, Madrid 1854.
- BIOGRAFIA do conde da Barca*, *Anais da Bibliotéca Nacional*, Rio, vol. 2.º.
- PEREIRA DA SILVA, *História da Fundação do Império Brasileiro*, Rio 1864.
- OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, Rio 1908.
- ALEXANDRE HERCULANO, *Opusculos*.
- HYDE DE NEUVILLE, *Mémoires et souvenirs*, Paris 1898.
- AFRÂNIO PEIXOTO, *Estudos Camonianos*, Coimbra 1932; *Ramo de Louro*, Rio 1928.
- SILVESTRE PINHEIRO, *Correspondencia*, *Anais da Bibl. Nac.*, Rio; v. 2.º.
- PORTO SEGURO, *Historia da Independencia*, ed. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.
- PEDRO DE AZEVEDO, *Arqueologia e Historia*, v. 3.º.
- DALGADO, *Col. de Legisl. Port.*, 1801-4.
- MÉMOIRES du Prince de La Paix*, Paris 1837.
- COMTE DE LA ROCHECOUART, *Souvenirs*, Paris 1933.
- RAUL BRANDÃO, *El Rei Junot*, 2.ª ed.
- MEMORIAS do Conde de Lavradio*, Coimbra 1932.
- HENRY D'ESTRE, *Bourmont*, Paris 1934.
- MELLO MORAIS, *Corografia Historica*, Rio 1863; *Brasil Reino e Brasil Imperio*, Rio 1876.
- ENRIQUE RUIZ GUIÑAZÚ, *Lord Strangford y la eRvolución de Mayo*, Buenos Aires 1937.
- THOMAS O'NEIL, trad. de eNna Cravo, *Jornal do Comercio*, 30 de Set. de 1934.

EXPOSIÇÃO analítica e justificativa da conduta e vida pública do visconde do Rio Sêco, Rio 1821.

JOSÉ CALDAS, *Historia de um fogo-morto*, Porto 1903.

BARON DE MARBOT, *Mémoires*.

LE MEMORIAL de Sainte-Helène, ed. Garnier.

ANTONIO SARDINHA, *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa 1925.

SANTOS MARROCOS, *Correspondencia*, An. da Bibl. Nac. (Rio), v. 56.

CAIRÛ, *Memória dos beneficios politicos do governo de el-rei e Sr. D. João VI*, Rio 1818.

DUCHESS DE VENDÔME, *La Jeunesse de Marie Amélie*, Paris 1938.

MARQUEZ DE LAVRADIO, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, Lisboa 1937.

LUIZ ALBERTO HERRERA, *La Misión Ponsomby*, Montevideo 1930.

SÉRIGNAN, *Le General Malet*, Paris 1925.

ARQUIVO Diplomático da Independencia, v. 3.º, Rio 1922.

D. ANTONIO DA COSTA, *Historia do Marechal Saldanha*, Lisboa 1879.

LORENZO BELINZON, *La Revolución Emancipadora Uruguay*, Montevideo 1932.

JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN, *La Epopeya de Artigas*, Barcelona 1917.

A. D. PASCUAL, *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental*, Paris 1864.

CALOGERAS, *Politica Exterior do Imperio*, Rio 1927.

BARTOLOMÉ MITRE, *Historia de Belgrano*, Buenos Aires 1887.

TOBIAS MONTEIRO, *Historia do Imperio*, Rio 1926.

MUNIZ FREIRE, *Historia da Revolução Pernambucana* (anot. por O. Lima, Recife 1917).

SPIX E MARTIUS, *Travels in Brasil*, London 1824.

PEDRO CALMON, *O Rei Cavaleiro*, S. Paulo 1933; *Historia Social do Brasil*, 1.º v., S. Paulo 1937.

- P. LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, *Memorias para servir á Historia do Reino do Brasil*, Rio 1822.
- SAINT-HILAIRE, *Second Voyage au Brésil*, Paris 1837.
- C. DE MELLO LEITAO, *Visitantes do Primeiro Imperio*, S. Paulo 1934.
- VISCONDE DE NOGUEIRA DA GAMA, *Minhas Memorias*, Rio 1893.
- FAUSTINO DA FONSECA, *D. Miguel*, Lisboa 1905.
- VIDA do duque de Palmela* (Maria Amalia Vaz de Carvalho), Lisbôa 1898.
- BARÃO DE MARESCHAL, *Correspondencia*, *Rev. do Inst. Hist.*, Rio, v. 77.
- HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA, *Argueiros e Cavaleiros*, Lisbôa.
- ANTONIO D'OLIVA E SEQUEIRA, *Retificações Historicas*.
- JOAQUIM MARTINS DE CARVALHOS, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Coimbra 1868.
- ALMEIDA GARRETT, *Viagens á minha terra*, 4.^a ed.
- P. INACIO JOSÉ DE MACEDO, *Considerações, etc.*, Lisbôa 1834.
- DESPACHOS do duque de Palmela*, Lisbôa 1851.
- FONTES manuscritas*, na Bibl. Nac., no Inst. Hist. e Gegor. Bras., no arq. do castelo d'Eu, etc.



D. João, príncipe do Brasil (1790)



Miniatura do Príncipe Real D. João (1792). Reliquia existente no Museu Histórico Nacional



D. João VI, em 1816